



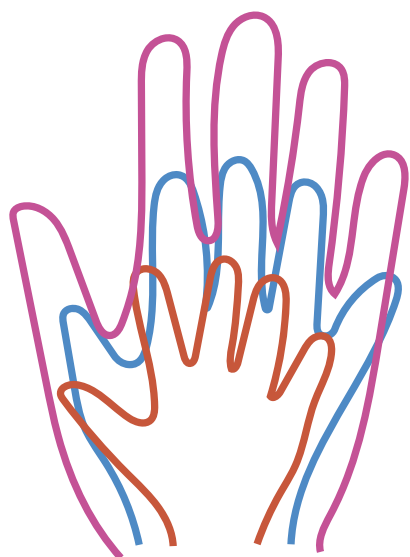
Direitos de crianças e adolescentes

DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO
DE BELO HORIZONTE

Escuta dos adolescentes

Universidade Federal de Minas Gerais – Abril / 2024





Direitos de crianças e adolescentes

DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO
DE BELO HORIZONTE

Escuta dos adolescentes

REALIZAÇÃO:

UF *m* G

IEAT
UFMG

REDE
Transdisciplinar de Pesquisa com Crianças,
Adolescentes e Jovens da UFMG

JANELA
DA ESCUTA

FINANCIAMENTO:

CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente/BH

FMDCA
Fundo Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente/BH

FAPEMIG



Grupo inventivo.

Fonte: foto de Natália Ferri.

Biblioteca Professor Antônio Luiz Paixão - FAFICH
TEL. 3409-6318

Ficha catalográfica

D598

Direitos de crianças e adolescentes [recurso eletrônico] : diagnóstico do
Município de Belo Horizonte : escuta dos adolescentes / organização,
Cristiane de Freitas Cunha Grillo, Márcio Rimet Nobre, Patrícia Spyer
Prates. - Belo Horizonte : IEAT/UFMG, 2024.

1 recurso online (187 p. : il.) : pdf (Rede Transdisciplinar de Pesquisa
com Crianças, Adolescentes e Jovens)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-983686-0-9

1. Adolescência. 2. Adolescência – Aspectos sociais. 3. Adolescentes.
4. Adolescentes e violência. 5. Cidadania. I. Grillo, Cristiane de Freitas
Cunha. II. Nobre, Márcio Rimet. III. Prates, Patrícia Spyer. IV. Série.

CDD: 305.23

CDU: 314.053.6

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza – Bibliotecária - CRB-6/1390

Escuta dos adolescentes

Janela da Escuta – UFMG

FICHA TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO:

Organização

Cristiane de Freitas Cunha Grillo
Márcio Rimet Nobre
Patrícia Spyer Prates

Acompanhamento editorial

Márcio Rimet Nobre

Revisão

Dalva Aguiar Nascimento ME –
Intradoc Brasil

Diagramação e capa

Micrópolis

FICHA TÉCNICA DA PESQUISA:

Coordenação geral

Cristiane de Freitas Cunha Grillo
Márcio Rimet Nobre
Patrícia Spyer Prates

Equipe de pesquisa

Ana Luiza de Oliveira Moreira
Andréa Chicri Torga Matiassi
Arcanjo
Bárbara Oliveira Batista
Camila Daniele de Oliveira Dutra
Camila Silva Souza
Carolina dos Santos Abreu
Claudia Mary Costa e Neves
Deborah Lemos Lobato de Araújo
Esther Maria Dias Kfuri
Gabriela Antunes Ferreira
Gabrielly Dolores Rios da Cunha
Gisele Araújo Magalhães
Guilherme Fernandes Silva
Isabella Barbosa de Paiva Diniz
João Campos Lambert
Júlia Abreu Duarte
Juliana Cristina Assunção dos Santos
Mariana Faria Sabino
Mariana Vasconcelos dos Santos
Mateus Henrique Santos de Souza Junior
Mateus Mourão
Natalia Menezes Ferri
PLX 77
Sara Cândido Souza
Valéria Barbosa
Vinício Araújo Martins

FICHA TÉCNICA FINANCIADORES DA PESQUISA:

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
Subsecretaria de Direitos de Cidadania
Diretoria de Políticas para a Criança e o Adolescente
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 2021/2024

Representantes da Sociedade Civil – Titulares

Ação Social Arquidiocesana – Providens
Agência de Iniciativas Cidadãs – AIC
Associação das Obras Pavonianas de Assistência
Associação Mineira de Reabilitação – AMR
Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – ASSPROM
Fundação Oásis
Fundo de Aceleração do Desenvolvimento – FA.VELA
Grupo de Desenvolvimento Comunitário – GDECOM
Instituto Macunaíma de Cultura – Escola de Cidadania
Rede Cidadã

Representantes da Sociedade Civil – Suplentes

Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA SUDESTE
Associação Mineira de Educação Continuada – ASMEC
Casa dos Meninos
Federação de Associações Sem Fins Econômicos de Minas Gerais – FASEMIG
Federação Nacional de Educação de Integração dos Surdos – FENEIS
Fundação CDL para Desenvolvimento Social da Criança e do Adolescente Grupo de Apoio à Adoção e à Convivência Familiar e Comunitária de Belo Horizonte – GAA-BH
Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania Saúde – AVANTE SOCIAL
Instituto Mano Down
Projeto Social Batista Regular

Representantes Governamentais – Titulares e Suplentes

Gabinete do Prefeito
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
Secretaria Municipal de Cultura
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Secretaria Municipal de Fazenda
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria Municipal de Saúde
Subsecretaria Municipal de Assistência Social

Apoio: FAPEMIG (APQ-00762-22)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desenho produzido por uma adolescente durante um grupo inventivo	14
Figura 2 – Trabalho com os cartões temáticos	17
Figura 3 – Adolescente vestindo camisa com o bordado “Sobrevivente”	27
Figura 4 – Memorial pela Vida da Juventude Negra. Escultura em aço Aya Árvore da Vida, de Jorge dos Anjos, no Centro de Referência da Juventude	33
Figura 5 – Cartão “Educação” trabalhado em grupo inventivo	57
Figura 6 – Cartão “Cultura” trabalhado em grupo inventivo	98
Figura 7 – “Viva la vida”, produção de adolescente em grupo inventivo	111
Figura 8 – Produção de adolescente sobre saúde mental	115
Figura 9 – Calçados produzidos com embalagens de antirretrovirais no Projeto Arte na Espera ...	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSPROM – Associação Profissionalizante do Menor

CERSAMi – Centros de Referência em Saúde Mental Infanto-Juvenil

CICALT – Centro Interescolar de Cultura Arte Linguagens e Tecnologias

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

COEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

CRJ – Centro de Referência das Juventudes

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEI – Escolas Municipais de Educação Infantil

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FJ – Fórum das Juventudes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEAT – Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares

IST – Infecções sexualmente transmissíveis

LGBTQIAPN+ – Lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer/questionando, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, pan/pôli, não-binárias e mais

MNPCT – Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

NEPEI – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PROSAD – Programa Saúde do Adolescente

PSE – Programa Saúde na Escola

RME-BH – Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos existentes

SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SMED – Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

SPSPD – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos

SUDC – Subsecretaria de Direitos e Cidadania

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

TCU – Tribunal de Contas da União

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1 A ADOLESCÊNCIAS E A CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA INVENTIVA	13
1.1 Introdução	13
1.2 Metodologias inventivas	14
1.3 A cidade, o território e as redes: o desenho do cenário de pesquisa	15
1.4 O roteiro da entrevista	17
1.5 Eixos e cartões temáticos	18
1.6 O recurso à imagem e à escrita	18
1.7 Aspectos éticos	19
1.8 Análise do material e construção do relatório	20
1.9 Referências	21
2 ADOLESCÊNCIAS, JUVENTUDES: IMPASSES E INVENÇÕES	22
2.1 Referências	25
3 RAÇA E OUTROS MARCADORES DE VIOLÊNCIA: UMA CHAVE DE LEITURA PARA O DIAGNÓSTICO	26
3.1 Adolescências e segregação	26
3.2 Propostas dos adolescentes	31
3.3 Sugestões	32
3.4 Referências	34
4 DIREITO À EDUCAÇÃO	36
4.1 Lugar da escola na vida dos alunos e a questão do acesso	41
4.2 Aspectos da organização, estrutura da escola e alimentação	44
4.3 A relação com professores e outros profissionais da escola	46
4.4 A relação entre alunos e o papel da escola na mediação de conflitos	47
4.5 Saúde e saúde mental no espaço escolar	49
4.6 Racismo e outras violências na escola	51
4.7 A experiência da pandemia e seus efeitos	53
4.8 Evasão escolar e perspectivas futuras	55
4.9 Propostas dos adolescentes	57
4.10 Sugestões	59
4.11 Referências	62
5 DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	64

5.1 O direito à comunicação	65
5.2 Dificuldades enfrentadas na convivência familiar	66
5.3 A violência intrafamiliar	67
5.4 O acolhimento institucional e o CRAS	69
5.5 Convivência comunitária	72
5.6 Propostas dos adolescentes	73
5.7 Sugestões	74
5.8 Referências	76
6 DIREITO À CIDADE	78
6.1 Moradia	79
6.1.1 Condições de moradia: política pública urbana e meio ambiente	79
6.1.2 Morar em um território com violência	81
6.1.3 Morar na rua: a trajetória de vida nas ruas e o acolhimento institucional	82
6.1.4 Morar em Repúblicas: a juventude em busca de um lar após a maioridade	85
6.1.5 Morar em território estrangeiro	86
6.1.6 Território, luta e invisibilidade: adolescência e juventude indígena, cigana, quilombola e de ocupações	87
6.2 Mobilidade: A importância da circulação para a sociabilidade juvenil	88
6.2.1 Mobilidade e transporte	89
6.2.2 Mobilidade e segregação: corpos que não são autorizados a circular	90
6.3 Acessibilidade	91
6.4 Propostas dos adolescentes	92
6.5 Sugestões	94
6.6 Referências	96
7 DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER	98
7.1 Cultura e arte	99
7.1.1 As pluralidades da cultura e da arte	101
7.2 Lazer e esporte	103
7.3 Propostas dos adolescentes	105
7.4 Sugestões	107
7.5 Referências	109
8 DIREITO À SAÚDE E À VIDA DIGNA	111
8.1 Saúde do adolescente como lacuna	114

8.2 Saúde Mental	115
8.3 Medicalização: um excesso diante do mal-estar	117
8.4 Acesso e pertencimento à rede de saúde	118
8.5 Educação e saúde	119
8.6 Propostas dos adolescentes	120
8.7 Sugestões	121
8.8 Referências	126
9 DIREITO À PROTEÇÃO SOCIAL, À SEGURANÇA E AO ACESSO À JUSTIÇA	128
9.1 Violências territoriais	129
9.2 Violências institucionais	130
9.2.1 Violências policiais	131
9.2.2 As violências no sistema socioeducativo	135
9.2.3 As violências do acolhimento institucional	137
9.3 Uma (im)possível rede de proteção	138
9.4 Propostas dos adolescentes	139
9.5 Sugestões	141
9.6 Referências	142
10 DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO (À RENDA)	144
10.1 O trabalho informal infanto-juvenil e seus “corres”	146
10.2 Reconhecimento do papel do CRAS e o acesso ao mercado de trabalho	147
10.3 O tráfico de drogas como exploração violenta de trabalho	148
10.4 O trabalho no campo artístico-cultural e seus impasses	149
10.5 Propostas dos adolescentes	151
10.6 Sugestões	151
10.7 Referências	153
11 CASOS COMPLEXOS	154
11.1 Caso 1 – João: A invenção de um nome e de um lugar	154
11.2 Caso 2 – A luta pelo direito à maternidade de uma adolescente preta e periférica	155
11.3 Caso 3 – Pedro, seus caminhos e descaminhos	157
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
ANEXO 1 – Consolidado de locais de pesquisa Direitos de Crianças e Adolescentes: Diagnóstico do Município de Belo Horizonte, de 2023	163
ANEXO 2 – Aprovações do COEP e Anuência da Secretaria da Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte	165

ANEXO 3 – Roteiro de entrevista utilizado em grupos inventivos com adolescentes e jovens	172
ANEXO 4 – Lista de termos-chave utilizados nos cartões trabalhados em grupos inventivos	174
ANEXO 5 – Projetos de lei elaborados pelos vereadores-mirins	175
ANEXO 6 – Indicações elaboradas pelos vereadores-mirins	184

Adolescências e a construção de uma metodologia inventiva



1.1 INTRODUÇÃO

A Rede Transdisciplinar de Pesquisa com Crianças, Adolescentes e Jovens do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi escolhida para elaborar a pesquisa Direitos de Crianças e Adolescentes: Diagnóstico do Município de Belo Horizonte, em 2023, como proposto pelo edital aberto pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) da Prefeitura de Belo Horizonte. A Rede é composta pelos Programas de Extensão e Pesquisa Janela da Escuta e Polos de Cidadania, pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil (NEPEI), todos da UFMG.

O edital trouxe a demanda de uma pesquisa quantitativa, mas também de uma escuta das crianças e dos adolescentes, o que o diferenciava do diagnóstico anterior, realizado em 2013, com um caráter predominantemente quantitativo. Coube ao Janela da Escuta a proposta de ouvir o que os adolescentes tinham a dizer, com palavras e silêncios, sobre a cidade que habitam.

Tratava-se de fazer as falas e os escritos dos adolescentes reverberarem na cidade, nas redes constituídas pelas diversas políticas públicas e também nas redes vivas (MEHRY, 2014). A proposta foi a de ir ao encontro dos adolescentes que são menos ouvidos: os que habitam as favelas, quilombos, ocupações, comunidades indígenas, abrigos, unidades de privação de liberdade do sistema socioeducativo etc. Além disso, buscou-se ouvir também os adolescentes que ocupam a cidade com as diferentes expressões da arte urbana.

O coletivo de pesquisadores orientados pela ética da psicanálise supõe o saber no adolescente, que é compreendido como um especialista de si (GRILLO; ROCHA; AMARAL, 2022). Sob tal perspectiva, os adolescentes foram, então, tomados como pesquisadores, sendo convidados a tecer um trabalho autoral em torno de seu saber-fazer *na* e *com* a cidade.

1.2 METODOLOGIAS INVENTIVAS

Para denominar este percurso, sempre aberto a construções, criamos o termo “grupo inventivo”, compreendido como um dispositivo que oferta um lugar para a palavra, para o corpo, para as invenções singulares e coletivas dos adolescentes. Em nosso entendimento, a circulação da palavra entre os participantes legitima ainda mais a experiência do grupo, facilitando a produção de um saber inédito. Com a intenção de mobilizar a potência da fala dos participantes no que tange aos seus direitos e também às violações sofridas, a circulação da palavra pode provocar, entre os adolescentes-pesquisadores, o fomento de novas ideias e perspectivas, além da proposição de políticas para a cidade onde vivem.

No grupo inventivo de orientação psicanalítica, o essencial é franquear a palavra aos participantes e tomá-la como material de análise. O que nos interessa é o dizer do adolescente acerca de sua história de vida na cidade, sua realidade particular, suas invenções. Para tanto, o grupo de pesquisadores teve de ser, ele próprio, inventivo, colocando-se permeável às mudanças metodológicas exigidas pelos diferentes momentos, situações e contextos de operacionalização da pesquisa.

A aposta na escuta dos adolescentes enquanto principal metodologia de coleta de dados da pesquisa parte da constatação de que esses sujeitos têm algo a dizer sobre seus direitos, e, além disso, sobre a sua experiência de ser adolescentes na cidade onde vivem. Algumas das produções recolhidas na pesquisa denunciam uma sociedade que rechaça esse saber dos adolescentes, tal como retratado por um deles em desenho, na Figura 1, a seguir.



Figura 1 - Desenho produzido por uma adolescente durante um grupo inventivo.

Fonte: Foto de Gabrielly Cunha e Mariana Sabino – Acervo da pesquisa.

A decisão de participar de um grupo inventivo nesta pesquisa foi individualizada, motivada pelo desejo de cada adolescente de falar sobre a sua cidade. A apresentação sobre a pesquisa aconteceu em um primeiro momento para os gestores e os técnicos responsáveis pelos diferentes espaços e, em um segundo momento, para os adolescentes. Em outros casos, ocorreu

diretamente para os adolescentes, no tecido da cidade, como para os grupos ligados ao *rap*, ou para os adolescentes em trajetória de vida nas ruas etc. A cada vez, a participação dos jovens foi acertada mediante termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Foi solicitada autorização para a gravação dos grupos inventivos, além do registro das imagens. Os relatos, áudios, imagens, escritos e desenhos constituíram um banco de dados qualitativos. O trabalho de campo, sempre que possível, foi articulado aos demais grupos que compõem a Rede de Pesquisa.

1.3 A CIDADE, O TERRITÓRIO E AS REDES: O DESENHO DO CENÁRIO DE PESQUISA

Antes de iniciarmos o campo, foi realizada uma pesquisa exaustiva dos dispositivos ligados a políticas públicas e associações voltadas para o trabalho com adolescentes. A partir disso, realizamos um trabalho de georreferenciamento dos dispositivos nas regionais de Belo Horizonte. Nele foram incluídos equipamentos como Casas de Apoio, Centros de Saúde, Centros de Referência em Saúde Mental Infante-Juvenil (CERSAMi), Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Programa Fica Vivo, entre outros projetos sociais voltados para o atendimento de adolescentes. Assim, tal mapeamento serviu como um passo inicial para a entrada no campo. Com essa experiência, foi possível ainda formular a proposta de um georreferenciamento constantemente atualizado das redes formais e redes vivas, acessível em forma de um aplicativo que pudesse ser gerido pelos adolescentes enquanto pesquisadores.

Identificamos, assim, alguns locais propícios para os grupos inventivos com os adolescentes. Fizemos os contatos com os responsáveis pelos diversos dispositivos, apresentando a pesquisa. Sempre que possível, planejamos a ida ao campo com o NEPEI e POLOS. Posteriormente, já nos locais propostos e aceitos, apresentamos a pesquisa para os adolescentes, que só participavam após leitura, discussão e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Durante a pesquisa, foram ouvidos 270 adolescentes, em 41 grupos distribuídos nas regionais de Belo Horizonte. Os grupos foram realizados em espaços diversos com o objetivo de alcançar os adolescentes menos ouvidos, como já mencionado. Foram realizados 12 grupos no Centro de Referência das Juventudes (CRJ), um equipamento vinculado à Subsecretaria de Direitos e Cidadania (SUDC) da Prefeitura de Belo Horizonte. No CRJ, ouvimos adolescentes que participam do Programa Brota! – Juventude, Educação e Cultura (Programa de Extensão da UFG) e participantes da Associação Ballet Jovem de Minas Gerais.

Foram ouvidos também adolescentes que circulam pela política de Assistência Social. Estivemos em quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); na República para Jovens, destinada a atender jovens com idade acima de 18 anos, com vivência de rua, em estado de abandono, em situação de vulnerabilidade social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia; e no Centro Pop Miguilim, serviço ofertado para crianças e adolescentes que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência oferecendo atividades socioeducativas, espaços de guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação e

provisão de documentação, bem como endereço institucional para utilização do usuário como referência. A pesquisa também foi realizada na Unidade de Acolhimento Casa Bem Te Vi, voltada para adolescentes em trajetória de vida nas ruas.

Estivemos com adolescentes privados de liberdade em quatro Centros de Internação e Internação Provisória do Sistema Socioeducativo. Os grupos com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa foram realizados no Instituto Undió, com exceção de um dos grupos, com adolescentes em cumprimento de medida provisória que, por questões de segurança pública, foi realizado na própria unidade.

Ouvimos adolescentes estudantes de cinco escolas municipais e do Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias (CICALT), que oferece cursos técnicos gratuitos em cinco áreas artísticas: Artes Visuais, Artes Circenses, Dança, Música e Teatro. Outros projetos sociais e Organizações da Sociedade Civil (OSC) também foram acessados pela pesquisa para a escuta de adolescentes e jovens, como o Projeto Tênis Escola, que atua com projetos nas áreas de esportes, educação e cultura; o Emancipa, um movimento social de educação popular que luta pela democratização do acesso à Universidade e por uma educação de qualidade, crítica e gratuita; e a Casa da Poesia, voltada para a cultura, criada e sustentada por um coletivo popular.

Ouvimos ainda adolescentes da Ocupação Dandara e da Ocupação Rosa Leão, como também jovens que participam de movimentos de rua e que se apropriam da cidade de Belo Horizontes no contexto dos Duelos de MCs e *slams*. Finalmente, adolescentes indígenas venezuelanos residentes em Belo Horizonte participaram da pesquisa em um grupo inventivo realizado no CRAS Coqueiral, na Regional Noroeste. O consolidado de equipamentos onde foram realizados os grupos inventivos encontra-se em formato de tabela no Anexo 1 deste relatório.

Houve lacunas metodológicas no percurso da pesquisa diagnóstica. Nos quilombos, não conseguimos estabelecer um contato efetivo com os adolescentes, não foi possível a formação do grupo ou mesmo a realização de entrevistas individuais. Não conseguimos estabelecer uma interlocução com os ciganos, ainda que tenhamos mantido contato com agentes comunitários de saúde e técnicos de centros de saúde e CRAS próximo ao território apontado como o de residência desse grupo. Também não conseguimos organizar um grupo inventivo com adolescentes indígenas brasileiros residentes em Belo Horizonte – um contato da comunidade nos relatou resistência dos pais. Por fim, infelizmente, por questões burocráticas, não houve tempo hábil para a realização da pesquisa na rede de saúde até dezembro de 2023. Dessa forma, nosso planejamento de entrevistar adolescentes nos centros de saúde, oficinas no Arte da Saúde, CERSAMi, consultório de rua e Unidade de Acolhimento Transitório Infanto-Juvenil não pôde se concretizar. Felizmente, entretanto, foram utilizados dados das pesquisas “Janela da Escuta e a adolescência: a tessitura de uma rede de cuidado no Estado de Minas Gerais – adolescentes e redes de saúde na perspectiva dos jovens” e “Adolescência, Saúde e Escola: vínculos e rupturas antes e durante a pandemia do Covid-19 e perspectivas futuras”, devidamente aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa e, no caso da última, pela Secretaria Municipal de Saúde, em que foram escutados adolescentes nos equipamentos de Saúde de Belo Horizonte (Anexo 2). Além disso, pudemos escutar considerações muito relevantes sobre a Saúde nos outros contextos citados.

1.4 O ROTEIRO DA ENTREVISTA

O ponto de partida foi a elaboração de perguntas que servissem para disparar a nossa conversa com os adolescentes. Assim, tendo como mote implícito uma primeira pergunta “o que vai bem ou não na sua cidade, no seu território?”, todas as outras estavam ligadas aos direitos dos adolescentes.

Inicialmente partimos de um roteiro mais ou menos extenso com questões abertas (Anexo 3), mas em bloco, em que procuramos focar nos temas que permeassem os itens referentes à adolescência em seus diferentes aspectos, por exemplo, saúde, lazer, educação, transporte e mobilidade etc. Cada conjunto de perguntas visava despertar nos adolescentes alguma reflexão sobre cada um desses aspectos por meio da fala coletivizada, o que poderia vir também acompanhado de alguma atividade de escrita, desenho etc.

Esse formato se provou produtivo especialmente nos grupos etários mais velhos. Com os adolescentes mais novos, entretanto, o roteiro às vezes se mostrava longo e cansativo, não sendo possível colher relatos sobre alguns dos itens que se queria conhecer. Percebemos a necessidade de produzir um instrumento mais direto, que conservasse o caráter aberto à fruição das falas, inserindo, entretanto, um maior direcionamento aos temas de interesse dos pesquisadores.



Figura 2 - Trabalho com os cartões temáticos.

Fonte: Foto de Carolina Abreu – Acervo da pesquisa.

1.5 EIXOS E CARTÕES TEMÁTICOS

Nesse sentido, em um segundo tempo de elaboração da metodologia da pesquisa, as perguntas foram reduzidas a algumas palavras-chave apresentadas aos adolescentes no formato de cartões impressos trazendo apenas os temas centrais. São eles: adolescência, saúde, educação, cultura, arte, lazer, esporte, violência, alimentação, religião, grupos, raça, gênero, comunicação, família, transporte. Além desses, deixamos também cartões em branco que funcionaram como coringas desse baralho, cuja função era a de permitir o surgimento do imprevisto.

Apresentamos os cartões (Anexo 4) com os temas para os adolescentes e solicitamos que eles escolhessem aquele com o qual gostariam de iniciar a conversa. Os cartões em branco permitiam a introdução de outros significantes não contemplados nos termos impressos, dando lugar à contingência. Nesse sentido, esse método pôde conservar um lugar para a surpresa, para o inédito.

Tal metodologia está de acordo com a orientação, desenvolvida no Programa Janela da Escuta, do adolescente enquanto um especialista de si. Trata-se de supor, nos adolescentes, um saber que não se conforma às categorias discursivas pré-existentes. Oferecer um cartão vazio é então manter um espaço aberto para que esse saber possa emergir, sem que o adolescente esteja necessariamente constrangido à matriz de direitos e temáticas pré-estabelecidas pelos pesquisadores. Consideramos tal metodologia importante, uma vez que, como afirmado por uma adolescente escutada na Escola Municipal Paulo Mendes Campos, “precisamos falar não somente de direitos, mas também de sentimentos que fazem parte da nossa vida”.

1.6 O RECURSO À IMAGEM E À ESCRITA

Em paralelo aos dois formatos, disponibilizamos materiais diversos, como lápis de cor, caneta hidrocor e papéis, deixando-os à disposição dos jovens, caso preferissem se expressar por algum desses meios, registrando seus pensamentos e ideias por meio do desenho, da escrita, etc. Em todos os casos, habitualmente finalizamos com a pergunta: “se você fosse prefeito, o que você faria para a sua cidade?”

Em pesquisa realizada anteriormente com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)¹, observou-se certa escassez de propostas dos adolescentes sobre as escolas que deixou clara uma situação de segregação e descrença nas políticas públicas e na potência da palavra, além de também ter evidenciado a exclusão digital dos alunos. Na presente pesquisa, o deslocamento para o lugar do prefeito permitiu elaborações interessantes, inventivas e pertinentes.

1 *Que escola pós-pandemia?*, realizada junto a adolescentes das escolas da rede pública da Prefeitura de Belo Horizonte nos anos de 2021-2022 (NOBRE *et al.*, inédito).

Além dos contatos em grupos, também houve conversas individuais, de forma presencial e online, sempre buscando considerar a especificidade de cada adolescente e de cada grupo participante da pesquisa.

Ao término de cada grupo, oferecemos aos adolescentes-pesquisadores a possibilidade de continuar em contato com nossa equipe através do Instagram (@adolescencidade), criado para esta pesquisa, além do contato do Janela da Escuta, para manter a pesquisa viva e também para oferecer um lugar de acolhimento, entrelaçado às redes de cuidado.

A aposta que se faz a partir do grupo inventivo, nesta pesquisa, é de que algo opera a partir da prática do uso e da circulação da palavra e que novas saídas e novos laços podem ser produzidos. Os adolescentes têm muito a dizer e a contribuir para tornar a cidade permeável e possível para eles e para outros. No decorrer desta pesquisa, eles nos ensinaram e apontaram a todo o momento a construção que deve ser contínua dessa metodologia que se propõe inventiva. Aprendemos, assim, que, para trabalhar com adolescentes, é fundamental estarmos abertos para o novo e não enrijecidos, apegados a protocolos prévios. Podemos enunciar, então, como uma primeira recomendação deste Relatório, que o trabalho de pesquisa com adolescentes seja sempre desenvolvido a partir de metodologias inventivas, qualificadas pela orientação do adolescente como um especialista de si, e nas quais os sujeitos pesquisados sejam também pesquisadores de sua própria experiência.

1.7 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa diagnóstica foi submetida e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), pela UFMG e pela PBH (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética no 67901122.5.0000.5149 e Parecer 6.016.085). Por questões burocráticas, não realizamos grupos inventivos na Rede Municipal de Saúde, como já mencionado.

Utilizamos os dados de entrevistas e grupos inventivos realizados com adolescentes que frequentam o Programa de Extensão e Pesquisa Janela da Escuta e que aceitaram participar da pesquisa intitulada “Janela da Escuta e a adolescência: a tessitura de uma rede de cuidado no Estado de Minas Gerais – adolescentes e redes de saúde na perspectiva dos jovens”, que faz interlocução com o estudo diagnóstico. Esta pesquisa foi aprovada pelo COEP (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 55731021.3.0000.5149) e financiada pela FAPEMIG (APQ 00762-022) (Anexo 2).

Utilizamos também os dados da pesquisa intitulada “Adolescência, Saúde e Escola: vínculos e rupturas antes e durante a pandemia do Covid-19 e perspectivas futuras”, também aprovada pelo COEP da UFMG e pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 57776322.7.0000.5149). Nesta pesquisa, adolescentes residentes na área de abrangência do Centro de Saúde Santa Lúcia foram entrevistados pelos pesquisadores responsáveis.

Uma das coordenadoras deste estudo diagnóstico, a Profa. Dra. Cristiane de Freitas Cunha Grillo, foi a pesquisadora responsável pelas duas pesquisas referidas

1.8 ANÁLISE DO MATERIAL E CONSTRUÇÃO DO RELATÓRIO

A partir do que se escutou dos adolescentes e do referencial teórico proposto, foram elaborados relatórios específicos para cada eixo abordado. Em cada relatório são apresentadas vinhetas, isto é, trechos narrativos ou imagens que nos ensinam sobre a perspectiva do adolescente quanto ao tema tratado. Em cada caso, buscamos ressaltar pontos de enlaçamento ou de desenlace entre os adolescentes e as políticas públicas, a fim de torná-las mais efetivas para esse público. Além dos temas estudados, relatamos o que surgiu de inédito, de inesperado. Em cada relatório, foram ressaltadas também as repetições, como o racismo e a violência, e o silenciamento, ou seja, o que esperávamos ouvir e não surgiu.

Na elaboração dos relatórios, esses temas são tratados a partir da lógica que considera os direitos definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Além disso, durante a pesquisa, encontramos casos que julgamos merecedores de um destaque em função de seu aspecto interseccional que denota um entrecruzamento de múltiplas violações de direitos. Esses três casos estão relatados sob o título de “Casos complexos”.

Dessa forma, os relatórios finais são: Adolescências e juventudes; Raça e outros marcadores de violência: uma chave de leitura para o Diagnóstico; Direito à educação; Direito à convivência familiar e comunitária; Direito à cidade; Direito ao esporte, à cultura e ao lazer; Direito à vida e à saúde; Direito à proteção social, segurança pública e ao acesso à justiça; Direito à profissionalização e à proteção no trabalho (à renda); Casos Complexos; e Considerações finais. De forma transversal, consideramos o direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil, o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, e os impactos da pandemia de Covid-19. Ressaltamos também as diversas formas de violências e violações relatadas pelos adolescentes e jovens. Por fim, cada relatório foi finalizado com sugestões, ou seja, propostas elaboradas pela equipe a partir do que aprendemos com os adolescentes e que serão endereçadas a cada política pública. Num dos grupos inventivos realizados em uma escola municipal, uma adolescente, residente no Morro do Papagaio, indagou: “essa pesquisa terá resultado? Já participamos de outras pesquisas e não percebemos as mudanças”. Poderemos considerar que esta pesquisa cumpriu seu propósito caso ela tenha o efeito de provocar a construção, a renovação e a mobilização de políticas públicas e ações sociais alinhadas com o que foi constatado neste Diagnóstico acerca da situação dos adolescentes e jovens de Belo Horizonte.

Referências

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Estatuto da Juventude. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 6 set. 2023.

GRILLO, C.; ROCHA, B.; AMARAL, S. Janela da Escuta: um convite e uma aposta. *In*: GRILLO, C.; ROCHA, B.; MOURÃO, M. **Janela da escuta**: o adolescente especialista de si e a tessitura de uma rede sob medida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 29–33.

MEHRY, E. *et al.* Redes Vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. **Divulg. Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 52, p. 153–164, out. 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-774076>. Acesso em: 20 dez. 2023.

Adolescências, juventudes: impasses e invenções



Há vários conceitos sobre puberdade, adolescência e juventude, oriundos de campos teóricos distintos. Essas definições se superpõem: o Estatuto da Criança e do Adolescente define a adolescência como o período compreendido entre 12 e 18 anos; o Estatuto da Juventude conceitua esse período dos 15 aos 29 anos; a Organização Mundial de Saúde conceitua a adolescência entre 10 e 20 anos incompletos. Já o termo juventude é amplamente trabalhado na sociologia e traz a marca da construção de um lugar, de um tempo e de uma potência.

No contexto desta pesquisa, pensamos a puberdade como uma invasão do corpo, que subverte a imagem corporal e a relação com o sexual. Trata-se de um marco que instaura uma pergunta, sem a possibilidade de respostas inequívocas.

Na peça *O despertar da primavera*, de Frank Wedekind (1891/1983), os personagens Melchior e Moritz falam sobre esse tempo vivido como um redemoinho:

Moritz: Não é uma brincadeira muito estranha essa que pregam na gente? Todas essas coisas acontecendo. Eu nunca senti nada assim antes — esse tipo de desejo, essa excitação insuportável. Por que não me deixaram passar por tudo isso dormindo e acordar quando já tivesse acabado? Agora é assumir a responsabilidade por ter nascido. Você já pensou, Melchior, como é que a gente veio parar nesse redemoinho? (WEDEKIND, 1983, p. 12, tradução nossa).

Moritz, um dos adolescentes da referida peça, ensina-nos que não há resposta nos tratados teóricos, nas enciclopédias:

Moritz: Eu já revirei a enciclopédia, do A até o Z. Palavras, só palavras e mais palavras! Mas nem uma única e simples explicação do que realmente acontece. Essa sensação é estranha — de vergonha. Para que serve uma enciclopédia que responde a tudo, menos à pergunta mais importante sobre a vida? (WEDEKIND, 1983, p. 14, tradução nossa).

Algumas culturas fabricam ritos, que sustentam a entrada do púbere no mundo adulto. O antropólogo Viveiros de Castro (2015) investiga os ritos dos povos originários do Alto Xingu, onde a puberdade é vivida em reclusão e as marcas no corpo atestam o lugar do púbere no tecido social. Nas sociedades ocidentais, sem ritos como esses observados em uma cultura indígena, resta a cada púbere inventar sua adolescência, sua resposta à invasão puberal (LE BRETON, 2017). A puberdade seria então um acontecimento universal, embora sujeita a alterações tornadas possíveis pela ciência. Pode-se bloqueá-la, subvertê-la em situações diversas. As adolescências seriam respostas singulares à invasão puberal, sempre singulares, o que não exclui o atravessamento racial, cultural, de gênero etc.

O diagnóstico das adolescências em Belo Horizonte nos permitiu investigar como os adolescentes e os jovens, tomados como pesquisadores, podem fazer uma leitura das suas adolescências, dos seus impasses e invenções. Um deles nos dá uma definição de adolescência: “sempre correr atrás do que você sonha, aproveitar do que está perdendo agora, aproveitar enquanto você é novo e conquistar o que você quer. É bom, mas é algo a conquistar. Ter. Ter inclusive que sonhar alto”. Trata-se de uma definição que abrange a perda, a conquista, o “ter” e o sonho. Merece destaque, nessa fala, o fato de como a lógica capitalista e neoliberal atravessa os adolescentes, que se deparam com o imperativo de conquistar o papel de consumidor, como empreendedores de si mesmos (SAFATLE, 2015).

Nesta pesquisa diagnóstica, fizemos uma escolha ética de ouvir os adolescentes e os jovens que são menos ouvidos e que muitas vezes são silenciados: aqueles em trajetória de vida nas ruas, em acolhimento institucional, em cumprimento de medidas socioeducativas, estudantes de escolas públicas, moradores de favelas e ocupações urbanas, migrantes etc.

Alguns nos receberam com certa desconfiança: “o que essa pesquisa vai mudar?”. Os adolescentes nos falam que não são escutados e que são julgados e desrespeitados. Uma jovem diz que já passou muitas coisas ruins na vida, mas mesmo assim é julgada e não é escutada: “os adultos raramente escutam os jovens, geralmente julgam e se acham melhores. Não querem saber de nada sobre a gente”. Essa denúncia de um silenciamento é encontrada também em outras falas recolhidas na pesquisa: “só chamam a gente de criança, que a gente não sabe de nada”; e ainda: “todos os adolescentes já passaram por situação de desrespeito. O adolescente só pode abaixar a cabeça. O adolescente também deve ter direito de sentar no ônibus”.

A cidade se apresenta árida, oferecendo-lhes um não lugar ou o lugar do resto. Muitos, todavia, não se conformam com essa condição. Resistem, sobrevivem, demandam respeito, dignidade, arte e diversão. Tivemos o privilégio de escutar adolescentes potentes e inventivos, que sobrevivem ao racismo e à segregação. No Ballet Jovem, uma adolescente diz:

A gente subestima a nossa potência enquanto juventude. A gente precisa entender e unir forças para mudar as coisas. Vai ser difícil, mas vou protestar para que as coisas mudem e aconteçam de fato. Somos tratados como aqueles que fazem baderna, que não funcionam, somos diminuídos.

Há uma demanda pelo direito de ser adolescente e ser um pouco criança. Direito de soltar pipa, de aprender coreano, de viajar. Numa entrevista realizada no Programa Janela da Escuta, um adolescente nos diz que seu desejo é ter “desejo infinito”. Observamos um desejo vivo de estar

na escola (não necessariamente na que se materializa no cotidiano), de frequentar os espaços da saúde, de serem escutados de fato. Há uma demanda intensa pela saúde mental, na vertente de uma escuta do sofrimento, sobretudo das cicatrizes da pandemia e do racismo.

Porém, algo é percebido nesses espaços como segregativo: “você acha que o professor me olha do mesmo jeito que pra ele?” Essa é a fala de um adolescente negro e tatuado que aponta para a pele ao falar. “Ele” é um adolescente branco.

Em relação à saúde, um adolescente propõe: “menos indiferença e menos desrespeito”. Há uma indignação contra a violência policial, fortemente determinada pelo racismo; contra a proliferação das unidades de privação de liberdade do sistema socioeducativo: “queria menos cadeia e mais escolas!” Já outras violências institucionais, outras expressões do racismo são mais veladas. O termo *bullying* pode recobrir violências, como a racial. Por essa razão, escolhemos não utilizar esse termo. O racismo é um eixo que atravessa as falas dos adolescentes. Algumas vezes aparece de forma velada, nomeado como brincadeira ou como algo inevitável.

Em uma pesquisa anterior, *Que escola pós-pandemia?*, perguntamos, para os adolescentes alunos de escolas públicas municipais, o que eles desejavam em relação à escola. Ouvimos respostas esvaziadas, monossilábicas.

Nesta pesquisa, perguntamos o que cada um faria se fosse prefeita/o. É dessa provocação que surgem respostas inventivas, banhadas pela surpresa de uma pergunta que abriga intrinsecamente uma presentificação do corpo e do desejo na adolescência, marcados, também, pelos atravessamentos de seus territórios. Essa pergunta parece ter vivificado os corpos e as falas, silenciados em um cotidiano marcado pela segregação. A pesquisa visa, nesse sentido, uma emancipação da fala de cada adolescente. É como se existisse, por meio das políticas públicas excludentes, uma confirmação do não lugar da adolescência que a pesquisa se propõe a destituir, recolocando em uma sentença a potência da escuta do sujeito. Isso pode ser ilustrado na fala de um adolescente que diz que o Janela da Escuta está fazendo dele duas vezes importante: quando ele criou o “*Slam do Café*” e agora que é o primeiro adolescente a ser entrevistado, a se tornar pesquisador.

Rejane Ferreira dos Reis (2022), em seu trabalho intitulado “O genocídio dos adolescentes negros em Belo Horizonte: quem importa?”, informa que um adolescente negro tem cinco vezes mais chance de morrer de forma violenta em Belo Horizonte em relação a um adolescente branco. Quem importa? Quais vidas importam e quem se importa com elas?

Esperamos tecer esta pesquisa à altura dos adolescentes e fazê-la reverberar na cidade, tornando-a possível e permeável para os adolescentes e os jovens. O nosso desejo decidido é que eles possam viver em Belo Horizonte, com dignidade e alegria. Convidamos cada um de vocês para aprender com os adolescentes pesquisadores, que tanto nos ensinam e a quem agradecemos!

Referências

CASTRO, E. V. de. **Metafísicas canibais**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

LE BRETON, D. **Uma breve história da adolescência**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2017.

REIS, R. F. *et al.* **O genocídio dos adolescentes negros em Belo Horizonte**: quem importa? In: Janela da Escuta: o adolescente especialista de si e a tessitura de uma rede sob medida. Belo Horizonte: UFGM, 2022. p. 625–638.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

WEDEKIND, F. **L'éveil du printemps**. Paris: Gallimard, 1983. (Trabalho original publicado em 1891).

Raça e outros marcadores de violência: uma chave de leitura para o diagnóstico



3.1 ADOLESCÊNCIAS E SEGREGAÇÃO

No curso desta pesquisa, fomos levados à conclusão de que não cabe pensar as adolescências e as juventudes em Belo Horizonte sem promover uma discussão acerca das marcas da raça, do gênero, da classe, do território. O racismo atravessou múltiplas falas nos diversos grupos inventivos, constituindo-se como um eixo estruturante do diagnóstico na cidade, sob a perspectiva dos próprios adolescentes. O texto que se segue, portanto, propõe-se como uma chave de leitura preliminar aos relatórios sobre os direitos dos adolescentes.

Os conceitos unívocos de infância e de adolescência não se sustentam diante da pluralidade de infâncias e adolescências no Brasil e no mundo, marcadas pelas diversidades raciais, étnicas, sociais, econômicas, culturais, religiosas e de gênero.

No Brasil, muitas dessas infâncias e adolescências são atravessadas por violências, também plurais. Embora sejam múltiplas, tais violências se revelam alinhavadas, costuradas pelo racismo, pela segregação, pela desigualdade socioeconômica e endossadas pelos discursos conservadores. Cada um desses fatores amplifica a violência contra as dissidências das normas cis e heterossexual.

O rechaço à alteridade pode se expressar como homofobia, resistindo à despatologização e à descriminalização da homossexualidade. A transfobia no Brasil, por exemplo, desvela a dupla face do fascínio e do horror, com o alto consumo de pornografia trans e com o extermínio violento de travestis e de mulheres e homens trans. Trata-se de um extermínio que se estende para antes e para após a morte: antes, pela segregação das crianças e dos adolescentes trans pelas famílias e escolas, pelas políticas públicas; depois, pelo apagamento do nome escolhido e pela reafirmação do gênero designado ao nascimento no atestado de óbito.

O Diagnóstico da Situação da Criança, do Adolescente e do Jovem realizado em 2013 já trazia em sua discussão a questão do genocídio da juventude negra no Brasil. Nessa pesquisa anterior, enfatizou-se a importância da mudança de toda a estrutura da segurança pública, visando reduzir a violência contra os jovens negros. Além disso, foram citados programas com resultados significativos no tocante à prevenção da criminalidade violenta, como o Programa Fica Vivo! e o Programa Liberdade Assistida.

É preciso localizar a adolescência e a juventude no município a partir dos marcadores de classe e raça. Nesse sentido, escutar como um adolescente branco de classe média vivencia a cidade produz um material diferente daquele produzido quando se escuta um adolescente negro, pobre e periférico. Apesar de infância, adolescência e juventude terem seus aspectos de proteção e garantia de direitos extensivos para todos perante a legislação, há algo particular da vivência de corpos marcados pela cor e pelo fenótipo negro.



Figura 3 - Adolescente vestindo camisa com o bordado “Sobrevivente”.

Fonte: Foto de Guilherme Fernandes – Acervo da pesquisa.

Além de classe e raça, outros marcadores sociais que acirram ainda mais as desigualdades precisam ser considerados na escuta dos adolescentes e dos jovens do município. A sobreposição de violações resultantes de marcadores sociais como raça, classe, gênero ou presença de alguma deficiência faz com que alguns adolescentes e jovens vivenciem a cidade de modos distintos.

O conceito de interseccionalidade surge a partir de uma lacuna, identificada pelo feminismo negro, ao se considerar o cruzamento de diferentes marcadores sociais para a análise de certas dinâmicas sociais. As vulnerabilidades geradas pelo racismo, pelo cisheteropatriarcado e pelo capitalismo podem se sobrepor, levando alguns sujeitos a situações de violência e violações ainda mais extremas (AKOTIRENE, 2019). Sendo assim, a ideia de interseccionalidade ajuda a pensar como as políticas públicas do município podem se articular para que a garantia de direitos das adolescências e das juventudes seja feita de forma efetiva, considerando a presença de diferentes marcadores sociais.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a questão da raça, cor ou etnia, relacionada à noção de direitos, aparece quando essa legislação cita a abrangência da lei:

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016) (BRASIL, 1990).

Já no Estatuto da Juventude, a Seção IV, que trata “Do Direito à Diversidade e à Igualdade”, cita em qual âmbito o Estado deve garantir esse direito, além das medidas que o Estado deve assumir para promover sua efetivação (BRASIL, 2013). Entretanto, as sugestões nesses importantes documentos normativos não bastam para que os jovens negros e indígenas sejam protegidos das consequências do racismo estrutural e sistemático na sociedade brasileira.

Um quadro da Santa Ceia, com Jesus e seus discípulos brancos de olhos claros, não é uma imagem qualquer para o refeitório de um centro de internação provisória onde um dos grupos inventivos foi realizado. O sagrado, livre de pecados, é simbolizado por corpos muito diferentes do público do sistema socioeducativo. Essa imagem transmite um discurso sobre a quem é atribuída a santidade, qual é a religiosidade legitimada nesse espaço e o que é socialmente valorizado. Ademais, é a marca do que é institucionalmente transmitido e velado a partir de um discurso de que todos são iguais e de que a legislação incide sobre todos da mesma forma.

Para que seja possível recolher o que os adolescentes e os jovens da cidade têm a dizer sobre o racismo, a raça será tomada conceitualmente como uma construção social. Diante disso, o racismo no ocidente parte da invenção das raças como um elemento político que tem como função a manutenção de uma assimetria e a justificativa de exploração e sujeição de alguns corpos. A raça é produzida a partir de um conjunto de discursos e práticas a fim de criar o negro enquanto um ser exterior, diferente e, portanto, que pode ser desumanizado e explorado (ALMEIDA, 2018).

O Brasil se constitui enquanto nação a partir da escravização de corpos negros. Porém, após a falsa abolição, esses sujeitos foram abandonados pelo Estado sem nenhum tipo de política reparatória. Ao mesmo tempo, houve reparação aos proprietários de escravizados (BENTO, 2022).

Para Guimarães (1995), a nacionalidade do brasileiro foi marcada pelo racismo heterofóbico, ou seja, avesso às diferenças. Sendo assim, o projeto de Brasil pós-abolição seria de uma nação homogênea no que se refere à cor da pele, aos costumes e à cultura, tendo como referência o branco europeu.

O rechaço às diferenças também influenciou na construção da cidadania do brasileiro, uma vez que essa nasceu a partir de interesses das elites e não como uma construção de reivindicações populares. Mesmo a partir de um conceito de cidadania amplo, há uma série de direitos negados e ignorados a uma parcela da população (GUIMARÃES, 1995).

Diante disso, no contexto brasileiro, o racismo é resultado de como a sociedade brasileira foi estruturada e por isso se faz presente no funcionamento das instituições e na maneira com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas, entre outras (ALMEIDA, 2018).

Para Werneck (2016), pensar o racismo institucional cria condições para se considerar também a dimensão estrutural do racismo. Nesse sentido, o racismo institucional diz respeito à ação ou à omissão das organizações em garantir o tratamento apropriado de sujeitos subalternizados por causa de sua cor.

O racismo no Brasil é estrutural e estruturante da sociedade e isso se reflete no modo com que as crianças e os adolescentes negros vivenciam e acessam os diferentes espaços da cidade. Além disso, o racismo institucional é responsável pela falta de acessos e pela normatização do tratamento desigual destinado a adolescentes e jovens negros no Brasil e, em extensão, no município de Belo Horizonte.

Nesse momento, é preciso ressaltar a fala de uma jovem sobre a falsa igualdade, utilizada para culpabilizar os adolescentes por não acessarem o que gostariam. Como escutamos de um jovem engajado em movimentos artísticos e culturais de Belo Horizonte:

Equidade é uma ilusão muito consciente. Existe um discurso de que vivemos numa democracia, que vivemos numa igualdade, mas que no fim das contas não temos. É um discurso pensado para fazer as pessoas acreditarem, como se cada um fizesse o seu mínimo fosse conseguir tudo que quer – meritocracia. Não existe igualdade. Como é o caso das cotas raciais, de pessoas trans, por exemplo. A entrada é até garantida, mas vai pesquisar quantos de fato conseguem finalizar a faculdade. Para mudar isso precisamos entender que igualdade não existe de fato. Tem os políticos, mas estamos dentro desse mesmo sistema. É um discurso perverso e intencional e que é muito bem pensado para manipular até mesmo mentalmente a população e acabamos não reconhecendo isso.

Lélia Gonzalez (1983) denuncia a dinâmica da ocupação espacial entre o grupo dominante e o grupo dominado, assim como a infraestrutura das moradias, acessos a condições de saneamento e controle policial.

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados (GONZALEZ, 1983, p. 232).

De maneira semelhante ao que ocorreu no Brasil no período pós-abolição, Belo Horizonte foi uma cidade projetada nos ideais de Ordem e Progresso. Nesse sentido, sua construção também se deu de modo a segregar alguns corpos dos limites da nova capital, o que até hoje se reflete no modo como o espaço urbano é vivenciado pela população negra da cidade e que Bustamante e Freitas (2023, p. 5) localizam como um movimento de “expulsão e invisibilização da população afrodescendente de Belo Horizonte”.

Sobre a dinâmica da segregação espacial, os adolescentes pesquisadores negros escutados têm muito a dizer. Eles dizem que não podem frequentar alguns lugares da cidade, onde o preconceito racial é escancarado, sendo o negro associado ao criminoso, ao que oferece perigo.

O não pertencimento aparece quando o adolescente se sente constantemente observado em certas regiões da cidade. Diante disso, ter acesso à moradia em uma região nobre da cidade não significa que o adolescente se aproprie desse lugar como seu, pois os olhares de questionamento não o deixam transitar e estar em alguns locais. Sendo assim, regiões mais valorizadas da cidade são territórios aversivos para os adolescentes negros, uma vez que são reiteradamente violentados por estarem fora de seu lugar “natural”. Além disso, quando a temática do racismo era levantada nos grupos inventivos, surgiam inúmeros relatos sobre terem sido seguidos por seguranças em estabelecimentos comerciais, o que demonstra que o corpo negro está sempre sob suspeição e vigilância.

Um dos jovens escutados pela pesquisa diz que o racismo “mudou o seu comportamento para sempre”. Por ser negro, esse jovem precisou se adequar ao seu lugar de moradia para poder habitar esse lugar. Sobre isso, ele diz: “são situações constrangedoras e, às vezes, quando estou chegando em casa e outra pessoa também, eu espero ela entrar e eu entro depois, mas é a minha casa, caramba... é constrangedor. Isso vai mudando seu comportamento sempre, é desconfortável”.

Marinho (2022) relaciona a intolerância religiosa ao racismo epistêmico, uma vez que o processo de colonização europeia deslegitima as formas de vida, os saberes e tudo o que é próprio dos sujeitos colonizados em detrimento da lógica da colônia. Além disso, Marinho (2022) articula pontos que resumem a intolerância religiosa nacional, sendo estes: o racismo epistêmico, a partir da disseminação de que as religiões afro-brasileiras são demoníacas, primitivas e criminosas; a disputa pelo mercado religioso como estratégia de expansão de algumas denominações religiosas cristãs, baseadas no combate a outras religiões consideradas demoníacas; característica da religiosidade brasileira de conceber a supremacia de entidades superiores para a resolução de questões cotidianas e a validação de experiências de êxtase religioso como cristãs; a ação violenta da sociedade brasileira em eliminar o mal, principalmente se o negativo estiver atrelado a práticas socialmente estigmatizadas.

Além disso, Marinho (2022) ressalta que os cristãos protestantes, inicialmente, também sofreram perseguição religiosa ao longo da História do Brasil, porém, esse foi um público que se beneficiou da laicidade do Estado brasileiro a partir do regime republicano. Isso porque era uma prática religiosa trazida principalmente pelos imigrantes brancos europeus, ou seja, corpos bem-vindos para o ideal de progresso e branqueamento da população brasileira. Ao mesmo tempo, “os praticantes de religiões afro-brasileiras prosseguiram ignorados pelas instituições republicanas e continuariam perseguidos pelas autoridades públicas” (MARINHO, 2022, p. 500).

Não é uma surpresa recolher os reflexos da intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana na fala dos adolescentes e dos jovens escutados neste diagnóstico. Um adolescente pesquisador relatou ter vontade de conhecer a Umbanda, mas sua mãe não deixa. Nesse caso, a maioria dos familiares parecem ser católicos ou evangélicos.

Sobre a mesma temática, outro adolescente diz: “se você é negro ou você é ladrão ou você é macumbeiro, porque os africanos fizeram a macumba”. Esse adolescente denuncia que o negro é acrescido de características negativas e coloca a “macumba” identificada como uma religião de matriz africana e acrescida de um significado negativo se assemelhando a ser ladrão.

Em outro grupo inventivo, realizado em uma escola, há uma fala sobre o respeito à religião escolhida por cada um. Uma das adolescentes, que estava calada até o momento em que a temática

da religião aparece, toma a frente nesse tema e se queixa da falta de respeito e do modo como a maioria vem lidando com as religiões. Ela se declara umbandista e se queixa do tratamento que recebe até mesmo dentro de casa, de seu pai, por exemplo, que é de outra religião. Um ponto interessante dessa intervenção realizada por essa adolescente é que ela sai do seu silenciamento para defender o respeito a sua vivência religiosa. Quando a adolescente se sente escutada e a sua religiosidade atravessada por uma vivência racializada é legitimada, é possível que ela tome a palavra. O que confirma que a violência racista é silenciadora em todas as suas esferas.

Um dos resultados emblemáticos recolhidos em relação ao racismo é quando o racismo não aparece como questão incômoda ou quando é negado, como por exemplo, sob a nomeação de *bullying* ou de *brincadeira*. Essa negação ou esse apagamento por meio da nomeação de uma violência genérica ou de algo banal já indica que algo deve ser escutado. Se reconhecer como um jovem negro no Brasil não é algo simples, quando isso vem acompanhado de predicados negativos e quando isso significa uma sentença sobre as suas expectativas diante da vida.

Durante a realização dos grupos inventivos, foi possível recolher um pouco do processo de negação e deslegitimação do racismo como violência. Conversando sobre a questão racial, um dos adolescentes associou o termo à raça de cachorro e perguntou para um colega negro sobre a sua cor. Vários adolescentes chamavam esse colega de “Cirilo”, nome de um personagem negro de uma novela. No final do grupo inventivo, esse adolescente negro, que havia dito que não sofria racismo, afirmou, veementemente, que racismo é um crime e que quem o comete deve ser “punido de verdade”.

Mesmo diante das inúmeras violências racistas escutadas durante os grupos, foi possível também verificar que os adolescentes e os jovens têm alguns pontos de proteção na rede de atendimento. Nesse sentido, a escola aparece na fala dos jovens como um lugar de proteção e mediação diante da violência racista sofrida nesse espaço. E também falam sobre os canais de denúncia por meio das redes e movimentos sociais.

3.2 PROPOSTAS DOS ADOLESCENTES

- Uma adolescente do Ballet Jovem ressalta: “não é só fazer as políticas públicas. A quem interessa? Precisa mudar na raiz, ter mais mulheres, pessoas pretas, trans, no poder. E como vamos fazer isso? É um sistema difícil de mudar, que é feito para privilegiar um tipo de população... como vamos mudar isso? Não existe igualdade. Como é o caso das cotas raciais, de pessoas trans, por exemplo. A entrada é até garantida, mas vai pesquisar quantos de fato conseguem finalizar a faculdade. Para mudar isso, precisamos entender que igualdade não existe de fato”;
- Outro adolescente do Ballet Jovem frisa que: “precisamos cobrar de quem tem condições para fazer coisas diferentes, pois muitas vezes cobramos de pessoas que não têm condições de alterar a realidade. Penso sempre que essa é uma pessoa branca, homem e hetero. Difícilmente será uma pessoa preta e mulher. Não precisamos viver numa prática de escassez. E a gente não cobra as pessoas – por que me dá tão pouco já que tenho direito? A questão é redirecionar as cobranças”;

- Um jovem engajado em movimentos artístico-culturais de Belo Horizonte diz: “então é muito difícil a gente desvencilhar disso e reeducar a população a não ser racista. Acho que isso tá muito enraizado, é a mesma coisa de dar murro em ponta de faca, né?”;
- Um adolescente diz que, se fosse prefeito, “gostaria de acabar com o preconceito racial no mundo”.

3.3 SUGESTÕES

Observamos uma exiguidade de propostas em relação ao racismo e outras violências. As propostas levantadas pelos adolescentes e pelos jovens são permeadas pela descrença. A partir disso, algumas hipóteses são apresentadas.

A primeira delas é o mito da democracia racial, que se vale da disseminação da crença de que no Brasil todos são iguais e que não existem discriminação e segregação justificadas por critérios raciais. Por esse motivo, o racismo não é um assunto a ser tratado e discutido, pois não se configura como um problema.

Outro ponto que é uma derivação da primeira hipótese é que os adolescentes e os jovens, assim como os operadores das políticas públicas e dos espaços em que esses jovens transitam, não se racializam e, por esse motivo, não conseguem articular a problemática do racismo às diferentes violações de direitos e violências sofridas em decorrência dele. A última hipótese levantada diz respeito à descrença em relação a uma mudança efetiva.

Participamos de um rico debate dos vereadores-mirins sobre o racismo, na Plenária do dia 25 de outubro de 2023, na qual o projeto de lei nº 12 foi aprovado com 27 votos favoráveis e uma abstenção. O projeto visa instituir a Educação Antirracista nas escolas, promovida por meio de cartazes que divulguem conceitos antirracistas, rodas de conversa entre vereadores-mirins, alunos, professores, coordenadores e diretores das escolas, pais e mediadores. Sendo assim, recomendamos que o projeto sobre Educação Antirracista seja também apreciado e aprovado na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte.

A “Rede de Cuidados e Proteção para os adolescentes, vítimas de agressão, atendidos nos Hospitais de trauma, residentes no Município de Belo Horizonte” é um projeto que esteve em funcionamento no município entre 2018 e 2019 – descontinuado com o início da pandemia de Covid-19 – e que considera a agressão contra adolescentes como um problema de saúde pública. Portanto, são eventos que podem ser evitados, assim como suas consequências para a saúde desses adolescentes. A Rede de Cuidados se efetiva pela metodologia do Cuidado Centrado na Pessoa e construção do Projeto Terapêutico Singular para cada adolescente vítima de agressão atendido nos pronto-atendimentos do município, assim como pelo fomento a uma rede territorial de proteção. Diante disso, o retorno da rede de cuidados em todos os prontos-atendimentos do município é uma aposta na reparação dos danos causados pelas rupturas sistemáticas causadas pelo racismo na rede de atenção aos adolescentes vítimas de agressão e tentativa de extermínio. Recomendamos então que a Rede de Cuidados volte a funcionar em caráter permanente, a partir de todos os pronto-atendimentos da cidade.

Uma iniciativa que pode lançar bases para a elaboração de ações efetivas de combate ao racismo é o exemplo da construção do Memorial pela Vida da Juventude Negra (Figura 4). Esse Memorial teve o objetivo de tornar público os dados sobre o genocídio dos jovens no município, além de “sensibilizar a sociedade no sentido de escutar as narrativas das famílias e dos amigos de jovens assassinados, trazendo à luz os nomes e as histórias que foram interrompidas pela violência” (CARDOSO, 2022, p. 637). Isso foi feito por meio da criação de uma instalação artística permanente no espaço do Centro de Referência da Juventude (CRJ).

Metodologicamente a construção desse Memorial contou com a participação de jovens selecionados em territórios com alto índice de vulnerabilidade juvenil no município de Belo Horizonte. Esses jovens participaram da coleta de dados que visava “capturar as histórias de vida dos jovens assassinados, por meio da produção da memória das mães, familiares e amigos” (CARDOSO, 2022, p. 641). Para tanto, eles passaram por um percurso formativo que entrelaçava a questão do racismo estrutural, do território, da segurança pública, da violência e análise dos dados referentes à letalidade juvenil (CARDOSO, 2022).

“Como os jovens negros veem a cidade?” (CARDOSO, 2022, p. 652) foi um eixo norteador para se pensar no que se recolhe dos encontros formativos para os jovens que participaram da construção do Memorial. Os atravessamentos do racismo estrutural e institucional na socialização dos jovens negros do município têm impactos sobre o modo como esses jovens veem a cidade. O que foi transmitido por esses jovens nessa experiência se abre como uma possibilidade de enfrentamento ao racismo no município. Ou seja, o que o jovem negro, pobre e periférico constrói a partir do seu olhar sobre a cidade é o que pode nortear políticas públicas que subvertam a lógica racista presente na cidade.



Figura 4 - Memorial pela Vida da Juventude Negra. Escultura em aço Aya Árvore da Vida, de Jorge dos Anjos, no Centro de Referência da Juventude.

Fonte: Foto de Eustáquio Silva.

Sendo assim, a experiência da construção do Memorial pela Vida da Juventude Negra pode ser tomada como orientadora para a atuação de políticas públicas essencialmente antirracistas. Recomendamos, finalmente, o apoio ao Memorial pela Vida da Juventude Negra e o fomento a outras iniciativas para preservar a memória e a vida de adolescentes e jovens negros na cidade.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENTO, C. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União, ano 1990**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

BUSTAMANTE, C. B. A.; FREITAS, D. M. de. Processos de racialização urbana em Belo Horizonte. In: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, 20o, 2023, Belém. **Anais...** Disponível em: <http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st12-21.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

CARDOSO, M. A. Memorial pela vida da juventude negra: Aya – árvore da vida pela vida. In: GRILLO, Cristiane de Freitas Cunha; ROCHA, Bianca Ferreira; MOURÃO, Mateus (Orgs.). **Janela da Escuta: o adolescente especialista de si e a tessitura de uma rede sob medida**. Belo Horizonte: UFMG, 2022.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, Anpocs, p. 223–244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/O6%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e antirracismo no Brasil. **Novos Estudos** – CEBRAP, n. 43, p. 26–44, nov. 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2128310/mod_resource/content/1/ASG_racismo_e_anti_racismo_NE%2043_1995.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

MARINHO, P. M. de C. Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social. **Sociedade e Estado**, [s/l.], v. 37, n. 2, p. 489–510, maio 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/7nwNP6t5HpR4YhyWL64hbFp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12: out. 2023.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, [s/l.], v. 25, n. 3, p. 535–549, jul. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV-54qW7vm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2023.

Direito à educação



“Queria menos cadeias e mais escolas!”

A educação é talvez a instituição mais próxima da criança e do adolescente. Vindo em sequência à educação no âmbito do domicílio familiar, da casa parental, a escola é o estabelecimento que melhor localiza e dá materialidade à educação. Como destaca Sigmund Freud (1910/ 1996) em relação ao papel da escola para o momento da adolescência:

Ela deve lhes dar o desejo de viver e devia oferecer-lhes apoio e amparo numa época da vida em que as condições de seu desenvolvimento os compelem a afrouxar seus vínculos com a casa dos pais e com a família. [...] A escola nunca deve esquecer que ela tem de lidar com indivíduos imaturos a quem não pode ser negado o direito de se demorarem em certos estágios do desenvolvimento e mesmo em alguns um pouco desagradáveis (FREUD, 1910/ 1996, p. 243-244).

Nesse sentido, a escola precisa estar preparada para acolher os jovens num momento em que a instituição familiar está sendo questionada e as indagações dos adolescentes se multiplicam, mostrando-se permeável a elas.

Conforme assinalam Roselene Gurski e Anna Carolina Lo Bianco (2023), “Sabemos que a instituição escolar no país sempre foi refém dos processos políticos e das desigualdades sociais históricas e vem, nas últimas décadas, sofrendo uma séria crise de legitimidade” (p. 1.563). Para as autoras, esse contexto favorece a proliferação de vozes defendendo uma reforma da educação e da escola, cabendo-nos indagar o que seria essa reforma e para qual Escola e qual sociedade. Nesse sentido, não se pode desconsiderar a imensa desigualdade implantada que, desde a formação de nosso país, atravessa a realidade educacional na forma de uma complexa rede de exploração de grupos minorizados, o que inclui todos os tipos de diferenças: raciais, sociais, econômicas, de gênero etc. Gurski e Lo Bianco (2023) assinalam a importância ético-política do papel da escola na inserção do adolescente no campo social a partir de sua singularidade:

O papel ético e político da instituição escolar será então o de oferecer as condições para a realização da passagem de um mundo infantil, que se entendia como total, para o mundo em que será possível a inscrição do singular do sujeito na dimensão coletiva, a mesma que, por seu turno, garante esta própria dimensão (GURSKI; LO BIANCO, 2023, p. 1.571).

Ângela Dalben (2020) ressalta o lugar central da escola na estrutura social por ser o lugar onde se aprende a viver em sociedade, a conviver com o diferente desenvolvendo uma civilidade cidadã, a entender, respeitar e acolher o outro, com generosidade e sensibilidade, sendo o lugar em que se pode aprender por meio de erros e recomeços. A autora compreende a escola:

[...] como o elo que estrutura a rede de proteção das crianças e dos adolescentes. [...] Atendemos a pessoas vulneráveis que, às vezes, fogem do nosso alcance, mas é importante termos consciência do nosso dever de cuidar de todos, com as urgências necessárias para a construção de um país viável para as futuras gerações (DALBEN, 2020, p. 17-18).

A educação e a experiência da vida escolar são direito garantido pela Constituição Federal de 1988 que traz, em seu Artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A escola vem no artigo subsequente como o espaço previsto para o exercício do ensino. Esse artigo traz, em seus incisos, valores como igualdade de condições, liberdade no aprender e no ensinar, pluralismo de ideias, gratuidade do ensino, valorização dos profissionais do ensino, garantia de qualidade, entre outros aspectos.

Além da Carta Magna, também o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Estatuto da Juventude (2013) trazem o tema em destaque. Cabe destacar, nesse segundo caso, que, embora a garantia da educação básica em língua portuguesa esteja expressa em seu Artigo 7º, os parágrafos subsequentes contemplam exceções e casos particulares, como:

§ 1º A educação básica será ministrada em língua portuguesa, assegurada aos jovens indígenas e de povos e comunidades tradicionais a utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem.

§ 2º É dever do Estado oferecer aos jovens que não concluíram a educação básica programas na modalidade da educação de jovens e adultos, adaptados às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno, ressalvada a legislação educacional específica.

§ 3º São assegurados aos jovens com surdez o uso e o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em todas as etapas e modalidades educacionais.

§ 4º É assegurada aos jovens com deficiência a inclusão no ensino regular em todos os níveis e modalidades educacionais, incluindo o atendimento educacional especializado, observada a acessibilidade a edificações, transportes, espaços,

mobiliários, equipamentos, sistemas e meios de comunicação e assegurados os recursos de tecnologia assistiva e adaptações necessárias a cada pessoa.

§ 5º A Política Nacional de Educação no Campo contemplará a ampliação da oferta de educação para os jovens do campo, em todos os níveis e modalidades educacionais (BRASIL, 2013).

Em seus demais artigos, estão contemplados direitos como educação superior pública ou privada, com políticas afirmativas para populações específicas – com destaque para jovens com deficiência e grupos étnicos específicos –, como financiamento estudantil e transporte escolar. Além disso, é necessário contemplar diferentes especializações educacionais e tecnológicas, que estejam articuladas ao mundo do trabalho e aos campos da ciência e da tecnologia. Outro aspecto que deve ser garantido diz respeito à participação juvenil em conselhos e instâncias deliberativas de gestão democrática das escolas e universidades.

Belo Horizonte conta com uma extensa rede de ensino municipal espalhada por suas nove regionais, sendo 319 escolas em que se distribuem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Em 2019, a Secretaria Municipal de Educação do município de Belo Horizonte lançou um guia de orientação e encaminhamento sobre essa política, no qual reforça o lugar da escola por seu papel de proteção e garantia de direitos da juventude e, para além de sua função pedagógica, de despertar crítico, o que deve abranger toda a comunidade na qual se insere:

A escola é por primazia lugar de garantia de direitos: é nesse espaço que se dá não somente a educação formal, mas também uma educação para o pleno desenvolvimento humano, para o exercício da cidadania – como nos ensina o texto constitucional –, para a formação integral e social. Não somente reprodução de conteúdos básicos, mas a produção de sujeitos reflexivos e críticos (PBH, 2019).

Além disso, o Guia dá destaque à Resolução 117/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/BH) no que diz respeito ao papel da escola e sua abrangência em relação à comunidade na qual se insere, no sentido de garantir especial atenção com relação a situações de violência dirigida aos jovens:

Para tanto, toda a comunidade escolar deve estar capacitada com relação aos direitos de crianças e adolescentes, bem como a reconhecer os casos em que tais direitos forem violados e a encaminhar devidamente essas situações. É preciso que as direções escolares e suas coordenações, as professoras e os professores, demais servidoras(es) e funcionárias(os) conheçam o sistema de garantias de direitos e a importância de realizarem a devida notificação dos casos de suspeita/confirmação de violência e violação de direitos contra crianças e adolescentes, conforme a Resolução CMDCA/BH Nº 117/2015 (PBH, 2019).

O Guia traz ainda considerações acerca das mudanças sociais contemporâneas e sobre como elas vêm sendo percebidas como desafio no ambiente escolar, exigindo maior flexibilidade dos profissionais em relação aos conceitos. Tais mudanças devem se dar a partir dos parâmetros estabelecidos pela legislação específica para crianças e adolescentes, orientadora das políticas e garantidora da “[...] prioridade absoluta do atendimento desses sujeitos de direito. Aliado a isso, há o princípio de complementaridade dessas políticas, em benefício da implementação de um sistema de garantia de direitos e do trabalho em redes intersetoriais, governamentais e comunitárias” (PBH, 2019, p. 7).

Em nosso contato geral com os adolescentes e os jovens ao longo da pesquisa, observamos um desejo vivo de estar na escola, o que não necessariamente se materializa no cotidiano, pois, de acordo com seus relatos, algo aparece como segregativo nesses espaços escolares. Nesse sentido, trazemos a fala de um adolescente que pontua de saída: “você acha que o professor me olha do mesmo jeito que olha pra ele?” Essa é a fala de um adolescente negro e tatuado que, enquanto fala, aponta para sua pele e se refere a outro adolescente branco, denunciando o preconceito, muitas vezes velado, que pode advir até mesmo daqueles que deveriam combatê-lo.

Esse preconceito também pode vir de forma menos velada e mais direta, principalmente quando ocorre entre os próprios pares, ou seja, entre adolescentes e jovens e que, muitas vezes, é nomeado como *bullying*. Embora tenha sido bastante popularizado, é importante salientar que este termo recobre múltiplas violências, como a transfobia, a LGBTQIAPN+fobia, o racismo etc.

Em virtude de tantas violências sofridas, para além de outras situações ancoradas em seus contextos de vida, adolescentes e jovens, quando convidados a se expressar acerca do que lhes causa mal-estar, revelam um quadro de grande desamparo. De modo geral, é preciso começar assinalando sua intensa demanda por serviços que priorizem questões subjetivas, portanto, na vertente de uma escuta do sofrimento acerca desse período da vida. Merecem destaque ainda os efeitos da pandemia de Covid-19, além das já citadas situações de violência, incluindo-se a institucional, como a praticada pelas forças policiais. Enfim, há uma demanda pelo direito de ser adolescente, direito de soltar pipa, direito de ocupar a cidade de forma segura, direito de estar presente em espaços de cultura, arte e lazer, direito de viajar, entre tantos outros. Assim, um adolescente propõe “menos indiferença e menos desrespeito”, enquanto outro faz um alerta: “adolescente também morre” – referindo-se à falta de atenção que recebem, por exemplo, no âmbito da saúde.

Várias dessas questões aparecem em uma iniciativa que tivemos oportunidade de presenciar e merece destaque por sua importância em dar voz aos adolescentes. Trata-se da Câmara Mirim, projeto desenvolvido na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, em que, a partir das escolas – em sua maioria, da rede pública municipal –, os adolescentes discutem temas de seus interesses e que ganham materialidade na forma de projetos, posteriormente encaminhados aos vereadores ou ao executivo municipal. Os projetos (Anexo 5), depois de lidos por todos, são votados em sessão solene que ocorre no próprio salão de votação dos vereadores após defesas e críticas. Entre os temas, chama atenção a proposta para a inclusão da educação antirracista nos assuntos a serem abordados no currículo escolar. Nesse caso, os adolescentes convidaram uma especialista no tema das políticas étnico-raciais da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED) para discutir a questão e propor um projeto com uma série de pontos para enfrentamento.

Em uma série de outros projetos dos vereadores-mirins, o foco se volta para a questão da escuta qualificada dos adolescentes por psicólogos e demais profissionais da saúde mental, seja nos centros de saúde, seja dentro da própria escola etc. Uma adolescente alega que, às vezes, os pais não podem ou até não querem levar os jovens aos centros de saúde, o que reforça a importância da presença dos profissionais também nas escolas. Além disso, uma das propostas prevê a criação de aplicativos para facilitar o acesso aos centros de saúde. De modo geral, os projetos dos adolescentes trazem à tona o sofrimento causado aos jovens pelo racismo e por outras formas de segregação, além das cicatrizes deixadas pelo período da pandemia da Covid-19.

Vale ressaltar que em uma pesquisa anterior, realizada pelo Janela em parceria com pesquisadores de outros departamentos da Universidade, foi perguntado aos adolescentes das escolas públicas municipais o que eles desejavam em relação à escola pós-pandemia. Tendo sido realizada num período de transição para o retorno às aulas presenciais, a investigação teve como objetivo buscar extrair algo sobre o futuro da escola ao saber dos jovens o que eles esperavam dela nesse futuro pós-pandemia, considerando a experiência do ensino remoto durante o distanciamento social. Para os pesquisadores Nobre *et al.* (inédito):

No contexto da pandemia de Covid-19, que alterou de forma definitiva todos os fluxos sociais no Brasil e no mundo, entender o que os jovens esperam da escola pós-pandemia mostra-se fundamental para que as instituições de ensino possam se preparar e estar à altura para empreender as mudanças exigidas. É somente nessa perspectiva que podemos acreditar na retomada, na construção e/ou na preservação dos vínculos dos jovens escolares com o sistema educacional.

De modo geral, a pesquisa constatou um esvaziamento nas respostas à questão colocada, já que os adolescentes se mostraram carentes de subsídios para falar de algo que experimentaram somente de forma precária no modelo de ensino remoto implementado. Entretanto, outra resposta pôde ser extraída da complexidade que nos foi apresentada nas narrativas por eles empreendidas, pois compreendemos que tal comprometimento se deu por uma complexidade que apresenta duas dimensões principais: uma de aspecto estrutural e outra, atual. A primeira deriva da imensa desigualdade socioeconômica implantada desde as origens da sociedade brasileira e que acomete tanto diretamente aos cidadãos quanto às políticas a eles destinadas, no caso, na insuficiência de investimento para a educação. No segundo caso, a da dimensão atual refere-se aos próprios efeitos da pandemia,

[...] que exigiu adaptações sociais em grande escala e em curtíssimo tempo. Nesse sentido, novamente ficou patente como as populações mais pobres foram os principais atingidos pela pandemia. De fato, esse aspecto decorre do primeiro e não é mais que um acirramento das dificuldades já experimentadas pelas populações mais pobres (NOBRE *et al.*, inédito).

Essa pesquisa tornou patente a realidade de “exclusão digital” dos alunos da rede de ensino de Belo Horizonte como resultado da falta de políticas públicas voltadas para suprir essa carência, explicitada pela pandemia da Covid-19. Além disso, a pandemia também tornou evidente que “o processo de inclusão social passa, hoje, pela inclusão digital e que, até o momento, a escola encontra-se à margem disso” (NOBRE *et al.*, inédito).

Durante a escuta dos adolescentes nos grupos inventivos, procuramos propiciar a cada um a compreensão de seu papel de pesquisador nesse processo. Nesse sentido, a valorização de suas falas encontra-se refletida no texto que aqui apresentamos, no qual procuramos preservar a originalidade dos dizeres, evitando ao máximo anular sua legitimidade.

Foi possível perceber a grande variação de opiniões sobre a escola e seu papel em suas vidas. Embora haja uma prontidão para o reconhecimento desse papel, há também um entendimento sobre como a escola poderia ter sua função cumprida mais integralmente se houvesse maior investimento público. Parece evidente para os jovens que esse investimento permitiria uma organização melhor desde as estruturas físicas e de recursos humanos das escolas, até uma

mudança em seu modo de executar sua tarefa na educação. Assim, foram muitas as críticas sobre a qualidade das escolas da Rede Municipal, embora seja preciso considerar que muitas delas têm um valor pontual.

Quanto às informações colhidas junto aos adolescentes, procuramos, no tópico a seguir, adotar um critério de organização temática na forma de blocos com alguma contiguidade. Nesse sentido, a apresentação dos temas se dará em função de sua complexidade e importância, iniciando dos mais complexos e sistêmicos para os mais específicos, sendo considerada também a recorrência do tema para optar nos casos de ambivalência. Assim, em relação aos aspectos levantados, seguiremos a seguinte ordem: 1) Lugar da escola na vida dos alunos e a questão de seu acesso; 2) Aspectos da organização, da estrutura da escola e da alimentação; 3) A relação com professores e demais profissionais da escola; 4) A relação entre alunos e o papel da escola na mediação de conflitos; 5) Saúde e saúde mental no espaço escolar; 6) Racismo e outras violências na escola; 7) A experiência da pandemia e seus efeitos; e, 8) Evasão escolar e perspectivas futuras. Por fim, são apresentadas as propostas dos adolescentes e dos jovens para esse campo.

4.1 LUGAR DA ESCOLA NA VIDA DOS ALUNOS E A QUESTÃO DO ACESSO

De modo geral, os jovens reconhecem a importância da escola em suas vidas, não apenas como instrumento de uma futura profissionalização, mas para o processo formativo de modo geral, como a socialização e o desenvolvimento de suas potencialidades mais amplas. Nesse sentido, os adolescentes falam que o interessante da escola é que “lá se aprende as coisas de forma leve, sem nem perceber... tanto de ensino, de socialização e de formação cidadã”. Um adolescente acha a escola pública muito mais “da hora” que a escola particular, pois, na escola pública, “os amigos não são interesseiros, não querem saber só do seu dinheiro, e também na escola pública é onde se vive as ‘doideiras’ do morro, a realidade da cidade”.

A escola integrada aparece tendo sua importância reconhecida por aqueles que já passaram ou vivenciam essa experiência: “a escola integrada é o segundo lar. A escola integrada tem projetos, aulas legais, conversas com os colegas. Funciona de 7h até 17h20”. Na Regional Oeste, os adolescentes ouvidos no CRAS também defenderam a escola integrada, citando a importância das aulas de reforço, de artes, entre outras.

Em um dos grupos, um jovem mencionou já ter finalizado o Ensino Médio, enquanto outro diz ainda estar cursando. Uma adolescente diz gostar da escola porque ela incentiva bastante a formação por meio de cursos extracurriculares. Os outros dois jovens disseram que estão fora da escola há algum tempo, mas que desejam retornar, sobretudo devido à necessidade de trabalho. Um deles reflete sobre a importância do estudo para ter boas expectativas de trabalho:

Eu prefiro estudar. Eu fui criado assim. Sem estudo, você não arranja. Eu fui criado assim. Pode estar inclusive associado uma coisa da outra, né? Porque para ter acesso a um emprego, às vezes, mais bacana, você precisa ter o ensino médio completo.

A distância da moradia dos estudantes em relação à escola é muitas vezes apontada como um dificultador: “tem que subir um morrão cabuloso”. Muitos falam da dificuldade percebida no acesso físico da escola por grupos populacionais em situação de vulnerabilidade.

[...] tem um ponto do bairro que é foco de atendimento de escolas para as pessoas da periferia mais próxima. Então se você chega no limite do bairro e atravessa uma rua, você vai ver gente já em ocupação, mais moradores de rua, as crianças que vêm atravessando dois, três bairros para chegar na escola do meu bairro para poder estudar, porque no bairro deles não tem, ou a estrutura é muito precária. E aí você tem esse choque de uma rua para outra, ver uma realidade diferente.

Uma jovem bailarina, que já teve experiência como professora, também destaca a situação precária do transporte público de Belo Horizonte como um dos complicadores para pais e filhos frequentarem a escola:

[...] como eu trabalhei na educação, o que eu escutava muito dos pais também era a questão do transporte. Como as escolas que atendem os filhos eram no meu bairro, as crianças tinham que ir de ônibus e eles não conseguiam pagar. E nem conseguia acessar a escola normalmente, porque, diferente do que ele falou, você tinha que provar a renda, [...] provar que você era mãe solteira, e [...] provar quantos benefícios você recebia. No final, as crianças ficavam 6 meses sem ir pra escola porque não tinha esse acesso ao transporte. Aí é o que eu tenho mais memória de ser um problema. E de observar isso nos bairros vizinhos, e ir andando por Belo Horizonte. O ônibus vira uma rua e você fala, meu Deus, saí da cidade, não sei onde voltou mais, porque tá muito diferente, né?

Os adolescentes ouvidos na Regional Oeste também falam das dificuldades no acesso ao transporte gratuito para irem à escola, relatando que o passe estudantil de alguns deles somente foi liberado no meio do ano, mesmo tendo sido solicitado na época correta. Segundo os jovens, muitos deles deixaram de pedir por terem encontrado dificuldade no processo de solicitação, mesmo sendo jovens atendidos pelo CRAS.

Para as jovens imigrantes venezuelanas o incômodo se refere ao fato de que muitos adolescentes, mesmo brasileiros, estão fora da escola: “porque aqui eu vejo que há muitos brasileiros que não estudam, que estão fora da escola. Na Venezuela, não. Na Venezuela todos estudam”. Em relação a esse ponto, uma delas inclusive diz sobre a influência de algumas famílias aqui no Brasil: “preferem que seus filhos trabalhem e não estudem”. Uma das adolescentes diz: “há pessoas que não estudam porque não têm os materiais, o dinheiro, a roupa [...]”.

Em relação à receptividade no ambiente escolar, uma das jovens venezuelanas menciona ter sido acolhida desde o primeiro dia de aula. “No primeiro dia que eu cheguei, toda a sala estava falando comigo. Eu lembro que todos entenderam eu falar espanhol, e ninguém falava. E eu ria”. Ela diz ter amigos brasileiros. Outra jovem relata: “bom, eu gosto da escola. Eu me acostumei rápido. Tenho alguns professores bons que me ensinam, me ajudam, porque como eu não sabia nada, alguns colegas me ajudam”.

De modo geral, todas relatam gostar de estudar e dizem que a escola na Venezuela não é tão diferente, mas observam que aqui as pessoas “têm todos os meios para estudar e não estudam”, enquanto, na Venezuela, “não têm tantos meios, mas todos querem estudar”. As adolescentes mais velhas demonstram certa “impaciência” para terminar o período escolar a fim de trabalhar e auxiliar suas famílias.

Uma das adolescentes relata que a primeira escola onde tentou se matricular impunha dificuldades, como um excesso de burocracias, para realizar a matrícula, mas desde que entrou na atual escola não tem tido problemas.

Para o grupo de jovens bailarinos, a questão do acesso à educação está mais diretamente ligada à questão financeira. Os jovens falam da incompatibilidade entre a formação que eles já fazem e o desejo de frequentarem a universidade, pois a maioria precisa trabalhar para se manter e bancar o sonho de se tornarem profissionais da dança. Nesse sentido, ressaltam que não há nenhum incentivo financeiro para se dedicarem às suas formações, quaisquer que sejam elas.

[...] mas hoje eu não consigo começar uma outra graduação, porque eu tenho que trabalhar, entendeu? E eu acho que isso falta, esse incentivo pra poder estudar, pra poder ter um trabalho melhor, pra poder ter uma graduação, um mestrado, um pós-doutorado, porque a gente não consegue ter isso.

Além disso, esses jovens mostraram-se preocupados com a reforma do Ensino Médio que, segundo eles, se for efetivada, tiraria disciplinas importantes para a formação do pensamento crítico, citando aquelas do campo das ciências humanas. Os jovens apontaram a diferença de qualidade no ensino das escolas públicas em relação às escolas particulares, ressaltando ainda a importância do sistema de cotas raciais para grupos socialmente excluídos e também do Prouni, por seu papel de permitir o acesso à educação superior. Ressaltaram também a necessidade de valorizar os professores.

A comparação entre escolas públicas e privadas é retomada em outros grupos inventivos. Alguns adolescentes se queixam que o ensino privado é melhor que o público, mas é muito caro e muitos não têm condições financeiras para acessar. Nesse caso, os jovens tocam no ponto de certa inversão de valores ocorrida no Brasil ao longo dos anos, em que as escolas públicas foram sofrendo uma perda de investimento, fruto do processo de desvalorização da coisa pública.

Em uma escola da Regional Leste, alguns adolescentes criticam a lógica do “estudar para ganhar dinheiro”, alegando que ela pode ser encurtada, pois o tráfico aparece como um atalho para o acesso a recursos financeiros. Assim, questionados sobre o valor da escola, são taxativos: “não serve para nada”; outro diz: “eu deveria ter entrado no tráfico mais novo... venho à escola por causa do Conselho Tutelar”. Outros, entretanto, ressaltam a importância de aprender para ter um futuro melhor.

Uma das jovens bailarinas fala sobre como a escola deveria, desde cedo, ser espaço para a conscientização e a reflexão crítica das crianças e adolescentes. Nesse sentido, traz alguns importantes questionamentos:

Por que só temos aula de sociologia e filosofia no ensino médio? Por que já não vem desde antes, para construir uma criança pensante e não uma máquina? Criar pessoas com senso crítico... Geralmente as crianças só copiam o que o professor coloca no quadro. Qual a qualidade do ensino de orientar sobre violência, sobre direitos, sobre senso crítico? E há o entendimento do brasileiro de que o direito é um presente. Fazer o mínimo é um presente, não me violentar é um presente. Ter direito a moradia, a ter comida, tá lá na Constituição, né? A questão é executar os direitos e eles serem garantidos para a população.

Enfim, de modo geral, os adolescentes e os jovens verbalizam a expectativa de que a escola dê suporte nas questões que lhes afligem, não desista deles. Um dos jovens reconhece que muitos colegas não conseguem continuar na escola até o final em função de atravessamentos relacionados a questões sociais inerentes a seu meio: “tem que sair antes por causa das influências no morro, principalmente por causa das drogas”. Ele se questiona: “porque as pessoas, o governo, desistem da gente ao invés de nos ajudar”.

4.2 ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO, DA ESTRUTURA DA ESCOLA E DA ALIMENTAÇÃO

De modo geral, esse é um quesito sobre o qual os jovens demonstram grande conhecimento e condições de contribuir, em função de sua experiência cotidiana nesse equipamento tão fundamental em suas vidas. Quanto à organização e à estrutura, as opiniões se dividem indo aos extremos: do reconhecimento e do elogio a algumas escolas a críticas e denúncias à precariedade de outras. Essa discrepância certamente deve ser devotada ao maior incremento na estrutura de escolas em bairros e regiões mais ricas da cidade, refletindo a grande desigualdade social existente no município.

Em termos da organização e do funcionamento escolar, os alunos se reconhecem como aptos a participarem mais ativamente dos processos decisórios, demonstrando grande interesse nesse sentido. São muitos os que se queixam do excesso de regras e da lógica de funcionamento, o que vai desde a gestão escolar, até o modo como a coisa física é tratada por quem a utiliza e por aqueles que deveriam garantir sua manutenção, como o poder público.

A falta de reformas estruturais, a ausência de itens básicos, como quadras de esportes e até mesmo de biblioteca são pontos elencados pelos jovens. Em uma escola da Regional Barreiro, os jovens enumeram os diversos problemas de infraestrutura: “a escola é suja, as paredes e carteiras são rabiscadas e não são repintadas ou limpas”; “há muito tempo não tem nenhuma reforma”. Uma adolescente da Regional Venda Nova diz que a escola “não tem biblioteca, mas tem câmera em salas de aula”.

Em uma das ocupações visitadas, as adolescentes falam sobre os múltiplos problemas da escola da região: “precisa melhorar muito a estrutura da escola”; “as quadras e os pátios não são cobertos e quando chove não podemos usar os espaços... temos que ficar dentro do refeitório”; “os ventiladores das salas estão quebrados”. Em outra instituição de ensino, um adolescente diz que “a escola poderia reformar as quadras, salas e o muro de entrada que está todo pichado”. Ele descreve a situação da escola como bastante precária.

Merece destaque o modo como a liberdade dos alunos no espaço escolar é cerceada até mesmo nos recintos mais básicos para sua formação. As queixas vão das proibições no uso de bibliotecas, às restrições no uso de quadras de esporte, com poucos horários de uso livre ou subutilizadas nas próprias disciplinas: “pra que ter que estudar teoria sobre educação física, se a gente poderia só fazer exercícios, jogar...”

Os alunos identificam a escola como mais um espaço de controle dos corpos, ao invés de cumprir com o suposto papel de segurança em seus múltiplos sentidos. A segurança deturpada também

aparece apontada em relação à própria arquitetura da escola: “a escola não é bem projetada, deveria ser um lar, mas é uma prisão”.

Essa colocação demonstra como os adolescentes, muitas vezes desconsiderados em suas percepções, na verdade, apresentam muita clareza sobre o contexto em que estão inseridos, atentos às mais diversas questões que atravessam o universo escolar.

Alguns adolescentes criticam os profissionais que trabalham no ambiente escolar: “os profissionais são ruins e chatos”. Perguntados sobre o que mais gostam na escola, alunos da Regional Barreiro são taxativos: “nada! A hora de ir embora!” Outra adolescente completa:

Os professores são muito chatos, um correu atrás de mim por causa do celular. Os banheiros são sujos. [...] Os diretores são igual carcereiros. Qual é sua função quando você chega na escola? Você tem que estar sempre uniformizado. Agora tem política de uniforme: não pode ir sem uniforme que você não vai entrar... chegou atrasado, não entra. Sua única função é ficar sentado olhando para o professor, ou seja, eles não te ensinam a viver, ensinam a você ser submisso. A escola não é um lugar bom. Fora a maior desigualdade.

Quando é demandada a esclarecer sobre o que seria essa “maior desigualdade”, a adolescente relata: “para os meninos a única exigência é a blusa, se quiserem podem entrar até de cueca, agora as meninas não podem com a calça rasgada... muitas exigências”. Outra ainda, completa:

Eu acho que os professores também deveriam usar uniformes, já que eles exigem. As professoras falam mal da gente pelas costas, fora o mapeamento [cada aluno senta no lugar marcado]. Não pode chegar atrasado, mas as professoras vão de carro e a gente vai a pé.

Alguns se queixam de serem maltratados todos os dias na escola. Um jovem reclama de um professor: “me chamou de insubordinado”. Perguntado: “e você se considera?”, ele responde: “sim, eu sou. Eu não vou ser robzinho do governo não. Se eu quero ir ao banheiro, eu vou ao banheiro. Eu sou um insubordinado mesmo. Os professores não deixam a gente usar o banheiro”.

Já as adolescentes venezuelanas relataram que os padrões de uniforme em seu país de origem são bem mais rígidos e que os adolescentes não podem cortar o cabelo de certas maneiras. Segundo elas, os professores não estão indo à escola porque o salário é tão baixo que não compensa o trajeto.

Outro aspecto fundamental diz respeito à segurança nas escolas. Em uma escola na Regional Barreiro, os adolescentes relatam que, no dia da ameaça de que haveria um massacre em escolas brasileiras, houve revistas nos alunos, mas que elas foram mal feitas.

Os grupos inventivos também trazem com frequência a questão da segurança alimentar. O momento do recreio e da merenda aparece com contundência para determinar que um dia seja bom ou ruim a partir da refeição oferecida. Quando questionados sobre o que mais gostam surge de novo esse tema, quando uma adolescente diz: “do lanche”.

Mas, nesse momento em que aparece a questão da comida, as opiniões também variam bastante entre os alunos e nas diferentes escolas: às vezes a merenda é boa – por exemplo, “quando

tem frango assado” –, mas às vezes é ruim. Uma adolescente relata que achou cabelo na comida. Outros adolescentes, escutados no Janela da Escuta, apontam para momentos em que a escola serviu comida crua. São muitas as críticas ao lanche da escola, seja pela falta de cuidado no preparo, seja pela precariedade como fonte de alimento.

Alguns adolescentes relatam que passam fome na escola. Queixam-se de que não participam das decisões sobre o que será servido de lanche: “a nutricionista vai à escola, anota umas coisas, não conversa com os alunos e continua servindo biscoito Cream Cracker que não mata a fome de ninguém”.

Em outras escolas, os adolescentes apontam a comida como “o que tem de bom na escola”. Alguns dizem que “amam a comida da cozinheira! É uma delícia”. Em entrevistas no Janela da Escuta, os adolescentes relataram a boa relação com as cantineiras e o carinho que sentem por elas.

Ainda na Regional Barreiro, os jovens reclamam da diferença na merenda e na infraestrutura do programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) em relação ao ensino regular, alegando que a comida servida é “muito ruim”.

Em uma instituição escolar da Regional Venda Nova, os adolescentes elogiam a comida da escola, mas criticam a variação na qualidade nutricional: “é bom demais, mas às vezes a escola dá vitamina de banana com banana”. A região tem projetos voltados para a cozinha solidária. Segundo eles, “a comida no bairro é cara. Supermercado é longe e os atendentes são muito sem educação... compramos no bairro vizinho”.

Entre os pontos positivos, há aqueles itens que precisam ser mantidos e podem ser replicados pelo reconhecimento de sua importância entre os jovens. Em uma das escolas, os jovens citam a realização de jogos interclasses, iniciativa que parece causar um bom engajamento dos alunos. Uma jovem fala das coisas positivas de sua escola, dando destaque à capacidade da coordenação da escola na gestão de conflitos.

4.3 A RELAÇÃO COM PROFESSORES E OUTROS PROFISSIONAIS DA ESCOLA

Os adolescentes relataram também que, por vezes, são desrespeitados e, em situação de conflito, os seus discursos são colocados em dúvida ou são criticados pelos profissionais da escola. Devolvendo as críticas, eles rebatem: “são mentirosos e não deixa a gente se defender”. Nesse sentido, a principal demanda colocada, acerca do âmbito escolar, é a de serem mais ouvidos: uma escuta sem julgamentos que seja capaz de proporcionar o diálogo entre a equipe pedagógica e os alunos. Eles afirmam que atualmente “sentem não ter quem possa procurar na escola para lidar com suas questões”.

Sobre a relação com os professores, os alunos dizem que há boas escolas públicas, mas que sempre há alguns professores que apenas colocam o conteúdo no quadro para os alunos copiarem. Alguns tratam mal os alunos, têm falta de paciência, trazendo um tipo de queixas que podem ser tomadas como demandas de respeito, de reconhecimento. Como sabemos com Lacadée (2013), assim como os professores, também os alunos apresentam uma demanda por respeito.

Um adolescente diz que “os professores dão muita patada. Não explicam direito, precisa trocar alguns professores”. Outro jovem diz sobre como professores e diretores lidam com os alunos: “a direção só sabe gritar com os alunos”.

Alguns adolescentes da Regional Barreiro falam que os professores não têm paciência e gritam com os alunos. Eles dizem que eles fazem isso com certa frequência e falam que a diretora e a vice-diretora também não têm habilidade para resolver os problemas com eles. Contam que a matéria é passada de qualquer jeito, mesmo que eles não tenham entendido: “a maioria dos professores coloca a matéria no quadro para ser copiada e quem não tiver entendido fica sem entender”. Perguntados se são todos assim, contam de um professor que é “muito legal... uma exceção”. Dizem que ele passa a matéria e caso alguém não entenda “ele volta na matéria até a pessoa conseguir entender”. Dizem que ele é divertido e engraçado, o que os ajuda a terem interesse na aula. Um dos adolescentes fala que esse professor também conversa sobre saúde mental. Apesar de tudo, dizem que ele tem depressão, que perdeu um familiar há poucos meses e que agora enfrenta uma doença grave. Os adolescentes falam com muito carinho sobre esse professor acreditam que o restante dos professores pode melhorar.

Adolescentes da Regional Norte chegam a relatar um nível de violência ainda mais preocupante por parte de alguns professores para com os alunos, a violência física: “porque a pessoa não é da família, não pode bater”.

Os adolescentes participantes do programa de extensão universitária, que ocorre no Centro de Referência da Juventude (CRJ), acham que a escola deveria fazer mais excursões, ponderando: “apesar de toda quinta trazerem a gente aqui”.

As adolescentes venezuelanas assinalam que em seu país de origem os alunos não “respondem aos professores” como aqui, que o tratamento é muito respeitoso. Sobre a experiência escolar em Belo Horizonte, relatam que a maior parte dos lugares que visitaram na cidade aconteceu por meio das excursões escolares, como ao centro da cidade, ao Jardim Zoológico, a museus etc.

4.4 A RELAÇÃO ENTRE ALUNOS E O PAPEL DA ESCOLA NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

A escola, como lugar da socialização fora da família, é vista por muitos jovens como refúgio contra os conflitos familiares: “muitos alunos vêm para a escola e não querem estudar... mas vêm por obrigação, ou para não ficar em casa, onde há muitas brigas”. Nesse sentido, ela surge como espaço de apoio, de escuta, ou de distração, lazer e prática de esportes. Uma adolescente de uma escola da Regional Norte relatou que era na escola que tinha atividades como futebol e informática. Também experimentou atividades recreativas, como bola de gude, cartinhas e pulseiras.

Para uma adolescente de uma escola da Regional Barreiro, “a escola é um lugar para distrair dos problemas de casa. Na escola tem as amigas, que são uma coisa boa”. Alguns falam que a escola é boa, mas que não gostam muito da escola em si e, sim, de encontrar os amigos. “O problema da escola é que existe muito desrespeito. Falam mal uns dos outros, começam as fofocas e algumas brigas surgem também... Do cabelo, do corpo, da sexualidade, do jeito da pessoa. As pessoas não têm limites”.

Uma das adolescentes contou que mudou recentemente de escola e preferia a anterior, pelas relações que já havia feito. Os jovens dizem que, de modo geral, têm acesso à educação, à arte e à cultura no bairro. Outra adolescente diz que gosta de cultura africana, algo “muito importante e interessante” para ela, e que tem acesso a isso na escola e fora também.

Entretanto, a escola também é espaço de conflitos e, em grande medida, pode-se apontar uma expectativa da parte dos jovens de que ela desempenhe um papel na mediação desses Conflitos. Um adolescente que estuda em uma escola da Regional Leste denuncia que na escola “dá muita briga”. Outros adolescentes discordam dele e falam que aquilo não é briga, mas discussão, conversa. Eles dizem que um fica “zoando” muito o outro. Acreditam que quando há intimidade é possível que eles brinquem, sem que isso se torne uma ofensa. Dois adolescentes brancos dizem que eles são chamados de “macacos albinos” por colegas e falam que eles também fazem esse tipo de brincadeira com seus amigos.

Essas situações, em que os adolescentes trocam provocações nesse mix de ofensas e brincadeiras, são bastante comuns no período da adolescência e da juventude e, geralmente, a violência termina ficando velada. Os próprios adolescentes percebem e conseguem fazer uma crítica do modo como os laços são construídos nessa fase da vida:

Faria uma forma pros estudantes aprenderem do jeito que eles quisessem, na escola você conhece o bullying, a violência. Na porta da escola ficam fumando, num canto os outros dando raio, no outro, as meninas gravando vídeo de funk. Onde inclui adolescente demais, inclui confusão demais... adolescente é desentendido, não sabe lidar com as coisas igual a adulto.

Em uma escola da Regional Norte, multiplicam-se as queixas atreladas às críticas quanto à falta de educação e ao descuido dos alunos entre si e destes com os profissionais da escola: “empurra-empurra”; “é muita coisa que acontece aqui de falta de educação”; “tem que correr atrás para melhorar”; “é muito ruim”; “bem atrasado”; “chega coisa do governo que a professora nunca ensinou”; “a única forma de passar é colando”; “bullying nessa escola tem demais”.

Uma adolescente mais nova, de 12 anos, do grupo de imigrantes venezuelanos, queixa-se de “bullying” e diz que “ninguém faz nada”. Conta que uma colega chegou a cortar um pedaço de seu cabelo e, como resposta, a jovem esperou que essa colega saísse da sala para agredi-la fisicamente. Essa mesma adolescente faz um rápido comentário em tom mais baixo, fazendo uma ofensa racial à colega que a agrediu. As demais adolescentes a repreendem.

Além disso, as críticas também se voltam para o modo como os adolescentes lidam com as coisas à sua volta, como a própria estrutura da escola, por exemplo. Uma jovem fala que a culpa da depredação da escola é dos próprios alunos que sempre destroem. Quando indagada se essa destruição queria dizer algo de uma insatisfação ou reivindicação, outra jovem diz que é preciso falar de uma insatisfação com a civilidade.

As queixas dos adolescentes se multiplicam em relação ao tratamento recebido pelos adultos, principalmente por profissionais de dentro e de fora da escola. Ao falarem sobre educação, começaram comentando a falta de educação das pessoas com eles: dos motoristas, de funcionários de postos de saúde, de funcionários da escola, de professores, etc. Em uma das escolas,

apontam especialmente um coordenador. Segundo eles: “a única coisa que a escola não tem de bom é o coordenador do terceiro ciclo”; “ele não escuta, é folgado. Anota nosso nome o dia inteiro”; “o que menos tem na escola é respeito”; “aqui na escola nós não tem esse trem de ser ouvido”; “são mentirosos e não deixa a gente se defender”.

É bastante nítida a percepção de que os adolescentes têm em relação à escola uma expectativa de que se possa dar tratamento ao mal-estar inerente aos conflitos. Nesse sentido, é grande a demanda por espaços de fala e de escuta, atrelados à possibilidade de uma diminuição da violência, tornando minimamente possível o laço social, mais precário para alguns. Entretanto, muitos adolescentes dizem que a escola não é um lugar onde eles recebem apoio para solucionar esse problema, entre outros que enfrentam. Segundo eles, a escola deveria ser também um lugar de apoio e de proteção. Uma adolescente diz que a escola e os professores deveriam prestar mais atenção nos alunos: “porque os alunos têm muito a oferecer, e cada um é único... não são iguais”.

4.5 SAÚDE E SAÚDE MENTAL NO ESPAÇO ESCOLAR

Os adolescentes estão ávidos por espaços em que possam ser escutados. Eles sabem apontar a escola como o lugar onde essa escuta deveria estar mais bem inserida, uma vez que esse é o espaço que mais frequentam. Assim, é grande a demanda de que a escola venha a comportar espaços e momentos de escuta em relação às suas demandas individuais e coletivas. A falta de espaço para falar e ser ouvido na escola é caracterizada como mais uma violência, não física.

Entre vários adolescentes dos grupos inventivos aparece a sugestão da presença de profissionais da psicologia e da assistência social no ambiente escolar. Esses adolescentes também sugerem rodas de conversa a serem conduzidas por esses profissionais, apontados como os que estão capacitados para acolher as questões psicológicas e emocionais trazidas de casa ou de outras situações de suas vidas, mas também aquelas fundadas na educação, como a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que, segundo alguns jovens, traz muita ansiedade.

“A gente queria ter uma escuta. Um psicólogo, uma salinha de psicólogo. E tipo assim, eu acho que tem coisa que é capaz de ficar com a gente, que a gente não quer contar pra nossos pais.” Essa demanda por escuta advém de diferentes ordens: pelas questões inerentes às mudanças pubertárias, muitas vezes vividas como invasivas do corpo próprio pelo consequente aumento de interesse pela sexualidade e pela ausência de respostas nesse campo; pelas dúvidas inerentes ao futuro, escolhas profissionais ou de ingresso no mundo do trabalho, atreladas às questões sociais e familiares que acompanham os adolescentes e os jovens; pelo excesso de exposição às situações de violência crescentes e cotidianas em suas vidas. A própria ausência de escuta nas escolas e na sociedade em geral é percebida e vivenciada como uma forma de violência “sem ser física”, com múltiplas queixas trazidas pelos adolescentes.

Os adolescentes são claros quanto a isso: “não há espaço para fala na escola”. Não havendo lugar para a escuta do sofrimento do adolescente, esse silenciamento traz severas consequências nesse momento crucial da vida. Uma adolescente frequentadora do Centro de Referência da Juventude (CRJ) faz um desenho durante a conversa e diz que é sobre uma questão importante e que ela acha muito necessário “falar mais sobre a saúde mental nas escolas”.

Para os jovens do Emancipa, os próprios professores e demais profissionais com quem convivem no dia a dia deveriam estar mais preparados e aptos para lidar com as situações trazidas pelos adolescentes. Eles têm clareza sobre a diferença de se ter profissionais formados para tanto, como psicólogos e assistentes sociais. Uma das jovens relatou a pressão que os jovens sofrem, sobretudo os que estão estudando e se preparando para o Enem, defendendo que a presença do profissional de psicologia na escola poderia dar esse apoio tão necessário. Eles dizem da grande ansiedade sentida nesse momento, o que traz sofrimento para todos. Nesse sentido, chegam a sugerir o trabalho por meio de rodas de conversa na escola, nas quais os adolescentes e os jovens possam ser atendidos em grupo, reservando somente para casos especiais o atendimento de forma individual.

Em relação à abordagem da sexualidade no contexto da educação, uma das adolescentes participantes relata sua insatisfação sobre a forma como isso ocorre. Para ela, a sexualidade, as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e as formas de prevenções são pautas extremamente necessárias e que todos têm interesse, mas “é sempre abordada com muitas formalidades, e não desperta o interesse da maioria”. Isso nos leva a recordar o caso de uma professora, cujos alunos participaram do programa Brota, que, em um grupo de conversação psicanalítica realizada com professores, dizia de sua dificuldade em compreender o que os adolescentes traziam da ordem da sexualidade, dizendo que para ela se tratava de violência. Nesse dia, os professores estavam bastante angustiados e um deles chega a dizer que temia que não conseguissem “salvar os alunos”. Diante desse quadro, o grupo foi questionado sobre “ter que salvar” ou mesmo “compreender” os adolescentes, que talvez não queiram ser tão compreendidos, já que, segundo o psicanalista Philippe La Sagna (2017), se o desejo deles é um X para eles próprios, pode ser terrível que o outro saiba em seu lugar. Além disso, cabe refletir: como o outro vai saber algo sobre isso? A partir desse questionamento, os professores refletiram sobre o que lhes angustiava, reposicionando-se em relação às questões apresentadas. Ser o salvador pressupõe que o outro, no caso o adolescente, ocupe o lugar de vítima, enquanto compreender apaga a dimensão sempre opaca da sexualidade.

Outra adolescente enxerga a conexão da saúde com a escola principalmente por meio das aulas de ciência. Sobre a sexualidade, reafirma que é importante, por mais que se tenha tabu sobre isso: que se falem para as meninas os cuidados importantes a terem com seu corpo e “sobre como que as coisas funcionam, como que se engravida etc., porque é o corpo das meninas e assim elas podem se preparar e se cuidar contra doenças e gravidez não desejada”.

Em uma escola da Regional Leste, os alunos falam da necessidade de ter ginecologista atendendo na escola, além de uma equipe de enfermagem para atendimento de primeiros socorros.

Ninguém sabe porque tem muita gente de menor aí ficando grávida, parando de estudar... então é muito bom. Uma menina da nossa sala acabou de ganhar um filho na semana passada. A gente não fica confortável, porque a gente é mulher, a gente não fica confortável. Olha só, pra orientar, né? Tem umas coisas que dá pra perguntar.

Ao abordarem o tema da saúde e das políticas públicas, os adolescentes frisaram que é preciso que elas estejam mais próximas dos adolescentes e dos jovens, demonstrando conhecimento sobre o fato de que, assim como a educação, a saúde também é um direito prioritário.

4.6 RACISMO E OUTRAS VIOLÊNCIAS NA ESCOLA

A escola é um local em que a violência também está presente. Essa violência é, muitas vezes, articulada a preconceitos econômicos, raciais e de gêneros. Avolumam-se os relatos a respeito dos dois últimos entre os adolescentes entrevistados, bem como as queixas sobre o modo como os profissionais da escola lidam com tais questões, destacando sobretudo o grande despreparo a esse respeito. No geral, os adolescentes esperam que a escola possa exercer uma função de proteção, de fazer borda à questão da violência, intermediando os conflitos.

Em uma escola da Regional Norte, a violência no âmbito escolar é o primeiro tema abordado: “quero falar da violência aqui da escola”. Segundo os adolescentes, na escola há muita briga: “fica famoso pela direção e pela polícia... porrada. Vem polícia quando a briga é muito forte”; um deles, relata: “teve um menino que ficou de traumatismo craniano. Briga por causa de menina”; “quando machuca, leva na UPA”; “acontece por fofoca ou invenção”. Segundo eles, o coordenador não deixa os adolescentes falarem sobre as brigas e exporem os argumentos que justificariam as agressões: geralmente todos “pagam pela briga de quem brigou”.

Adolescentes frequentadores de uma Organização Não Governamental (ONG) da Regional Nordeste debatem sobre a violência no ambiente escolar. Um adolescente diz que um colega que estudava em uma escola estadual da Regional Nordeste saiu de lá porque houve violência contra ele: “cortaram a mochila dele e roubaram objetos. Ele ficou um mês levando as coisas numa bolsa da mãe... sorte que não dá pra perceber que é de mulher”. Outro adolescente disse que violência é “assalto, tiroteio na rua”, ele nunca presenciou, apenas escutou. Perguntado pela coordenadora da ONG se ele se sentia seguro, ele respondeu que sim. Outro adolescente relata brigas entre alunos, com violência física: “socos, chutes e tapas”.

Um adolescente, aluno de uma escola integrada da Regional Centro-Sul, compara a escola com a que frequentou em outra regional: “aqui na escola, as pessoas me respeitam, me sinto acolhido e na Escola do Barreiro, não”.

A violência atrelada ao racismo destaca-se sobre todas as demais formas e de múltiplas maneiras: em supostas “brincadeiras” racistas, na forma de violência dirigida às religiões de matriz africana, em referência a trajetórias de alguns jovens no sistema socioeducativo.

Quando perguntados sobre a experiência de racismo, o grupo de adolescentes da Regional Pampulha afirma a existência de racismo na escola. Uma adolescente relata como se defende dos ataques que sofre: “sim! Quando fala do meu cabelo, por exemplo, eu brigo mesmo e tiro satisfação”. Outra diz: “é um absurdo, na escola sempre tem alguém que fala mal do nosso jeito, nossos corpos, nossos cabelos. Isso pra mim é violência!”

Adolescentes da Regional Nordeste entendem como racismo ser chamado de algo que não quer: narigudo, orelhudo, preto. A maioria deles relata já ter sofrido racismo e que procuram a direção da escola para serem defendidos. Os efeitos variam em intensidade, mas sempre causam grande mal-estar naqueles que são o alvo dessas formas de violência.

Em uma escola da Regional Norte, um adolescente fala da diferença de tratamento que um jovem negro, tatuado e com passagem no “sócio” tem em relação a um jovem branco e/ou de classe

média. Outra classifica como “violência” o que sofreu em relação ao cabelo, pois se sentiu mal a ponto de se cortar na própria pele.

Em uma escola vinculada a uma ocupação na Regional Pampulha, os adolescentes também relatam que o racismo acontece na escola em forma de brincadeiras, em que são chamados de “negros da senzala” por colegas, ou quando apagam a luz da sala de aula e falam que não conseguem enxergá-los. Uma das jovens acha que a escola deveria intervir nessa situação: “acho que isso não é pra aceitar, né? Afeta, né?”

Os jovens também se queixam do fato de que essas falas acontecem dentro da família, entre os próprios irmãos.

Com relação às religiões, o racismo se volta para aquelas de matriz africana. Uma das jovens, que também é educadora, relata que muito do preconceito que há não se dirige apenas a tais religiões, mas a toda a cultura africana. Ela ressalta que, muitas vezes, o preconceito tem origem na própria escola e que seria necessário mais investimento na educação dirigida para esse tema.

Outro aspecto também levantado pelos jovens em uma casa voltada para projetos na Regional Venda Nova diz respeito à presença da polícia na escola: “tem ‘rotanzada’... só treta, toda polícia vai na escola”. Abordaram diversas vezes a interface entre escola e segurança pública pelo viés da vigilância e do punitivismo, citados como únicas maneiras de abordar o problema da violência nas escolas e nas ruas. Muitos deles dizem se sentirem mais seguros nesses ambientes e apontam a interferência da segurança pública nas escolas como “única solução”. Essa ideia, entretanto, faz com que atentemos para a hipótese de que esse discurso que endossa a entrada da polícia nas escolas seja uma reprodução dos discursos que circulam nas famílias e no próprio território.

Também quanto ao tratamento da escola aos conflitos relativos às questões de gênero, os adolescentes falam da falta de preparo para tanto. Um jovem trans e *Slammer* entrevistado ressalta a necessidade de preparação dos profissionais para receber as pessoas LGBTQIAPN+. Ele destaca que essa situação gera uma segregação ainda maior no âmbito escolar. Conta que tentou o Enem e não conseguiu fazer a prova, pois foi muita burocracia e desrespeito, devido ao fato de ser um homem trans. Ele afirma que não aceitaram seu nome social, mesmo já apresentando os documentos recentes, e que essa experiência lhe gerou mais frustração. Relata ainda que muitas vezes a psicóloga que o atende teve que fazer intervenções na escola diante de um cenário muito transfóbico. O jovem conta que conheceu o *Slam* através de uma oficina na escola e que, muitas vezes, matava aula para frequentar as oficinas. Ao dizer que “matava aula”, porém, pontua que essa expressão deve estar sempre entre aspas, pois “o *slam* também ensina”.

Uma adolescente, aluna de uma escola da Regional Nordeste, diz que, quando acontece algo na escola, ninguém vai à diretoria e que os alunos “preferem resolver coisas no lacre, brigando”. Outra adolescente dá sua opinião sobre a escola:

Nada boa... não aguento mais, e o professor não faz nada. Deixa os alunos se matarem. O professor de ciências fica no celular no horário de aula, enquanto os alunos brigam. A supervisora e a diretora são acionadas, mas não resolvem. Bom na escola é quando tem festa: carnaval, festa junina...

“Na escola tem muito porradão”, fala um adolescente. Relata que já viu muito “porradão na saída da aula” e que os alunos entram em confusão entre eles: “pessoal briga por futebol, esbarrão. Teve uma situação que o povo falou que ia levar gente de fora”. Parte dos jovens considera isso violência, mas outra, nem tanto. De modo geral, não veem risco de morte no “porradão”.

Uma adolescente fala que tinha um escrito na parede do banheiro: “massacre dia 20, às 17 horas”. Todos ficaram preocupados a partir de então. Alguns acham que o massacre na escola seria violência, tal qual o que acontece nos Estados Unidos. “Nem quero falar disso... falam que tem armas, facas...”

Uma adolescente desabafa dizendo que ela não aturava quando passava um carro falando do Bolsonaro. Outro começou a dizer que o Bolsonaro ia pegar eles, como se fosse algo ameaçador, o que fez surgir uma confusão que aos poucos foi se apaziguando, quando um deles afirmou que Bolsonaro nem sabe deles, ou seja, nem os conhece.

No que diz respeito à possibilidade de mediação das situações de racismo pela escola, os adolescentes se ressentem da falta de interesse da escola em intermediar nessas situações. Outros apontam sua incapacidade para tanto e outros ainda apoiam a interferência das forças de segurança pública no ambiente escolar.

Uma adolescente menciona a importância de discutir as questões sobre violência nas escolas, com as crianças e os adolescentes, de forma crítica e trazendo reflexões. Outra ainda relata que soube de uma pessoa ter sofrido abuso sexual no banheiro da escola e que quando foi levar a situação para o diretor ele disse: “você quer que eu faça o quê?”

4.7 A EXPERIÊNCIA DA PANDEMIA E SEUS EFEITOS

Os pobres são um fardo pra essa nação. Os pobres são o motivo do nosso atraso. Esses são os discursos, porque, quando se fala de geração perdida, estão falando dos mais pobres, que ficaram sem ensino remoto. Eu quero dizer pra esse jovem que você tem muita força. Você vive num país injusto que te nega oportunidades. Que nega oportunidade para a sua família há dezesseis gerações, e você tá aqui de pé. Cê é muito forte.

Com as palavras desta epígrafe, Gina Vieira, educadora da rede pública de ensino do Distrito Federal, encerra o documentário “Desconectados: os impactos da pandemia na educação brasileira”, produzido pelo jornal Folha de S. Paulo, em 2022. A professora Gina, uma mulher negra, traduz com a crueza de suas palavras, a experiência de quem parece ter vivido na própria pele o mais corriqueiro embate da sociedade brasileira: o da exclusão de uma parcela específica de nosso povo.

Certa atitude de cautela da educação diante das mudanças tecnológicas dos últimos anos fez dela uma das instituições mais refratárias às transformações operadas na contemporaneidade a partir da inserção da linguagem digital na vida social. Para Lisita *et al.* (2021, p. 166), a escola evitou “submeter-se às pressas ao aparato da digitalização, o que fez com que a educação representasse um dos últimos pontos de resistência, talvez necessária, diante da grandeza de

sua missão”. Essa situação, aliada à precarização do ensino público nas últimas décadas em função da tônica do pensamento neoliberal no país, tornou forte o impacto da experiência da pandemia da Covid-19 à instituição escolar. Conforme Nobre et al. (inédito), esse atraso revelou-se uma situação de verdadeira exclusão digital tanto da parte dos alunos e seus núcleos familiares, quanto da própria escola pública – o que, em grande medida, é correlata à exclusão estrutural que marca a sociedade brasileira.

A questão do contato dos adolescentes e dos jovens com os dispositivos da internet, via redes e plataformas digitais ou, mais especificamente, relacionada ao ensino remoto a que foram submetidos durante a pandemia, foi abordada de modo transversal nesta pesquisa. Entretanto, o uso da internet é foco de pesquisas recentes realizadas em parceria do Janela da Escuta com laboratórios de pesquisa e extensão de outros departamentos da universidade, como o Além da Tela: Psicanálise e Cultura Digital, do Departamento de Psicologia. Esse laboratório realiza um trabalho de escuta em grupo por meio da metodologia de conversação psicanalítica com adolescentes, jovens e também com professores de escolas de Belo Horizonte. Trabalhando na perspectiva da pesquisa-intervenção, o Além da Tela tem como foco investigar os efeitos da cultura digital (NOBRE, 2021) para o laço social, nossa relação com o saber e sua transmissão, atentando especialmente para usos e abusos de redes e plataformas digitais por adolescentes. Convidados a refletir e construir seus saberes sobre tais usos, os adolescentes têm, muitas vezes, na conversação em grupo, a oportunidade de encontrar um hiato, um tempo para refletir sobre sua relação com os dispositivos digitais, o que pode lhes permitir um descolamento, ainda que temporário, apontando para outras direções do laço social.

Não há dúvidas quanto ao acesso e à participação da população de adolescentes e jovens nos dispositivos digitais. Entretanto, as condições desse acesso variam de acordo com as questões econômicas de cada domicílio, da mesma forma como a destinação de recursos às escolas públicas revela-se também bastante precária. Os relatos dos adolescentes e dos jovens sobre esse período refletem os sinais dessa precariedade.

Em relação aos efeitos da pandemia, dividimos os dados colhidos junto aos adolescentes entre aquelas falas referidas ao próprio período pandêmico, o que inclui o afastamento social e a implantação do ensino remoto, e o período posterior à pandemia, que inclui o retorno às aulas presenciais, inicialmente de forma parcial, ou semipresencial, e o modo exclusivamente presencial.

No que tange à experiência escolar durante a pandemia, os adolescentes ressaltam o quão difícil foi a vivência do ensino remoto. Uma jovem diz que sua mãe tinha que ir à escola pegar os papéis das atividades e que era muito difícil fazê-las sem ter a professora para lhe explicar: “tinha que tentar aprender sozinha, utilizando o Google”. Relata que era difícil ter acesso aos materiais *on-line*, por causa da precariedade dos aparelhos eletrônicos que possuía e ressalta que “a presença do professor é muito importante”.

Outra ainda fala que “foi muito difícil [frequentar] a escola durante a pandemia”, pois “não tinha professor para explicar” e tinha que aprender por meio das apostilas: “já tem tudo na escola, nada precisaria ser diferente”. Ela ressalta que a pandemia “afetou muito o emocional de diversas pessoas” e que percebe isso principalmente na escola.

Outra adolescente relata que antes da pandemia se socializava bem e que depois passou a ter dificuldades, pois acabou ficando muito reclusa, “em seu mundinho”, e que ainda hoje sente

difficuldade de voltar a sair e socializar. Uma jovem também ressalta que durante a pandemia foi muito difícil frequentar as aulas, pois nem eles nem a escola sabiam exatamente o que estava acontecendo, confessando: “faltou assistência”.

Em relação ao período de retomada das aulas, os relatos também demonstram o quanto a pandemia afetou a vida escolar presencial. Falando sobre o período atual, um adolescente diz que a escola ficou muito mais difícil com a “quebra” de dois anos ocorrida em função da pandemia. Diz que ficou para trás nos conteúdos, que só tinha as apostilas para estudar e não aprendeu bem. O jovem ressalta que “do ponto de vista da Secretaria de Educação, os PETs eram ótimos, mas para o aluno é diferente, precisa da presença do professor para tirar dúvida”. Outro aspecto que diz ter sentido falta, tendo interferido no aprendizado, foi da interação com os colegas, pois, segundo ele, muitas dúvidas e o aprendizado resultam da partilha entre os colegas.

Uma adolescente diz que a experiência escolar após a pandemia não foi boa: “está sendo desorganizado”. Ela diz que os colegas não sabem “para onde ir ou o que fazer”, e que os professores não estão conseguindo explicar as coisas direito. Além disso, que “é difícil prestar atenção na aula sentindo fome”, apontando para a questão social, que também está colocada.

Foram raros os adolescentes que trouxeram pontos de vista positivos da vida escolar no período pandêmico, como o caso de um adolescente que relatou não ter tido dificuldade e ter conseguido acessar as aulas on-line, fazendo todas as atividades.

4.8 EVASÃO ESCOLAR E PERSPECTIVAS FUTURAS

A evasão escolar é um fenômeno multicausal bastante comum especialmente na realidade do ensino público brasileiro. Entretanto, apesar da variedade de fatores concorrentes para o abandono da sala de aula, quase sempre os motivos convergem para um aspecto: a questão econômica.

Mesmo quando se percebe aumento da evasão na rede privada, esse fator pode ser atribuído à queda no rendimento das famílias. Além disso, é preciso considerar também o incremento da evasão em relação à população preta e parda, bem como em relação às faixas etárias mais altas, além das peculiaridades inerentes ao gênero feminino. Nobre *et al.* (inédito) trazem alguns dados que ilustram esta situação:

Segundo pesquisa realizada pelo IBGE em 2019, das 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, 20,2% (ou 10,1 milhões) não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca a terem frequentado. Desse total, 71,7% eram pretos ou pardos. Os resultados mostraram ainda que a passagem do ensino fundamental para o médio acentua o abandono escolar, uma vez que aos 15 anos o percentual de jovens quase dobra em relação à faixa etária anterior, passando de 8,1%, aos 14 anos, para 14,1%, aos 15 anos. Os maiores percentuais, porém, se deram a partir dos 16 anos, chegando a 18,0% aos 19 anos ou mais. Entre os principais motivos para a evasão escolar, os mais apontados foram a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%). Entre as mulheres, destaca-se ainda o fator gravidez (23,8%) e os afazeres domésticos (11,5%).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) abrangendo os efeitos da pandemia, a taxa de evasão sofreu significativo aumento no início da crise. A ONG Todos Pela Educação revelou que até o segundo trimestre de 2021 a evasão escolar de crianças e adolescentes atingiu 171% de aumento em relação a 2019, o que representou em torno de 244 mil alunos fora da escola no período.

Na rede pública de Belo Horizonte, a evasão escolar é algo bastante comum e os jovens demonstram estar bastante atentos a esse respeito e, além disso, de que a multicausalidade da evasão é de fato um intrincado novelo em que os fios revelam uma tessitura bastante complexa.

Uma adolescente inserida no trabalho protegido frequenta a escola como requisito, mas diz não gostar do ambiente e aprender por conta própria, estudando e se dedicando a assuntos do seu interesse, tal como o direito, especialmente os direitos sociais. A jovem relata ter sofrido violações na escola, mas aprendeu a se defender a partir do que lhe garante a legislação.

Outro adolescente conta que, no interior do estado, era colocado pela instituição escolar como “o problemático”, tendo rompido com a instituição e já se encontra atuando no trabalho com cavalos, ainda que seja muito novo. Outra jovem chora e se diz preocupada ao relatar que vários amigos estão deixando de ir à escola, ou indo com menos frequência, porque passaram a ter crises de ansiedade nesse ambiente.

Alguns jovens em internação provisória dizem ser natural a defasagem e a evasão escolar, evitando falar sobre a escola, a educação ou os estudos, apenas acrescentando que não gostam de estudar.

Em outro momento, um grupo de adolescentes, frequentadores de um programa de extensão universitária voltado para essa temática, relatam gostar da escola, mas que tiveram que abandoná-la e entrar para o crime para ajudar a “botar comida em casa”.

Em relação às perspectivas de futuro, muitos adolescentes demonstram ter como meta a continuidade da formação via ensino universitário. Em uma das escolas visitadas, uma jovem assume a fala do grupo: “eu quero ser médica, ele quer ser biólogo, ela quer ser empresária... a gente gostaria de ouvir palestras sobre muitas coisas. Sim, pra gente ter mais uma orientação”. Perguntada se na escola não há esse tipo de atividade, ela responde: “Não, de vez em quando, mas é bem raro. A gente mesmo, que tá no 9o ano, às vezes é um pouco difícil, porque depois do ensino médio já é faculdade”.

Em outro contato, uma adolescente diz que ficou sabendo por meio de uma amiga da mãe que na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) estavam acontecendo cursos de reforço, mostrando-se animada para um curso que estava para começar. Entretanto, nem todos parecem informados sobre as possibilidades de acesso à universidade pública. Em um dos programas de extensão visitados, muitos adolescentes se mostraram surpresos quando, ao visitarem o campus da UFMG, souberam que eles têm direito de vir a frequentar futuramente aquele espaço, que é público.

Outro grupo de jovens reflete sobre a importância do projeto do qual fazem parte, o Emancipa. Todos demonstram estar cientes da importância de projetos de cunho social voltados para a continuidade da formação, argumentando que, se não fosse por ele, não teriam condições de

arcar com um cursinho particular de qualidade, por exemplo. Nesse sentido, apontam a existência desse projeto como sendo fundamental, o que justifica que deveria haver mais espaços como o Emancipa em locais distintos, espalhados pela cidade. Uma adolescente entrevistada diz que a escola é muito importante: “é onde se aprende coisas sobre matemática, português, ciências, sobre o mundo, História do Brasil, de outros países. É onde se aprende muita coisa que se leva pro futuro”.



Figura 5 - Cartão “Educação”
trabalhado em grupo inventivo.

Fonte: Foto de Guilherme Fernandes –
Acervo da pesquisa.

4.9 PROPOSTAS DOS ADOLESCENTES

Listamos a seguir algumas das propostas dos adolescentes recolhidas nos grupos inventivos:

- Um adolescente afirma que: “a cidade deveria ter mais escolas de tempo integral com projetos, aula de dança, aula de livro, artesanato, e não somente estudo, como acontece em algumas. Isso ajuda no futuro. Na nossa escola temos inglês, teatro, passeios pela cidade. A escola leva ao museu, teatro, museu de arte. Toda sexta-feira tem passeios diferentes”;
- Um adolescente propõe uma mudança total na escola: “eu mudaria a educação. Tudo. O sistema... a escola não seria a prisão que é. Um ambiente livre, onde podemos nos sentir livres e não oprimidos, que possamos gostar de ir pra escola... deveria ser assim, confortável

[em referência ao grupo inventivo], onde todos falam, debatem, demonstram a opinião, onde todo mundo é ouvido, é respeitado. Isso não ocorre em nenhuma escola municipal do mundo. Muito do que está sendo ensinado é inútil, por isso muitos param de estudar... como funciona, as regras, iria implementar novas matérias: economia, educação básica... há pais que não ficam em casa ou simplesmente não ligam para os filhos... ensinar como sobreviver em uma sociedade... [dizer] por favor, obrigado, [ensinar] a não ser racista [...], comunicação, ética, defesa pessoal para as meninas, como identificar um abusador, defesa pessoal para sair de um ambiente hostil, culinária... preparar as crianças, que são o futuro do Brasil, para o mundo”;

- Outro jovem diz que melhoraria as escolas públicas, pois elas não têm o mesmo tratamento que a escola particular. Além disso, também melhoraria a merenda;
- Um adolescente diz que a escola explica as coisas de forma muito geral, universal, e deveria olhar de modo mais individualizado para cada aluno;
- Outro adolescente, ligado ao movimento cultural Duelo de MCs, traz a proposta de uma reestruturação na grade curricular que abarque as suas origens, citando como exemplo as batidas do *funk*, que são de origem africana. Defende ainda que haja conteúdos que contemplem nossa cultura latino-americana. Além disso, propõe que as escolas preparem seus amigos para o mercado real de trabalho: “tratar de forma mais adequada, na educação, de temas importantes da nossa cultura, tais como as culturas de matriz africana e dos povos indígenas para que, desde a mais tenra idade, as crianças e adolescentes possam ser melhor orientados, sobretudo de forma a reduzir o preconceito e os estereótipos; porque, inclusive, é necessário esse preparo, debate e cursos aos profissionais que ali atuam”;
- Uma adolescente afirma que: “investiria mais na educação, pois isso muda a cultura de um bairro, de uma cidade, de uma nação, de um povo. Relataram que a falta de educação impacta muito na falta de consciência política das pessoas, inclusive”;
- Um adolescente frequentador do *Slam* defende a pauta de que as escolas precisam se preparar mais, intervindo com diálogos, cursos e escuta sobre identidade de gênero e orientação sexual. Segundo ele, seria um primeiro passo, mas muito importante, para diminuir a segregação e a violência recorrentes em relação às pessoas LGBTQIAPN+;
- Um estudante destaca que: “[...] ter psicólogos nas escolas para conversar com os alunos, principalmente se estiverem passando por algum problema e para terem o suporte que, muitas vezes, não têm em casa”. Ou ainda: “ter equipe de saúde na escola: enfermeiro, médico”;
- Uma adolescente diz que as escolas deveriam ter programas de apoio para jovens que bebem, fumam e utilizam drogas. Para ela, ao invés de a escola moralizar e excluir os jovens que fazem uso de alguma substância, deveria buscar compreender que isso faz parte da realidade da favela e pensar formas de acolher esses jovens, sem negligenciar essa questão e excluí-los como infratores;
- Muitos adolescentes fizeram propostas quanto à organização da escola e seus aspectos estruturais. Merece destaque a questão da merenda, motivo de muitas queixas e com múltiplas recomendações de melhoria: “servem arroz, feijão e macarrão já de manhã”. Ou:

“precisam aumentar o recreio, que é muito curto, e precisa melhorar a merenda”. Outro diz, ainda: “não dá tempo para lanche, conversar e brincar...”;

- Ainda no aspecto estrutural, muitos estudantes destacam a deficiência ou até mesmo a ausência de bibliotecas: “colocaria uma biblioteca lá”; “renovaria os livros da biblioteca”. Quanto ao funcionamento escolar acrescentam: “eles precisam deixar a gente entrar na biblioteca, conhecer os livros, levar para ler”;
- Uma estudante destaca o quesito segurança escolar: “se eu fosse prefeita, eu ia melhorar a segurança, colocaria segurança na escola pra evitar brigas e não haver mais suspensões”. Uma jovem argumenta que, para uma escola melhor, é importante ter mais professores e mais alunos dedicados e ressalta a importância de se ter outras atividades como mais excursões, poder ir a lugares que se estuda, ver sobre o que se está estudando, visitar museus, parques, etc.;
- Outra jovem, ouvida por meio do Programa Janela da Escuta, diz que faria uma escola onde não haveria provas como forma de avaliar o desempenho do aluno, mas, sim, “brincadeiras difíceis”. Diz também que construiria uma “enorme escola de línguas, onde se ensinaria várias línguas do mundo e os alunos poderiam passar o dia todo lá e até mesmo dormir... mas seria diferente de um internato”;
- Outra adolescente destaca a importância de que a escola aborde o tema da educação e da gestão financeira, o que poderia trazer efeitos práticos, melhorando a vida das pessoas. Outra finaliza: “poderia se aumentar os salários de todo mundo”;
- Em relação aos professores, os adolescentes frequentadores de um programa social acham importante que na sala de aula tivesse, além do professor, um auxiliar, “assim como acontece no socioeducativo, que aí o aluno pode ter uma atenção direcionada”. Outro diz que investiria nos professores, aumentando o salário.

4.10 SUGESTÕES

No que diz respeito às propostas dos jovens para a educação, as respostas variam da crítica extrema, em que se “acabaria com as escolas” ou “mudaria tudo”, ao incremento de sua presença em seus cotidianos, por exemplo, no aumento de escolas com jornada de tempo integral, oferecendo formações extracurriculares.

De modo geral, as soluções para a questão “se eu fosse prefeita/o” variam do aspecto macro, como o maior investimento de recursos no campo como um todo, ao mais específico, que vão desde a construção ou mesmo manutenção de espaços de socialização, como quadras de esporte e seu entorno, a itens referentes ao mínimo de conforto, como a instalação ou a manutenção de ventiladores e de cortinas para as salas de aula.

A aproximação da saúde à vida escolar foi tema constante, especialmente da saúde mental, refletida na demanda por escuta psicológica. É notável a grande demanda dos jovens por espaços de

fala não voltados para questões escolares, onde possam se expressar a respeito de suas questões pessoais de forma livre e sem a guia da dimensão pedagógica ou curricular.

As discussões acerca da sexualidade no ambiente escolar, não apenas reduzida a conteúdos meramente biológicos, esses mesmos já bastante raros, são também uma necessidade apontada. Grande parte dos jovens não entende como um tema tão central na vida humana e tão presente na sociedade como um todo pode permanecer excluído justamente do espaço escolar.

Outro item de destaque nas propostas refere-se à necessidade de que a escola possa dedicar espaço para discussões culturais e religiosas, especialmente aquelas oriundas de povos ancestrais, bem como sobre aspectos políticos da sociedade, visando diminuir o preconceito e aumentar o nível da reflexão política entre os jovens.

Um ponto objetivo e bastante relevante com relação ao acesso à escola diz respeito ao fornecimento de passe-escolar, que deveria ser fornecido gratuitamente e sem burocracias para os estudantes, evitando-se a evasão escolar, como no caso relatado pelos jovens que participaram do grupo inventivo na Regional Oeste. É altamente recomendável que essa política seja, de fato, priorizada, já que é condição para a presença de muitos jovens na escola.

É preciso destacar ainda como uma lacuna discursiva a ausência do tema da inclusão escolar na pesquisa feita com os adolescentes. Recomendamos a ênfase nessa temática em estudos posteriores, o que não dispensa uma atenção especial da Rede Municipal de Educação com tema de tamanha relevância. Embora tenhamos pesquisado em diversas escolas das diferentes regionais, enfatizando a importância de um convite à participação na pesquisa aberta para a comunidade discente, não houve a presença de alunos com questões específicas relacionadas à inclusão escolar.

Sendo assim, recomendamos que o direito à educação seja pensado de forma interseccional com as políticas antirracistas e de combate à violência contra a população jovem. Advogamos por uma educação com competência cultural, que promova a diversidade e aproxime os programas curriculares e práticas escolares dos contextos sociais, religiosos, econômicos e da história de cada população de adolescentes. Ressaltamos a proposta de uma dessas adolescentes, segundo a qual a escola deveria funcionar como espaço de acolhimento para os jovens que usam álcool e drogas; e que essa realidade, assim como a da sexualidade dos adolescentes, deve ter um lugar não estigmatizante no escopo das políticas de educação.

É preciso citar ainda os Projetos de Lei aprovados pela Câmara Mirim em 2023, dentre os quais merecem destaque: o projeto de número 4, que estabelece a inclusão da Educação Profissional na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte; e o projeto de número 12, que institui a Educação Antirracista nas escolas do Município.

Por fim, além dos Projetos de Lei, os vereadores-mirins também elaboram Indicações (Anexo 6) que, por dependerem de verba para serem implementados, são encaminhadas diretamente ao Executivo Municipal. Nesse caso, o destaque vai para a Indicação no 4, que sugere ao Executivo que, “por meio de seu órgão competente, institua a Política Municipal de Acompanhamento Psicológico e Social nas escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH), tendo como público-alvo educandos, educadores e demais profissionais da educação da

RME–BH”. A ideia inclui concurso público para contratação de “equipe diversificada e multidisciplinar composta por psicólogo(a) escolar, psicólogo(a) clínico(a), psicopedagogo(a) e assistente social, em um ambiente previamente definido na escola para atendimento, que contenha: a) sala de recursos; b) sala de respiro; c) sala de descanso”. Recomendamos expressamente a aprovação e a implementação dos Projetos e Indicações elaborados pelos vereadores–mirins para os poderes Legislativo e Executivo.

Referências

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Publicada no DOU-1 de 16-7-1990, p. 13563.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Estatuto da Juventude. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

DALBEN, Â. I. L. de F. **Brota**: uma aposta no adolescente. In: GRILLO, C. de F. C.; LIMA, N. L. de. (Orgs.). **Brota: juventude, educação e cultura**. Visconde do Rio Branco/MG: Suprema Gráfica e Editora, 2020. p. 15 – 20.

FREUD, S. Breves escritos (1910) – Contribuições para uma discussão acerca do suicídio. In: FREUD, S. **Edição Standard das Obras psicológicas completas de S. Freud**, v. 11. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GURSKI, R. R.; LO BIANCO, A. C. A escola sob ataque e o lento cancelamento do futuro. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. esp., p. 156–1576, ANO? Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/80443/48072>. Acesso em: 21 dez. 23.

LACADÉE, P. **La vraie vie à l'école: la psychanalyse à la rencontre des professeurs et de l'école**. Paris: Editions Michèle, 2013.

LA SAGNA, P. L'adolescence prolongée, hier, aujourd'hui et demain. **Mental 23** – Revue Internationale de Psychanalyse. Quel avenir pour l'adolescence? Paris: Nouvelle Imprimerie Laballery, p. 17–28, juin. 2017.

LISITA, H. G. *et al.* A tela como superfície de transmissão: o que os professores inventam na pandemia? In: LIMA, N. L. *et al.* (Orgs.). **Saber e criação na cultura digital: Diálogos interdisciplinares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. p. 149–170.

NOBRE, M. R. A cultura digital e suas incidências no campo do saber. In: LIMA, N. L.; STENGEL, M.

NOBRE, M. R.; DIAS, V. C. (Org.). **Saber e criação na cultura digital**: diálogos interdisciplinares. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. p. 61-76.

NOBRE, M. R. *et al.* **Que escola pós-pandemia?** (Inédito).

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Guia de orientação da Secretaria Municipal de Educação** “**Escola**: lugar de proteção – guia de orientação e encaminhamentos”. Belo Horizonte: PBH, 2019.

Direito à convivência familiar e comunitária



A Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), de 13 de julho de 1990, vieram trazer um novo entendimento com relação aos direitos relativos às crianças e aos adolescentes. Com essas leis, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e para os quais o Estado, a família e a sociedade devem garantir proteção. A convivência familiar e comunitária é um direito que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), sendo que esses vínculos devem ser protegidos pelo Estado e pela sociedade.

A família é reconhecida como espaço privilegiado para a promoção do desenvolvimento e da socialização dos adolescentes, sendo também compreendida como lugar de afeto e de proteção. “De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a família é conceituada como conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos, e, ou de solidariedade” (BRASIL, 2004, citado por BARROS; MACHADO, 2015, p. 190).

Em nosso tempo, encontramos uma diversidade de modos de organização das famílias, que podem ser nucleares, monoparentais, homoparentais, ampliadas, entre outros. Para Lacan (1987, p. 13), “entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura”. O espaço familiar e comunitário pode ser um lugar de acolhimento e de crescimento para o adolescente, mas também pode ser um lugar de muitos conflitos que devem ser enfrentados continuamente a partir do diálogo.

A adolescência é um tempo de travessia e de elaboração, em que tudo está ainda muito incerto. Para Lacadée (2011), a adolescência é a mais delicada das transições e o adolescente necessita, além das suas referências do tempo da infância, construir outros recursos para poder ingressar naquilo que chamamos de vida adulta. Esse tempo de travessia, pelo qual o adolescente passa, requer, da família e da comunidade, uma escuta em que ele seja reconhecido e se torne responsável pela sua palavra e por seu ato. O núcleo familiar tem um papel estruturante nesse processo.

Para garantir o direito à convivência familiar e comunitária é fundamental, além de sustentar outros direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garantir ao adolescente e ao jovem o direito à comunicação. Por isso, iniciaremos nossa abordagem sobre o direito à convivência falando sobre o direito à comunicação. A queixa de não serem escutados, de que não adianta falar porque não são levados a sério, foi uma constante nos grupos inventivos.

5.1 O DIREITO À COMUNICAÇÃO

A respeito da etimologia da palavra “comunicação”, Liesen (2014, p. 90) observa: “a palavra comunicação, que teve sua primeira aparição em português registrada no século XV (comunicação), tem sua origem na palavra latina *communio*, a mesma da palavra comunhão”. Segundo o autor, essa relação entre os termos “comunicação” e “comunhão” – em referência à comunhão cristã –apresenta-se de forma ainda mais clara na língua alemã, em que o termo *kommunizieren* implicaria o ato de participar da comunhão, comungar.

Liesen (2014) também enfatiza a relação entre o termo comunicação e a palavra latina *commercium*, trazendo também à comunicação a ideia de trânsito, de relações de troca. Dessa forma, é possível compreender que a comunicação se refere a uma via de dois sentidos, abarcando um compartilhamento do que é dito, ou seja, uma comunicação que não ocorre sem a relação entre quem diz e quem acolhe o que foi dito, uma “ligação entre duas coisas através de um meio” (LIESEN, 2014, p. 90). A comunicação, dessa forma, pode ser entendida como uma via que liga dois sujeitos, possibilitando que algo seja compartilhado, trocado entre os dois. Propomos, então, pensar a comunicação não somente a partir da ótica do direito ao dizer, mas também em relação ao direito de ser ouvido, ponto basal de toda convivência.

Os adolescentes, em sua maioria, não se sentem escutados. Um deles traz a seguinte indagação: “se minha mãe, que é minha mãe, não me escuta, quem irá escutar?”. Outros adolescentes reforçam: “o diálogo não flui”; ou: “ninguém escuta ninguém”. Eles constatarem que suas ideias e percepções são desconsideradas, não somente dentro da família, mas também em outros espaços de convivência. A escola é um desses espaços citados por eles e, segundo um deles, “não ser escutado me deixa calado, me afasta da escola e das pessoas”. A fala de um adolescente nos grupos inventivos: “não tenho contato com ninguém, fico preso no meu quarto. Minha mãe fica nervosa e desconta tudo em mim” – indica a dificuldade que esse adolescente tem de se relacionar com sua família, dificuldade que não é somente dele, pois apareceu em várias falas de outros adolescentes.

Os adolescentes dizem, nos grupos inventivos, que sentem dificuldade em abordar com a família temas como racismo, assédio sexual, violência de gênero, religião, porque, segundo eles, “suas queixas acabam retornando para eles como lições de como eles devem se comportar, onde eles devem ir, o que e como eles devem vestir”. Nesse contexto, muitas vezes, ao sofrerem alguma violência, as vítimas passam a ser consideradas as causadoras da violência sofrida. Eles escutam respostas como esta: “também você vestindo esta roupa... esperava o quê?”

De acordo com um jovem poeta, é muito difícil falar sobre suas escolhas com os seus familiares:

É muito difícil convencer a família do seu trabalho dos sonhos. Jovem não é levado a sério quando fala que quer trabalhar com arte. A família pensa que isso não dá futuro, não dá dinheiro. Muitas pessoas não estão produzindo arte e estão trabalhando com outros empregos que não têm nada a ver com o que eles querem. Os jovens acabam em subempregos, ganhando R\$ 700,00. Se a pessoa não tem cabeça boa acaba indo pro caminho errado. Há muitos casos desses jovens em que a família é desestruturada e, isso acaba piorando a situação. O hip-hop, às vezes, faz um papel de pai ao acolher esses adolescentes e jovens.

5.2 DIFICULDADES ENFRENTADAS NA CONVIVÊNCIA FAMILIAR

A difícil relação da família com o adolescente vai além da delicada travessia da adolescência. É uma relação complexa e diz respeito, também, a várias violações de direitos experienciados pela família. O recorte social em que a família está inserida deve ser considerado, “pois responsabilidades pessoais não devem ser confundidas com determinações histórico-territoriais do contexto em que as famílias se encontram” (GUERRA *et al.*, 2015, p. 139).

Guerra e Souza (2015, p. 154), em seu texto “A família na psicanálise: considerações para as políticas públicas de assistência social”, chamam atenção para as violações no campo da família que “devem ser compreendidas à luz do interjogo dos mecanismos psíquicos nos quais o individual e o coletivo se entrelaçam”. É preciso não concluir precipitadamente sobre o funcionamento de uma família; é preciso entender, compreender e respeitar as particularidades de cada uma, suas condições subjetivas e suas determinações sociais.

Muitos adolescentes que participaram do grupo inventivo disseram ter pouco convívio com seus pais. Como afirma um jovem: “[em] uma imposição do sistema capitalista que vivemos, meus pais trabalham demais... eles não têm tempo de ficar em casa”. Outro nos diz que “as famílias que moram na periferia, trabalham e dependem do transporte público, por isso têm pouco tempo disponível para a convivência familiar”; e completa: “isso não é uma questão apenas do ‘prefeito/a’, mas da sociedade”. Ao se referirem ao provedor da família dizem: “trabalha, trabalha, trabalha, e não tem dinheiro”. Uma adolescente lembra que, quando era criança, pedia algo para a mãe e ela não podia dar, apesar de trabalhar muito. Ela disse que “hoje a condição financeira da família melhorou, mas ainda não é o ideal; minha mãe continua trabalhando muito, mal consigo tempo para vê-la”.

Já em entrevistas realizadas no âmbito do Programa Janela da Escuta, alguns adolescentes relataram que, na sua própria história de vida, ter saído de casa precocemente, começado a trabalhar ou participar do tráfico de drogas foram decisões motivadas, por um lado, por uma sensação de limitação na convivência familiar ou, por outro, pelo desejo de proporcionar uma condição financeira melhor para seus familiares.

Em muitos casos relatados nos grupos inventivos, as mães assumem o papel de chefes de família, sendo as principais mantenedoras do sustento e dos cuidados com os filhos, mesmo quando há a presença dos pais na família. Conforme nos indica o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023, p. 6),

A maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres. Dos 75 milhões de lares, 50,8% tinha liderança feminina, o correspondente a 38,1 milhões de famílias. Já as famílias com chefia masculina somaram 36,9 milhões. As mulheres negras lideravam 21,5 milhões de lares (56,5%) e as não negras, 16,6 milhões (43,5%), no 3º trimestre de 2022.

Constatamos, durante a pesquisa, que as redes sociais familiares são predominantemente formadas por mulheres e se a mãe se ausenta é a filha mais velha, as avós ou tias que assumem os cuidados com as crianças e com os afazeres domésticos.

A figura do padrasto que, para a mãe, muitas vezes entra como aquele que dará o suporte na educação dos seus filhos, apareceu nas falas dos adolescentes ora como um pai a ser respeitado, ora inspirando indiferença, ora como um intruso violento que distancia o adolescente da mãe e da família.

A avó, muitas vezes, tem um lugar de destaque no dia a dia dos adolescentes e dos jovens, aparecendo como uma referência de cuidado. Muitas famílias moram no mesmo lote ou na mesma casa da avó. É recorrente, nos grupos que a pesquisa escutou, três ou mais gerações residirem na mesma casa. Conviver com várias gerações de forma tão próxima pode intensificar os conflitos geracionais. “A geração atual já não cabe em modelos antigos, pois não vivem mais aquela época, aqueles valores. Atualmente existem outras formas de existir. Forçar um modelo que já não existe acaba gerando segregação e violência”, nos diz um jovem.

Em um Centro de Referência da Assistência Social de Belo Horizonte (CRAS) e em vários outros grupos pesquisados, os adolescentes disseram que havia muitos conflitos em suas famílias. Eles não sabem muito o que fazer, e a quem procurar, quando esses conflitos, ou problemas, estão relacionados aos responsáveis por seu cuidado. Eles perguntaram: “e quando os pais é que são o problema? Falamos com quem?” Essa pergunta apareceu no grupo inventivo diversas vezes e em locais diferentes. Alguns deles dizem recorrer aos amigos, a colegas, enquanto outros procuram o diretor da escola, assim como muitos não sabem a quem pedir ajuda.

Termos como “vagabunda”, “filha da puta” e “não ter o espírito materno” apareceram com intensidade ao se referirem àquelas mães que não cuidam dos filhos: “os filhos vive largado, quando a mãe não cuida”. Segundo os adolescentes que participaram dos grupos inventivos, muitas famílias precisam de apoio e de orientação. O Estado tem a função de atuar na proteção à família fortalecendo sua função social, “melhorando qualitativamente as condições de vida de seus membros em todos os aspectos possíveis” (SILVA, 2015, p. 177).

Os adolescentes dizem que é no espaço familiar de muitos deles que acontecem, de forma intensa, os conflitos, as agressões, a falta de cuidado, o abandono, a negligência, o rompimento dos vínculos. Alguns dizem que fogem de casa para não apanhar, às vezes retornam por não ter como se sustentar, outras vezes passam a morar na rua ou vão para um abrigo.

5.3 A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

A violência intrafamiliar nos coloca em alerta e diante de muitos desafios. Segundo Moreira e Sousa (2012), a violência intrafamiliar é um fenômeno complexo e não tem uma causa única.

Geralmente acontece devido a uma desarmonia nas relações familiares: “a violência intrafamiliar expressa dinâmicas de poder/afeto nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação” (MOREIRA; SOUSA, 2012, p. 17). Conforme apontado por Moreira e Sousa (2012), aspectos como a violência intrafamiliar, que antes do ECA eram tratados como algo restrito ao privado, passam a ser uma questão pública tanto jurídico-policial, quanto da assistência à saúde.

A violência intrafamiliar pode ser entendida como:

[...] toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra (BRASIL, 2001, p. 15).

Segundo Cesca (2023), a violência intrafamiliar deve ser tratada e não punida pelo poder público. O poder público, ao intervir junto à família, deve investigar as causas da violência, garantir os direitos fundamentais de cada sujeito inserido nesse contexto de violência aspirando a saúde mental e a busca da cidadania de cada envolvido, para não se tornar mais um agente repressor. Silva (2015, citando CARVALHO, 2000, p. 14) faz este alerta:

É preciso olhar a família no seu movimento, [...] compreendê-la como um grupo social cujos movimentos de organização–desorganização–reorganização mantêm estreita relação com o contexto sociocultural. O desemprego ou subemprego de membros da família, o uso ou participação no tráfico de drogas, e a falta de recursos para enfrentar suas dificuldades e problemas são sinais que o Estado e a sociedade civil podem oferecer suporte e intervir junto às famílias, melhorando qualitativamente as condições de vida dos seus membros em todos os aspectos possíveis (SILVA, 2015, p. 177).

O motivo que leva um adolescente ou jovem a estar em situação de rua é multideterminado. Na nossa pesquisa, os adolescentes que saíram de casa e se afastaram do seu território indicaram como causas do seu afastamento a violência intrafamiliar, a homofobia, o trabalho no tráfico e a falta de suporte familiar. Um deles nos diz: “é falta de suporte. Quando você vive com família, você vai sofrendo isso daí, chega uma hora que você não aguenta”. Outro adolescente, diz: “a gente tem, vamos dizer, que a nossa família nunca... que não foi lá uma boa assistência”. Outro ainda:

Tem pessoas que escolhem ficar na rua, têm famílias ricas, mas querem ficar nas drogas. No meu caso, fui pra rua por questão de gênero. Fui expulso de casa assim que eu falei a palavra ‘gay’. Antes de eu levar a facada, né, eu pedi pra fugir. Fugi pra não morrer esfaqueado, porque minha mãe usava pedra, aí quando eu contei, ela tentou me matar. Aí eu fugi de casa, fui pra São Paulo, cacei uns meios de sobrevivência... A minha primeira fuga de casa foi com 12, mas com 11 eu já estava conhecendo o movimento, junto com minha prima, que era da rua, mas já saiu, porque teve filho.

Outra forma de rompimento, muitas vezes violenta, que provocou marcas em uma das adolescentes é a separação compulsória entre mães e filhos. Foi possível observar que esses casos de separação compulsória, os casos das “mães órfãs”, envolvem sobretudo mães adolescentes, jovens, negras e pobres. A mãe que vive em situação de vulnerabilidade, que teve seus direitos

violados durante sua vida, é, por muitas vezes, considerada incapaz de criar seus filhos por estar na rua ou em abrigo, geralmente por fazer ou ter feito uso de substância química. Uma adolescente interrompeu o uso abusivo de drogas durante a gravidez pelo desejo de construir sua família, o que ela nunca teve. A partir da gravidez, a adolescente passou a projetar um futuro com seu filho. Essa adolescente morava em um abrigo, tendo perdido a guarda do filho alguns meses após ele ter nascido. O que motivou a retirada compulsória, segundo o que alegou o abrigo para a adolescente, foi o fato de ela não seguir as regras que a instituição impunha. A descrença da equipe do abrigo de que a adolescente poderia, com a maternidade, mudar sua história de vida a partir do nascimento de seu filho, sobrepõe-se às tentativas de mudança da adolescente em construir outra forma de viver. Essa adolescente nos diz que continua com o desejo de ter seu filho consigo de volta e poder mudar sua vida. Guerra e Souza (2015) fazem um alerta a quem acolhe adolescentes e jovens violados em seus direitos desde a infância, sobre a importância de fazer “um contraponto a um ideal institucional que possa apresentar uma única saída”. Segundo as autoras:

A subjetividade está aberta a novas inscrições, a novas marcas [...]. Há sempre uma escrita por se fazer. [...] Para além da história vivida existe uma história a ser construída, que pode advir, possibilitando que (o adolescente) se responsabilize pelo seu acontecimento e tire consequências para a sua vida (GUERRA; SOUZA, 2015, p. 156).

Optamos, nesta pesquisa, por escutar adolescentes e jovens que tiveram alguns ou muitos dos seus direitos violados durante a vida. No momento da pesquisa os vínculos desses adolescentes com suas famílias, muitas vezes, se encontravam fragilizados. Alguns dos adolescentes estavam rompidos com a família e com seu território; outros estavam privados de liberdade e distantes de seus familiares, como é o caso dos adolescentes que saem do interior para cumprir medida socioeducativa em Belo Horizonte.

5.4 O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O CRAS

Muitos adolescentes e jovens em situação de violência se sentem impotentes e perdidos e, em muitos momentos, não sabem a quem recorrer, enquanto outros buscam pontos de apoio na comunidade. Para muitos, a escola é um lugar de refúgio, uma referência. Algumas diretoras, professores e outros servidores escolares têm um importante papel no acolhimento desses adolescentes e na garantia dos direitos.

Outros adolescentes destacam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS como um lugar importante onde podem buscar a garantia de seus direitos, além de ser também um espaço para a convivência.

As associações de moradores de bairros foram mais um local que eles trouxeram como lugar de convivência, já que realizam eventos culturais, esportivos e de lazer nas comunidades. A praça, apontada como lugar de soltar pipa, e o campo de futebol dos bairros são lugares de convivência valorizados pelos adolescentes e pelos jovens.

Os serviços de Acolhimento Institucional da Prefeitura de Belo Horizonte e o Centro Pop Miguilim² são espaços de referência para os adolescentes que se afastaram de suas famílias e estão em situação de rua. Os adolescentes que estão fora da convivência familiar nos dizem: “se não é abrigo, não é mais nada; ou você fica no abrigo ou você dá seu jeito”. Outro nos diz: “o abrigo é igual uma prisão, ninguém pode fazer nada. É igual clínica [de reabilitação], não pode sair”.

O abrigo aparece como um ponto de apoio e sobrevivência para alguns adolescentes, mas também como um lugar de conflitos. Esses adolescentes relatam que não suportam ficar nos abrigos pela hostilidade com que dizem serem tratados pelos técnicos. No momento da entrevista, esses adolescentes tinham vínculo institucional somente com o Miguilim. Já o Miguilim é visto pelos adolescentes em situação de rua como outro tipo de vínculo, um lugar onde o respeito e a liberdade existem. “Aqui no Miguilim fomos recebidos ‘pela ordi’, nunca mais paramos de voltar”.

O Miguilim é apontado como um espaço que deveria expandir sua atuação, atendendo adolescentes também no período noturno. Os adolescentes que participaram do grupo inventivo no local apontaram para a necessidade de sua ampliação: “a cidade deveria ter vários Miguilim”. Para eles, os abrigos deveriam funcionar com a mesma lógica do Miguilim, proporcionando-lhes mais liberdade de ir e vir.

Se o Miguilim funcionasse como abrigo, da mesma forma como é de dia, de noite poderia até ser menos educadores. Nossa seria muito bom. Não é por causa da estrutura da casa, é por causa das pessoas e da liberdade que você tem: lá no abrigo você só pode sair na hora que eles querem, aqui pode sair pra fumar cigarro ou dar um rolê. É por causa das regras dos abrigos que eu prefiro nem ficar lá. Por causa das regras do abrigo, os adolescentes ficam mais na rua. Porque, tipo assim, a maioria dos jovens que tá na rua hoje é com ‘turbulência’, mais agitado, é menino solto, mais atentado, mais aprontão, já é bolado, quer fumar, usa droga, age sempre do mesmo jeito, aí num pode no abrigo vai entrar só aquilo ali. Aí os que têm a mente igual a minha, vai pra rua. Bem melhor ficar na rua. Mesmo com tudo que tem na rua.

Um adolescente faz a seguinte reflexão:

Vamos ver né... a liberdade é uma coisa essencial. Eles [técnicos do abrigo] sabem que a gente também é ser humano, então tem que colocar essa parte pra eles terem essa noção. E a outra coisa é igualdade, muitas das vezes não tem isso. Em abrigo é tudo briga, só se vive em harmonia por três dias, só quando você chega... na verdade só quando você sai, porque quando você chega, a paz já some. Eu odeio morar em abrigo. Tem gente que gosta por conta da mordomia, você não vai fazer nada, você vai comer coisas da prefeitura, não vai precisar pagar uma conta de água. Agora, as pessoas que estão batalhando pra ter alguma coisa, já não tem. Igual eu, já teve caso de eu comprar bastante coisa e ser roubado dentro do abrigo, por pessoas que usam drogas. Se eu tiver com dinheiro, só posso entrar se for do meu trabalho, se eu comprar algo, tenho que mostrar a notinha, porque tudo é dado

2 O Centro Pop Miguilim é um serviço ofertado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para crianças e adolescentes que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, que oferece atividades socioeducativas, espaços de guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação e provisão de documentação bem como endereço institucional para utilização do usuário como referência.

como roubo pra nós, acusam os adolescentes do abrigo. É sempre assim, a gente é menosprezado até dentro do abrigo. Eu sou tratado diferente no abrigo, porque sou diferente, leio bastante. Eu falo que pra ser uma pessoa vivida, você tem que ter inteligência. Aí eu vou estudando, e o que eles falam a gente leva nos estudos, ou a advocacia, a política. Igual, eu já sofri homofobia dentro do abrigo, e não sofro mais por conta da advocacia, porque eu estudei pra saber sobre direitos humanos. Eu conheço cursos online, e vi sobre minha área. Estudo essas coisas por conta própria, porque é sempre bom. Não é na ASSPROM ou no meu trabalho que tive esse curso.

Um deles nos diz sobre as violências sofridas no abrigo: “[há violência] de todas as formas que você imaginar: verbal, física... Lá é só Deus”; “eu já vi caso de educador batendo em adolescente”. O adolescente sugere que “os técnicos devem ser humildes, ter experiência com adolescentes, serem formados em psicologia, não apanhar, só fazer o trabalho, que [eles] respeitem as [nossas] famílias”. Outro nos diz:

Nos abrigos de 7 a 12, tive uma experiência boa. Depois que fui pros de 12 a 18, não tem. Nos de 7 a 12, as pessoas te dão banho, não tem briga, não tem confusão, é tudo criança. Nos de 12 a 18 começa a ter mais maldade entre os adolescentes, alguns até dormem de olho aberto com medo de levar facada do outro.

Por outro lado, alguns adolescentes identificaram os abrigos como lugares que os acolheram quando foi preciso, onde se sentiram protegidos e tiveram seus acessos aos direitos possibilitados. Um adolescente relata:

Cada um de nós aqui já passou cada coisa pesada. Chega uma hora que ninguém aguenta. É que nem a minha primeira vez. Primeira vez nem foi eu, porque eu era muito pequeno, mas eu tive que chamar a polícia. Não queria, mas me levaram para o abrigo. Foi a primeira vez que eu vim para o abrigo. A segunda eu já tive que pedir para vir, porque o pessoal da minha família já estava jogando na minha cara. Se você continuar assim, você vai para a rua. Eu preferi vir. Eu falei: ‘pode entrar aqui dentro do abrigo porque senão eles estão jogando na minha cara toda vez.’ Ninguém aguenta, não.

Outro adolescente também aponta:

Vamos dizer que as pessoas que estão aqui sentadas [se referindo aos outros jovens], teve uma vida, entre aspas, perturbada no rumo. A minha mãe me pegou e me abandonou na casa de alguém, só. Muitas pessoas que estão aqui, tipo, passam coisas que eu acho que realmente, se não tivesse aqui, já teria ou se matado, ou já teria morrido na mão de alguém. Muito fácil. Vamos dizer assim, sabe?

Quanto ao Conselho Tutelar, alguns adolescentes apontam que o órgão precisaria melhorar sua atuação na proteção às crianças e aos adolescentes, inclusive para aqueles que já estão na rua. Para alguns deles, a atuação do Conselho acaba sendo mais na perspectiva do controle. Além disso, alguns dizem que gostariam que o Conselho Tutelar orientasse seus pais. As pessoas eleitas conselheiras “às vezes não conseguem ajudar”. A eleição de Conselheiros Tutelares parece-lhes um momento importante e que deveria ter mais divulgação, pois muitos deles não sabem nem como e nem quando acontecem as eleições.

Após a ruptura com a família, os adolescentes passam a construir novas possibilidades de convivência: “família são os amigos com quem a gente pode contar”, diz uma jovem ao falar com veemência que não irá retornar para sua família nunca mais. Outros mencionam parceiros/a e filhas/os das novas configurações familiares. Outros mencionam o sonho de ter filhos como projeto para ter uma família.

5.5 CONVIVÊNCIA COMUNITÁRIA

A possibilidade de frequentarem espaços de lazer, cultura, arte, esporte e também instituições sociais é fundamental e contribui para o fortalecimento de vínculos sociais e familiares dos adolescentes e dos jovens. Nos grupos inventivos eles demandam mais espaços como esses.

Apesar de vários adolescentes mencionarem que preferem “conviver somente entre eles e também de forma individual mesmo”, outros citam grupos dos quais fazem parte.

Os grupos de WhatsApp são citados por eles como uma forma de encontrar pessoas que têm os mesmos interesses, por exemplo, o caso dos metaleiros, de *cosplays* e também dos chamados “excluídos dos excluídos”. Fazem parte desse grupo jovens que não se encaixam em outros lugares da sociedade, que se reúnem no cemitério do Bonfim, aos domingos, em um formato de piquenique. Um adolescente relata que “eles acham um lugar pra todo mundo ser esquisito juntos... esse tipo de rolê se chama *underground*”. E acrescenta: “os meus rolês e os meus amigos sempre são muito inseguros. Ah, são lugares que pessoas normais não iriam. É o encontro das pessoas esquisitas que não se encaixam na sociedade”.

Para outros jovens, a participação em grupos se dá através da identificação e do interesse por questões políticas, como os grupos de mulheres que utilizam bicicletas para se locomoverem e que discutem a mobilidade urbana, o preço da tarifa de ônibus, as ciclovias e a acessibilidade. Uma adolescente diz: “várias mulheres que se uniram para poder ter um espaço mais seguro para a gente poder conversar sobre isso”.

Outros criaram grupos “particulares” para poderem pesquisar sobre alguns temas e transmitir os achados por meio da arte, transformando em espetáculo ou palestras. Um dos jovens criou um núcleo de pesquisa e investigação em artes e fala de um dos resultados de sua pesquisa: “recentemente nós apresentamos um espetáculo com a pesquisa sobre o ritmo do *funk*, o que originou o *funk*, e a gente traçou todo o percurso dele desde a pré-colonização até os dias atuais”.

Alguns adolescentes utilizam também a própria rua para se encontrarem e jogarem futebol ou soltarem pipa. Esses encontros e espaços de convivência também ocorrem institucionalmente, por meio de grupos como os do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos existentes (SCFV)³, executados nos CRAS.

3 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um “serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social” (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p. 16).

Outro jovem mencionou ter um grupo que realiza aulas de violão. Outro ressalta a importância de “compartilhar a sua história, as experiências. Nem que seja, sei lá, uma agulha de conhecimento. É tipo... pequenininho... mas pelo menos, sabe? Tem alguma coisa ali”. E, conclui, “todo mundo é diferente, você já vê essa ideia, mas é um pensamento diferente”.

Podemos afirmar, seguindo Vicente (2000, citado por FURTADO *et al.*, 2016, p. 140) que,

[...] os vínculos comunitários e familiares têm uma dimensão política na medida em que tanto a construção quanto o fortalecimento dos mesmos dependem também, dentre outros fatores, de investimento do Estado em políticas públicas voltadas à família, à comunidade e ao espaço coletivo – habitação, saúde, trabalho, segurança, educação, assistência social, desenvolvimento urbano, combate a violência, ao abuso e à exploração de crianças e adolescentes, distribuição de renda e diminuição da desigualdade social, meio ambiente, esporte e cultura, dentre outros.

5.6 PROPOSTAS DOS ADOLESCENTES

Família:

- “Apoio psicológico às famílias e, em especial, às mães”;
- O jovem *Slammer* propõe que haja uma “reinvenção nas configurações familiares; forçar o modelo antigo gera segregação e violência”;

Conselho Tutelar:

- “Melhor preparo dos profissionais dos Conselhos Tutelares, pois muitas intervenções são equivocadas”;
- “Orientar a família e de que, na falta da família, aqueles que viriam a desempenhar sua função”.

Abrigo:

- “Os técnicos [do abrigo] devem ser humildes, ter experiência, formados em psicologia, não ‘aperriar’, só fazer o trabalho, que respeitem as famílias deles”;
- “Aumento de equipamentos como o Miguilim, pois lá há respeito pelos adolescentes e liberdade”;
- “Os adolescentes devem poder dormir no Miguilim”;
- “Os Abrigos devem adotar a forma como o Miguilim lida com os adolescentes, com liberdade”;
- “Construir casa para os moradores de rua, abaixar o preço do aluguel”;

5.7 SUGESTÕES

Cada adolescente tem a sua história, suas construções e seus arranjos a partir de seu encontro com sua família e com sua comunidade, em um determinado tempo e espaço. Cabe ao poder público debruçar-se sobre esses arranjos e rearranjos e escutá-los para propor políticas públicas que os alcancem, garantindo seus direitos. A construção de uma rede de sustentação, que privilegie as necessidades e os desejos dos adolescentes, que garanta os direitos estabelecidos no ECA, é um dispositivo primordial no campo das políticas públicas.

É importante que a política pública propicie a criação de canais onde os adolescentes menos ouvidos tenham espaço de interlocução, em que possam ser efetivamente escutados. Um bom exemplo pode ser encontrado na Câmara Mirim, onde adolescentes já fazem esse exercício. Recomendamos que projetos, como o dos vereadores-mirins, possam ser ampliados, de modo a contemplar também adolescentes e jovens com percurso nas ruas, institucionalizados, indígenas, quilombolas, imigrantes, entre outros. Além disso, é importante abrir espaço de representação para todos esses grupos nos Conselhos Municipais, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/BH), entre outros que tratam de temáticas do interesse de adolescentes.

A atenção na relação de troca entre dizer e ser ouvido se faz fundamental para que o direito à comunicação e o direito à convivência ocorram. A exclusão de um dos dois, dizer e ser ouvido, impossibilita que esse elo entre sujeitos se consolide, tornando-se um empecilho para a convivência familiar e comunitária.

O grupo inventivo que aconteceu no CRAS da Regional Oeste nos confirmou como os adolescentes mudam de posição ao perceberem que suas falas, posições e saberes são considerados por aqueles que os escutam. Além de querer escutá-los, os pesquisadores ressaltaram e demonstraram a intenção de instigar a construção de uma cidade possível e desejável para os adolescentes. Já no início da conversa no grupo inventivo, a técnica do CRAS que acompanhava os adolescentes advertiu aos pesquisadores que aquele era um grupo de adolescentes muito tímidos, que falavam muito pouco. No decorrer da pesquisa, entretanto, todos os adolescentes explicitaram suas ideias e deram sugestões, causando uma grande surpresa à técnica que, ao final, comentou: “Nossa! É a primeira vez que todos falam!”. Assim, propomos aos técnicos dos serviços que lidam com os adolescentes que considerem essa premissa de trabalho: muitas vezes os adolescentes respondem do lugar de onde são vistos e nomeados. Frequentemente eles nos surpreendem se nos despojamos dos nossos preconceitos e saberes prévios, dispondo-nos a escutá-los de forma digna.

Nossa escuta durante a pesquisa buscou investigar as falas dos adolescentes sobre os diversos aspectos e temáticas. Como assegurar o direito à convivência familiar e comunitária quando a expressão desses adolescentes não é considerada? Como sustentar o vínculo familiar quando há tantas violações de direitos? Os adolescentes nos propõem um caminho: apoiar psicologicamente a família e não idealizá-la de forma estanque, em percepções que já não condizem com a realidade das famílias atuais, que são múltiplas e singulares.

A partir das legislações vigentes já citadas, as famílias ocupam o lugar central do contexto social. O Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à

Convivência Familiar e Comunitária de Belo Horizonte (2012), aprovado pelo CMDCA/BH, já associava a violação de direitos de crianças e adolescentes “a fatores estruturais e históricos da sociedade brasileira”. Nesse plano, já constava a desafiadora tarefa de fortalecer ações públicas e sociais direcionadas às famílias, pois já era claro, naquele ano, a importância de acompanhar sistematicamente serviços e programas de orientação, apoio e proteção às famílias vulneráveis, fragilizadas em seus vínculos sociais e intrafamiliares.

Destacamos aqui a situação em que meninas, menores de 16 anos, assumem a responsabilidade pelas tarefas domésticas e cuidados com as crianças da família e, em outras situações, cuidam das filhas das vizinhas que se ausentam de casa para trabalhar. Essas adolescentes reclamam de não ter tempo para fazer as atividades escolares ou outras atividades quaisquer. Não adianta falar sobre isso com seus familiares, pois a mãe precisa trabalhar e “alguém tem que cuidar das crianças”, como nos diz uma adolescente. Nesse sentido, recomendamos expressamente que haja um aumento de vagas nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) da Rede Municipal.

Os adolescentes apontam a importância da ação do Conselho Tutelar que, para alguns, deveria orientar suas famílias. Recomendamos que haja uma formação continuada para os conselheiros tutelares e a promoção de uma ação articulada às políticas públicas. Vale ressaltar que os Conselhos Tutelares têm como uma de suas atribuições assessorar o poder executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas para a garantia dos direitos dos adolescentes.

A formação técnica constante, o apoio de uma equipe transdisciplinar (representantes das diversas ações políticas municipais para a adolescência e a juventude) nas discussões dos casos que chegam aos Conselhos Tutelares, aos Abrigos, às Repúblicas e ao Miguilim tornariam as condições de cada caso mais coletivizadas. Construir uma rede de apoio às famílias e aos adolescentes em momentos de fragilidade, a partir do que cada família ou adolescente indica, nos parece ser um começo para potencializar, fortalecer e garantir os direitos previstos em lei. Essa mesma estratégia pode acontecer para as famílias que ainda não chegaram ao Conselho Tutelar, mas que as ações municipais identificam como vulneráveis.

Referências

BARROS, L.; MACHADO, L. Família e Estado: Desafios na construção da política de assistência social. In: GUERRA, A. *et al.* (Orgs.). **Violência, território, família e adolescência**: Contribuições para a Política de Assistência Social. Belo Horizonte: Scriptum, 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-aco-es-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_>. Acesso em 28 nov. 2023.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em < https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf >. Acesso em 30 nov. 2020

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: SNAS, 2009.

CESCA, T. B. O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. **Psicologia e sociedade**, [s/l.], v. 35, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000300006> Acesso em: 24 nov. 2023.

DIEESE. **Boletim Especial** – 8 de março – Dia das Mulheres. Março, 2023. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

FURTADO, A. G.; MORAIS, K. S. B.; CANINI, R. O direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes: Construção histórica no Brasil. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 131-154, jul./dez. 2016.

GUERRA, A. *et al.* **A assistência social pública na interface entre subjetividade e política**. Belo Horizonte: Scriptum, 2015.

GUERRA, A.; SOUZA, M. A família na psicanálise: considerações para as políticas públicas de Assistência social. In: GUERRA, A. *et al.* (Org.). **Violência, território, família e adolescência: Contribuições para a Política de Assistência Social**. Belo Horizonte: Scriptum, 2015.

LACADÉE, P. **O despertar e o exílio**: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

LACAN, J. **Os complexos familiares**: na formação do indivíduo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LIESEN, M. Comunicação: *communio: koinonia*. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 89–97, jul. 2014.

MOREIRA, M. I. C.; SOUSA, S. M. G. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ed. 28, p. 13–25, 28 jul. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552256742002>. Acesso em: 17 out. 2023.

PERUCCHI, J.; BEIRÃO, A. M. Novos Arranjos Familiares: Paternidade, Parentalidade e Relações de Gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **Psic. Clín.**, Rio de Janeiro, v. 19, ed. 2, p. 57–69, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/6B5Y5GQWcBj9dKV4bmhYrmD/>. Acesso em: 17 out. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – PBH. **Plano Municipal de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2018/documentos/cmdca/20161206_plano_convivencia.pdf >. Acesso em: 4 dez. 2023.

SILVA, R. A Assistência Social e sua interface com a família na cena contemporânea. In: GUERRA, A. *et al.* (Orgs.). **Violência, território, família e adolescência: Contribuições para a Política de Assistência Social**. Belo Horizonte: Scriptum, 2015.

Direito à cidade



O direito à cidade, correlato ao Direito ao Território e à Mobilidade contemplado no Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), é um eixo fundamental para o acesso aos demais direitos das adolescências e das juventudes. Mais do que um solo, a cidade deve estabelecer as condições para a efetivação da cidadania e para a qualidade de vida da população. Segundo uma adolescente da ocupação Dandara: “Então, assim, a questão é, tem espaço, tem lugar, só não tem o restante, o que poderia ter ali não tem. É isso, né? Seria bom ter algumas coisas ali”.

O direito à cidade requer que as políticas públicas considerem um “olhar territorial” em sua implementação, reorganizando bens, serviços e equipamentos públicos de modo descentralizado e oferecendo condições de mobilidade que possibilitem aos adolescentes e aos jovens a tessitura de redes próprias, dinâmicas e sob medida, fortalecendo o laço com a vida. Se, por um lado, o território pode produzir marcas no sujeito e aprofundar desigualdades, por outro, o direito de viver a cidade oferta a oportunidade de ser mudado subjetiva e coletivamente por ela, tendo um importante papel para o laço social e para a criação de modos de resistência aos variados processos de segregação.

Considerando o atendimento ao interesse social e a valorização da participação social enquanto premissas para a democratização da cidade, direcionamos nossa escuta ao saber dos adolescentes e dos jovens menos ouvidos, interrogando-os, a partir da metodologia dos grupos inventivos, acerca da cidade em que vivem e capturando o que há de comum e de singular. Reconhecemos ser prioritário escutá-los e sugerir que as ações políticas em torno do direito à cidade busquem atingir preferencialmente os adolescentes e os jovens periféricos, os que vivem em situação de rua, os que moram em ocupações, os quilombolas, os indígenas, os estrangeiros e aqueles com deficiências.

Consideramos que o período da adolescência – e também o da juventude – constituem uma delicada transição (CUNHA, 2014) e compreendemos a cidade como um imenso palco para que

tais processos subjetivos e coletivos aconteçam, na medida em que ela oferece elementos que conduzem o sujeito a um entendimento de qual é o seu lugar no mundo.

Os achados colhidos em nossa pesquisa acerca do Direito à Cidade serão apresentados considerando três dimensões presentes no Direito ao Território e à Mobilidade, conforme abordadas no artigo 31 do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). São elas: Moradia, Circulação e Acessibilidade.

Art. 31. O jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade.

Parágrafo único. Ao jovem com deficiência devem ser garantidas a acessibilidade e as adaptações necessárias (BRASIL, 2013).

6.1 MORADIA

6.1.1 CONDIÇÕES DE MORADIA: POLÍTICA PÚBLICA URBANA E MEIO AMBIENTE

O Direito ao Território contempla as ações que viabilizam boas condições de vida e de moradia. Tais ações dependem de políticas públicas urbanas, as quais devem ser orientadas pelo interesse social e pelo equilíbrio ambiental, tal como preconiza o Estatuto da Cidade, pela Lei Federal nº 10.257 (BRASIL, 2001).

Consonante a essa premissa, foi possível escutar nos grupos inventivos como o cotidiano dos adolescentes e dos jovens depende necessariamente de investimentos na infraestrutura do território onde vivem, tais como melhorias no saneamento, tratamento de água e coleta de lixo, iluminação pública, sinalização das ruas, asfaltamento, transportes, preservação ambiental, prevenção em áreas de risco, segurança, dentre outros.

A respeito da Regional Barreiro, um adolescente afirma que não tem nada de bom, destacando que falta saneamento básico: “é ruim encanação e fiação”. Como afirmou, há muito medo de ser roubado, não tem asfalto, não tem luz e não tem sinal.

Adolescentes residentes do São José e da Vila Pinho se queixaram da estrutura dos bairros, da falta de iluminação da praça e do parque, da falta de manutenção dos espaços, enfatizando banheiros, buracos e sujeira.

No bairro Olhos d'Água, também na Regional Barreiro, os adolescentes apontaram que uma melhoria importante seria a retirada do trilho de uma estrada de ferro já desativada, que divide o bairro em dois, fazendo o calçamento da via. Segundo eles, quando chove, é preciso passar por muito barro para chegar à escola, sujando os seus tênis e pés no trajeto. Essa foi uma queixa importante desse grupo, pois é algo que gera muito incômodo e constrangimento. Relatam que essa via também tem um buraco que a torna insegura.

Alguns adolescentes moradores do Bairro do Pilar, na Regional Barreiro, não reconheceram seu território como parte dessa regional, dizendo que a referência deles para resolver as coisas, como compra de materiais e roupas, era o centro de Belo Horizonte.

Um adolescente residente na Vila Zilah Spósito, na Regional Norte, opina que o lugar onde mora “é violento, sujo, tem muita terra e areia, as vacas atrapalham... a infraestrutura do local precisa melhorar”.

No bairro São Geraldo, na Regional Leste, um adolescente observa como as ações para coleta de lixo não acompanharam o crescimento comercial do bairro. Esse crescimento é apontado como tendo um impacto negativo na cultura local:

Era como se fosse um feudo, porque parece uma cidade de interior. Todo mundo se conhece, compra ali e se depender a gente nem precisava ir para outros lugares. Era maravilhoso, mas nos últimos 5, 10 anos, começou a ter esse processo de chegar a drogaria Araújo, várias coisas comerciais. Agora tem isso e valorizou o preço das casas dos lotes. No início da Andradas, que não passa o carro, tem uma estação de tratamento de lixo. E é extremamente precário, extremamente... Nossa Senhora. E por isso tem muitos carroceiros no São Geraldo. As pessoas passam carroça no São Geraldo, pegam tudo que pode e vão depositando o lixo ali. Só que eu acho que não funciona bem, porque o lixo ocupa a rua inteira.

A precariedade da limpeza pública, a ausência de lixeiras, a falta de coleta seletiva em algumas partes da cidade, principalmente nos bairros periféricos e no centro, foi algo que o grupo inventivo realizado com membros do Ballet Jovem evidenciou:

Também tem aquelas pilhas de sacola que, tipo, não cabe naquelas lixeirinhas, mas aí fica aquelas pilhas de sacolas. Já vi várias vezes no centro que fica cheio de rato. Geralmente é no fim do dia. Só que aí os cachorros vão lá comer, aí rasga a sacola toda e o chão fica todo sujo, aí enche de rato, barata.

A falta de banheiros públicos na cidade e a importância de sua instalação para a população foi mais um dos pontos mencionados nesse grupo acerca do tema limpeza urbana.

Observamos que o tema do meio ambiente tem relevância para os adolescentes e os jovens. Eles trouxeram a preocupação concernente ao combate à poluição, à necessidade em reciclar o lixo e à proteção dos animais. Uma adolescente nos disse da importância afetiva que os animais têm nas vidas das pessoas: “o governo tem que dar saúde gratuita para os animais”. Em Belo Horizonte, atualmente, há apenas um hospital público para animais, no Bairro Carlos Prates.

Considerando o ambiente que a gente vive, a não existência de coleta seletiva de lixo, para mim, considerando questões de sustentabilidade, enfim, meio ambiente, para mim é uma violação de direitos, sabe? Porque você vai chegar no Lourdes, vai ter lixeira e não terá problema com coleta. Não tem lixo ou cheiro lá. E lá é feito por órgãos públicos... então os órgãos públicos não estão tendo atenção com essa população que não tem grande poder aquisitivo.

Em contraponto, o relato de uma jovem residente da Regional Centro-Sul evidencia a diferença de sua experiência em um bairro de classe média alta, mencionado como um local agradável, arborizado, com acesso a linhas de ônibus no horário correto.

Os jovens apontaram ainda o alto custo da moradia em Belo Horizonte e a dificuldade de conseguirem residir próximo ao centro da cidade.

6.1.2 MORAR EM UM TERRITÓRIO COM VIOLÊNCIA

Outro obstáculo importante para que um território ofereça boas condições de vida e moradia para a população é a presença da violência. Ela é fator de risco pessoal e social, expondo sobretudo os adolescentes e os jovens negros e periféricos à letalidade e ao envolvimento com a criminalidade. Dois adolescentes escutados nos grupos inventivos apontaram as violências urbanas, citando brigas e tiroteios nas ruas. Uma das adolescentes diz, inclusive, que presenciou a prima e um rapaz sendo baleados.

Um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, privado de liberdade, pensa sobre o futuro e vislumbra viver sozinho, ter sua moto e se sustentar com o trabalho no tráfico.

Como nos apontam Couto *et al.* (2017), os grupos armados estão presentes nos territórios, mantendo um domínio e uma disputa à custa da violência, buscando o controle dos territórios que se encontram à margem do Estado. Nesse circuito, os adolescentes aliciados correspondem a corpos com valor de instrumento de guerra:

*Ao que parece, no caso dos adolescentes que levam a vida na marginalidade, eles tentam, pela transgressão às normas 'do lado de dentro' uma inclusão pelo consumo dos mesmos objetos da moda. Na transgressão a essa norma que existe lá onde eles não têm acesso, tentam, paradoxalmente, seja pelo roubo ou pelo tráfico de drogas, consumir da mesma forma. Essas tentativas não levam à inclusão, pelo contrário, corroboram o lugar marginal e marcam a lei porque se colocam em conflito com ela (COUTO *et al.*, 2017, p. 46).*

As operações policiais, em contrapartida, instalam uma relação de tensão com a comunidade, por também produzirem ações violentas e ilegais, sobretudo contra os jovens negros, contribuindo para a manutenção da marginalidade nos territórios. Isso se sobrepõe a uma violência invisível que já estava presente anteriormente, pela insuficiência de ações de proteção por parte do Estado, em sua pretensa função garantista dos direitos fundamentais.

A presença da força de segurança nos territórios modifica a relação de todos com o lugar em que vivem, limitando os encontros entre os membros da comunidade e o acesso aos bens e serviços, tal como nos relatou um adolescente da Vila Andiroba, bairro São Paulo, ao mencionar um período em que estava ocorrendo uma guerra entre vilas vizinhas. Naquele cenário, os moradores logo entenderam que era arriscado sair de casa após as 20 horas: “Depois de 20 horas, não é muito bom sair. Aí a rua fica vazia. Em 2021 e 2022, o bom daqui era que a rua era cheia de pessoas, era muito legal. Hoje em dia, é só de dia que pode ficar jogando bola na rua. Não é tão confiável quanto antes”.

Ele acrescentou que a comunidade se organizou para se comunicar quando há operação policial. Assim, a população se refugia em suas casas, caso contrário, sofrem abordagem policial. Em sua opinião, a polícia deixa a população “metade segura, e metade ameaçada, porque pode acabar abordando inocentes”.

Por outro lado, há um desejo de se diferenciarem dos marcadores que a violência propõe, reivindicando um olhar também para o que há de bom onde residem. Como nos disse um jovem:

O território onde vivo tem um estigma de ser perigoso e violento, o que é veiculado pela mídia. Falaram que o Vila Cemig tem uma fama ruim por já ter ocorrido muitos conflitos devido ao tráfico de drogas e que, mesmo não ocorrendo mais de forma tão intensa, pois a maioria já está presa, essa fama permanece. Falam que o bairro é conhecido na mídia como um local de tráfico de drogas, não mencionando as coisas boas que existem por lá.

Comentaram ainda a respeito de um local mais distante da Vila, próximo à linha do trem, em que corpos de pessoas são jogados. Apesar disso, relatam que hoje a circulação pelo bairro é muito tranquila.

Há de se lançar um olhar para toda a violência que se torna normal: “afinal, qual é o estatuto do normal para aquele que se encontra à margem da sociedade? [...] há de se considerar a existência de um meio naturalmente – normalmente – violento e suas implicações na subjetividade de cada adolescente”, como nos auxiliam a refletir Couto *et al.* (2017, p. 47).

Nós nos valem da concepção de que cada um deles pode encontrar mais ou menos recursos na cidade e isso será definidor para um desvio possível do encontro direto com a violência no território onde moram.

6.1.3 MORAR NA RUA: A TRAJETÓRIA DE VIDA NAS RUAS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Outro cenário que se articula ao direito à moradia, pelo seu oposto, é a trajetória de vida nas ruas de adolescentes e jovens. Esse fenômeno revela um paradoxo entre a circulação pelo território e o direito à cidade propriamente dito.

O desenlace social que os adolescentes e os jovens, em situação de rua experimentam, aponta para razões multifatoriais, que se entrelaçam em dimensões intrapsíquicas, intersubjetivas, transgeracionais e estruturais.

O enfrentamento a essa situação se faz por uma rede de políticas públicas articulada e sistematizada metodologicamente que conte com profissionais com disposição afetiva para uma escuta de cada caso e que permita abertura para invenções singulares que possam eventualmente prescindir dos protocolos.

Ao escutar os adolescentes que vivem em situação de rua no município de Belo Horizonte, pudemos observar como o desamparo radical e as violências a que são submetidos aparecem de maneira contundente em seus discursos, fundamentados por uma crítica social precisa. Foi o que revelou a participação do adolescente Luiz, que quis que seu nome fosse divulgado na pesquisa. Apresentando um desejo de colaborar e de ser reconhecido em sua potencialidade, Luiz nos autoriza: “pode colocar meu nome na pesquisa, que aí eles vão ver meu nome e minha cara lá, e vão ver aonde que eu cheguei!”.

Escutar esses adolescentes nos mostrou que a questão da estabilidade habitacional é central ao falarem em soluções para suas trajetórias e que, considerando a fragilidade dos vínculos

familiares, a valorização da política pública de acolhimento institucional é a direção principal para superar vulnerabilidades, bem como para alcançar a dignidade e o acesso a outros direitos fundamentais. Um deles nos diz: “apesar de todo o contexto sobre instituição de acolhimento, lá é onde te insere, vamos dizer, aqui na sociedade. Sabe? Não te priva dos seus direitos. É, acho que todo mundo aqui começou a ter acesso aos seus direitos privados”.

Outro jovem residente de uma República e com trajetória de acolhimento institucional nos ofereceu sua perspectiva acerca da potencialidade da rede de proteção integral:

Ah, quando eu, por exemplo, sofria a minha violência em casa, eu mesmo procurei o Conselho Tutelar. O CT foi bem atencioso comigo. Claro que a gente antes, assim, tipo, o estágio final da violência domiciliar dentro do meu contexto foi o abandono. Aí, eu fui parar no CT, eu era um pouco mais novo. Aí, a única solução que eles disseram que eu teria era ir para uma instituição de acolhimento. O abrigo. Não tinha uma boa fama do lado de fora; mas querendo ou não era a única solução, né? Então é bom agarrar a solução. E querendo ou não, pode perguntar para qualquer um, sentado aqui na mesa: o abrigo foi uma solução, então, que é para abrir para todo mundo. Eu acho que muitos aqui, se não tivessem ido para abrigo, estavam mortos, com certeza.

O adolescente Luiz reforçou a importância da instituição de acolhimento, acrescentando ainda a sua leitura precisa sobre o modo como a política tem sido conduzida dentro das unidades:

Se não é abrigo, não é mais nada; ou você fica no abrigo ou você dá seu jeito; mas é por causa das regras dos abrigos que eu prefiro nem ficar lá. A liberdade é uma coisa essencial. Eles [equipe do abrigo] não sabem que a gente também é ser humano... então tem que colocar essa parte pra eles terem essa noção. E a outra coisa é igualdade, muitas das vezes não tem isso. Em abrigo é tudo briga, só se vive em harmonia por três dias, só quando você chega. Na verdade só quando você sai, porque quando você chega, a paz já some.

Um dos adolescentes entrevistados contou que saiu de casa e foi abrigado inicialmente em um acolhimento institucional para crianças. Hoje, ele alterna entre períodos em situação de rua, acompanhado pelo Centro Pop Miguilim, e períodos em acolhimento institucional “TVR”, isto é, para adolescentes com trajetória de vida nas ruas. Ele traçou um paralelo entre essa experiência quando criança e, atualmente, como adolescente: “no abrigo para criança é tudo maravilhoso, as crianças fazem o que os tios mandam, já nos abrigos de adolescentes é muita confusão”.

Os adolescentes em situação de rua enfatizam a importância da liberdade e da flexibilização de regras para a sua permanência nos acolhimentos institucionais, o que entendemos como a capacidade dos profissionais e do equipamento de, em determinadas situações, renunciar a protocolos e metodologias pré-concebidas pela instituição, privilegiando a aproximação com o adolescente e estabelecendo combinados caso a caso. Considera-se que essa escuta aberta ao imprevisível pode reforçar o vínculo do adolescente com a equipe e a confiança dele no serviço, colaborando com a efetivação da função protetiva do acolhimento institucional. Luiz continuou:

Lá no abrigo você só pode sair na hora que eles querem, e a gente precisa sair pra fumar cigarro ou dar um rolê. Por causa das regras do abrigo, os adolescentes ficam mais na rua. Porque tipo assim, a maioria dos jovens que tá na rua hoje é

com 'turbulência', mais agitado, é menino solto, mais atentado, mais aprontão, já é bolado, quer fumar, usa droga, aí num pode no abrigo. Aí os que tem a mente igual a minha, vai pra rua. Mesmo com tudo que tem na rua. E se o menino tiver o vício e tiver a cabeça fraca, os educador enche a cabeça dele dizendo 'se você sair cê não vai poder voltar não', aí tipo assim, o menino fica com medo, quer fumar o cigarro dele, mas não vai poder sair.

Um adolescente com trajetória de vida nas ruas afirmou que, como circula muito pela cidade durante a madrugada, precisa chamar o Conselho Tutelar para conseguir entrar na unidade de acolhimento fora do horário combinado com a equipe, isto é, até 22 horas, em dia de semana, e até 23 horas, nos finais de semana. Relatam que, ou acabam dormindo na rua, uma vez que o abrigo não aceita abrir o portão fora do horário estipulado, ou chamam o Conselho Tutelar para emitir novo comunicado de acolhimento à Unidade.

A respeito disso, os adolescentes informaram que antes não era necessário pedir intervenção do Conselho Tutelar para poderem entrar no abrigo fora do horário, pois os adolescentes não perdiam suas vagas se não voltassem até o horário combinado; apenas perdiam a vaga se ficassem mais de 72 horas sem retornar à unidade de acolhimento. De todo modo, ficavam dependendo da “boa vontade” dos educadores de permitirem a entrada fora do horário, o que poderia significar, em muitos casos, que teriam que dormir na rua após a negativa, o que parece paradoxal em relação à função de proteção do equipamento. Acerca dessa negativa dos educadores do plantão noturno, a adolescente explica: “é porque eles querem dormir, né, são folgados”, acrescentando também que estar desperto no plantão noturno é tarefa do educador. Um deles acrescenta:

Os funcionários são folgados, ‘aperreados’, ameaçam os adolescentes, tem dois plantões ruins e dois bons, eles [os ruins] se conectam com a gente pela raiva! Os ruins trabalham só pelo dinheiro, deixam a polícia entrar lá sem mandado! Tinha que mudar os educadores: tem que ser humilde, ter experiência, ser formado em psicologia, não aperiari, só fazer o trabalho, e respeitar as nossas famílias.

Essa problemática nos conduz a refletir sobre a ocorrência de violações de direitos dentro da política de atenção ao adolescente e sobre a importância do cuidado e da capacitação aos profissionais. Cunha (2014, p. 125) nos lembra que é preciso

[...] pensar a capacitação não como um acúmulo de informações e saberes, mas como a possibilidade de suscitar o desejo da transmissão do gosto pela palavra. [...] Esse trabalho requer uma aposta: introduzir a conversação como uma mediação da palavra que possibilita um laço. A aposta de promover o gosto pelas palavras e de recusar os ideais de bem-estar e segurança, em nome dos quais tratamos esses adolescentes como patológicos. Isso, demonstram eles, sempre leva ao pior.

Há que se considerar que o modo de implementação e execução dessa política também contribui para a inconsistência da oferta na ponta e prejudica o enfrentamento à situação de rua dos adolescentes e dos jovens.

Os adolescentes e os jovens, ao serem perguntados sobre as melhorias necessárias aos acolhimentos institucionais, além de mencionarem a flexibilização das regras de horários, indicaram a

importância da capacitação dos educadores para combater a violência institucional e promover a dignidade do tratamento que recebem. Além disso, os adolescentes também demandaram o incremento das atividades lúdicas proporcionadas pelos abrigos.

6.1.4 MORAR EM REPÚBLICAS: A JUVENTUDE EM BUSCA DE UM LAR APÓS A MAIORIDADE

Em ressonância à proposta de estabilidade habitacional aos adolescentes pela via do fortalecimento do trabalho de amparo nos acolhimentos institucionais, os jovens também clamam por políticas que garantam segurança habitacional após serem desligados dos abrigos, em razão de completarem 18 anos. Um jovem morador da República afirmou:

É difícil para quando alguém sai do abrigo, começar do zero. Vamos dizer que o abrigo é como se fosse um abraço. Ele te abraça e te segura. E te solta só quando você faz 18 anos, só que a mentalidade é o que? Te dá tudo na mão, te protege, te priva de tudo que é do mundo. Aí, quando você completa os 18 anos, no caso tipo, você coloca assim, um mês antes, ele fala assim, tá, agora você tem que sair daqui, vai morar sozinho, você tem que sair pra uma casa com emprego, tudo isso e aquilo.

Outro jovem continuou:

Eu, atualmente, não tenho lugar pra ir. Não tenho pai, mãe, tio, pra pagar em nada. Antes, a república não existia. Tem 4 anos que ela existe. E eu tô no abrigo, não desde quando eu me conheço por gente. Então, o que aconteceu com esses meninos? Muitos estavam mortos. Eu acho isso. Deve ser mais pensado isso. Vamos poder ficar 3 anos depois que você sair do abrigo.

Em Belo Horizonte há somente duas Repúblicas para Jovens, com seis vagas cada, sendo uma para o sexo masculino, outra para o sexo feminino. Ou seja, são poucos aqueles que conseguem uma vaga, o que gera muita insegurança na caminhada para a vida adulta e autônoma. Para um jovem residente da república masculina: “a gente tem sorte, a gente tem sorte. Nós fomos escolhidos. Querendo ou não, só existe uma república igual a essa”. Nesse sentido, no Relatório do Atlas da Juventude (BARÃO, 2021), há uma menção acerca da importância da ampliação das políticas de auxílio moradia, proposta que enfatiza um acesso imediato e sem pré-condições. Outro aspecto importante a ser considerado é que, em geral, as repúblicas não aceitam adolescentes com deficiência ou em sofrimento mental, o que as torna ainda mais excludentes.

Atualmente, membros do Sistema de Garantia de Direitos têm incorrido na estratégia de ajuizar ações individuais solicitando vagas nas Repúblicas ou a concessão de um auxílio moradia. Observou-se, contudo, que tais ações são fundamentadas em requisitos, tais como o jovem estar escolarizado ou trabalhando e a apresentação de um relatório técnico que sustente que o adolescente é apto para se organizar e ser autossuficiente, isto é, que indique que ele não se utilizará das políticas por tempo indeterminado, sem alguma perspectiva de prescindir delas.

Consideramos que o estabelecimento de tais pré-condições subordina o direito à moradia a uma noção excludente e incompatível com a realidade da maioria dos jovens, principalmente aqueles que tiveram um acesso insuficiente aos seus direitos fundamentais ao longo de sua vida.

Um adolescente com trajetória de vida nas ruas, que não se encontra no acolhimento institucional e está se aproximando da maioridade, ilustrou essa insegurança em sua fala:

É difícil falar o quê que eu queria se fosse prefeito; mas uma das coisas que eu ia era ajudar bastante as pessoas como eu, de favela, porque eu sei a dificuldade que passa. Para pessoas com situações de rua, é mais difícil ter uma oportunidade de ter um 'Minha Casa Minha Vida', pois não conseguimos dar uma entrada nem de 5 reais, se não fizermos um corre. Se a gente não fizer um corre, não come... por isso a gente é humilhado por sobreviver.

Alguns jovens mencionaram que poucos conseguem ser encaminhados à República e receber um suporte até os 21 anos e que a maioria retorna para a rua.

6.1.5 MORAR EM TERRITÓRIO ESTRANGEIRO

No grupo inventivo proposto para adolescentes e jovens venezuelanas, ocorrido no CRAS Coqueiral, na Regional Noroeste, escutamos sobre a necessidade de haver uma preparação para os imigrantes que chegam à cidade a fim de favorecer a adaptação.

Apesar da ocorrência de casos de xenofobia, relatados por elas, as jovens mencionaram que, de modo geral, foram muito bem acolhidas na comunidade e, sobretudo, na escola. Disseram gostar de morar em Belo Horizonte, mas sentir muita falta de seu país.

Também notamos ser manifesta a insegurança desse grupo em relação à vulnerabilidade social e à violência nos locais em que moram e circulam.

As jovens relataram também que há muitas pessoas que abusam de álcool perto de suas casas, o que causa preocupação em relação à exposição das crianças ao risco:

Perto da minha casa tem um bar, um boteco. Ou seja, para os filhos pequenos, por exemplo, ela, que tem dois anos, que está se desenvolvendo, precisa ver coisas boas para ela, e vê pessoas aí tomando, bebendo, em frente a ela. Ou pessoas bêbadas, que ela pode passar indo comprar uma coisa, e de repente a toquem.

Uma jovem observou a incidência da criminalidade em seu bairro e trouxe seu relato:

Eles vivem perto. Eu não gosto muito da rua, porque as pessoas, o ambiente, não é tão bom para os filhos. Você sabe como é aqui, perto de uma favela, tudo isso não é muito bom. Há alguns dias houve uma morte em frente da minha casa.

Instigadas a falarem sobre mobilidade, uma das jovens mencionou que soube da ocorrência de violência de gênero no Brasil e, por isso, sente mais medo de circular nas ruas por ser mulher: "eu não gosto de estar sozinha por isso". Ela disse ainda que, conhecendo melhor o território por onde circula, sente que não é tão perigoso assim, embora ainda sinta medo.

Outra jovem, de 19 anos, complementou o relato da colega, dizendo sobre sua dificuldade para circular. Por isso, só sai na companhia da mãe: "diziam que não era para eu sair muito, porque os

brasileiros são ruins”. Sobre isso, disse que sua percepção mudou, que o Brasil tem situações de violência como em qualquer outro país, é preciso ter cuidado, mas é algo normal. Ponderou que em seu país de origem, a Venezuela, não tinha esse receio.

Sobre o transporte público, as jovens relataram que há muitas linhas que passam em seu bairro, com pontos bem próximos de suas casas. Entretanto, contam que, a maioria das vezes que saíram do bairro, foi junto com a escola para darem passeios. Acrescentaram que, além do medo, também não costumam circular pela cidade em razão da falta de recursos financeiros:

Nós não temos as condições econômicas para sairmos. Por exemplo, há cinema. Nós vamos gastar o dinheiro em coisas que nós precisamos, ao invés de ir passear ou ver um filme. Por exemplo, não tenho xampu para o cabelo, prefiro comprar um xampu para o cabelo [do que] comprar os ingressos de cinema. Nós já temos essa cultura da situação em que estamos, que atravessamos o nosso país, a prioridade é a comida, as coisas pessoais, as contas.

Em relação ao direito à migração, uma das jovens diz: “eu gosto de migrar porque você vai conhecendo lugares que você nunca pensava que iria conhecer; e outros idiomas, outras culturas, tradições”.

6.1.6 TERRITÓRIO, LUTA E INVISIBILIDADE: ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE INDÍGENA, CIGANA, QUILOMBOLA E DE OCUPAÇÕES

Compreendemos que os adolescentes e jovens indígenas, ciganos, quilombolas e de ocupações são grupos historicamente escanteados das políticas públicas, e, por isso, os entes governamentais devem promover ações ajustadas às suas particularidades.

Embora não tenhamos logrado acesso às juventudes indígena, cigana e quilombola, delineamos alguns apontamentos para nortear nossas sugestões ao poder público.

Segundo dados do relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (2020, citado por BARÃO, 2021, p. 18),

[...] as juventudes indígenas são frequentemente invisibilizadas de dados oficiais, apesar da frequente violação de seus direitos. Em 2019, um monitoramento da sociedade civil sobre violências contra esse público indicou que ameaças e lesões corporais quase dobraram se comparadas a 2018.

Da mesma maneira, são também historicamente violentadas as comunidades quilombolas, que são territórios-símbolos em que a resistência negra ao sistema escravocrata se fundou e ainda é presente. Conforme apontado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (CONAQ), em 2017 foram 18 quilombolas assassinados no país. A organização aponta ainda que,

[...] para além do fato de o número de assassinatos ser preocupante, quilombolas sofreram processos múltiplos de violência em variadas intensidades: ameaças, torturas, prisões ilegais, despejos e negação sistemática de acesso a bens e

serviços. É ainda parte permanente deste cenário o racismo religioso e institucional, bem como os conflitos em face de interesses políticos e econômicos transnacionais que se expandem sobre os territórios (CONAQ, 2018, p. 18).

Os participantes do grupo inventivo, realizado na ocupação Dandara, se reconheceram como a “juventude no ocupa” e explicitaram a falta que sentem de ter um espaço adequado para lazer, além de se sentirem distantes dos pontos culturais da cidade.

A condição de moradores de uma ocupação atravessa suas experiências em outros espaços, como na escola. Relataram sofrer discriminação por morarem em um lugar onde as ruas são de terra. Contudo, buscaram não se identificar a esse marcador negativo: “mas eu nunca levei isso para o coração”.

Consideram que o bairro tem melhorado, pois observam a aproximação das políticas públicas, além da chegada de outros serviços, como supermercados: “está aumentando, né? Está tendo mais coisas aqui no bairro, está chegando mais acesso à política pública”. Essa afirmação é um sinalizador contundente para as próximas ações do poder público, valorizando e não desviando o olhar das comunidades de ocupações.

6.2 MOBILIDADE: A IMPORTÂNCIA DA CIRCULAÇÃO PARA A SOCIABILIDADE JUVENIL

Acerca da dimensão de circulação contida no Direito à Cidade, o Estatuto da Juventude, em seu artigo 3º, observa:

Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes: V – garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre; VI – promover o território como espaço de integração (BRASIL, 2013).

Os adolescentes ouvidos verbalizaram o desejo por condições de mobilidade para fortalecer movimentos artísticos, culturais e de lazer, que favorecem a sociabilidade juvenil. Como assinala Cunha (2014), é preciso inventar uma cidade possível, habitada e visível para os adolescentes, acompanhando as noções de autoria, criação e invenção.

Adolescentes residentes do bairro Castanheira, na Regional Barreiro, se queixaram de que não tem nada no bairro deles. Queriam que tivesse mais espaço para soltar papagaio, mais parques, inclusive aqueles com brinquedos. Disseram que o único parque que tem é muito longe e de difícil acesso.

Muitos jovens são provenientes de outros bairros e cidades e se mudaram para Belo Horizonte ou para o Centro propriamente, a fim de facilitar o acesso aos locais que lhes interessam.

Para alguns, tão somente viver no centro já é garantia de uma mobilidade muito mais facilitada e tranquila.

Alguns adolescentes relataram não conhecer a cidade, ter dificuldade de se localizar nela e não frequentar muitos lugares além da própria região em que residem. Uma adolescente relatou se sentir insegura para andar sozinha no Centro de Belo Horizonte.

Alguns demonstraram ter mais facilidade de circulação e de acessar ações de cultura e lazer, mencionando tanto as programações oferecidas pela prefeitura, como a festa junina, quanto o que é produzido também dentro das comunidades em que vivem, como os bailes, e nos centros e quebradas, como os duelos de MCs.

Um jovem MC nos contou como as ações de facilitação da circulação são importantes no contexto dos duelos de rima, pois um MC de uma quebrada apoia o outro, fortalecendo o movimento. Ele ainda apontou a fragilidade do transporte público em Belo Horizonte e a dificuldade de circulação entre os eventos culturais da cidade, pois a capital é muito grande, “então, pra circular para outras quebradas e duelar, é muito complicado. Às vezes, prefiro guardar o dinheiro para comer alguma coisa, mas sei da importância de fortalecer o *hip-hop* em BH, então pulo a catraca”.

Ele escancarou outro problema relacionado à circulação pela cidade: o valor das passagens dos transportes públicos. Nas palavras dele: “o valor das passagens é absurdo e não há um dia de deslocamento gratuito, como em outras cidades”. Os jovens acrescentaram um relato sobre a precariedade das linhas dos ônibus, tanto no aspecto físico como de horários. Falam que muitas linhas param de circular às 22 horas e isso gera um desgaste imenso para quem está em rolês até mais tarde, pois os adolescentes e os jovens ficam desprotegidos ao terem que andar a pé de madrugada, correndo riscos de violência.

6.2.1 MOBILIDADE E TRANSPORTE

O direito à mobilidade é determinante para potencializar o acesso dos adolescentes e dos jovens aos diversos pontos da cidade, possibilitando apropriação e ampliação do tecido urbano.

Consideramos que alguns aspectos no atual modelo de oferta de transporte aprofundam desigualdades socioespaciais, com impactos para adolescentes e jovens de periferias e vilas. Eles percebem que esse entrave contribui para a “criação de pequenas ilhas na cidade”, como apontou um jovem, pois as pessoas enfrentam dificuldade de circulação.

O acesso ao transporte é apontado como algo muito relevante, porém insuficiente para os adolescentes. Muitos jovens destacaram o mesmo desafio: o alto custo da passagem e o serviço prestado (quadro de horários, quantidade de veículos, lotação e más condições das frotas).

O transporte no Granja [de Freitas, Regional Leste] é muito ruim. Eles falam que vai chegar no horário certo, mas não chega. No meu prédio tem várias pessoas que já são de idade. Não conseguem andar e a pé para ir no posto. Tem pouco ônibus? Tem. Tem três ônibus. Pelo amor de Deus. Tem três ônibus. E eles saem os três na mesma hora, aí quando voltam os três. Na hora de sair eles demoram um ano para sair. Você tem que pegar um deles, aí um cara manda para o outro e nunca sai o ônibus.

Eles relataram que em outra época esse acesso era gratuito dentro das vilas, mas que atualmente isso não acontece mais em várias localidades. E, mesmo nas vilas onde o transporte ainda é gratuito, acham difícil a mobilidade porque há a necessidade de se pegarem outros transportes que são pagos.

Muitos disseram fazer uso de bicicleta para se locomover na cidade, mas percebem haver poucas ciclovias e não haver segurança, além de apontarem que a bicicleta não é acessível a todos.

Houve uma jovem que relatou o fato de não ter metrô onde mora e que esse meio de transporte é dispendioso, declarando: “o metrô agora não é público, e sim privado”. Perguntada sobre o benefício para estudantes, uma adolescente diz que “não conseguiu da última vez que tentou e que tentaria novamente esse ano de 2023”. Vale a pena mencionar que em agosto de 2023, a prefeitura emitiu o Decreto nº 18.404, que altera a redação do Art. 1º, § 3º da Lei nº 10.106/11, que dispõe sobre a criação do Auxílio de Transporte Escolar para estudantes do município. Tal alteração aumenta a subvenção do auxílio para 100% do valor da tarifa correspondente ao percurso de ida e volta entre a residência e a escola do beneficiário, que antes era de 50% (meio-passe estudantil).

6.2.2 MOBILIDADE E SEGREGAÇÃO: CORPOS QUE NÃO SÃO AUTORIZADOS A CIRCULAR

Devemos estar atentos para o fato de que o Direito à Cidade é negado contundentemente a determinados adolescentes e jovens: os negros e periféricos.

Segundo o Juiz de Direito da Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, Afrânio Nardy, em sua fala durante um evento científico, é nos hipercentros que os jovens negros sofrem mais abordagens policiais. No relatório estatístico georreferenciado dos dados socioeducativos da referida Vara (2022), citado por ele, podemos observar que é na Regional Centro-Sul que ocorrem mais apreensões por porte de entorpecentes para uso próprio dos adolescentes, comparando-se com outras Regionais. Esse dado indica que certos corpos não podem circular na cidade tal como circulam em Regionais mais periféricas. Um adolescente relatou: “a gente age do mesmo jeito. A lei vale para nós dois. Só porque eu moro na favela, eles [a polícia] me destrata. E ela que mora no bairro, eles tratam com respeito”.

Como ressaltam Guerra e Siqueira (2017, p. 54), “num mundo que sempre lhes pareceu hostil, suas tentativas de inserção terão como ponto de partida a exclusão e a desconfiança”. Segundo um adolescente entrevistado no Centro Pop Miguilim: “com a blusa da ASSPROM cê passa batido [sofre menos preconceito e abordagem policial]... é diferente por conta da logo; mas se eu não estivesse com a blusa da ASSPROM Aprendiz, iam me parar achando que eu era fumante”.

O racismo é elemento pungente que coloca os adolescentes à parte das noções democráticas de território e de direitos humanos, e, portanto, eles ficam impossibilitados de inventar uma adolescência na cidade.

Um adolescente que vive em situação de rua, entrevistado no Centro Pop Miguilim, declarou ser um grande desafio circular pela cidade. Relatou que, muitas vezes, os motoristas de ônibus do

transporte coletivo municipal não param quando eles dão sinal e não abrem as portas para que acessem o interior do veículo. Essa violência é interpretada por ele como uma presunção por parte dos motoristas de que o adolescente pode assaltar o ônibus, devido à sua aparência, suas roupas e sua pele negra. Nessas ocasiões, o adolescente entende que a única saída para que consiga acessar o ônibus é dar o sinal com uma pedra na mão, indicando que poderá reagir se o acesso lhe for negado.

A respeito disso, Guerra e Siqueira (2017) consideram que a segregação é uma condição política estrutural e que os discursos contemporâneos favorecem o apagamento e a eliminação da diferença.

Nesse sentido, tanto a violência quanto outros movimentos que surgem na contramão da disciplinarização dos corpos podem se tornar respostas dos adolescentes e dos jovens, negros, pobres, do sexo masculino, moradores de favelas, frente à segregação.

6.3 ACESSIBILIDADE

De acordo com a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), em seu artigo 53, “a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”.

A coordenadora de Inclusão e Acessibilidade do Tribunal de Contas da União (TCU), Valéria Ribeiro (2018), enfatiza o direito à acessibilidade enquanto prerrogativa para o princípio da dignidade da pessoa humana e também associado ao direito de ir e vir.

As legislações sobre o tema estão presentes em todos os níveis de governo: união, estados e municípios, estabelecendo as “normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”, assim como estabeleceu num primeiro momento a Lei nº 10.098/2000 (BRASIL, 2020, *caput*), que enfatiza a importância da acessibilidade nos edifícios, nos transportes, e a partir dos meios de comunicação e das sinalizações.

Foi recentemente, no ano de 2022, que Belo Horizonte instituiu a Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida (Lei nº 11.416/2022), que, além de se debruçar nos pontos já abordados acerca do direito à acessibilidade, também articula esse direito ao direito à moradia, esclarecendo que compete ao poder público municipal a adoção de estratégias de criação e manutenção de moradias com acessibilidade, bem como a garantia da prioridade à pessoa com deficiência na aquisição de moradia própria acessível.

Acerca disso, tivemos a oportunidade de testemunhar um caso, citado mais detalhado no capítulo de Casos Complexo nesta pesquisa, o caso Pedro, seus caminhos e descaminhos, que foi acompanhado pelo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos (SPSPD), na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte. Trata-se de um jovem de 21 anos que foi encaminhado ao Janela da Escuta pela escola. A informação era a de que esse adolescente

não conseguia sair de casa para ir à escola e, por isso, estava impedido de estudar. O adolescente recebeu o diagnóstico de síndrome da distrofia muscular de Duchenne aos 14 anos. A partir do avanço da doença, Pedro, que já era usuário de cadeiras de rodas, morava em uma casa em que, para alcançar a rua, tinha que subir uma escada de 280 degraus. Para isso, precisava da ajuda do seu pai, também doente (insuficiência cardíaca), para carregá-lo nas poucas vezes que ele saía de casa. Ele nos relatou: “eu estava vivo até receber o meu diagnóstico” e “estou em um buraco vendo a nesguinha de céu”. Esse adolescente teve vários direitos violados, entre eles, o direito à cidade, à saúde, ao lazer, à cultura, à educação. Como esse caso, vários são os adolescentes portadores de necessidades especiais sujeitos a múltiplas violações em seus direitos. Em função disso, o poder público deve estar atento para que haja ações intersetoriais, da assistência, da educação, da saúde voltadas para esse público a fim de que esses jovens tenham acesso pleno à cidade, ou seja, acessível em todos os sentidos.

Como afirmam Duarte e Cohen (2016, p. 11, citados por RIBEIRO, 2018, p. 5):

[...] a exclusão produzida pelo meio acontece quando os espaços se transformam em materialização de práticas sociais segregatórias e de uma visão de mundo que dá menor valor às diferenças (sociais, físicas, sensoriais ou intelectuais), e, quando não são acessíveis, os espaços agem como atores de um *apartheid* silencioso que acaba por gerar a consciência de exclusão da própria sociedade.

É importante destacar aqui projetos e trabalhos de pesquisa realizados no âmbito de outros cursos da UFGM, tais como o projeto “Desempenho ocupacional de pessoas com deficiência em Belo Horizonte: compreendendo os fatores que influenciam a participação e a restrição nas atividades cotidianas”, coordenado pela professora Dra. Cristiane Miryam Drumond Brito, titular no Departamento de Terapia Ocupacional da UFGM, e que tem como objetivo a produção de dados sobre as pessoas com deficiência de Belo Horizonte a fim de colaborar com as formulações de políticas públicas voltadas para esse público. Em uma das pesquisas de mestrado realizadas a partir do referido projeto, Barbosa (2020), em sua dissertação intitulada “O lazer sob a percepção de pessoas com deficiência usuárias de cadeiras de rodas”, concluiu que tais usuários enfrentam condições ruins de transporte público e de acessibilidade para usufruir de locais destinados à prática de lazer em Belo Horizonte.

Sugerimos que o poder público municipal fomente e apoie as pesquisas em torno desse tema, colaborando com a oferta de dados e estabelecendo parcerias que fortaleçam a efetividade das ações públicas.

6.4 PROPOSTAS DOS ADOLESCENTES

Território:

- “Praça no centro do bairro com estruturas para brincadeiras e lazer”;
- “Construir campos melhores para esportes nos espaços já existentes no bairro”;
- “Melhorar a iluminação da cidade”;

- “Acesso gratuito à internet com uma boa conexão”;
- “Criação de cursos profissionalizantes gratuitos no território”;
- “Asfaltar todas as ruas do Dandara, praça no centro do bairro com estruturas para brincadeiras e lazer, construir campos melhores para esportes nos espaços já existentes no bairro, melhorar a iluminação, colocar internet de graça e de boa qualidade, ter cursos profissionalizantes, colocar um itinerário de ônibus que passasse dentro do bairro e fornecer um benefício financeiro para as famílias necessitadas”.

Mobilidade:

- “Criação de canais de denúncia sobre assédio contra as mulheres dentro das linhas de ônibus e metrô da cidade”;
- “Transporte escolar gratuito para quem frequenta o EJA”;
- “Melhorar o transporte que acessa a comunidade”;
- “Colocar um itinerário de ônibus que passe dentro do bairro, da avenida central, atenderia melhor os moradores”;
- “Baixar o valor da passagem de ônibus”;
- “Gratuidade nas passagens dos ônibus que saem do bairro e se direcionam ao centro de Belo Horizonte”;
- “Gratuidade das passagens aos domingos”;
- “Ampliação do metrô”;
- “Aumentar o horário de circulação dos ônibus, alguns funcionam até as 22 horas apenas”;
- “Ampliar as pistas para bicicleta”;
- “Gratuidade nos transportes públicos para os artistas de Belo Horizonte”;
- “Criar um coletivo dos artistas para que eles circulem de forma gratuita”.

Moradia e abrigo:

- “Melhorar a vida das pessoas que estão em situação de rua”;
- “Trabalhar com o tema da autonomia com o adolescente em situação de Acolhimento Institucional desde mais cedo, para que possam se preparar para a maioridade”;
- “Aumentar as unidades de Repúblicas para Jovens”.

Meio ambiente:

- “Adotar mais o verde”.

6.5 SUGESTÕES

Pensar uma cidade enquanto território que ainda reproduz as desigualdades estruturais não superadas é o desafio que se apresenta aos gestores das políticas públicas. O que fazer e como garantir os direitos dos adolescentes e dos jovens previstos em lei. O direito à cidade é o direito de habitar, usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar da cidade de forma igualitária. Um direito humano que envolve as presentes e futuras gerações (INSTITUTO POLIS, s/d.).

Muitos adolescentes se queixam de não serem ouvidos. Como já dissemos, os vários direitos estabelecidos em lei estão intrincados. Recomendamos, mais uma vez, a participação dos adolescentes e dos jovens na construção de propostas e de políticas públicas.

Propomos ao poder público incentivar os movimentos em que os adolescentes e os jovens estão presentes, criando e sustentando espaços mais democráticos para que a ocupação da cidade possa ser feita com diversidade, o que favorece uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável.

Recomendamos envolver os adolescentes e os jovens nas decisões sobre os impasses, apontados por eles, que a cidade enfrenta, tais como a garantia da segurança, da circulação pela cidade, da moradia, do acolhimento institucional, pois o envolvimento nas possíveis soluções para esses impasses favorece a responsabilização de cada adolescente e jovem de Belo Horizonte por sua cidade. “O direito à cidade deve continuar carregando a poderosa ideia de recriar a nós mesmos por meio da recriação e ressignificação da cidade” (INSTITUTO POLIS, s/d.).

Seguindo essa perspectiva, uma recomendação importante é envolver os adolescentes e os jovens em projetos de preservação ambiental e ocupação urbana (reapropriação social de espaços abandonados para o uso de moradia e outros usos sociais), tema em que eles estão interessados.

Ainda atentos às colocações trazidas pelos adolescentes nesta pesquisa, é fundamental a elaboração e a execução de um Plano Municipal para o Enfrentamento à Situação de Rua entre adolescentes e jovens, a exemplo de outros municípios, como Juiz de Fora, Recife e São Paulo. Nesse sentido, o relatório do Atlas da Juventude (BARÃO, 2021) faz uma menção acerca da importância da ampliação das políticas de auxílio moradia, proposta que enfatiza o acesso dos adolescentes e dos jovens às moradias de imediato e sem pré-condições. Consideramos que o estabelecimento de condições para a entrada do adolescente/jovem em uma moradia assistida – jovem escolarizado ou trabalhando e a apresentação de um relatório técnico que sustente que o adolescente é apto para se organizar e ser autossuficiente, isto é, que indique que ele não se utilizará das políticas por tempo indeterminado ou sem perspectiva de prescindir delas – subordina o direito à moradia a uma noção excludente e incompatível com a realidade da maioria dos jovens, principalmente aqueles que tiveram um acesso insuficiente aos seus direitos fundamentais ao longo de sua vida. Recomendamos, portanto, a ampliação das políticas de auxílio-moradia e o aumento do número de Repúblicas para Jovens, com ênfase em um acesso imediato e sem pré-condições.

Ainda falando de moradia, recomendamos programas de moradia assistida vinculados à saúde mental, centrados na lógica de redução de danos, tema abordado no Atlas da Juventude (BARÃO, 2021) que sinalizam os bons resultados desse tipo de ação.

Em relação à mobilidade dos adolescentes e dos jovens pela cidade, recolhemos de suas sugestões e recomendamos o incremento das ações da Prefeitura nas áreas de lazer e cultura, com implementação de sinal de internet gratuito nos espaços públicos; valorização das iniciativas juvenis de ocupação da cidade, que realizam movimentos culturais, festas e encontros diversos; e fortalecimento da mobilidade, pela via da gratuidade de transporte para adolescentes e jovens (e para todos), bem como ampliação dos horários dos ônibus.

É importante que as políticas públicas incluam ações que atendam as particularidades dos adolescentes e dos jovens indígenas, ciganos, quilombolas e de ocupações, valorizando a cultura e os trazendo para a cena da cidade.

Referências

BARÃO, M. *et al.* **Atlas da Juventude**, abril, 2021. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2023.

BARBOSA, C. M. **O lazer sob a percepção de pessoas com deficiência usuárias de cadeiras de rodas**. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: < <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34195/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20CL%C3%81UDIA%20M%C3%81RCIA%20BARBOSA.pdf> >. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm >. Acesso em: 5 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2000. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm >. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015**. Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, que tem por objetivo a promoção, em condições de igualdade, do exercício dos direitos e liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, por meio, principalmente, da inclusão social. 5. ed. Brasília: Senado Federal/Coordenação de Edições Técnicas, jul. 2021. Disponível em: < <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/592376> >. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm#:~:text=Lei%20municipal%20definir%C3%A1%20os%20empreendimentos,Art.>>. Acesso em: 5 nov. 2023.

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas; Terra de Direitos. **Racismo e Violência contra quilombos no Brasil**. Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

COUTO, L. *et al.* O normal e o marginal. In: CUNHA, C. *et al.* (Orgs.). **Juventude e cidade**: a potência do um e do em comum. Belo Horizonte: Folium, 2017. p. 41–52. (Col. Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, v. 3).

CUNHA, C. de F. **A janela da escuta**: relato de uma experiência clínica. Belo Horizonte: Scriptum, 2014.

GUERRA, A.; SIQUEIRA, F. A segregação na perspectiva psicanalítica: questões teóricas fundamentais. In: CUNHA, C. de F. *et al.* (Orgs.). **Juventude e cidade**: a potência do um e do em comum. Belo Horizonte: Folium, 2017. p. 53–158. (Col. Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, v. 3).

INSTITUTO PÓLIS. **O que é direito à cidade?** Disponível em: <<https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Decreto n. 18.404**, de 7 de agosto de 2023. Altera o Decreto n. 14.295, de 2 de março de 2011, que regulamenta a Lei nº 10.106/11, que “Dispõe sobre a criação do Auxílio de Transporte Escolar para estudantes do Município”. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/Opml>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Lei nº 11.416**, de 3 de outubro de 2022: Institui a Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2022/1142/11416/lei-ordinaria-n-11416-2022-institui-a-lei-municipal-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-e-da-pessoa-com-mobilidade-reduzida>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

RIBEIRO, V. Acessibilidade: Direito Fundamental Inerente à Pessoa com Deficiência. **TCU sem Barreiras**, 2018. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/data/files/FE/C5/3B/D4/B3164610C8C08446F18818A8/TCU%20sem%20Barreiras%20-%2080%20-%202018%20-%20Acessibilidade%20-%20Direito%20Fundamental.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

TJMG – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Vara Infracional da Infância e da Juventude. **Relatório estatístico**. Belo Horizonte: TJMG – Vara Infracional da Infância e Juventude, 2022. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/data/files/C4/72/C1/F3/E7B498102193F0982D28CCA8/relatorio_ciabh_2022%20atualizado.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

Direito à cultura ao esporte e ao lazer

7



...porque a juventude quer viver da arte, quer ter esses encontros e não tem lugares para fazer isso, por exemplo.

Figura 6 - Cartão “Cultura”
trabalhado em grupo inventivo.

Fonte: Foto de Carolina Abreu –
Acervo da pesquisa.

O direito à cultura, o direito ao esporte e o direito ao lazer são fundamentais na estruturação de cada sujeito. Esses direitos estão articulados a outros direitos como o direito à educação, o direito à profissionalização, o direito à saúde, o direito à convivência comunitária, entre outros. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o artigo quarto dispõe:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2013).

Sendo a adolescência um tempo de transformação, o direito à cultura, o direito ao esporte e o direito ao lazer devem ser objetos de atenção do poder público, já que a garantia desses direitos possibilita melhorar e ampliar várias perspectivas da vida dos adolescentes e dos jovens. As atividades de lazer, cultura e esporte ampliam os laços sociais, contribuem para a estruturação do sujeito e para a vida comunitária, preparam o jovem para o trabalho, muitas vezes afastando-o do trabalho no tráfico, da violência, servindo de orientação para lidar melhor com as dificuldades que eles possam vir a enfrentar, entre tantos outros ganhos.

Para que esses direitos se efetivem de forma democrática, é fundamental considerar a participação dos adolescentes e dos jovens na construção das políticas da cultura, do esporte e do lazer do município de Belo Horizonte.

Na percepção dos jovens que participaram dos grupos inventivos nesta pesquisa, a arte e a cultura aparecem como formas de melhorar a vida das pessoas e da cidade. Os adolescentes demandam um maior número de eventos culturais e artísticos em suas regionais. Eles percebem que as atividades esportivas também precisam ser valorizadas. Para eles, é importante investir mais em projetos de esporte, cultura e lazer em cada regional/ bairro.

7.1 CULTURA E ARTE

A cultura e a arte são essenciais às vidas dos adolescentes e dos jovens. O Atlas da Juventude (BARÃO, 2021, p. 170) descreve como esses direitos são fundamentais da seguinte maneira:

São em espaços de afirmação desses direitos [cultura, lazer, esporte, comunicação] que os jovens podem experimentar novas dimensões de criação e colaboração, fortalecendo espaços comunitários e entrando em contato com o mundo. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO reforça a cultura no centro dos debates sobre a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber, indicando que o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em clima de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais. Investir em cultura, lazer, esporte e comunicação, portanto, é investir em bem-estar social.

Stuart Hall (1997) nos apresenta a compreensão de que práticas sociais, políticas e econômicas possuem uma dimensão cultural que expressa e comunica um significado. Portanto, de acordo com o autor, a cultura é atravessada por tudo aquilo que é social. O autor também destaca o

papel e a importância da cultura na construção da subjetividade e na criação da identidade da pessoa enquanto ator social.

Sobre a importância do contato com a arte, um jovem relata que conhecer o *Slam* e se apropriar da poesia foi algo que transformou sua vida, pois foi através da escrita e da poesia falada (*Slam*) que conseguiu enfrentar muitas questões difíceis tais como: dores, perdas, depressão, ansiedade e principalmente sua transição de gênero. Foi através da poesia que aprendeu a lidar também com as violências sofridas, respondendo com rimas, e não com agressões.

Uma adolescente que participou do grupo inventivo propôs que tenha mais espaços de arte e de cultura na cidade, pois, diante dos impasses, dores e dificuldades do adolescer, “a arte e a cultura ajudam a tornar o caminho mais fácil”, já que, de acordo com ela, “é uma forma de se sentir livre, para se expressar, criar, se divertir e aprender”.

A arte tem várias coisas envolvidas porque a arte é desenho, é pintura, é música, é dança, é tudo! Tem muita coisa. Então tipo, tem pessoas que não gostam de pintura, não gostam de desenhar, mas eles podem gostar de música, podem gostar de dançar. Então eu acho a arte uma coisa muito boa, porque a arte está incluída em basicamente tudo em nosso dia a dia, cada coisa que a gente faz tem um pouquinho de arte nela. [...] Eu gosto bastante de me conectar com a arte. Eu fazia dança quando era mais nova [...] na dança você pode expressar muito [...]. A arte é uma coisa que está muito incluída, mas acho que ela poderia ser bem mais incluída, também nesse momento de lazer, porque, sei lá, é uma coisa que você se diverte fazendo. Arte não é uma coisa obrigatória, não é uma coisa certa, tipo você não tem que fazer aquilo, daquele jeito, não. É uma coisa muito espontânea [...] é uma coisa muito livre, uma coisa que você faz para se divertir. Tipo se a gente tirasse mais tempo pra arte, pra esse tempo, acho que as coisas até seriam mais fáceis de serem suportadas, das várias dores dos adolescentes e as dificuldades, acho que seria mais diminuída com esse tempo [...].

O jovem *Slammer* explica que, quando ainda estava na escola e tinha 15 anos de idade, um colega feria-o com palavras de desrespeito e homofóbicas. Frisa que, na época, ainda não tinha passado pela transição, mas já se compreendia como lésbica. Ele conta que o colega de escola era muito agressivo, ele sofreu muito e teve a ideia de escrever. Disse que colocou, em palavras, rimas e versos, toda aquela dor e raiva que sentiu. Em voz alta, assim como em um evento de *Slam*, leu sua poesia na escola para o agressor. Relata que a atitude foi muito transformadora e que, no final da sua leitura, foi aplaudido pelos demais colegas. Ressalta, ainda, que a arte e a cultura de Belo Horizonte são essenciais para que as adolescências e as juventudes consigam se expressar. Conta que pela timidez nunca teve coragem de participar de uma batalha de *Slam*, porém sempre escreveu e frequentou o *Slam* Clube da Luta BH, espaço que ele cita com muito entusiasmo.

Segundo alguns adolescentes, a oferta de cultura, esporte e lazer na cidade de Belo Horizonte acontece, ainda, de forma diferenciada e segregadora. Esses adolescentes e jovens dizem que não se sentem pertencendo a um público que frequenta alguns locais de cultura da cidade, como por exemplo, o Palácio das Artes. Um adolescente, assinala: “muitas pessoas não entram, por acharem que não é permitida a entrada”.

Vários adolescentes sugerem que a cultura não se restrinja ao eixo central da cidade, onde atualmente ocorre a maior parte dos eventos, “o acesso aos eventos deve ser facilitado”.

Os adolescentes nos dizem quais as dificuldades de sair do território e ir até onde os eventos acontecem: a mobilidade em si, “o transporte público é precário na cidade de Belo Horizonte”; a dificuldade de participar de eventos que não são gratuitos; a condição social e financeira da família; a rotina exaustiva enfrentada pela família, pelos adolescentes e pelos jovens durante a semana, “precisam decidir o que fazer no tempo livre”.

A segregação eu entendo ela, às vezes, como uma escolha também de quem... que eu morei muito tempo no Morro das Pedras, conjunto Santa Maria, Morro do Papagaio, Morro do Querosene, então... em vários lugares, assim, diferentes, mas muito parecidos, porque a galera... No final de semana eles não querem vir pra cá pro Circuito Cultural, eles querem fazer churrasco. A favela fica com o cheiro de churrasco. E é enlouquecedor, nossa! Quando você não consegue fazer o seu churrasco, todo mundo tá fazendo. E é isso, eles querem ficar lá, eles querem... Eles trabalham aqui, sei lá, saem de casa e final de semana querem ficar lá, querem se isolar, querem ter o conforto deles. Eu acho... Pode falar. Não, porque lá é o melhor lugar que existe. É o melhor lugar. É, você não tranca a sua porta. Eu deixava minha bicicleta em qualquer lugar. Eu ia na vizinha, bati na porta e falei, nossa, sua comida tá cheirosa hoje. Ela falou, ah, isso que é um... Você quer?

E completa:

Então, essa dicotomia, essa tensão, mais esse conforto e essa segregação, eu vejo que é uma escolha mesmo, talvez para se proteger, talvez não se identifica, porque eles têm a cultura, eles estão com a cultura deles à toda, estão muito formados, então eles não precisam dessa cultura branca aqui, dessa cultura elitista.

Quando se tem a possibilidade de acessar eventos culturais, ou seja, quando existe a possibilidade de escolher em qual evento ir, um dos adolescentes nos diz:

E quando é uma escolha, eu não me identifico com o que está sendo chamado de arte. O que está sendo chamado de arte no Palácio das Artes nem sempre é o que outras pessoas de outras origens querem consumir, cara. E isso eu acho validíssimo. É por pressão externa? É por pressão externa. Talvez alguém lá dentro da comunidade esteja louco para escutar uma orquestra, um Chopin.

São múltiplas as formas de conectar a cultura e os adolescentes e os jovens. Na Regional Barreiro, há um coletivo cultural formado por jovens periféricos que promove atividades artísticas e culturais desde 2014. Além das atividades culturais, o coletivo Movimenta Barreiro promove diálogos entre juventudes e território que abordam temáticas importantes sobre racismo, segregação, violação de direitos, precariedade da cultura para população periférica, entre outros (ARAÚJO, 2022).

7.1.1 AS PLURALIDADES DA CULTURA E DA ARTE

Como nos indica Peçanha (2015, citando COELHO, 1997, p. 293), a política cultural

[...] pode ser entendida como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de

satisfazer as necessidades culturais da população, e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Para falarmos de cultura precisamos falar também de suas pluralidades. De acordo com Barbosa (2013), a cultura diz respeito a vivências concretas do sujeito no ato de conhecer o mundo, é o encontro de saberes e fazeres das diversidades e das diferentes formas de perceber a vida. O autor ressalta que há uma nítida e importante relação entre fazer cultura e se expressar territorialmente, reforça ainda que é preciso superar, ir além da dicotomia *cultura superior* e *cultura popular*, que são muitas vezes vinculadas a *centro* e *periferia* ou *asfalto* e *favela* (p. 4).

Há uma homogeneização das práticas socioculturais, segundo Barbosa (2013), que prejudica e fragiliza o conviver e o aprender com a presença do outro. É importante perceber que nenhum modo de vida pode se afirmar e ressignificar padrões e tradições sem a presença dos outros modos de vida e, por esse motivo, a diversidade e a pluralidade são marcas essenciais que devem ser contempladas em nossa cultura, pois nos apresenta a importância de nos desvendarmos, construirmos o que somos, onde estamos e como vivemos. Isso se deve ao fato de que as existências sociais são construções culturais que influenciam nossas diferenças entre gostos, estilos, hábitos, crenças e costumes. Por isso, estamos sempre estabelecendo uma relação muito próxima entre o fazer cultural e a expressão territorial.

De acordo com Amaral (2003), as manifestações artísticas são muito importantes para desmontar estigmas e estereótipos socialmente construídos através de uma segregação socioespacial. A arte, a cultura e as expressões estéticas, segundo os autores, têm sempre um sentido político e de pertencimento, pois agem como uma expressão criativa de ressignificação das violências e vivências diárias.

Um jovem MC, participante de um dos grupos inventivos, relata que:

O hip-hop é a voz da periferia para o mundo e que tal movimento gera um impacto muito importante de promover e fazer circular a cultura local, de trazer pessoas de fora para conhecer a cultura singular do hip-hop em Belo Horizonte.

Ainda de acordo com o jovem MC, “o *funk* de Belo Horizonte é muito único e as diversas regiões que vêm visitar a cidade sempre comentam de sua peculiaridade”. Aborda também questões importantes sobre “como é difícil se sustentar como artista da quebrada”, pois faltam vários incentivos, entre eles estão falta de acesso à mobilidade gratuita, alimentação para os jovens quando vão em batalhas de MCs, apoio de formação profissional para arte, até a credibilidade da família diante de uma vida profissional artística. Ele sugere, ainda, que “se invista em políticas públicas para formar artistas profissionais nas comunidades de Belo Horizonte”.

Para Leite (2008), as expressões artísticas desenvolvidas nas favelas ajudam a afirmar identidades, além de influenciar os poderes locais e a força comunitária. Nesse sentido, o autor elucida que a arte e a cultura proporcionam um novo sentido às expressões e às vivências da periferia, ajudando a reinventar a cultura da favela. Essa ideia está em consonância com o relato do jovem MC participante do grupo inventivo, que diz que “a importância do *hip hop* em Belo Horizonte é justamente de dar um lugar de fala para as adolescências e juventudes”.

O mesmo jovem conta que é a partir desta cultura e dessa arte que as pessoas conseguem se expressar sobre suas origens, suas vivências e suas formas de pertencer à cidade, além de

pontuar que nas favelas, “o *hip-hop* oferta um lugar ao lápis e papel ao invés das armas, pois ele ressignifica e resolve na letra, na poesia”. Para Leite (2008), na periferia não há transformação sem arte e, para que isso ocorra, há que se produzir uma cultura própria.

Conforme nos mostra Dayrell (2001), as práticas culturais nos processos sociais constituem jovens enquanto sujeitos, ou seja, o mundo da cultura se apresenta como um espaço de práticas, representações e símbolos no qual os jovens buscam demarcar uma identidade, através de uma relação e de uma vivência, de sua condição juvenil. Nesse sentido, Dayrell mostra que o *funk* e o *rap* ganham significados de linguagem, tornando-se mecanismos capazes de criar espaços para a socialização e o compartilhamento de suas experiências.

As práticas culturais que envolvem elementos artísticos, tal como o *rap* e o *funk*, podem proporcionar alternativas de vida para além daquelas tradicionalmente oferecidas aos jovens da periferia (DAYRELL, 2003). Há uma busca por reconhecimento e visibilidade, as juventudes querem um lugar na cidade, querem usufruir dela, transformando-a em valor de uso. Dayrell (2003) ressalta ainda que, diante dessas construções culturais e de ocupações da cidade, os jovens estão reivindicando seu direito à juventude.

Os jovens problematizaram nos grupos inventivos: “O que é arte? O que é cultura?” Para alguns adolescentes e jovens, “a arte e a cultura são produtos relativos segundo o interesse do público. Parece ser uma questão também de identificação. A arte como uma expressão que te faz sentir bem”.

Segundo os jovens que são oriundos de outras cidades e que hoje moram em Belo Horizonte, há uma maior oferta de atividades culturais no espaço público da capital. Eles elogiam também espaços como shows abertos, exposições, cinemas gratuitos no Palácio das Artes e no Cine Santa Tereza. No entanto, expressam que os horários ofertados, algumas vezes, coincidem com as suas atividades escolares ou de trabalho.

Esses dias eu estava acompanhando o Fenda Festival em Santa Tereza, mas me frustrou por causa dos horários, tipo 3 horas da tarde na quarta feira, horário que eu estou trabalhando. Acho meio frustrante até para o próprio evento colocar num horário que ninguém vai conseguir frequentar.

7.2 LAZER E ESPORTE

O lazer pode ser compreendido, conforme consta no Atlas da Juventude (Barão, 2021), como ponto de convergência entre esporte, atividades culturais, saúde e turismo. O lazer “viabiliza ao jovem um espaço de experimentação de sua individualidade e das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão”, e também promove “o desenvolvimento pleno; favorece a sociabilidade e possibilita novas aprendizagens”.

Rose Meri Santos da Silva (2014), em sua tese, no doutorado, faz um apanhado histórico da legislação sobre o esporte no Brasil. Segundo a autora, a partir do advento da Constituição de 1988, “o esporte passou a ser colocado em uma ordem discursiva que o produz como um direito garantido, pelo Estado, a cada um dos cidadãos brasileiros” (SILVA, 2014, p. 118).

Durante a pesquisa nos grupos inventivos, os adolescentes denunciaram a dificuldade em acessar espaços de lazer e esportes e a precariedade dos espaços existentes. De acordo com a maioria dos relatos, os vínculos entre as adolescências e as juventudes da cidade de Belo Horizonte se estreitam nessas atividades.

O futebol, especialmente, é colocado como uma preferência dos adolescentes e dos jovens. Tão grande é a importância do futebol que alguns o consideram como uma arte. No entanto, em alguns bairros, falta até mesmo a quadra de futebol ou quando elas existem estão mal conservadas e com buracos. Foi observado durante a pesquisa que em alguns bairros só existe a opção de uso de quadras pagas. Segundo alguns adolescentes e jovens, eles precisam sair do seu bairro para acessar equipamentos esportivos, porém nem todos conseguem.

Alguns jovens do bairro Olhos D'Água, na Regional Barreiro, nos contam que lá existem duas quadras para jogar futebol, basquete e tênis; no entanto, necessitam de manutenção. Eles apontam uma desorganização no uso da quadra de futebol, “todos deveriam ter o mesmo direito de usar as quadras”, atualmente, no fim de semana os jovens mais velhos não liberam a quadra para os adolescentes mais novos. Outros jovens da Regional Barreiro falaram que há um bom ginásio poliesportivo, porém não atende a demanda local.

Outros adolescentes defenderam a possibilidade de valorizar esportes como basquete, pingue-pongue, peteca e vôlei.

Muitos jovens apontaram a praça dos bairros como principal ponto de atividades de lazer e esporte. Alguns parques e praças não são frequentados pelos adolescentes, principalmente à noite, devido à insegurança, pois esses locais são usados como pontos de tráfico de drogas.

Os jovens disseram que precisam ir para o centro para acessar alguns espaços de lazer. Para participar de eventos fora do território, “o acesso é caro” e, por isso, muitas vezes “fica inviabilizado”. Eles expressaram, ainda, nos grupos inventivos de várias regionais, que “a comunidade muitas vezes não tem conhecimento das oportunidades que existem em seus territórios”.

O desenho, a dança, a música e a pintura foram apontados por eles como atividades de lazer. Uma adolescente diz que sente “falta de oferta de atividades como karaokê, danças e teatro gratuitos na cidade, sobretudo gratuito e próximo à moradia”. Outra, diz: “tinha que ter coisas legais pra gente fazer, shows pra gente participar”. Gostariam ainda que houvesse mais segurança em eventos existentes, como o Baile *Funk*, o Duelo de MCs, entre outros. Eles defendem a melhoria no acesso a esses eventos e na segurança, pois assim poderiam circular pela cidade e conhecer mais pessoas. Muitos dos jovens escutados se sentem sobrecarregados com suas atividades diárias: estudo, trabalho, afazeres domésticos, restando pouco tempo para o lazer e para o descanso.

Para alguns, o descanso é algo importante, eles priorizam “dormir e assistir séries”.

Todos aqui além de terem uma rotina exaustiva do Ballet Jovem que ocupa um terço do nosso dia, da vida (risos), é exaustivo mesmo, um trabalho muito árduo diariamente... a gente também dá aulas. Eu por exemplo, trabalho na parte de arte e educação do museu e que não tem final de semana, segunda a segunda. O fim de

semana é pra lavar minha roupa, me organizar e tirar uma soneca. Dou prioridade a deixar tudo preparado pra aguentar a semana ao invés de ir me divertir bebendo, na balada e tal. Hoje isso não é mais prioridade.

Segue a fala de uma jovem, segundo ela uma descoberta feita durante a pandemia de Covid-19:

Entendi com a pandemia que precisa segurar um dia da semana pra descansar a cabeça. Fui administrando durante a pandemia e agora eu tenho uma hora de hiperfoco, que é fazer alguma coisa que eu gosto muito. Aprendi isso porque eu antes ficava no fim do mês achando que ia morrer. O meu lazer pra sair de casa é cinema, teatro, e tomar sorvete de manga Ubá, bem criança, só. (Risos).

Outros jovens reforçaram a necessidade de que cada um descubra, para si, quais são as atividades culturais e de lazer com as quais se identificam e, ainda, a importância de cultivar momentos de lazer individuais e solitários. Uma jovem se expressou sobre o tema:

Pra mim diversão é duas coisas: ou você encontrar a sua tribo e eu encontrei a minha no K-pop, onde você tem o hiperfoco naquele assunto, com os temas daquele assunto, falando isso etc. Ou dormir o fim de semana inteiro, pela necessidade da semana, o que não significa dormir 48 horas. Eu entendi que eu me divirto muito sozinha: uma vez por semana eu vou ao cinema e ao restaurante sozinha. Um encontro com você mesma, sabe? Tipo o autoamor.

Muitos adolescentes nos falaram nos grupos inventivos que optam pelas atividades de lazer gratuitas como assistir séries, ver TV, jogar videogame, usar as redes sociais, navegar na internet. Ressaltam que alguns adolescentes não acessam o lazer digital por não ter uma internet boa.

Os shoppings da cidade aparecem para alguns jovens como locais de diversão. O BH Shopping e o Minas Shopping foram citados nominalmente. Os jovens que moram próximo ao Minas Shopping trouxeram o gosto por “dar rolês”, sobretudo para irem ao cinema. Ouvimos também desses jovens que, nos espaços comerciais, eles são vigiados pelos seguranças, o que foi interpretado por eles como racismo e segregação.

7.3 PROPOSTAS DOS ADOLESCENTES

Esporte, cultura e lazer:

- No Projeto Câmara Mirim, iniciativa da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, os vereadores-mirins apresentaram e aprovaram, em outubro de 2023, o projeto de lei que cria o programa de atividades Culturais Esportivas nas Escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte que institui a prática e/ou o ensino de instrumentos musicais, teatro, esportes, circo, libras, clube do livro, dança, reforço escolar;
- A cidade deve incentivar mais o cenário cultural e artístico, dando mais visibilidade aos artistas e reconhecendo-os como profissionais, inclusive financeiramente. Um adolescente sugere que seja ofertado um lugar de encontro para os jovens que trabalham com a cultura *hip-hop*. Desde passinho, grafite, *Slam*, skate, entre outros, para que eles possam aprimorar

em áreas que ainda não estão bem: por exemplo, treinar um *beat* ou rima. Acredita ainda que os grupos em BH tenham uma dificuldade de integração, principalmente devido à dificuldade de circulação nos territórios pelos transportes públicos, mas frisa que há uma grande construção da cultura *hip-hop* em BH;

- “Incentivar a cultura *hip-hop* em Belo Horizonte”;
- “Criar e valorizar espaços para o *Slam*”;
- “Em cada bairro poderia ter uma casa de cultura, com livros, pra todo mundo poder ir”;
- “Passeios gratuitos pela cidade para os adolescentes”;
- “Oferecer mais atividades gratuitas”;
- “Manter e incrementar as atividades de lazer, cultura e arte na Praça da Liberdade”.
- “Melhorias dos espaços públicos, praças”;
- “Mais espaços para aulas de dança e incentivo às companhias de dança na cidade”;
- “Concentrar as ações culturais em instituições públicas da cidade, pois atualmente a concentração de ações culturais se dá em locais religiosos”;
- “Oferecer espaços mais coletivos voltados para o público adolescente e jovem, tais como praças e eventos artísticos”;
- “Mais eventos, como shows, inclusive que pudessem acessar o público infanto-juvenil”;
- “Intensificar as ações do CRAS, apontado como um local para a realização das atividades culturais, de esporte e de lazer”;
- “O esporte é algo importante, o esporte deve ser acessível no espaço da escola também nos finais de semana”;
- “Investir nos centros de treinamento de futebol, nos times de bairros e treinadores, porque o esporte, principalmente o futebol, é uma possibilidade importante para subir na vida, sair do tráfico e da rota da morte”;
- “Fazer campo de futebol e quadra de esporte nas comunidades”;
- “Mais quadras, ou que tenha um responsável para controlar o tempo e as marcações por horário”;
- “Oferecer mais rua de lazer para brincar de vôlei, futebol, de pique esconde, juntar a galera de todos os abrigos”;

- “Internet e celular gratuitos. A internet não é boa nem em casa e nem na escola, poder usar mais o celular, jogar joguinho”;
- “Investir na quantidade de espaços de lazer na cidade, zoológico, por exemplo, só tem um”.

7.4 SUGESTÕES

Entendemos que as intervenções culturais, artísticas, esportivas e de lazer devem ser direcionadas aos interesses dos adolescentes e dos jovens. Conciliar a oferta dessas atividades com as possibilidades de participação e os interesses dos adolescentes e dos jovens parece ser um dos desafios que a política pública tem que enfrentar. As ações participativas, que agregam as pessoas do território, adolescentes e jovens, podem constituir um instrumento de mobilização potente e de formação de cidadania.

Nos encontros dos grupos inventivos, momento em que se ofertou um lugar para que a palavra circulasse livremente no tecer das pluralidades das adolescências e juventudes, pudemos perceber como o tema cultura aparece de forma muito próxima, quase emaranhado com os da política e da arte em suas diferentes formas de expressão e relacionados à ocupação da cidade. Qual cultura e qual arte são valorizadas pelo poder público e qual arte e qual cultura os adolescentes e jovens buscam e fazem?

Para expandir os horizontes culturais e artísticos, recomendamos fortalecer as expressões culturais que exigem política de incentivo local. Recomendamos descentralizar os eventos de arte e cultura, incentivando os artistas locais e promovendo os eventos nos territórios.

Propomos, também, a ampliação e a descentralização dos projetos de lazer, arte e esporte para os adolescentes e os jovens.

Os adolescentes afirmaram nesta pesquisa que querem estar presentes na cidade, nos eventos culturais, artísticos e esportivos e de lazer, tanto no território de origem como em outros territórios da cidade. Para que isso se viabilize de fato, é importante que eles tenham mobilidade e segurança garantidas, além de se sentirem acolhidos em qualquer espaço público e não público da cidade.

Nesse sentido, recomendamos ao poder público garantir uma segurança acolhedora, não racista, não segregadora. Uma segurança que possa fomentar a dignidade e o pertencimento aos adolescentes e aos jovens, garantindo-lhes o direito de ir e vir, de participar e acessar os eventos públicos e não públicos de cultura, arte, esporte e lazer. Não adianta o espaço ser público e gratuito se os profissionais que atuam nesses lugares não estão formados para acolher as diversidades. Os trabalhadores dos centros culturais e esportivos precisam ter formação adequada para receber os adolescentes e os jovens de todas as origens, sem que eles tenham que se sentir vigiados, segregados e não pertencentes.

Atentos ao que os adolescentes nos trouxeram nesta pesquisa, reconhecemos também a necessidade de se fazer um mapeamento e um diagnóstico cultural, artístico, de esporte e lazer na

cidade de Belo Horizonte, o que recomendamos com ênfase. Esse mapeamento e diagnóstico teriam uma atenção especial para essa faixa etária. A participação e o envolvimento dos adolescentes e dos jovens seriam uma tessitura importante sobre o (re)conhecimento das convivências sociais, possibilitando o aparecimento da diversidade cultural e das singularidades desses sujeitos na cidade. Clarice Libânio (2014), em seu livro “Mapeamento Cultural: política pública e convivência social”, nos chama atenção para o fato de que, ao pensarmos o mapeamento e o diagnóstico cultural em Belo Horizonte, temos a possibilidade de ter uma visão mais ampla de uma rede invisível de artistas. Sugerimos que, com a participação dos adolescentes e dos jovens, esse mapeamento seja dinâmico, oferecendo a possibilidade de uma atualização contínua. É importante que o poder público valide e reconheça as formas plurais da arte, como o *hip-hop*, o grafite, o *funk* e a arte urbana em geral.

Temos em Belo Horizonte o Projeto Câmara Mirim que é uma experiência exemplar em que os adolescentes aprendem sobre o processo legislativo, discutem projetos e fazem propostas para o poder público (Anexo 5). Em 2023, os vereadores-mirins aprovaram um Projeto de Lei nº 3 que cria o Programa de Atividades Culturais e Esportivas nas escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. No escopo desse programa, constam atividades a serem praticadas e/ou estudadas nas escolas, são elas: instrumentos musicais, teatro, esportes (vôlei, futebol, basquete etc.), circo, libras, clube do livro, dança, reforço escolar. Endossamos e recomendamos a execução desse projeto. Destacamos aqui a importância da participação do CMDCA e outros órgãos públicos da PBH no encaminhamento desse programa para que de fato ele seja executado. Após a aprovação do projeto pelos vereadores-mirins, os vereadores da Câmara de Belo Horizonte devem aprová-lo e assim ser encaminhado para a execução. Os adolescentes envolvidos nesse Projeto Câmara Mirim devem acompanhar esse processo de aprovação e execução.

A arte e o esporte podem ser uma possibilidade de trabalho para os jovens e os adolescentes, portanto, recomendamos ao poder público sustentar e incentivar essas ações com melhoria, manutenção e ampliação dos equipamentos e dos locais públicos. Outra reivindicação dos adolescentes e dos jovens que deve ser efetivada é a de mais praças e parques em seus territórios, lugares que possibilitam a diversão, o encontro, a troca e a apropriação do território.

Referências

AMARAL, L. E. F. do. **Vozes da Favela** – representações da favela em Carolina de Jesus, Paulo Lins e Luiz Paulo Corrêa e Castro. Dissertação. Departamento de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. 110p.

ARAÚJO, M. Movimenta Barreiro: coletivo cultural de BH que promove cultura e arte nas periferias. **Brasil de Fato**, Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/12/movimenta-barreiro-coletivo-cultural-de-bh-que-promove-cultura-e-arte-nas-periferias>. Acesso em: 12 out. 2023.

BARÃO, M. et al. **Atlas da Juventude**. Abril, 2021. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2023.

BARBOSA, J. L. Favela: solo cultural da cidade. In: BARBOSA, J. L.; DIAS, C. G. **Solos Culturais**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Publicada no DOU-1 de 16-7-1990, p. 13.563.

DAYRELL, J. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2001.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 24, p. 40-52, dez. 2003.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 5, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 26 dez. 2023.

LEITE, E. **Ação Educativa**: Boletim Juventudes em Cena. Organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa, 2008. Disponível em: http://www.bdae.org.br/bitstream/123456789/2425/1/Relat%C3%B3rio_atividades_2008.pdf.

LIBÂNIO, C. de A. **Mapeamento cultural**: política pública e convivência social. Favela é isso aí. Belo Horizonte, 29 de maio de 2014. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/favelaeissoai/mapeamento-cultural>.

PEÇANHA, É. **A cultura como campo de trabalho para a juventude**: políticas, experiências e desafios, v. 1. São Paulo: Ação Educativa, 2015. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/10/cultura_como_campo_de_trabalho_da_juventude_vf.pdf> . Acesso em: 5 dez. 2023.

SILVA, R. M. S. **Pensando o processo de constituição do esporte e a produção do sujeito esportivo no Brasil**. Rio Grande/RS: Universidade Federal do Rio Grande, 2014.

Direito à saúde e à vida digna

8

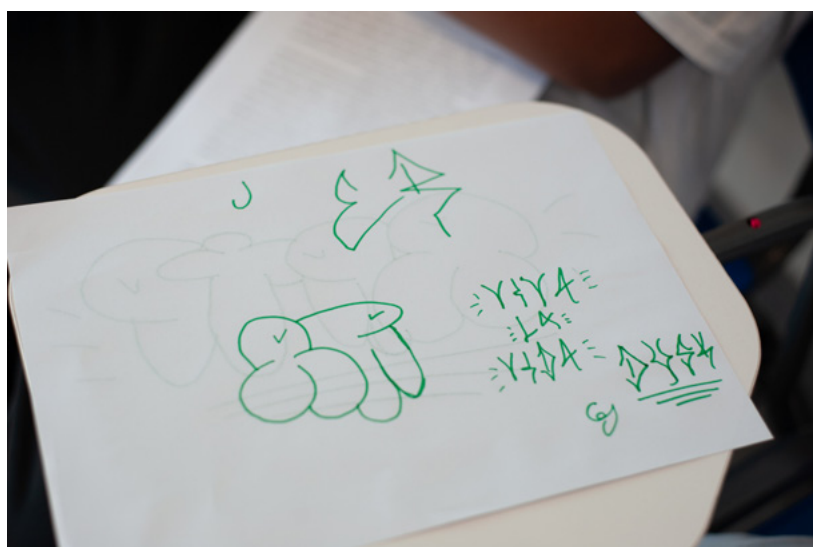


Figura 7 - Viva la vida”: produção de adolescente em grupo inventivo.

Fonte: Foto de Guilherme Fernandes – Acervo da pesquisa.

O direito à vida e o direito à saúde compõem o primeiro dos capítulos que estabelecem os direitos fundamentais da criança e do adolescente no ECA. É nele que são levantadas as principais questões de saúde que incidem sobre esses sujeitos do ponto de vista epidemiológico, como os possíveis acometimentos da primeira infância e a gravidez na adolescência. Essa última é, junto com o uso abusivo de substâncias, uma questão em monitoramento no campo da saúde dos adolescentes antes mesmo da instituição legal do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na segunda metade do século XX, foi iniciado no Brasil um movimento de cuidado direcionado às especificidades dos adolescentes, com a proposta de uma prática mais transversal e multiprofissional. Queiroz *et al.* (2013) relatam que antes desse período a assistência era realizada sobretudo por pediatras, salvo exceções, nas quais o ginecologista ou generalista poderiam ser acionados. O grupo dos adolescentes e dos jovens, entendidos como pessoas com poucos riscos à saúde ligados ao marco desenvolvimental, não despertava tanta atenção naquele momento de efervescência e reconstrução das políticas sanitárias. Por outro lado, os riscos à saúde dessa população revelaram-se mais complexos do que a conservação de um corpo em seu suposto

ápice de vitalidade. As discussões acerca do tema se voltam cada vez mais às formas singulares com que jovens e adolescentes se expressam, vivem e circulam pelo mundo.

As experiências que escutamos dos adolescentes e dos jovens nos convidam a extrapolar nossos conceitos de saúde, até mesmo em suas versões mais abrangentes. Isso porque inclui singularidades, como bem descrito por Le Breton (2017), além das condições sociais e culturais. Em nossos grupos inventivos, o desejo de “maior proximidade” com os profissionais responsáveis pelo cuidado foi bastante mencionado, assim como as especificidades dos espaços de saúde que gostam de frequentar.

Frequentemente, a relação dos adolescentes com os serviços de saúde é tematizada sob a égide da noção de uma não adesão – o que carrega uma culpabilização implícita dos usuários que, por motivos supostamente voluntários, não frequentariam as unidades de saúde. Propomos deslocar essa discussão enfatizando, por outro lado, a importância de que as políticas de saúde sejam formuladas na medida da escuta das demandas dos adolescentes, com a sua participação. Parece-nos equivocada que o serviço de saúde imponha sua agenda própria e aguarde uma adesão dos adolescentes.

Em entrevistas realizadas no âmbito do Programa Janela da Escuta, o interesse pelos serviços de odontologia foi apresentado por alguns adolescentes. Um deles diz: “da saúde, o que eu gosto de fazer mesmo é só dentista”. E continua:

Eu gosto de fazer clareamento, limpar os dente, porque, tipo, pra nós que é homem, e não só pra homem, pra mulher também, é... O visual também vai dos dente, né? Porque cê num vai, vão supor, cês mulher não vai agradar dum cara que num cuida nem do dente, vai cuidar de quê? Né não? Tem que pelo menos escova os dente, que é o essencial do homem, da mulher também.

Esse participante apresenta uma ligação entre a demanda pela saúde e a investigação sobre a sexualidade que é própria da adolescência. O relato nos faz afirmar a importância de que os serviços levem em conta, a partir de uma escuta interessada, as demandas próprias da população visada que, muitas vezes, não coincidem com as ações pré-formuladas de maneira universal.

O Programa Saúde do Adolescente (PROSAD) foi a primeira iniciativa nacional dirigida especificamente à saúde de adolescentes que, mediante o estabelecimento de uma série de ações e metas, buscava abarcar as singularidades desse público. Ao longo do tempo, outras propostas foram surgindo e no município de Belo Horizonte contamos hoje com ações da rede municipal de saúde, além daquelas que compõem a rede ampliada, disponíveis para construir a oferta assistencial considerando o desejo desses sujeitos. Podemos tomar como exemplos os Fóruns Regionais de Atenção à Saúde Mental da Criança e do Adolescente, o Projeto Arte da Saúde – Ateliê de Cidadania, os profissionais articuladores de território nos CERSAMIs da cidade, o programa Saúde na Escola (iniciativa nacional), entre outros.

O benefício dessas estratégias se relaciona à facilidade de acesso, ao estabelecimento de vínculos apoiados pela comunicação efetiva e afetiva entre interlocutores e à maior participação dos jovens e adolescentes em sua construção. Esses aspectos aparecem na escuta desses sujeitos, desvelando a potencialidade de uma rede que vem sendo construída.

O debate contemporâneo ressalta os agravos à saúde por causas externas. Quando falamos de mortes por crimes violentos, por exemplo, é justamente essa faixa etária a mais vulnerável (CERQUEIRA *et al.*, 2021; FBSP, 2023). Os adolescentes e os jovens pobres, sobretudo negros, moradores das periferias, dissidentes das normas heterossexuais e cis, portam as marcas discursivas de um colapso do que poderia ser uma delicada transição (LACADÉE, 2007). A pergunta sobre o valor da própria vida é respondida antes de ser formulada com segregação, medicalização, criminalização.

No Brasil, está em curso o genocídio da juventude negra. Em Belo Horizonte, um adolescente negro tem cinco vezes mais chance de morrer de forma violenta do que um adolescente branco (REIS *et al.* 2022). O rechaço à alteridade pode se expressar como homofobia que resiste à despatologização e à descriminalização da homossexualidade. A transfobia no Brasil desvela a dupla face do fascínio e do horror, com o alto consumo de pornografia trans e com o extermínio violento de travestis e de mulheres e homens trans (MUSACHI; DIAS, 2019). Um extermínio que se estende antes e após a morte. Antes, com a segregação das crianças e dos adolescentes trans pelas famílias e escolas, pelas políticas públicas. E depois, com o apagamento do nome escolhido e a reafirmação do gênero designado ao nascimento no atestado de óbito.

A escuta dos jovens e dos adolescentes da cidade nos revela um cenário em que as violências sofridas (racial, institucional, comunitária, entre outras) aparecem como preocupações. O adoecimento no campo da saúde mental é amplamente mencionado, inclusive como motivação na busca pelos serviços que, em outras ocasiões, só procurariam caso estivessem “morrendo”, como apontado por mais de um adolescente nos grupos inventivos.

Esse é um ponto fundamental no entendimento das relações desses sujeitos com os serviços da rede assistencial de saúde, que é buscada em momentos de quadros agudos. As queixas acerca da demora nos atendimentos, a percepção de não ser escutado, o impedimento de ser atendido desacompanhado, a dificuldade em acessar os espaços de saúde geograficamente distantes são alguns dos apontamentos que revelam os impasses encontrados por adolescentes e jovens em participar desses espaços onde desejam estar. Fica claro que os equipamentos do Sistema Único de Saúde são sua principal referência de cuidado, como relata um dos jovens:

Sou do [cidade no interior do estado] e vim para BH pra estudar. E como não tenho plano de saúde, a forma que busquei para resolver as minhas questões – e na semana passada estive doente – [informa bairro e regional onde mora], e eu fiquei muito surpresa porque eu fui muito bem atendida, consegui sanar todo o meu problema, eles têm a farmácia do posto, onde temos acesso aos medicamentos. Como eu não tenho plano de saúde, e o acesso ao hospital é um pouco mais difícil... Não encontrei dificuldades, foi muito bom acessar perto da minha casa.

Em grupos diferentes, participantes fazem essa contraposição ter/não ter cobertura de plano de saúde e citando o SUS como sendo a política que procuram quando surgem demandas. Os centros de saúde, frequentemente mencionados, aparecem como o único equipamento acessado por muitos deles, mesmo nas regiões com menor oferta de serviços, sendo esses os equipamentos que persistem quando tudo parece faltar.

O Diagnóstico da Situação da Criança, do Adolescente e do Jovem em Belo Horizonte, realizado em 2013 (UNILIVRECOOP, 2013), trouxe em sua vertente qualitativa, construída em diálogo com

participantes do Fórum das Juventudes da Grande BH (FJ), percepções semelhantes. Um dos pontos levantados pelos interlocutores do FJ em relação à saúde é justamente a primazia dada pelas políticas sanitárias aos temas da sexualidade e do uso de substâncias, enquanto adolescentes e jovens relatam dificuldades em acessar preservativos ou ter sua privacidade respeitada ao falar das experiências que atravessam esses temas. Um ponto interessante desse primeiro diagnóstico é a sugestão para criação de instrumentos (fichas e protocolos) mais afins ao universo dessa população como forma de efetivar o acolhimento.

Buscamos, ao longo dos grupos inventivos, escutar o que os jovens e os adolescentes poderiam nos contar de suas demandas, acessos, dificuldades e propostas para a política de saúde.

8.1 SAÚDE DO ADOLESCENTE COMO LACUNA

Parte dos apontamentos que escutamos trata das condições gerais dos serviços, cobertura no território e qualidade do atendimento. São demandas que não se direcionam à política em si, mas se referem às dificuldades na implantação de um sistema que vem sendo precarizado, subfinanciado e desarticulado das demais redes das quais depende e às quais ele afeta, ao mesmo tempo. Em alguns grupos inventivos, os adolescentes e os jovens chegam a mencionar a necessidade de maior investimento na estrutura e em profissionais como melhoria na efetivação da política de saúde.

Os adolescentes se queixam de uma assistência que pode demorar, que carece de resolutividade e de farmácias onde faltam medicações. Às vezes, não conseguem sequer acessar o serviço em virtude da distância ou dificuldades relacionadas à mobilidade. Quando vão sozinhos, sentem que podem acabar sendo maltratados, ignorados em suas demandas, ou ainda não atendidos. Esse aspecto é repetido em mais de um grupo e por adolescentes de diferentes faixas etárias: a impossibilidade de serem atendidos, ouvidos e respeitados quando estão sozinhos. Por outro lado, esse é um direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e assegurado pelos conselhos federais e regionais das categorias dos profissionais de saúde.

Ó, sobre, eu poder, sabe, chegar aqui e consultar sozinha, eu sei que num não são muitos adolescentes que têm, sabe, já têm a mentalidade pra resolver as coisas sozinhas, mas eu acho que isso seria uma coisa muito boa, por causa que a gente num não sabe, né. Meu pai, igual minha mãe, minha mãe trabalha de 07h00 às 16h00 horas da tarde, 16h30, e eu tenho escola, eu tenho que esperar minha mãe sair 16h30, chegar aqui, pra ela, porque se eu chegar aqui antes dela, já sair da escola e vir pra cá, eu num não sou atendida, por causa que eu sou menor de idade. Isso pode parecer uma coisa muito simples, e, pra nois, porque num não olha no nosso ponto de vista? Igual cê tá fazendo aqui, cê tá olhando nosso ponto de vista.

O trato com os adolescentes por parte dos profissionais também aparece como ponto de tensão, ora descrito como uma falta de respeito dirigida especificamente a eles, ora como indiferença: “vou no posto só pra tomar vacina. O único problema é a demora... e também tem uma médica que é meio doida, às vezes, trata as pessoas mal. Ela também fica olhando pro teto às vezes”.

Outros justificam a ausência que encontram de profissionais nos locais frequentados como descaso, inferindo que “ficam no celular ao invés de atenderem os pacientes”. Algumas falas

deixam claro o entendimento de que faltam profissionais suficientes e engajados para atender a população.

O centro de saúde, embora seja atravessado por impasses de naturezas diversas, ainda é o principal ponto de referência em saúde desses sujeitos. Muitos relatam desconhecer outros serviços no território onde vivem (UPAS e hospitais) ou acessá-los apenas em último caso, seja pela distância que precisariam percorrer ou pelo atendimento que temem receber.

As percepções dos adolescentes e dos jovens sobre os serviços de saúde frequentados trazem também preocupações e esperanças em relação à integridade e à manutenção desses espaços. Em um dos grupos inventivos, adolescentes moradores das regionais Pampulha e Barreiro relatam que “toda hora alguém rouba os fios do posto” e que por vezes a população é agressiva com os trabalhadores, pois “brigam, gritam, ameaçam”, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pela equipe. Falam da falta de profissionais e dos ajustes feitos diante de outras demandas, como o abrigamento de imigrantes no espaço de um antigo centro de saúde e atendimentos que precisaram ser deslocados para um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) por um período. Porém, mantêm expectativas sobre possíveis melhorias: “agora tem um posto novo. Espero que tenha médico comum. No passado não teve. Não teve nem isso aqui no bairro. Tinha muita falta de médicos, mas agora a estrutura é nova, é melhor. E tem novos médicos também”.

Os atendimentos especializados foram mencionados por jovens maiores de 18 anos e por aqueles que realizam tratamentos específicos, como os de hormonização, sendo esses os serviços mais difíceis de conseguirem. Um dos jovens comentou que a fila de espera para a intervenção mencionada era de oito meses e por isso precisou se organizar para pagar pelo tratamento.

Uma das adolescentes, proveniente da Venezuela, relatou dificuldades em conseguir acompanhamento especializado para uma questão neurológica e diz que sua única queixa seria sobre a demora para acessar esses serviços. Alguns deles apontam a facilidade que encontram em ser atendidos no centro de saúde em detrimento de outros equipamentos.

Há ainda que se considerar os tratamentos que se dão no campo da saúde mental. Esse tipo de acompanhamento foi tão amplamente mencionado – esteve praticamente em todos os grupos – que, em seguida, faremos uma análise mais detalhada dessas contribuições.

8.2 SAÚDE MENTAL



Figura 8 - Produção de adolescente sobre saúde mental.

Fonte: Foto de Guilherme Fernandes – Acervo da pesquisa.

Ao longo das conversações foi impactante, embora não tão surpreendente, a magnitude das questões relativas à saúde mental nas falas dos jovens e dos adolescentes. Em junho de 2022, a OMS divulgou uma importante revisão acerca da situação de saúde mental no mundo. Estimou-se em 2019 que 14% dos adolescentes no mundo conviviam com algum tipo de sofrimento mental. Já no primeiro ano de pandemia, foi avaliado um aumento de 25% na prevalência de casos relatados como depressão e ansiedade (WHO, 2022).

Só que como a pandemia veio, todo mundo teve que ficar em casa, acabei ficando mais, como posso dizer? No meu mundinho, sabe? Depois que a pandemia começou a passar, eu tive que me socializar de novo, mas como é que eu socializava, se eu criei um mundo onde eu ficava lá sozinha e tudo, de boa, entendeu? Aí eu tive muita dificuldade pra voltar a sair e essas coisas, o meu mundinho, o meu conforto, essa coisa toda. Sair? Era meio sabe... tipo, "eu sair? Tá doido? Num vô!"

Nos grupos inventivos, os jovens relataram a busca espontânea pelo cuidado com a saúde mental; alguns apontaram a pandemia como fator de piora importante, e outros mencionaram a escola como um ambiente que, de alguma maneira, canaliza essas demandas: "e tem muita gente que sofre de ansiedade, eu sofro de ansiedade. Eu tenho, ele tem também, é muito ruim. A gente não sabe o que é, as pessoas em volta não sabem, fica muito difícil".

Em uma conversação com jovens mais velhos, um deles refletiu que as gerações passadas falavam das dificuldades em reconhecer as questões de saúde mental como algo importante para as pessoas e sobretudo para a juventude e que hoje não é assim. Outro participante considera que, apesar de mais consciente sobre o adoecimento psíquico, a geração atual é também a mais afetada.

Temos muitos problemas como depressão e não vontade de fazer as coisas. Temos muito a questionar e brigar, porém não acontece nada e nos sentimos impotentes e frustrados. A nossa geração entende que estudar não é garantia de nada hoje em dia. O que que eu tenho então? Porque eu quero viver nessa sociedade? Por isso vemos tantos em problemas existenciais, ou no crime, enfim. É um problema que está em todas as áreas. Eu sinto que as pessoas que precisam solucionar isso não têm vontade de resolver as coisas.

O sentimento de não serem ouvidos nesse sofrimento esteve presente em seus apontamentos, sendo que alguns consideraram o tema como sendo um tabu.

Porque muitos adolescentes tão precisando de alguém escutar os adolescentes, porque, dentro de casa tem os pais pra escutar, só que eles têm muito trabalho a fazer, aí acaba os adolescentes se acolhendo, a si próprios e, às vezes, faz até um amigo imaginário pra poder conversar com o amigo imaginário.

O atendimento psicológico como suporte às pessoas que sofreram violência racial foi destacado como fundamental, mas pouco ofertado para os jovens e suas famílias. O grupo realizado com adolescentes naturais da Venezuela trouxe ainda a questão do idioma e o receio de elas não conseguirem se expressar ou ser compreendidas no Brasil.

Um número considerável dos participantes que se manifestaram sequer sabia se em seu centro de saúde havia atendimento psicológico disponível.

Ser um tabu dificulta compreendermos a história das pessoas e porque chegaram nesse lugar onde estão. Se essas pessoas tivessem mais acesso até mesmo em compreender o que é saúde mental. Saber o que é depressão é um privilégio. Não temos um debate aberto sobre isso, seja pela vergonha ou por não ter um espaço seguro. Saúde mental como algo público também. Tem muitas pessoas que vão morar na rua por conta dessas questões de saúde mental, por exemplo.

A demanda por um debate mais aberto sobre o tema parece indicar um caminho possível para a questão, ao mesmo tempo em que revela dificuldades no acesso ao serviço e inclusive à informação sobre ele.

Os jovens e os adolescentes destacaram a demora em conseguir atendimento psicológico e a troca constante de profissionais como um dificultador do vínculo. Uma jovem relata ter tentado por cinco vezes o atendimento e que, devido à urgência percebida, buscou outros meios para ser atendida.

Algumas das alternativas encontradas pelos participantes para acessar mais rapidamente o acompanhamento psicológico foram a busca por outras instituições, consultas particulares ou com “valor social”. Sinalizaram também o despreparo de alguns profissionais para a escuta de singularidades, tais como aquelas relativas às vivências de jovens e adolescentes transgênero e das pessoas que sofrem racismo.

A importância dada por esses sujeitos ao tema da saúde mental acende um alerta também estratégico sobre seu modo de acessar os serviços de saúde. Foi frequente a opinião de que esse seja o primeiro tópico a ser levantado quando apresentamos o tema da saúde.

As vivências em grupo, seja de amigos ou na escola, ganharam destaque. Uma das adolescentes chora ao se lembrar de amigos que deixaram de ir à escola devido a crises de ansiedade. Outro grupo diz que percebe colegas adoecendo na escola, alguns deles com comportamento autolesivo. Um dos adolescentes admitiu ter realizado cortes algumas vezes “para aliviar a dor”. A gravidade da situação é percebida também na convivência entre os pares, como um movimento especular que impulsiona alguns deles a buscar ajuda.

8.3 MEDICALIZAÇÃO: UM EXCESSO DIANTE DO MAL-ESTAR

O uso das medicações como mitigação de agravos em saúde mental apareceu entre alguns jovens e adolescentes, sobretudo aqueles com histórico de violências e vulnerabilidades reiteradas. Filardi *et al.* (2021) apontam que o uso de psicotrópicos possui dimensões socioculturais e que a medicalização é, desde 1970, discutida como o processo de tratar, como problemas médicos, experiências que *a priori* não configuram questões de saúde. Os contextos atravessados pela violência parecem exemplificar esse tipo de processo.

A respeito do princípio de medicalização cada vez mais presente no tratamento de saúde de adolescentes, Philippe Lacadée, psiquiatra e psicanalista, afirma, em um capítulo publicado no livro *Janela da Escuta: o adolescente especialista de si e a tessitura de uma rede sob medida*, que

[...] o processo que se coloca em cena conduz ao desaparecimento desse esforço de escuta do sujeito, de sua fala, de suas dificuldades, em favor de uma nosografia que o transforma em um dado objetivo. É assim que os problemas deixam de ser tratados como problemas e tornam-se distúrbios (LACADÉE, 2022, p. 239).

Em uma instituição para acolhimento de adolescentes com trajetória de vida nas ruas escutamos de um dos participantes que as medicações que tomava eram resultado do “tanto de violência” que havia sofrido. Denominaram os fármacos, sem dificuldade, e também suas estratégias para evitá-los: “tomam lítio, risperidona, clonazepan, que desmonta a noite. Outro precisava só de um chá de camomila para dormir”.

Os equipamentos da atenção secundária, CERSAMi's em sua maioria, são citados como locais de atendimento “mais rápido” para os casos urgentes e são comparados com os centros de saúde, onde conseguir o atendimento ou iniciar o uso de medicações seria mais difícil.

Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa relatam dificuldade em serem atendidos. Apontam o uso de substâncias psicoativas como “apaziguador, calmante e relaxante” e indicam a privação de liberdade como desencadeadora de “ansiedade, insônia, nervosismo e agressividade”, sintomas que precisam ser tratados com medicações devido à impossibilidade de outras abordagens.

Os adolescentes e os jovens demandam acesso aos serviços de saúde, delineando o desejo de uma escuta digna do seu mal-estar. Em alguns casos, o tratamento farmacológico pode ter um lugar (sempre coadjuvante). Contudo, é evidente a constatação, pelos adolescentes, de um excesso de prescrição, muitas vezes prescindindo da clínica e da escuta.

8.4 ACESSO E PERTENCIMENTO À REDE DE SAÚDE

Ao longo dos grupos inventivos, percebemos que a questão do acesso apareceu sob roupagens diversas. Tratamos do acesso geográfico aos equipamentos da rede de saúde, por exemplo, com os adolescentes de um bairro localizado na Regional Barreiro. Eles comentaram que a ausência de UPAS e hospitais próximos faz com que procurem assistência no centro do Barreiro, ou em Nova Lima, município vizinho, ambos distantes. Para isso, precisam “arranjar” comprovantes de endereço nesses locais que permitam o cadastro/acesso. A grande maioria frequenta ou diz conhecer apenas os centros de saúde.

Outro aspecto do acesso concerne à informação em saúde, tanto sobre os serviços (sua existência) quanto da educação em questões sanitárias que viabilizem a participação comunitária e, desejavelmente, efetivem e fortaleçam o controle social. Um dos registros de campo traz essa percepção dos adolescentes e dos jovens: quando abordaram o tema saúde e políticas públicas, os adolescentes frsaram que é preciso ter uma proximidade maior com adolescentes e jovens e que educação e saúde devem ser prioridade.

Ao final, três adolescentes entregaram seus desenhos que foram construídos durante o grupo inventivo. Dois deles disseram que desenharam o que sentiram de acordo com os relatos e uma

adolescente disse que o seu desenho é sobre uma questão importante e que ela acha muito necessária, “falar mais sobre a saúde mental nas escolas”.

Os temas apontados como interessantes no que se refere à saúde, são o sofrimento psíquico, sexualidade, gênero e uso de substâncias. Uma adolescente fala sobre um evento feito na comunidade com um grupo de mulheres, em que aconteceu uma conversa com “meninas mais novas” sobre menstruação e o uso do absorvente, o que a jovem avaliou como positivo, pois muitas delas não tinham espaço para falar sobre isso. A demanda por “informações voltadas para o público jovem” parece indicar que a maneira como esses tópicos vêm sendo tratados não alcança esse público como esperado, uma vez que compõe duas questões frequentemente abordadas relativamente à saúde de jovens e adolescentes.

Outro aspecto do acesso diz da receptividade ou não percebida por essa população à sua presença nos serviços, ou seja, ao acolhimento do adolescente e do jovem pelos equipamentos de saúde. Parte desse embaraço é manifestado no fato de não conseguirem ser atendidos sozinhos. Alguns desconhecem esse direito e outros mencionam uma diferença entre o que é prescrito e o que acontece na prática. Sentem falta de um laço que se estabeleça com eles e não apenas com seus responsáveis, como aponta um dos registros: uma das adolescentes disse sentir muita falta de alguém que escute os adolescentes, porque eles ficam muito sozinhos com suas questões. Disse ainda que seria legal ter alguém que não fosse os pais ou os amigos para poder compartilhar suas questões.

Há um desejo de que os profissionais procurem enxergar “pelo ponto de vista do adolescente”. Uma adolescente alega que gostaria de ser recebida “não como criança e nem como adulta”. Um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa sente ser tratado com “indiferença, só por estar no sócio”. Esses mesmos sujeitos salientam a importância da saúde bucal, na qual gostam de investir, e dão a entender que é porque valorizam o que consideram como boa aparência.

Há alguns anos estratégias preventivas em saúde vêm sendo realizadas nas escolas, o que é favorecido pelo ensino obrigatório e gratuito em território nacional que garante acesso e cobertura. Entretanto, foi valioso escutar como os próprios adolescentes e jovens reconhecem a articulação entre educação e saúde.

8.5 EDUCAÇÃO E SAÚDE

O Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído em território nacional através de decreto presidencial em 2007 (BRASIL, 2007). Seu objetivo, desde o início, foi desenvolver ações em prevenção, assistência e promoção da saúde através da articulação das políticas entre setores. O município de Belo Horizonte foi pioneiro na adesão ao programa e, a partir de 2019, instituiu também uma subaplicação a nível municipal com o objetivo de contemplar as especificidades do território. No relatório municipal, produzido com base no biênio 2019–2020, estão descritos os planos de ação e intervenções já iniciados, que coincidem com muitas demandas dos adolescentes (PBH, 2022). O relatório, entretanto, faz a ressalva das limitações impostas pela pandemia, o que se nota nas falas de adolescentes e jovens que dizem sentir falta de algumas dessas ações na prática. A fala de uma das adolescentes descreve a conexão percebida pelos sujeitos da articulação entre as políticas:

Enxergo a ligação da saúde com a escola principalmente pelas aulas de ciência, sobre a sexualidade, é importante, por mais que se tenha tabu sobre isso, que se fale para as meninas dos cuidados importantes a se terem e como que as coisas funcionam, como que se engravida etc., porque é o corpo das meninas e assim elas podem se preparar e se cuidar contra doenças e gravidez não desejada.

Não por acaso, o eixo “Direito sexual e reprodutivo e prevenção de ISTs/AIDS” é um dos temas com ações previstas pelo Relatório do PSE. Porém, é importante salientar que grande parte das propostas é direcionada aos profissionais e às equipes da educação e da saúde e as atividades programadas para acontecer com os adolescentes e os jovens tendem a contemplar aqueles mais velhos, como os do terceiro ciclo da educação e EJA (PBH, 2022).

Mais um ponto levantado pelos adolescentes diz respeito à forma como esse mesmo assunto é tratado: “dizer sobre a sexualidade, as ISTs e as formas de prevenções são pautas extremamente necessárias e que todos têm interesse em saber, porém é abordada com muitas formalidades, não [despertando] o interesse das maiorias”.

Um dos jovens, ao mencionar a questão do uso abusivo de drogas, aponta a escola e a saúde como políticas preferenciais na abordagem do tema, em detrimento da segurança:

As drogas ajudam os meninos que não estão bem. Fala que tem muito problema de depressão entre os adolescentes e que muita gente na escola está sofrendo. Não deveria ser um policial no pulão pra falar com o jovem que ele não deveria usar drogas. Um adolescente também não deveria ser preso por porte de 5 g de maco-nha. Um médico deveria falar isso pro jovem, como uma questão de saúde!

Percebemos que os jovens e os adolescentes depositam confiança na articulação dessas políticas para potencializar estratégias de prevenção e promoção de saúde, mas escutamos também a sugestão do acesso comunicativo, antes mencionado, e da entrada de outras políticas nessa estratégia intersetorial.

8.6 PROPOSTAS DOS ADOLESCENTES

- Em um dos grupos, os adolescentes sugerem lugares de escuta e acolhimento às suas demandas, seja fora do serviço de saúde ou dentro dele: “adolescentes e crianças deveriam ter um lugar, como as ONGs, por exemplo, onde eles pudessem ser ouvidos e orientados. Essa poderia ser uma maneira de combater a entrada prematura do adolescente no tráfico”;
- Os centros de saúde deveriam ter atendimentos por faixa etária: atendimento para a criança, para adolescentes e para idosos. “Os atendimentos não são feitos pela intensidade da dor atualmente... os idosos passam na frente dos adolescentes: adolescente também pode morrer”;
- Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa apontam a necessidade de enfrentamento do preconceito e o estigma que sofrem nos espaços de saúde. Esses mesmos sujeitos questionam “pra quem vai chegar esse recado”, pois encaram com urgência tais

questões. Ainda nesse grupo inventivo, os participantes levantaram o tema da alimentação, ressaltando a necessidade de melhoria da comida nas unidades socioeducativas;

- Apesar de ter sido um tema pouco mencionado em grande parte dos grupos, quando tratamos das propostas, muitos adolescentes e jovens trouxeram o acesso à alimentação de qualidade como sugestão. Alguns deles falaram sobre a distribuição de cestas básicas “pra quem realmente precisa” como medida, outros disseram que seria importante “diminuir o preço da comida e dos supermercados”;
- Para os adolescentes escutados, o financiamento das escolas e centros de saúde precisa ser maior e prioritário, além de indicar a reorganização dos serviços para que as filas de espera sejam menores (para o processo de harmonização, por exemplo);
- Ainda sobre acesso, os adolescentes escutados acreditam que os adolescentes e os jovens que estão em situação de rua precisariam de mais “casas de abrigo” que pudessem viabilizar sua chegada aos espaços de saúde;
- A escola também é vista como um espaço capaz de potencializar o alcance das políticas, e um dos grupos de adolescentes sugeriu um projeto para incentivo a uma vida mais saudável (educação alimentar e atividades físicas) nas escolas. Além disso, melhorar a qualidade da higiene e organização dos espaços e infraestruturas das escolas;
- Alguns participantes propuseram que o atendimento em saúde mental, tema tão presente em todos os grupos, pudesse acontecer na escola;
- Alguns mencionaram o aumento da quantidade de profissionais também na rede de saúde ou ONGs voltadas para esse fim;
- Outros acessos que surgiram como demanda foram os voltados para as famílias e comunidades, como os relacionados a subsídios populacionais: “aumentar o auxílio do governo e cortar os benefícios de quem não precisa. Ajudar as famílias mais pobres”;
- A criação de espaços de tratamento para “dependentes químicos” também foi levantada, além da abordagem da questão no geral, que, segundo alguns jovens, deveria ser tratada pela saúde e não apenas pela segurança.

8.7 SUGESTÕES

É urgente a elaboração de uma política nacional de saúde dos adolescentes, que os escute atentamente desde sua formulação. Uma política que possa abranger a diversidade dessa população, possibilitando um lugar para as singularidades.

Observa-se uma lacuna no campo da saúde do adolescente. Na infância, a criança não deixa de ir ao centro de saúde para a puericultura e a vacinação. O adolescente, via de regra, só retorna à rede de saúde quando há uma gravidez, uma doença, uma situação de urgência ou quando

há uma medida protetiva ou socioeducativa. Como as diretrizes do SUS pressupõem o olhar ampliado para a área de abrangência, em contraposição ao modelo de atender apenas quem vai ao centro de saúde, podemos pensar que ainda não há uma ação sistematizada no sentido de procurar os adolescentes no território para construir, com eles, ações promotoras de saúde. Essa situação pode ser explicada pela sobrecarga de trabalho dos profissionais da atenção primária, mas o que temos aprendido com os adolescentes ouvidos é que há uma lacuna na formação que é eminentemente técnica.

Em função de não sabermos como lidar, pode surgir a recusa de acolher e acompanhar o adolescente, recusa esta que pode ser velada. Torna-se fundamental a abertura da janela da escuta também para os profissionais, propiciando um aprendizado e a construção de um saber, sempre provisório. O acolhimento deve se estender à equipe: trata-se de ouvir os impasses experimentados por cada um, e também as construções clínicas, criativas e singulares. A constituição de espaços coletivos de reflexão sobre o trabalho pode propiciar o encontro de cada profissional com seu próprio saber, com o não-saber e uma reconexão com seu desejo de aprender. Trata-se de oferecer pontos de apoio para que o profissional possa se autorizar a atender o adolescente. A Universidade se coloca a serviço dos adolescentes e dos jovens, e também das políticas públicas, buscando uma construção coletiva do conhecimento (GRILLO *et al.*, 2022).

As falas dos adolescentes nos permitem elaborar uma proposta de fortalecimento do SUS que acolha as singularidades. Ao longo da pesquisa (e do tempo de trabalho), aprendemos muito e sempre com os adolescentes, especialistas de si. Cada encontro com um adolescente nos confronta com o nosso não-saber sobre ele, o que pode suscitar o desejo de saber, com a abertura de uma *janela da escuta*. Aprendemos que é importante um acolhimento vivo, não protocolar e burocrático. Um acolhimento não só do adolescente, mas de quem o acompanha e/ou demanda atendimento – familiares, profissionais da saúde, assistência social, educação, socioeducação etc. Cada um pode ser acolhido, cada demanda ouvida, preservando-se o sigilo e a dignidade da palavra. Sem protocolos rígidos, é a diretriz ética precisa que deve guiar a equipe em cada caso.

Reiteramos, dessa forma, o que se afirma no capítulo “Rede de atenção integral à saúde do adolescente de Belo Horizonte”, publicado no livro *Janela da Escuta: o adolescente especialista de si e a tessitura de uma rede sob medida*: “o adolescente deve estar no centro da relação profissional-adolescente e participar ativamente da consulta, do diagnóstico e, sobretudo, do tratamento” (PARIZZI *et al.*, 2022, p. 399). Recomendamos um acompanhamento de saúde digno, tecido sob medida para cada adolescente e articulado às outras redes (educação, cultura, assistência etc.), possibilitando a construção de uma rede viva, territorial. É importante investigar os laços do adolescente com as redes de educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, cultura e outras, para fomentar o vínculo e as políticas públicas voltadas para as adolescências de forma interdisciplinar. Aprendemos que a interdisciplinaridade é fundamental no trabalho com adolescentes, que podem tecer suas próprias redes, entrelaçando políticas públicas com construções próprias. Ressaltamos a importância das artes nessa tessitura que valoriza as invenções singulares. No Projeto Arte na Espera, que compõe o Programa de Extensão e Pesquisa Janela da Escuta, a arte é também uma via para a apropriação do dispositivo da saúde pelos adolescentes. Na Figura 9, a seguir, temos um exemplo dessa apropriação a partir do uso de embalagens de medicamentos antirretrovirais para a construção de calçados, remetendo a um percurso pela cidade.



Figura 9 - Calçados produzidos com embalagens de antirretrovirais.

Fonte: Acervo Thereza Portes - Projeto Arte na Espera.

Tivemos a oportunidade de participar da Sessão Plenária dos Vereadores-Mirins na Câmara Municipal de Belo Horizonte, no dia 25 de outubro de 2023. Dos nove projetos votados, dois eram concernentes à saúde. O Programa de Escuta para Adolescentes nas Unidades Básicas de Saúde deverá promover o atendimento 24 horas para adolescentes na atenção primária. Oficinas nas escolas e trabalho com as famílias compõem o programa, que deverá ser executado por psicólogos e assistentes sociais. O outro projeto prevê a criação de um aplicativo na rede de saúde de Belo Horizonte, com o objetivo de facilitar o acesso e a educação em saúde, com material sobre puberdade e saúde reprodutiva e sexual. O acesso ao acompanhamento psicológico também é enfatizado nesse projeto. Quatro indicações foram apresentadas pelos vereadores-mirins, sendo duas relacionadas à saúde. Uma propõe a Política Municipal de Saúde Mental e Relacional para promover o bem-estar e o controle do estresse. A outra indicação sugere a instituição da Política Municipal de Acompanhamento Psicológico e Social nas escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Essa política deverá promover uma parceria com o Conselho Tutelar a fim de efetivar um trabalho com as famílias e com as escolas. Esses projetos demonstram a potência e a capacidade de elaboração de políticas pelos próprios adolescentes. Recomendamos que os projetos e as indicações sejam aprovados pela Câmara dos Vereadores e executados.

Ressaltamos também uma iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde da PBH referente aos encaminhamentos dos casos de crianças e adolescentes trans para o ambulatório transespecífico. Mensalmente, gestores e técnicos da PBH e da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) se encontram para discussão dos casos, visando a tessitura de uma rede de cuidado e a formação dos profissionais envolvidos. Processos como esse são muito mais efetivos que protocolos anônimos e rígidos.

As diversas propostas que recolhemos evidenciam o sofrimento e o mal-estar de muitos adolescentes e jovens, que ainda apostam em nos endereçar suas demandas e projetos potentes. Um adolescente deseja que a rede de saúde o trate “com menos desrespeito e menos indiferença”. Traduzimos essa proposta em uma recomendação de um tratamento digno e respeitoso, à altura dos adolescentes que tanto nos ensinaram nessa pesquisa diagnóstica. Conforme Patricia

Regina Guimarães (2022, p. 204), “a compreensão da vulnerabilidade que marca esse momento [da adolescência] deve estar presente durante todo o acompanhamento do jovem”.

Um dos pontos levantados foi a valorização do tratamento odontológico pelos adolescentes, o que nos leva a propor uma maior abrangência dessa especialidade no SUS-BH para oferecer um cuidado sob medida e promover um laço com a rede de saúde.

É importante que sejam construídas ações que promovam o acesso a uma alimentação saudável. A obesidade é a doença crônica mais comum na adolescência e geralmente se inicia na infância e se prolonga na vida adulta. Recomendamos que a abordagem terapêutica desse problema contemple dimensões sociais, subjetivas e singulares, com uma escuta que leve em conta a relação complexa de cada adolescente com o seu corpo. Para Gisele Magalhães e Márcia Parizzi (2022), em capítulo sobre o tema publicado no livro *Janela da Escuta: o adolescente especialista de si e a tessitura de uma rede sob medida*, a obesidade

[...] não pode ser conceituada e vista simplesmente como um desequilíbrio no balanço energético. Outros aspectos precisam ser observados, para além dessa orientação, possibilitando, dentre outras razões, o melhor entendimento sobre as recidivas e fracassos corriqueiramente observados nos tratamentos (MAGALHÃES; PARIZZI, 2022, p. 272).

Ressaltamos a importância, enquanto existirem unidades de privação de liberdade, de o cuidado à saúde ser realizado na rede SUS, com dignidade, sem algemação e com privacidade. Os insumos para redução dos riscos de ISTs e gravidez indesejada devem estar presentes nas referidas unidades. Evidentemente, a questão da privação de liberdade provoca, via de regra, um adoecimento psíquico e, às vezes, físico. Muitos adolescentes chegam às unidades de privação de liberdade com questões graves de saúde mental e/ou física, sem haver recebido diagnóstico e tratamento adequado ao longo da vida. Essa medida socioeducativa deve ser repensada, considerando que muitas vezes ela é o reflexo do racismo institucional e da criminalização de uma das piores formas de exploração do trabalho infantojuvenil, como a inserção no tráfico de drogas.

Ações de promoção à saúde devem ser efetuadas nas escolas, de forma participativa, com atenção às demandas e dúvidas dos adolescentes⁴.

Referendamos a proposta dos adolescentes sobre tratar as pessoas que fazem uso abusivo de drogas no eixo da saúde, e não no da segurança pública.

O genocídio da juventude negra deve ser o ponto principal da pauta intersetorial, provocando uma reflexão sobre o racismo estrutural e o institucional, que provocam segregação, silenciamento,

4 Como recomendado no relatório Direito à educação, capítulo 4 deste documento.

5 A Rede de Cuidado e Proteção para os adolescentes vítimas de agressão atendidos em hospitais de trauma é um projeto orientado pelo Cuidado Centrado na Pessoa e que foi descontinuado com a pandemia da Covid-19. A importância da Rede de Cuidado foi discutida no relatório Raça e outros marcadores de violência: uma chave de leitura, capítulo 3 deste documento.

encarceramento e morte dos adolescentes e jovens negros. Recomendamos que a Rede de Cuidado⁵ seja reativada e ampliada, enquanto se fizer necessária. Como proposto pelos vereadores-mirins (Anexos 5 e 6), é primordial a instituição de uma educação antirracista, e não apenas nas escolas.

Recordamos as pontuações de Garcia (2002) de que não há lugar para tratamento em massa, como propõe a saúde pública, ou para espírito comunitário, como propõe a saúde coletiva, que exclua a singularidade dos sujeitos no atendimento clínico. Para o autor, portanto, há uma saúde a ser inventada, uma saúde que considera que cada um vive a partir de suas singularidades e não de leis universais. Operamos em consonância com essa proposta na medida em que consideramos o adolescente especialista de si, autor de sua saúde e não apenas um público-alvo. Propomos que uma norma única na prática de saúde deve ser evitada, sobretudo com o público adolescente, cujas especificidades nos convidam a pensar sobre essa nova prática de saúde.

Na perspectiva da clínica baseada não só nas evidências, mas na ética, o sujeito em questão não se reduz a um estatuto de animal vivo, mas acede a uma subjetividade singular imortal (GARCIA, 1994).

Referências

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 15 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Pnaisari**: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei: instrutivo para a implantação e implementação da Pnaisari. 2021. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MjA2M>>. Acesso em 31 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde integral de adolescentes e jovens**: orientações para a organização de serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. (44 p.)

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

FILARDI, A. F. R. *et al.* Medicalização da vida nas práticas vinculadas à estratégia saúde da família. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, , v. 24, n. 2, p. 421–445, apr./jun. 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/HHhxq4cFZwzxyTzjKVkp3vy/>. Acesso em 04 abr. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>. Acesso em 15 out. 2023.

GARCIA, C. Pensar a política, pensar a psicanálise. **Cad. Esc. Legisl.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 95–107, 1994.

GARCIA, C. **Saúde Pública**, Saúde Coletiva, Saúde a Ser Inventada. Psicanálise, Psicologia, Psiquiatria e Saúde Mental: Interfaces. Belo Horizonte: Oficina de Arte e Prosa, 2002.

GUIMARÃES, P. Acompanhamento de saúde na adolescência. *In*: GRILLO, C.; ROCHA, B.; MOURÃO, M. **Janela da Escuta**: o adolescente especialista de si e a tessitura de uma rede sob medida. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2022. p. 203–211.

LACADÉE, P. **L'éveil et l'exil**. Enseignements psychanalytiques de la plus délicate des transitions: l'adolescence. Nantes: Éditions Nouvelles Cécile Defaut, 2007.

LACADÉE, P. A medicalização de crianças e adolescentes. In: GRILLO, C.; ROCHA, B.; MOURÃO, M. **Janela da Escuta: o adolescente especialista de si e a tessitura de uma rede sob medida**. Belo Horizonte: UFGM, 2022, p. 237–252.

LE BRETON, D. **Uma breve história da adolescência**. Tradução de A. M. C. Guerra et al. Belo Horizonte: PUC–Minas, 2017.

MAGALHÃES, G.; PARIZZI, M. Convite para um percurso no Janela da Escuta: da obesidade à singularidade. In: GRILLO, C.; ROCHA, B.; MOURÃO, M. **Janela da Escuta: o adolescente especialista de si e a tessitura de uma rede sob medida**. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2022. p. 271–280.

MUSACHI, B.; DIAS, E. C. Soluções ao ódio? **La Libertad de la Pluma**, Buenos Aires, 2019. Disponível em <<http://lalibertaddepluma.org/blanca-musachi-e-eliane-costa-dias-solucoes-ao-odio/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PARIZZI, M. et al. Rede de atenção integral à saúde do adolescente de Belo Horizonte. In: GRILLO, C.; ROCHA, B.; MOURÃO, M. **Janela da Escuta: o adolescente especialista de si e a tessitura de uma rede sob medida**. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2022. p. 389–419.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (PBH). Secretaria Municipal de Educação. Secretaria Municipal de Saúde. **Relatório Programa Saúde na Escola – Biênio 2019–2020**. 2022. 63p. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/educacao/2022/relatorio_pse_2019-2020.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

QUEIROZ, L. B. et al. Aspectos históricos da institucionalização da atenção à saúde do adolescente no estado de São Paulo, 1970–1990. **História, Ciências, Saúde–Manguinhos**, [s/l.], v. 20, n. 1, p. 49–66, 2013.

REIS, R. F. et al. O genocídio dos adolescentes negros em Belo Horizonte: quem importa? In: GRILLO, C. F. C.; ROCHA, B. F.; MOURÃO, M. **Janela da Escuta: o adolescente especialista de si e a tessitura de uma rede sob medida**. Belo Horizonte: UFGM, 2022.

UNILIVRECOOP – Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre. **Diagnóstico da situação da criança, do adolescente e do jovem em Belo Horizonte**. Coordenação de Roselli-Cruz, A. et al.. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2018/documentos/cmdca/livro_1_2013_diagnostico_cmdca.pdf>. Acesso em 15 out. 2023.

WHO – **World Health Organization**. World mental health report: transforming mental health for all. Genève, 2022. 296 p. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338>>. Acesso em 15 out. 2023.

Direito à proteção social, à segurança e ao acesso à justiça



Como esta pesquisa privilegiou ouvir adolescentes e jovens que residem nas periferias de Belo Horizonte, onde a vulnerabilidade econômica e social é muito presente e relevante, foram abundantes, durante a realização dos grupos inventivos, os relatos sobre o medo e a insegurança que esses meninos e essas meninas vivem hoje na cidade. O alto índice de vulnerabilidades vivenciadas, principalmente pela população negra, nos indica a pouca eficiência das políticas públicas existentes no sentido de garantir segurança e acesso à Justiça a essa população.

A Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), estabelece, em seu artigo 37, que: “todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social”.

Já o ECA traz, em seu artigo 5º, que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). Sendo assim, está posto nas legislações específicas que esses públicos precisam estar amparados pelo Estado e pela sociedade de modo a não vivenciarem tais situações.

Nos grupos inventivos com os adolescentes e os jovens, ao tratarmos do tema segurança, o que eles destacam com grande frequência são as denúncias das diversas formas de violências por eles sofridas, além das ações segregativas, especialmente aquelas relacionadas ao racismo. Um dos jovens relata:

É como se os jovens pretos, pobres e periféricos não tivessem direito à segurança pública e sim precisassem ser retirados para que a segurança de outros seja garantida. Quais outros? A elite, os brancos, os não periféricos. A justiça, ali está

para o condenar e aprisionar, mais uma vez retirá-los do convívio e circulação nos territórios.

Em destaque, vemos como a violência contra essa população encontra-se atrelada ao aparato estatal de segurança pública, o mesmo que deveria garantir o presente conjunto de direito.

Em 2019 foi sancionada a Lei Federal nº 13.869 que, entre outros, dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade. Já em seu artigo 1º, a lei define que se caracterizam como crimes de abuso de autoridade aqueles “cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído” (BRASIL, 2019). A lei ainda traz ainda, em seu artigo 2º, que são considerados os sujeitos desse tipo de crime “qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território” e, entre esses, destacam-se os “servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas” (BRASIL, 2019). Trata-se de uma temática sensível, pois lança luz sobre situações graves de violações de direitos humanos e também contraditórias, já que, como citado, configura-se violência por parte de atores que compõem a rede que deveria proteger as pessoas e combater tais violações.

A abordagem dos temas levantados por esse conjunto de direitos nos conduziu a temas distribuídos da seguinte forma: violências territoriais; violências institucionais, compreendendo as violências policiais, as violências no sistema socioeducativo e aquelas relativas ao acolhimento institucional; e, por fim, trazemos o tema sobre o (im)possível da rede de proteção.

9.1 VIOLÊNCIAS TERRITORIAIS

Alguns adolescentes e jovens relacionam a violência ao território onde moram. Mencionam, por exemplo, regiões ocupadas por cenas de uso e tráfico de drogas e como uma situação que causa medo aos moradores que têm suas casas arrombadas pelos usuários. Um deles nos diz que “para ter segurança tem que pagar. Somente aqueles que pagam segurança particular, como a igreja do bairro, se sentem seguros”.

A circulação pelo território, segundo alguns adolescentes, também é apontada como algo arriscado. Uma adolescente, moradora da Regional Centro-Sul, em uma vila de extrema vulnerabilidade, mencionou como ponto positivo em seu bairro uma pracinha que, entretanto, já se tornou ponto do tráfico de drogas. Ela comentou sobre o risco representado pela circulação deles no território, mesmo quando se trata de ir a algum evento cultural, por exemplo. “Tem gente que acha que isso é normal, mas não é normal. É troca de tiros toda hora... é uma favela né! É bom porque as coisas todas estão perto.” Outra adolescente aponta sua saída nessa situação: “o jeito é fazer amizade com os maloqueiros para circular sem problema no território”.

As jovens venezuelanas relataram que, quando há situações que envolvem violências, sobretudo em seu território, chamam a polícia. Observam, entretanto, que isso não acontece em todas as situações e relatam um caso em que uma mãe se escondeu com os filhos após o homicídio de um jovem no bairro.

Um dos adolescentes, que está vinculado a um projeto de educação na Regional Centro-Sul, mencionou não haver polícia suficiente para a quantidade de traficantes existentes no bairro. Disse ainda que são traficantes que “apenas vendem drogas” e que “os traficantes ajudam na favela, matam os estupradores”. Falas como essa denotam a evidente inversão de papéis tornada corriqueira nas periferias entre o que é função dos agentes do Estado, que deveriam garantir proteção a todos, e esse arranjo paralelo, em que a criminalidade se incumba de tais funções, o que não ocorre sem graves consequências sociais.

Os adolescentes se queixam também de situações de quando precisam da polícia e ela não comparece: “quando precisamos que os agentes cheguem logo, eles argumentam que há armas no local”. Citam, como exemplos, desde brigas na rua, violência doméstica a disputas territoriais. Com indignação, dizem que até quando precisam socorrer alguém ferido os agentes não comparecem ou demoram demasiadamente. Nesse caso, vemos como a violência sofrida nos territórios se mescla à que é praticada cotidianamente pelas próprias polícias.

Como reflexo dessa atitude do Estado, em um dos territórios, ficou evidente a indiferença da comunidade em relação aos agentes de segurança. Os adolescentes não demandam e não reclamam da ausência ou da atuação dos policiais. Dizem que a própria comunidade resolve seus problemas. Um dos adolescentes relata: “resolvem na faca, com briga”.

Há também as violências entre grupos de adolescentes do território. Ocorrem ameaças de agressão física por desentendimentos vários, e eles citam, por exemplo, brigas envolvendo a brincadeira de soltar papagaio quando, normalmente, a intervenção para apaziguar a briga e evitar agressões vem de outro grupo de adolescentes, também do território.

Os jovens relacionam a violência ao território e seus movimentos, além das questões socioeconômicas e de acesso. Mencionam também a violência de gênero e o racismo, percebidos em diversos contextos de vida, seja no lugar onde residem ou pelos quais circulam. Uma das jovens que participa de um grupo de balé na Regional Centro-sul, relata:

A minha região é um lugar bem contraditório. Socialmente pode ser muito estudada de formas de lidar com aquilo que é a região do Lagoinha, só que aí eu moro na frente da PPL [Pedreira Prado Lopes], então o meu bairro é um micro bairro chamado São Cristóvão, que é um bairro que a igreja batista já quis comprar e fazer um muro em volta... então é um bairro que a galera que está na Cracolândia vai lá pra roubar. Minha casa já foi três vezes invadida. E é isso... aí do outro lado da Antônio Carlos é a Cracolândia, então aquele ambiente ali é cercado por essa atmosfera assim. Nunca me aconteceu nada de violência, porque ali não ocorre esse tipo de coisa, por mais que tenha essa fama; mas eu acho interessante essa... essa coisa da igreja querer dominar um bairro e do lado tem uma Cracolândia sabe, e a PPL, que já que era favela com índice de pobreza maior de BH, então tem um pequeno espaço e tem bastante coisa. A complexidade é grande.

9.2 VIOLÊNCIAS INSTITUCIONAIS

As violências institucionais denunciadas pelos jovens, além de múltiplas, são provenientes de diferentes fontes, como os agentes das forças do Estado representadas pelas polícias, as violências

praticadas no âmbito do sistema socioeducativo e aquelas praticadas durante o acolhimento institucional, conforme apresentamos a seguir.

9.2.1 VIOLÊNCIAS POLICIAIS

A escuta dos adolescentes e dos jovens por meio dos grupos inventivos promovidos pela pesquisa diagnóstica nos permitiu confirmar uma suposição prévia: a de que as violências institucionais, sobretudo policiais, estão muito presentes no cotidiano dos grupos mais vulneráveis no município. É bastante angustiante escutar falas quase naturalizadas que expõem tantas situações de violência sofridas por muitos. Além disso, esse tipo de violência traz um agravante, já que demonstra violações de direitos praticadas por aqueles que deveriam primeiramente proteger esse público. Vale destacar mais uma vez que a proteção aos direitos de adolescentes e dos jovens e a vedação de seu tratamento por meio de violência são uma temática bastante sensível, que lança luz sobre situações graves de violações de direitos humanos, sendo absolutamente contraditória sobretudo quando parte de quem compõe a rede que deveria proteger as pessoas e combater tais violações.

Em seu livro *Sobre a Violência*, Hannah Arendt (2022, p. 64) destaca que “o poder do governo constitui ‘um dos casos especiais do poder’, o qual requer noções como as de comando e obediência”, o que justificaria a autorização do emprego da violência. Porém, para a mesma autora esse poder, que é traduzido em ações policiais violentas, é também inconcebível, uma vez que “poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente” (ARENDT, 2022, p. 77).

Muitas violências institucionais foram relatadas, mas há um destaque importante a ser dado àquelas cometidas por agentes das forças de segurança pública, sobretudo nos territórios em que vivem esses adolescentes e jovens, como nas periferias e nas favelas. É em tais locais que a atuação do Estado se dá de forma mais repressiva, sendo, inclusive, incentivada pela dita “sociedade de bem”. Isso ocorre devido à expectativa social de que certos indivíduos estejam mais propensos à entrada no crime, contribuindo, assim, para que haja uma acumulação social da violência. Nesse sentido, Misse (2008) faz um alerta sobre a internalização do crime no sujeito, como se houvesse um espírito criminoso que o habitasse, a partir do que ele denominou de “sujeição criminal”, fato que é percebido pelos próprios adolescentes: “eu tenho medo da polícia porque ela sempre me confunde com bandido e eu acabo sofrendo muita violência sem ter feito absolutamente nada”. Percebe-se, então, que

[...] a sujeição criminal é mais que o estigma, pois não se refere apenas aos rótulos, à identidade social desacreditada, à incorporação de papéis e de carreiras pelo criminoso. [...] Ela realiza a fusão plena do evento com seu autor, ainda que esse evento seja apenas potencial e que efetivamente não tenha se realizado (MISSE, 2008, p. 380).

Dessa forma, os corpos que caminham nesses territórios são frequentemente vigiados e destruídos, como percebemos a partir da fala de um adolescente:

Tipo assim, por exemplo. Ela mora em um bairro e eu moro na favela. Ela é a mesma coisa que eu. A gente age do mesmo jeito. A lei vale para nós dois. Só porque eu

moro na favela, eles me destratam. E ela que mora no bairro, eles tratam com respeito. Você falou de preconceito. Isso tem um nome, né? Tem, lógico. Racismo, né? Eu acho.

Ainda há este fator que atravessa e prejudica além do mais todo esse contexto: o racismo estrutural. Tal como fica explícito na pesquisa, o racismo atravessa todas as falas, tendo se configurado num eixo estruturante das análises. Assim, é também a partir do viés racial que os adolescentes e os jovens relacionam as violências que mais lhes acometem. As evidências indicam que, ao ser abordado por um policial, um jovem preto ou pardo irá acumular de forma considerável essa desvantagem, ao passo que um jovem branco, caminhando pela cidade, sobretudo a depender do bairro em que estiver, nem ao menos será notado por esse mesmo agente de segurança pública. A fala de um jovem escutado pela pesquisa traz de forma bastante concreta essa percepção:

Eles têm que ter um padrão. E o X, ele é negro. Eles têm, entre aspas, um padrão. Pode ser até um preconceito velado, mas é questão de roupa, de estilo e de cara mesmo. Eles têm esse autojulgamento. Então eles abordam pessoas específicas, tipo.

Nas falas dos adolescentes e dos jovens fica óbvia a relação entre o racismo e a ação violenta da polícia: “se a gente fosse branco não ia ser confundido com bandido não. A polícia bate porque somos pretos”. Eles não apenas relacionam ao local onde as abordagens são mais violentas, mas também ao simples fato de serem negros. Essa interpretação não é aleatória, visto que vivemos em uma sociedade racista, em que a mão dura do Estado irá elencar aqueles considerados “suspeitos” e, em sequência disso, agir de forma truculenta e violenta contra eles. Os suspeitos, ou alvos, são frequentemente jovens negros periféricos, ratificando, então, uma sociedade marcada pela lógica de uma necropolítica, conforme nomeia o sociólogo Achille Mbembe (2018), isto é, a ação política sistemática em que o Estado determina quais vidas merecem proteção e, ao mesmo tempo, quais vidas podem ser vividas em condições não só de precariedade, de exclusão, de inacessibilidade aos direitos constitucionais básicos, mas também em condições que culminam na morte. Nesse sentido, a necropolítica simboliza:

[...] o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2018, p. 5).

Na medida em que adolescentes e jovens negros são alvos preferenciais da ação violenta de policiais, a segurança pública deixa de exercer a função de proteção social para eles, conforme podemos perceber em muitos relatos.

A polícia não quer muito... A polícia tem que demorar um tempo pra chegar. Só se o abuso é muito grave. Demora um ano pra chegar. Só arma que chega rapidão. Se falar que tá atirando no outro aqui, tem arma. Chega rapidão. A polícia é violenta. Demora umas três horas. É necessário você mentir pra conseguir que a segurança e a ajuda cheguem rápido. A mulher quase morreu. A polícia demorou umas duas horas e meia pra chegar.

Percebe-se, assim, que não somente a segurança pública ainda não se concretizou enquanto direito social para os jovens escutados pela pesquisa, como também há uma crítica em relação à

função exercida especificamente pela Polícia Militar. As polícias, desde sua criação com a chegada da família real no Brasil, destinaram-se mais “para os fins de segurança interna e de defesa nacional, do que para as funções de segurança pública” (MUNIZ, 2001, p. 179). A Polícia Militar, sobretudo, permanece exercendo a função mais ostensiva e, por vezes, com uso abusivo de poder e de violência, herança importante do contexto ditatorial brasileiro. Tal situação é problemática, pois, por um lado, acaba reforçando o racismo estrutural e a sujeição criminal e, por outro, contribui para que haja uma redução na prestação de serviços de assistência por parte dos policiais, como denunciado no relato acima, em que a polícia só chega para prestar serviço à comunidade em situações nas quais há o uso da força e pode-se exercer a brutalidade, características herdadas do passado.

Alguns adolescentes e jovens falam a respeito da formação dos policiais com elevado grau de compreensão acerca da questão. É o que se ressalta na fala de uma adolescente da Regional Leste no grupo inventivo:

Tem muita gente que trabalha como polícia porque é a única opção de vida, né? Porque a maioria das pessoas que são policiais são pessoas que viveram ou vivem em situações de marginalização. Talvez mais do que o processo de como entrar, seja o processo de como construir esse trabalho. Tem vários treinamentos que são basicamente para eles pegarem na arma e atirar na sua cara. Então repensar a educação dessa cultura do policial que não seja somente uma cultura de violência, de repressão, de uma coisa super cega.

Além disso, Muniz (2001) chama a atenção para o fato de ter se tornado tradição, há duas décadas, o ensino de Direito Penal nas Academia de Polícia Militar, favorecendo, então, uma visão criminalizante. Sem uma reflexão sistemática sobre a interseccionalidade entre fatores como raça, gênero e condição socioeconômica, por exemplo, torna-se dado o ciclo de criminalização e encarceramento de tal população, fazendo com que os policiais tenham como tendência, segundo Muniz (2001, p. 188),

[...] produzir e multiplicar os fatores criminógenos que ambicionam prevenir. Como em uma espécie de profecia que se autocumprir, esses policiais, no afã de buscar “enquadrar a conduta criminosa”, acabam elevando o universo de elementos suspeitos ao limite da vida social – ela mesma passando a ser, paradoxalmente, identificada como “suspeita” e “ilegal”.

Essa formação profissional marcada, então, por sucessivos retrocessos é percebida e denunciada pelos adolescentes. Uma jovem mais velha, residente da Regional Centro-Sul e que frequenta um grupo de dança, comenta em relação à questão do policiamento na cidade:

Só queria fazer mais um comentário sobre a questão dos policiais. Acho que os policiais deveriam ser melhor escolhidos. Esses concursos são muito ruins. O que acontece que são escolhidas pessoas racistas, machistas. Precisamos melhorar essa seleção. E depois também precisa ter capacitação, uma formação mais humana. Tipo, não é metralhadora, chacina...

Assim, alguns jovens atualmente acautelados e outros vinculados a movimentos culturais na cidade possuem um posicionamento ainda mais crítico não apenas sobre a função das forças de segurança pública, mas também sobre alguns fenômenos sociais importantes, tais como o

tráfico de drogas. Alguns nos contam que são a favor da desmilitarização da polícia, sendo enfáticos que atuariam pela liberação do uso de algumas drogas, como a maconha, atribuindo à proibição do uso o aumento da violência.

Outros adolescentes sentem insegurança quando frequentam o centro da cidade: “se vamos vestidos de bermuda, boné e chinelo, sofremos várias revistas policiais”. Eles identificam nessa atitude dos policiais o racismo e a segregação.

A desconfiança em relação à polícia é evidenciada e colocada em suas falas: “a polícia aparece somente quando morre alguém”; ou ainda: “a proteção não chega para quem precisa e quando precisa a instituição age com descaso. A maioria dos policiais são homens”. Sobre quando precisam acessar a polícia em caso de assédio, uma jovem diz: “tentei, em uma situação de violência sexual, acessar a polícia e não fui atendida... me senti ignorada”. Outras adolescentes apontam para a solução ignorando o poder público: “nos momentos em que são assediadas sexualmente [as meninas] tentam se aproximar de alguém da comunidade na tentativa de se protegerem”. Uma jovem desabafa:

Eu lembro quando eu namorava e andava com meu namorado na rua. Parece que você só é respeitada se você está com um homem do lado. Já aconteceu de eu sofrer assédio e aí a pessoa ir pedir desculpa pra ele e não para mim.

Essa jovem aponta que o assédio é “um problema cultural, que não é uma questão individual”, complementando: “a gente se pega sendo assediada até por policial”. Outras adolescentes dizem que têm medo de procurar a polícia quando sofrem violência sexual ou quando sofrem alguma importunação sexual, pois “os policiais duvidam da denúncia, questionam o modo que estamos vestidas e o modo que a gente age”. Uma delas diz, ainda, com a concordância das demais: “os policiais são safados”.

Os adolescentes e os jovens, principalmente os negros e periféricos, são colocados por muitos policiais – e também pela imprensa – no lugar daqueles que são responsáveis pela violência e raramente como vítimas. Apesar das pesquisas que apontam a alta mortalidade desses adolescentes (BARROS, 2021), não é com base em tais dados que a imprensa veicula suas informações e constrói a imagem dessa situação. O modo de a imprensa veicular matérias sobre a violência na cidade mantém uma lógica segregatória da supremacia branca e da subordinação negra, legado do racismo estrutural. Para Flauzina (2006, p. 12),

[...] o racismo serve como forma de catalogação dos indivíduos, afastando-os ou aproximando-os do sentido de humanidade de acordo com suas características raciais. É justamente essa característica peculiar do racismo que faz dele uma das justificativas mais recorrentes nos episódios de genocídio e em toda sorte de vilipêndios materiais e simbólicos que tenham por objetivo violar a integridade dos seres humanos.

Dados apresentados por Pacheco e Marques (2023), no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, apontam que:

83% dos mortos pela polícia em 2022 no Brasil eram negros, 76% tinham entre 12 e 29 anos. Jovens negros, majoritariamente pobres e residentes das periferias seguem

sendo alvo preferencial da letalidade policial e, em resposta a sua vulnerabilidade, diversos estados seguem investindo no legado de modelos de policiamento que os tornam menos seguros e capazes de acessar os direitos civis fundamentais à não discriminação e à vida (PACHECO; MARQUES, 2023, p. 66).

O levantamento aponta ainda que “62,8% dos desaparecidos são homens, 29,3% são jovens entre 12 e 17 anos e 54,3% são negros. A taxa média de adolescentes desaparecidos, 84,4%, é quase 3 vezes superior à média nacional, de 29,5%” (NASCIMENTO, 2023, p. 76).

O que tem ocorrido com os adolescentes e os jovens ouvidos pela pesquisa é que existe uma drástica diferença entre quem “vive no asfalto” e quem vive nas favelas e nos becos, que “a polícia não protege e sim está lá para dar ‘pulão’, o ‘sacolejo’, [...] sempre a procura de drogas e armas”. Um jovem relata: “a polícia dá pulão ni mim e nos meus colegas direto, mesmo não tendo nada”.

9.2.2 AS VIOLÊNCIAS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Em outro ponto, ouvimos os adolescentes e os jovens que, além de vivenciarem todas as experiências de grande insegurança pública como as citadas anteriormente, têm acrescidas outras formas de violências institucionais, especialmente na relação com o aparato da justiça. É o caso, por exemplo, de adolescentes e jovens privados de liberdade. O acesso à justiça em alguns casos aparece como um contorno, uma costura na vida do adolescente, principalmente através das equipes técnicas dos centros de internação e internação provisória. Muitas vezes, a justiça intensifica as dores e as rupturas desses jovens com o aprisionamento, as regras rígidas e desmedidas. Um tratamento punitivo, hostil e violento, não pautado no parâmetro da gestão pedagógica do socioeducativo, diferentemente do que é preconizado pelo SINASE (BRASIL, 2012) que seria de proporcionar o desenvolvimento de “um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais” (CONANDA, 2006, p. 46).

Segundo o relatório anual de 2022 do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – MNPCT (BRASIL, 2023, p. 89):

Os/as adolescentes não têm acesso a esse regramento ao chegar na unidade, aprendendo as regras disciplinares a partir da punição. Neste sentido, foi possível constatar nitidamente que as medidas disciplinares têm um caráter muito mais sancionatório do que pedagógico, sendo comumente referido como “castigo” por adolescentes, que incluem isolamento individual em alojamentos determinados. Em ambas as unidades, os alojamentos do “castigo” têm piores condições infra-estruturais.

Também foram verificadas estruturas precárias e insalubres. Diante das constatações das vistorias realizadas em 2022 pelo MNPCT, duas unidades de Minas Gerais, sendo uma em Belo Horizonte, receberam a determinação de serem fechadas, dada a gravidade de suas condições. O relatório apresenta que: “todas as unidades socioeducativas inspecionadas pelo MNPCT têm arquitetura que se distancia sobremaneira dos parâmetros preconizados pelo SINASE e péssimas condições prediais” (BRASIL, 2023, p. 87). Muitos adolescentes reclamam da estrutura de

forma geral, indicando o descaso com o serviço. A comida, por exemplo, aparece com frequência dentre as queixas, já que, por vezes, chega “azedada”. Na semana da nossa visita à unidade, veio um feijão tropeiro azedo e alguns disseram que até comeram, retirando a parte estragada e comendo o restante.

Alertam ainda que há falta de atendimento jurídico presencial nas unidades e que os adolescentes não teriam acesso à sua situação processual: “alguns(mas) adolescentes afirmaram nunca ter falado com Defensor(a) ou Advogado(a)... Não tiveram oportunidade de conversar reservadamente com sua defesa no período que antecedeu às suas audiências” (BRASIL, 2023, p. 88).

Os adolescentes relatam os afetos e as relações que se desenrolam durante a internação, mesmo sendo proibidas e passíveis de “comissões”, termo que utilizam para denominar as punições recebidas por descumprirem regras das instituições, fato ratificado pelo MNPCT 2023:

A abordagem punitivista do desenvolvimento sexual do adolescente viola o mandamento legal de adequação da medida socioeducativa às especificidades de pessoas em fase de desenvolvimento é um desserviço à promoção de conscientização sobre sexo seguro, prevenção à gravidez e às infecções sexualmente transmissíveis (BRASIL, 2023, p. 90).

Outro ponto apontado pelo MNPCT 2023 e verificado na escuta aos adolescentes é a falta de manejo para lidar com as questões relacionadas à diversidade LGBTQIAPN+. Trata-se de instituições que desconsideram e desrespeitam o nome social e que não possuem uma “política estatal de atendimento e acompanhamento voltado especificamente para este público” (BRASIL, 2023, p. 92).

Referindo-se às abordagens policiais anteriores à internação, alguns adolescentes e jovens dizem de modo naturalizado terem recebido: “socos, tapas na cara, chutes, até furar a cabeça com uma tesoura, além dos xingamentos e ameaças... isso é comum... sempre acontece”. Um adolescente acautelado relata que um agente deu um tapa em seu peito, o que ele comunicou ao seu advogado e não sabe dizer o que aconteceu, mas o servidor saiu da unidade. Esse adolescente possui lentes em todos os dentes, fala de viver sozinho, ter sua moto e se sustentar com o trabalho no tráfico. Observamos que no refeitório havia a foto da Ceia do Senhor, em que, ironicamente, Jesus e seus discípulos são retratados como brancos e com olhos claros.

Outros ainda se queixam ainda das posturas de muitos agentes: “muitos são folgados e até batem”. De modo geral, os adolescentes se sentem constrangidos quando os outros os veem algemados, entrando nas instituições e nos espaços públicos. Um adolescente, privado de liberdade no momento da entrevista, propõe: “menos cadeias e mais escolas!”

Entre os adolescentes entrevistados no Centro de Internação Provisória São Benedito, a temática do crime, especialmente do tráfico de drogas, apareceu de forma contundente. Um dos adolescentes muito indignado de estar ali diz que não sabia que existiam essas “cadeias de menor”, pois na cidade dele não tinha. O mesmo jovem se angustia com o fato de ficar preso e não ver o filho nascer. Outro se indigna por estar ali injustamente, diz que uma pessoa o acusou e alguns colegas de homicídio, o que não procede, pois esse fato teria se dado em função de “outras tretas”. Demonstra muita tristeza por estar ali sem ter feito nada.

Outro adolescente fala o tempo todo do tráfico e, demonstrando muita naturalidade em estar ali, diz, enquanto os colegas reclamam de estarem presos: “então cês acostuma viu, que ser do tráfico é isso, vai voltar mais vezes”. Enquanto isso, outro adolescente mais sério e com a fisionomia de bravo diz: “não estou aqui por tráfico, estou aqui por homicídio, matei porque ele me ameaçou”. Um adolescente de BH que fala bem pouco, fica desconfiado o tempo todo e diz que “elas” trabalham para o juiz, referindo-se às pesquisadoras. Mesmo elucidando por diversas vezes nosso lugar e objetivo, ele não se conforma, tendo a certeza de que estávamos ali a mando do juiz.

Podemos perceber que o Artigo 38 do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) não tem sido efetivado, conforme as falas dos adolescentes. A diretriz VI, por exemplo, cita “a promoção do efetivo acesso dos jovens com deficiência à justiça em igualdade de condições com as demais pessoas, inclusive mediante a provisão de adaptações processuais adequadas à sua idade” (BRASIL, 2013, p. 22). Essa situação é ignorada quando desconsideram ou desqualificam as questões de saúde mental, déficits intelectuais e deficiências físicas, já que muitos adolescentes apresentam graves problemas de saúde mental sem o devido tratamento e acompanhamento em seus territórios e acabam se envolvendo em situações que os levam à restrição de liberdade.

Todo o exposto deflagra a fragilidade da segurança pública, a lacuna no acesso à justiça e as diversas violações vivenciadas pelos adolescentes ouvidos nesta pesquisa, ressaltando a marca explícita de quem são: adolescentes e jovens negros e periféricos de Belo Horizonte.

9.2.3 AS VIOLÊNCIAS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

As medidas de proteção para a criança e o adolescente estão descritas no Livro II, Título II, do ECA (BRASIL, 1990), entre os artigos 98 a 102. São medidas que podem ser aplicadas quando os direitos de crianças e adolescentes tenham sido ameaçados ou violados efetivamente por meio de ação ou omissão da sociedade ou do Estado, de uma falta, omissão ou abuso por parte dos pais ou responsáveis, e de sua própria conduta. Essas medidas podem ser aplicadas tanto pela autoridade judiciária competente quanto pelo Conselho Tutelar. Uma das medidas protetivas previstas é a de número VII, que diz respeito ao acolhimento institucional. O texto ainda apresenta que essa medida, assim como a de número VIII, que consiste na inclusão em programa de acolhimento familiar, são medidas provisórias e que possuem caráter de excepcionalidade.

Diante do exposto, cabe ressaltar que a medida protetiva que prevê a colocação de criança e adolescente em uma instituição de acolhimento institucional é, portanto, garantidora de proteção social a esses sujeitos, que passam, a partir daí, a ser responsabilidade do Estado no que tange à sua proteção integral. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014, p. 44) descreve que a organização desse serviço “deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual”.

Dito isso, é válido ressaltar o que os adolescentes e os jovens que possuem trajetórias nesse contexto institucional, inclusive aqueles nele inseridos atualmente, disseram sobre essas vivências. Ao passo que alguns colocam no acolhimento institucional a estratégia de proteção e

garantia de acesso aos direitos, outros mencionam vivenciar situações de violência institucional dentro desses serviços. Um dos adolescentes acolhidos em uma dessas unidades, por exemplo, expõe os conflitos com os demais moradores, além de outras situações, como a “falta de cuidado com móveis da casa e de respeito com as tias”, em referência às educadoras das unidades. Outros mencionaram também não serem bem tratados por alguns educadores. Alguns adolescentes mencionam sobre “funcionários folgados, aperrados” e que ameaçam os adolescentes. Um deles relata: “eles conectam com a gente pela raiva... os ruins trabalham só pelo dinheiro, deixam a polícia entrar lá sem mandato”.

9.3 UMA (IM)POSSÍVEL REDE DE PROTEÇÃO

A questão da segurança pública, sobretudo, não foi um ponto convergente nos diferentes grupos escutados na pesquisa, pois foi percebido um discurso mais duro nesse quesito entre os adolescentes de menor faixa etária, enquanto os jovens mais velhos trouxeram mais críticas sobretudo sobre a atuação da polícia, em especial da Polícia Militar. Entre as jovens da ONG Casa das Poesias, por exemplo, observamos uma participação mais silenciosa. Trata-se de jovens ainda no início da adolescência, que apresentaram um posicionamento muito inflexível, demonstrando serem favoráveis a uma atuação mais ostensiva da polícia. Por diversas vezes abordaram a segurança pública e a escola pelo viés da vigilância e punitivismo, como maneiras de solucionar o problema da violência nas escolas e nas ruas, e de se sentirem mais seguros nesses ambientes. Ao dizerem sobre como resolveriam a violência, muitos adolescentes e jovens apontam para falas como “aumentar a pena na cadeia, aumentar as punições”.

Nossa hipótese é que esse discurso traz uma reprodução dos discursos que circulam nas famílias, no próprio território e na sociedade em geral. De acordo com o que podemos perceber dos relatos, essa realidade da violência, das penas e das punições se faz presente em suas vidas desde antes do nascimento. Assim, ao mesmo tempo em que denunciam a violência contra as adolescências e as juventudes pretas e periféricas, trazem a ideia do aumento de pena e punição.

A maior parte dos adolescentes, entretanto, relataram suas percepções e vivências em relação à cidade no tocante à segurança pública e ao acesso à justiça. Suas falas ressaltam afetos como medo e insegurança, marcados pelo preconceito que sofrem ao tentarem acessar determinados espaços, quando se sentem discriminados, constrangidos e até mesmo desrespeitados devido à cor da pele, ao estilo de roupas, sapatos e cabelos e/ou em função de seu local de residência. Assim, ao serem indagados sobre as formas e as estratégias de busca de apoio e orientação quando vivenciam tais situações, os jovens e os adolescentes demonstram, em sua maioria, estar desamparados ou não serem escutados e, portanto, desprotegidos.

Uma jovem moradora da Regional Leste menciona que uma escuta dirigida a crianças, adolescentes e jovens que sofrem algum tipo de violência é fundamental para se sentirem mais amparados e terem mais apoio. Quando perguntou-se à jovem se sentia-se ouvida, ela responde: “não, porque se eu falar eu levo um tapa na cara”.

Sobre os atores da segurança pública, de modo geral os jovens relataram que não se sentem seguros nas ruas, mesmo diante da presença de policiais e de guardas municipais.

Especificamente sobre a vivência de situações como a de violência sexual, por exemplo, os jovens apontam que a segurança pública não é preparada para lidar com essas situações e que, por isso, evitam ir ou passar em determinados lugares da cidade. Uma das jovens, moradora da Regional Centro-Sul, aponta:

A gente já sabe que é a segurança pública que não é preparada para poder lidar com essas questões... ela é preparada para poder correr atrás do bandido, ladrão que rouba o celular ou sei lá o que... ou entrar dentro das periferias; mas quando é algum caso de assédio, que aconteceu comigo já várias vezes na rua, tipo assim, não tem... eu não tenho a quem falar, sabe? Eu não penso em chamar um policial para poder lidar com essa situação ou um guarda municipal.

Quando perguntados sobre outros atores que pudessem conversar sobre essas situações, como a própria família, muitos relatam que quando alguma menina é abusada o argumento frequentemente utilizado pelos familiares é de que a causa está relacionada à roupa que o adolescente veste. A família é, muitas vezes, o espaço de origem de grande parte das violências sofridas, sendo urgente pensar políticas que possam dar apoio de modo eficaz aos adolescentes quando se sabe que os pais estão na raiz do problema. Nesse sentido, algumas questões se impõem: qual suporte um adolescente pode ter quando o problema é sua mãe e/ou seu pai? Como fazer com que os pais consigam ver que eles próprios têm problemas e precisam de ajuda? A quem o adolescente pode ou deve procurar?

Como ressalta uma entrevistada do Ballet Jovem:

A questão da violência não são questões particulares, tipo assim, não são questões de casa, são questões públicas. A violência doméstica não é de âmbito doméstico, é pública, então fico pensando muito sobre isso assim e não tenho uma resposta mesmo; mas eu acho que tudo isso começaria se fosse reconhecido como um problema público. Essa questão não deveria ser nossa de falar com cidadãos, mas deveria ser um cuidado público. A sementinha começa daí de tirar essa ideia de que em briga de casal ninguém mete a colher.

Portanto, eles realmente não se sentem ouvidos ou protegidos.

9.4 PROPOSTAS DOS ADOLESCENTES

Em relação ao direito à proteção social, à segurança pública e ao acesso à justiça, os adolescentes elaboraram bem poucas propostas, o que já é um dado relevante.

Violência territorial:

- Jovens da ONG Casa das Poesias: “se eu fosse prefeita, eu ia melhorar a segurança, colocaria segurança na escola pra evitar brigas e não haver mais suspensões”;
- O grupo também sugeriu o uso de tecnologias de hipervigilância para auxiliar os policiais a identificarem os pontos de criminalidade;

- O grupo pede maior número de policiais na rua;
- Um adolescente entrevistado em outro contexto diz: “investiria no policiamento, construiria mais delegacias, aumentaria o salário e faria mais concursos para aumentar o efetivo”.

Violência policial:

- Os jovens indicaram a desmilitarização da polícia;
- Os jovens propõem a existência de uma polícia que atenda somente adolescentes, a fim de que eles possam ser ouvidos, respeitados: “precisamos conseguir prestar queixa sozinhos”;
- Uma adolescente aponta a necessidade de repensar a educação policial: “que não seja somente uma cultura de violência, de repressão, de uma coisa super cega”;
- Adolescentes do grupo Duelo de MCs propõem a desmilitarização da polícia e a liberação do uso de todas as drogas. Os jovens reforçam: “a proibição do uso é justamente a causa da violência”.

Violência no sistema socioeducativo:

- Um adolescente privado de liberdade propõe: “menos cadeias e mais escolas!”
- Jovens acautelados em unidades de internação mencionam: “acabaria com essas casas de menor [...] Soltaria todo mundo que está preso, só deixaria estuprador e ladrão. Pois você tá vendendo a droga, compra quem quer, você não tá fazendo mal pra ninguém, se ele usa droga é porque quer”. Esses jovens trazem ainda uma reflexão muito importante: a do “tráfico de drogas como profissão”.

Violência nos acolhimentos institucionais:

- Um dos adolescentes fala sobre a necessidade de melhor capacitação dos educadores que trabalham nas unidades de acolhimento institucional: “tem que ser humilde, ter experiência, formados em psicologia, não “aperriar”, só fazer o trabalho, que respeitem as famílias deles”.

A quem recorrer diante das violências sofridas:

- Em relação a situações como de assédio e a como buscarem apoio e proteção, os jovens sugerem a importância de haver educação social para as crianças e adolescentes a fim de que compreendam quando situações, como de assédios, ocorrem e como buscar ajuda/proteção: “acho que deveríamos ter aula de autodefesa”.
- Por fim, um dos grupos de adolescentes, vinculados a um projeto educacional localizado na região central da cidade, quando perguntados sobre “O que vocês fariam se fossem prefeitos?”, respondeu em grande maioria que “reiniciaria” a cidade e que pensaria um novo formato de convivência e estruturação, pois, de acordo com eles, “não dá pra ter esperança” diante das desigualdades e violências já estabelecidas.

9.5 SUGESTÕES

O Atlas das Juventudes (BARÃO, 2021) tentou responder a pergunta: “quais as intervenções mais efetivas, descritas na literatura de impacto para garantir o direito à segurança pública e ao acesso à justiça para as juventudes?” Na pesquisa realizada, buscou-se um aporte, por meio de artigos sobre o tema, publicados entre 2013 e 2020, na tentativa de atualizar os achados do relatório *Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências*, realizado pela Organização Mundial de Saúde, em 2015: “aspectos de equidade devem ser considerados em intervenções que promovam o acesso a direitos. Garantir que as intervenções atinjam diferentes grupos, respeitando e celebrando a sua diversidade, é um dos principais objetivos do Atlas” (BARÃO, 2021, p. 164).

Nesse sentido, estratégias eficazes que garantam a segurança devem ser implantadas desde a infância e ter continuidade por toda a vida. Garantir o direito à segurança de um adolescente ou de um jovem exige que o poder público estruture uma rede de segurança que passe por instituições como família, saúde, educação, cultura, lazer, esporte, bem como pelo direito à comunicação, direito à cidade, dentre outros garantidos em lei. Além disso, as próprias legislações propõem formas de assegurar a adolescentes e jovens o acesso à justiça e à segurança pública, em especial quando seus direitos são violados e traduzidos, inclusive, na vivência de violências...

Recomendamos fortemente a redução da rede socioeducativa em meio fechado, que se mostra evidente em sua inadequação em relação aos fins a que se propõe. Em contrapartida, recomendamos a simultânea ampliação dos espaços de formação e trabalho da rede escolar, ela própria devendo ser ampliada e, principalmente, incrementada de modo a ser capaz de expandir suas ofertas no sentido do que os adolescentes e os jovens desejam, se interessam, com vistas a projetar um futuro mais equânime em relação às crianças brancas e ricas, especialmente da rede privada.

Recomendamos, com urgência, uma mudança radical do aparato policial, o que deve refletir desde sua seleção até seu treinamento, que precisa ser mais humanizado e refletir sobre a dimensão crucial da diversidade de nosso povo, considerando especialmente o racismo estrutural entranhado em nossa sociedade.

Referências

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

BARÃO, M. *et al.* **Atlas da Juventude**, abril, 2021. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2023.

BARROS, B. W. **Atlas das Juventudes**. São Paulo: Instituto Arapyaú, 2021. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/06/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.594**, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratiquem ato infracional.

BRASIL. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.321**. Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2022/lei-14321-31-marco-2022-792442-publicacaooriginal-164859-pl.html#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2013.869,o%20crime%20de%20viol%C3%Aancia%20institucional>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Relatório Anual 2022** – Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (Org.). Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023.

CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução n. 119, de 11 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Socioeducativo. Disponível em http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/resolucao_119_conanda_sinase.pdf.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo Negro Caído no Chão**: O Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado Brasileiro. Brasília: [s/n.], 2006.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, Estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, [s/l.], v. 8, n. 3, p. 371-385, 2008.

MUNIZ, J. de O. et al. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**, [s/l.], v. 1, p. 187-198, 2001.

NASCIMENTO, T. Desaparecidos no Brasil: da contagem de registros às responsabilidades do Estado. In: **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública** – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023. p. 72-77. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PACHECO, D.; MARQUES, D. A heterogeneidade territorial da letalidade policial no Brasil. In: **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública** – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023. p. 62-67. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Direito à proteção social, à segurança e ao acesso à justiça

10

Ao refletirmos sobre a juventude e, principalmente, sobre a adolescência, geralmente não estabelecemos relações com o trabalho e a profissionalização, e não à toa, pois o local primordial onde se espera encontrar essa ampla faixa etária é no ambiente educacional. Entretanto, o trabalho faz parte da vida de muitos adolescentes e jovens, de diversas maneiras. Seja em âmbito doméstico, que inclui desde tarefas do lar até trabalhos com familiares, a exemplo de serviços em oficinas ou na lavoura, seja em atividades informais – e não protegidas – de qualquer natureza, incluindo-se especialmente a atuação no tráfico de drogas. De modo geral, trata-se de uma violação de direitos em todos os sentidos, realizados sem qualquer proteção e, de forma ainda mais agravada, nas piores condições.

O conceito de “trabalho”, tal como é descrito e analisado a partir de diferentes vieses teóricos, é muito marcado por sua questão social – como ressaltado nas teorias sobre o materialismo dialético de Karl Marx –, mas também por sua dimensão subjetiva enquanto atividade que traz sentido à vivência humana, conforme aponta Ricardo Antunes (2000, p. 173), quando relata que “uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho”.

Para fins da discussão da pesquisa diagnóstica realizada em Belo Horizonte, parece importante pensarmos, para além das discussões teóricas, na dimensão do trabalho, da profissionalização e da renda como direitos sociais de adolescentes e jovens. Nesse sentido, é fundamental considerarmos o que trazem as legislações e, ainda mais importante, o que foi possível escutar dos adolescentes e dos jovens sobre essa temática.

O capítulo V do ECA (BRASIL, 1990), por exemplo, versa especificamente sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho. Já o Estatuto da Juventude vai trazer, na Seção 3,

o Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda. O que há em comum em ambas as leis é o destaque ao acesso e à proteção a adolescentes e jovens a partir do momento em que vivenciam essa experiência. Porém, nos grupos inventivos realizados nesta pesquisa, o que percebemos é que tais experiências são permeadas pela necessidade de sobrevivência: “as oportunidades de trabalho para os jovens periféricos são muito precárias e de longas horas... e não são oportunidades muito qualificadas, o que precariza muito a rotina dos jovens”.

Além disso, tais experiências são também perpassadas por situações de violação de direitos, cujo exemplo mais categórico é a cooptação dos jovens pelo tráfico de drogas, uma das piores formas de trabalho infantil, como ressaltam a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o *Manual para incidência da temática do tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil* (2021), produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A exploração do trabalho dos adolescentes pelo tráfico de drogas justifica e agrava a violência policial habitualmente sofrida por adolescentes pretos e periféricos. Por outro lado, vestir a camisa de uma entidade profissionalizante pode ser uma forma de se preservar das abordagens policiais, na perspectiva de alguns adolescentes.

O acesso à profissionalização e ao mercado de trabalho formal se torna, para muitos desses jovens, um enorme desafio também em função das defasagens educacionais, agravadas sobretudo pela crescente evasão escolar. Além dos pré-requisitos legais para acesso às oportunidades protegidas de trabalho estarem vinculados à educação formal, muitos dos jovens relatam ter dificuldades em acompanhar os cursos ofertados em parceria com as políticas públicas.

A partir da escuta, fica perceptível a escassez de vagas diante da alta demanda de formação colocada pelos jovens e, mais ainda, as dificuldades inerentes ao fato de que muitos precisam trabalhar: “a gente não consegue ver uma estabilidade financeira com tanta certeza assim, porque é tudo muito instável”.

Além disso, há outro ponto relevante a ser considerado: em que medida a oferta de cursos voltados para os adolescentes e jovens mostra-se compatível com seu desejo? Quais tipos de trabalho são legítimos para a inserção do jovem na sociedade? O trabalho com a arte em Belo Horizonte, por exemplo, é um sonho para muitos, mas que parece ser impossível. Por fim, ressaltam a necessidade da valorização do trabalho, qualquer que seja ele.

Em um dos seminários realizados no âmbito da pesquisa, ouvimos de operadores do direito que atuam no campo infracional que a oferta de cursos profissionalizantes aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa visa formar profissionais subalternos e não são condizentes com o desejo e a potência dos jovens.

De modo geral, a abordagem dos temas levantados por esse conjunto de direitos pode ser distribuída em quatro grupos: o trabalho informal infanto-juvenil e seus “corres”, quase sempre com forte impacto no abandono ou na precarização da vida escolar; o reconhecimento do papel do CRAS e o acesso ao mercado de trabalho; o tráfico de drogas como exploração violenta de trabalho; e o trabalho no campo artístico-cultural e seus impasses.

10.1 O TRABALHO INFORMAL INFANTO-JUVENIL E SEUS “CORRES”

A maioria dos jovens participantes da pesquisa atribui a necessidade de trabalho a dois principais fatores: a demanda pela complementação da renda familiar para atendimento a questões básicas e o anseio de participar de uma sociedade em que o consumo é valor central. Embora sejam poucas as oportunidades, sempre acontecem os “corres”, irregulares e em troca de quantias irrisórias. Talvez por isso boa parte dos adolescentes defenda a ideia da liberação do trabalho para os mais jovens, o que não pode deixar de ser tomado como uma distorção.

De modo geral, as atividades variam bastante. Um adolescente afirma que já fez um “corre” na lanternagem para a desmontagem de carro. Um jovem interno de um centro provisório diz ter realizado um curso de elétrica. Outra adolescente diz que sua família só pede que faça cursos. É comum, por exemplo, o trabalho de adolescentes e jovens, sobretudo meninas, no cuidado de crianças, seja nas próprias famílias ou nas vizinhanças, seja como babás em residências de classe média ou buscando crianças na escola. Entretanto, esses adolescentes sequer ganham o suficiente para fazerem as compras mais básicas, já que “os preços são muito caros”, e “não dá pra guardar nada”.

Em relação às possibilidades ligadas às empresas, um grupo da Regional Barreiro cita as várias empresas próximas onde trabalham muitas pessoas daquela e de outras regionais, mas que não oferecem oportunidades para adolescentes e jovens, o que poderia trazer boas experiências em suas vidas.

Em outro grupo, realizado numa República de Jovens, quando a questão do trabalho e da profissionalização é abordada, os jovens mencionam que muitas vezes participam de entrevistas e processos seletivos, mas se sentem muito inseguros, principalmente por virem do acolhimento institucional, onde os encaminhamentos são por indicação e, portanto, mais “facilitados”. Por isso, refletem que seria interessante se houvesse mais apoio para esse preparo anterior no próprio acolhimento institucional e também para aqueles que estão hoje na República. Além disso, ressaltaram a grande dificuldade em acessar certas vagas devido à defasagem escolar ou por estarem fora da escola.

Os adolescentes refletem que as oportunidades de trabalho para os jovens periféricos são muito raras. Além disso, não são oportunidades muito qualificadas, o que precariza muito a rotina. Uma jovem diz que não conseguiria um trabalho para se sustentar e viver longe da violência doméstica e que, para isso, as oportunidades precisam melhorar.

Alguns adolescentes demonstram estar cientes do direito do jovem para trabalhar de forma protegida enquanto “jovem aprendiz”, por terem mais oportunidades qualificadas.

Em uma das ocupações urbanas, os adolescentes revelaram grande interesse em serem inseridos no Programa Jovem Aprendiz, dizendo que a família é quem busca os locais que ofertam vagas do programa, mas que encontram dificuldades para serem encaminhados.

Sobre suas experiências de trabalho, os jovens relatam uma gama de situações vividas nesse universo. Um jovem relata sobre uma experiência positiva com a Associação Profissionalizante do

Menor de Belo Horizonte, a ASSPROM. Outra, conta de uma experiência negativa com empresas que queriam “vender cursos”, dizendo ter sido humilhada por uma recrutadora.

Uma adolescente diz que sonha em se tornar empresária, apesar de todas as dificuldades para tanto. Outra ainda comenta: “as melhores vagas são para pessoas que moram em bons lugares”, dizendo também da importância atribuída à aparência de quem vai em busca das vagas e citando, as vagas em bancos como boas oportunidades de trabalho.

Um adolescente frequentador do Programa Miguilim relata que o acesso ao trabalho se deu via encaminhamento do próprio programa. Uma adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação, oriunda de Uberlândia, demonstra empolgação em iniciar o trabalho em uma grande rede de supermercados de Belo Horizonte na próxima semana. A partir disso diz de seus planos, como continuar estudando, ganhar dinheiro para conseguir pagar um aluguel e se estabelecer em Belo Horizonte, pois adora a cidade. Outra adolescente relata que quando estiver em liberdade, irá procurar o Centros de Referência de Assistência Social, ou CRAS, para arrumar um emprego.

10.2 RECONHECIMENTO DO PAPEL DO CRAS E O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

Cabe reconhecer o destaque dado pelos jovens quanto ao papel desempenhado pelos CRAS, no quesito acesso ao mercado de trabalho. Seja pelo que já vem sendo realizado, seja pela percepção dos jovens quanto às potencialidades de crescimento dessa política no sentido de aumentar suas oportunidades no mercado de trabalho, o CRAS tem papel inegável e recorrente em suas falas.

Entre os jovens que tiveram acesso a essa política na Regional Barreiro, por exemplo, é notório o reconhecimento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos como um espaço importante para desenvolver habilidades para acesso ao mercado de trabalho.

Em uma escola da Regional Leste, muitos adolescentes mencionaram o CRAS como espaço para a convivência e também para a realização de cursos profissionalizantes.

Ainda sobre a função do CRAS, uma adolescente moradora da Regional Barreiro diz que o serviço traz diversos benefícios para as pessoas que precisam de emprego, citando o Programa Jovem Aprendiz como alternativa a ser expandida no sentido de oferecer alternativas de formação e trabalho viáveis para a juventude.

As adolescentes venezuelanas disseram que há muitos jovens que acabam saindo da escola para poder trabalhar e que deveria ser o contrário, ou, ao menos, que pudessem fazer as duas coisas: “que não deixem os estudos, que continuem estudando, e se querem trabalhar, que trabalhem; mas eu vejo muitos, muitos jovens que não estudam”.

Algumas delas dizem ter vontade de realizar um curso profissionalizante e depois poderem trabalhar, mas ressaltam que, no momento, a prioridade é estar na escola. Uma das jovens diz ter vontade de permanecer no Brasil, estudar letras e se tornar professora: “queria ser professora

de espanhol”. As mais velhas demonstram grande preocupação em se formar para, então, poder contribuir financeiramente com suas famílias. Uma delas disse ter passado uma situação difícil na escola anterior, que tentou “atrasá-la” algumas séries, mas ela fez de tudo para que isso não acontecesse, pois não queria demorar mais para se formar.

10.3 O TRÁFICO DE DROGAS COMO EXPLORAÇÃO VIOLENTA DE TRABALHO

Diante da situação de grande carência das famílias em virtude da falta de oportunidades de trabalho para os adultos e de acesso a políticas públicas para toda a família, é bastante comum a infeliz realidade do jovem se envolver com pequenos e arriscados afazeres ligados ao tráfico de drogas por todo o país. Nesse cenário, uma distorção se torna evidente em suas falas, na medida em que grande parte dos adolescentes defende a ideia de que deveria ocorrer uma liberação do trabalho para os mais jovens, o que ganha respaldo principalmente diante da alegação da grande oferta de trabalho no ambiente do tráfico. Nesse sentido, um adolescente chega a defender que a partir de 12 anos já deveria se poder trabalhar, o que é melhor do que entrar para o trabalho no tráfico.

Outro adolescente chama ainda mais atenção ao dizer que está na escola somente para evitar que sua mãe seja responsabilizada e sofra consequências de seus atos e não esconde sua opção pelo tráfico de drogas: “eu jamais poderia ter as coisas que eu tenho, ter acesso, poder ajudar em casa, comprar as coisas que quero se não fizesse [o tráfico]”. Entrevistado no grupo da escola, o jovem é destacado pelos demais que, em tom bem-humorado, demonstram saber claramente de suas atividades, sobre o que ele não se incomoda, parecendo ser algo corriqueiro entre os adolescentes na escola e não haver qualquer disfarce. Ele chega a dizer que não tem nada a aprender na escola, enquanto um colega o adverte: “e matemática? Você não precisa pra fazer as contas e passar a ser chefe? Você acha que o chefe não sabe matemática?”.

Outro adolescente também deixa evidente o fato de o tráfico ser o seu trabalho. Relata que iniciou aos 11 anos, no intuito de se manter quando saiu do abrigo, dizendo de sua progressão até se tornar chefe, sendo com essa atividade que ele mantém sua mulher e filhos. Ao ser questionado sobre o que faria se fosse prefeito diz que regularizaria o tráfico de drogas, uma vez que muitas pessoas dependem dele para sobreviver.

A realidade do tráfico é algo apontado por grande parte dos jovens como estando na raiz da violência a que estão submetidos. Em um dos centros de internação provisória, os adolescentes falam sobre as violências urbanas. Como exemplo, um deles fala da bala que o atingiu aos 10 anos em uma troca de tiros no tráfico, o que o impediu de dar prosseguimento à carreira como jogador de futebol. Outro adolescente, mais sério e com a fisionomia de bravo, diz: “não estou aqui por tráfico, estou aqui por homicídio, matei porque ele me ameaçou”.

Outros, demonstrando algum receio de falar devido ao lugar onde se encontram, dizem do tráfico de drogas praticado em espaços de trabalho, sendo comum em oficinas, eletrônicas e lava-jatos, por exemplo. Alguns relatam o início do trabalho no tráfico desde a infância.

Em um grupo, três adolescentes contam sobre como ir para o “sócio” – referindo-se ao sistema socioeducativo – e ficar com a “ficha suja” arruína o futuro, já que ninguém mais quer contratá-los

para trabalhar. Além disso, as escolas também não os aceitam e “o único caminho fica sendo o tráfico mesmo”. Falam também sobre como os “menores” também querem ter os objetos de consumo visados pela sociedade (roupas e acessórios de marca) e que, nesse sentido, precisam “trabalhar, ganhar dinheiro”. Por isso, acharam ruim quando um deles foi enquadrado em trabalho infantil. Em entrevistas realizadas no âmbito do Programa Janela da Escuta, a escolha pelo trabalho também é demarcada como um desejo de emancipação, de ter mais “liberdade, não fazer sempre o que a minha mãe quer”. Em certos casos, o desejo de trabalho se confunde com o que alguns adolescentes chamam de “o crime” – o tráfico de drogas apresenta-se como a opção restante para esses sujeitos, numa promessa de ganho financeiro imediato. Ressaltamos então a importância de associar a discussão sobre o tráfico à denúncia da exploração do trabalho de adolescentes, indo na contramão do rótulo do “crime” e redirecionando o debate para a demanda desses sujeitos por oportunidades de estudo, formação e trabalho dignos.

10.4 O TRABALHO NO CAMPO ARTÍSTICO-CULTURAL E SEUS IMPASSES

É nítido como boa parte dos jovens está a par do valor das manifestações das artes e da cultura e sobre como esse imenso campo constitui um mercado com vastas oportunidades de trabalho qualificado, especialmente se recebesse maior atenção das políticas públicas, sendo fomentado com volume de investimento mais adequado.

Em encontro com um jovem MC, frequentador do Duelo de MCs – evento da cena urbana de Belo Horizonte famoso em todo o país que nasceu espontaneamente e ocorre sob o viaduto de Santa Teresa –, o jovem fala da dificuldade de viver o sonho de trabalhar com arte em nossa cidade. Conta que o caminho é tão árduo que, se o adolescente ou o jovem não persiste, ele acaba indo trabalhar com “coisa errada”. Frisa o despreparo da escola para lidar com questões que realmente farão diferença no mercado de trabalho e conta que buscou por si próprio a profissão no marketing digital, sendo exatamente essa atividade que permite que ele pague suas contas e mantenha a persistência na arte e cultura do *hip-hop*. O jovem sugere que a prefeitura realize oficinas de profissionalização do *hip-hop*. Para ele, isso significaria o poder público levar a sério essa forma de arte tão genuína hoje como manifestação de Belo Horizonte no cenário geral, o que refletiria sua legitimação como profissão.

Outra jovem, ligada ao *Slam*, movimento cuja proposta é levar a poesia às ruas, reflete sobre as questões do trabalho trazendo ainda outros aspectos. Pondera que poucas são as oportunidades existentes para os jovens e quando aparecem aquelas regulares, ou seja, de carteira assinada, os salários são péssimos. Então os jovens preferem se submeter aos riscos de trabalhos não protegidos pelas leis trabalhistas para ganhar mais, poder manter um aluguel, a alimentação etc. Fala ainda da falta de preparação da juventude para o mercado de trabalho e do próprio mercado para receber pessoas trans. A jovem *Slammer* diz que para manter o trabalho com sua arte precisa estar no trabalho regular e conta que sofre com piadinhas o dia inteiro, mas, que, no entanto, precisa fingir não ouvir para conseguir se manter e ter o salário no fim do mês.

Alguns dos jovens participantes da cena do *Slam* estão, no momento, fazendo faculdade. Entre esses há os que trabalham informalmente e outros formalmente, mas todos ainda estão buscando uma estabilidade financeira: “a gente não consegue ver uma estabilidade financeira com tanta certeza assim, porque é tudo muito instável”.

Os participantes do Ballet Jovem – importante grupo de formação na área de dança do país –, quase todos maiores de idade, estão inseridos num processo de formação profissional bastante específico, que já articula oportunidades de trabalho em grandes companhias de dança do Brasil e do exterior, o que ocorre com a maioria dos jovens que passam pela companhia; mas essa promessa de trabalho num campo tão específico exige grande dedicação, o que muitas vezes impede a inserção de todos em trabalhos formais. Essa dificuldade de encontrar espaço para todos impõe, segundo eles, certo clima de competição não desejável entre os bailarinos: “ainda mais nós, que somos dançarinos, e temos pouco espaço de trabalho para entrar em companhias, por exemplo”.

Os jovens refletem que esse é um problema do sistema e que precisam se revoltar contra isso: “tudo é um grande problema causado pelo capitalismo. Você só vai conseguir se alguém não tiver. Por isso temos que entrar na política, manifestar [...]. É fazer pelas pessoas, o pouco que podemos ajudar e não apenas focar na individualidade”. Em sua maioria os jovens são estudantes de cursos universitários e quase todos fazem trabalhos autônomos ou têm jornada parcial de trabalho, como aulas particulares, gestão de redes sociais, entre outros.

Em grande medida, essa formação já é encarada como uma forma de trabalho e os jovens relatam especialmente sobre como esse regime foi penoso durante a pandemia. A necessidade da disciplina de treinos, que impõe uma cobrança entre eles, fez com que o coletivo mantivesse o quanto possível a rotina de aulas e treinos mesmo no formato online durante esse período. Assim, tentaram diversas formas de ensaiar pelo virtual,

[...] o que não deu muito certo, mas como não havia perspectiva de retorno, a gente ensaiava mais pra não ficar sem fazer nada. Aí houve a ideia de um projeto de realizar uma mostra virtual, que se repetiu por duas vezes. Teve integrantes que coreografaram para outros virtualmente mesmo. Fomos tentando manter o projeto vivo de alguma forma pra que quando voltassem ainda tivesse uma estrutura, não tivesse sido largado todo mundo. Até porque tinha gente que não era de BH e nesse sentido [o trabalho] ser uma rede de apoio de alguma forma.

Uma das jovens reflete sobre como a pandemia acentuou as diferenças econômicas existentes entre os bailarinos, relatando sobre como isso impactou na operacionalização do trabalho:

[...] nesse sentido eu acho que a gente conseguiu manter a estrutura. Não foi igual a alguns grupos que ficaram no hiato; mas acho que a pandemia acentuou todas as desigualdades e com a dança em específico o espaço é muito importante. Então a gente adaptou [o trabalho] para casa... então se precisa de uma barra de balé, aí fazia na janela, ou o chão de casa não era mais adequado, tem gente que só tinha o quarto mesmo... [era] questão de ter um telefone com uma câmera ok, de ter internet ok. Não é uma aula igual à da faculdade, onde você só escuta o professor. Todas as câmeras têm que estar ligadas ao mesmo tempo. Então a questão da internet era muito difícil de rolar, e teve muita gente que não tinha um sinal bacana, pois voltou pra cidade, e não conseguia estar presente nas aulas.

10.5 PROPOSTAS DOS ADOLESCENTES

- Na República de Jovens da Regional Norte, os adolescentes sugerem a realização de projetos que priorizem trabalhar desde cedo sua autonomia em situação de AI, para que possam se preparar para a maioridade, pois aqueles que passam pela República conseguem um suporte até os 21 anos, mas a maioria retorna para a rua;
- Os adolescentes sugeriram a criação de diferentes tipos de cursos profissionalizantes, tais como marketing, empreendedorismo, informática e primeiros socorros;
- Nas falas dos adolescentes, foram frequentes as propostas por aumento de postos de emprego voltados para a juventude;
- Alguns adolescentes propuseram que a prefeitura sistematizasse oficinas e cursos de formação visando a profissionalização do *hip-hop*, a ser legitimado como profissão;
- Um adolescente diz que aplicaria multa mais severa para empresas que não fazem contratação de pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- Um jovem afirma que aumentaria o salário mínimo e tiraria o salário dos políticos;
- Há ainda um entendimento entre alguns de que a liberalização da venda de drogas acabaria com o tráfico, que perderia o sentido. Nesse caso, a venda de drogas se tornaria outra opção de ocupação, não mais ilegal, sendo reconhecida como profissão;
- Quanto à disparidade salarial: “deveria haver uma valorização sobre o trabalho, as diferentes formas de trabalho. Um médico não deveria ser mais valorizado do que uma pessoa que trabalha com a higienização da cidade, por exemplo. Tinha que ter o mesmo valor de salário para todo mundo. Todo mundo tinha que receber a mesma coisa”.

10.6 SUGESTÕES

Os jovens e os adolescentes anunciam o que entendem como mais importante em sua perspectiva: “mais postos de emprego; liberava vagas de emprego; cursos grátis”. De modo geral, a oferta de cursos grátis é uma demanda recorrente entre os jovens, claramente interessados em ter uma formação. Assim, diante da pergunta “E se você fosse a/o prefeita/o?”, as respostas variam desde a proposta de profissionalização e reconhecimento de um segmento cultural, como vimos com o *hip-hop*, até discussões mais estruturais sobre diferenças salariais entre as profissões.

Recomendamos que reforçar o papel dos CRAS como preparador dos jovens para o mercado de trabalho é a primeira recomendação a ser extraída das falas dos adolescentes. Nesse sentido, é preciso considerar a insuficiência no número desse equipamento em Belo Horizonte, o que deixa desassistidas muitas áreas vulneráveis do município. Além disso, é preciso fortalecer seu lugar nos territórios, buscando compreender as potencialidades locais e atrair adolescentes e jovens, principalmente por meio do fortalecimento das equipes de profissionais, seja por meio da formação técnica, quanto por meio de uma formação humanizada voltada para o verdadeiro acolhimento dos jovens.

É preciso que nos perguntemos por que a maioria das escolas públicas recebem cada vez menos incremento, incentivo e investimento por parte do poder público. Sabemos que a rede pública recebe grande parte do contingente de populações pretas, periféricas e com poder aquisitivo mais baixo. Sabemos também que, ao longo dos anos, essa é uma questão estrutural que a escola vem sofrendo.

Recomendamos o enfrentamento do problema da evasão escolar por meio de conteúdos e temas de interesse dos jovens. Investir na escola como elemento fundamental da formação, sobretudo considerando as demandas de jovens sobre temas de seus interesses, pode diminuir a evasão escolar e as taxas de analfabetismo entre os jovens. Uma formação insuficiente acaba perpetuando um lugar desprestigiado do jovem no tecido social. Nesse sentido, é urgente que as políticas públicas voltem seu olhar e sua ação ao cuidado com os alunos que vão ficando para trás em função de uma defasagem, geralmente com conteúdos muito desconectados de seus reais interesses e da realidade do mundo atual.

Na maioria das vezes, muitos dos cursos profissionalizantes oferecidos não têm nenhuma relação com os interesses e os desejos de adolescentes e jovens, e, além disso, tendem a servir para perpetuar um lugar de subalternidade dos jovens periféricos, lugar do resto, que despreza potencialidades e desejos dos adolescentes. Nesse sentido, recomendamos o investimento em cursos profissionalizantes com mais variedade, mais fortalecidos em termos de seus suportes e que reflitam o interesse dos adolescentes.

O engajamento dos adolescentes no trabalho com o tráfico de drogas deve ser considerado como efeito, ou seja, sintoma da exclusão social que afeta jovens e suas famílias periféricas na garantia de direitos básicos. Por isso, o trabalho de adolescentes no tráfico jamais deverá ser considerado pela vertente da criminalização do jovem, mas, sim, pela vertente de sua proteção contra a exploração de sua mão de obra. Nesse sentido, o trabalho infanto-juvenil deve favorecer o jovem, de modo que ele possa se encontrar dignamente na estrutura social do trabalho, evitando-se o grave erro de uma sociedade que só o criminaliza, causando ainda mais distância, culpabilizando-o, antes de garantir as condições para que ele se responsabilize por seus atos como sujeito e como cidadão. Assim, a única saída parece ser enfrentar o problema por meio de políticas públicas genuínas, que reconheçam para esses jovens o lugar de cidadãos, respondendo de frente à forma grotesca de exploração do trabalho infanto-juvenil.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.852**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 13 jun. 2023.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Manual para Incidência da Temática do Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil**. 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/bitstream/123456789/663/1/trafico%20de%20drogas%20digital.pdf>. Acesso em: 6 out. 2023.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção 182**: Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236696/lang--pt/index.htm. Acesso em: 2 out. 2023.

Casos complexos

11

Durante o processo de pesquisa, alguns casos se tornaram emblemáticos em função da complexidade apresentada, geralmente envolvendo a violação de múltiplos direitos. Nesse sentido, merecem uma apresentação destacada das demais não apenas por aquilo que cada um traz em sua realidade, mas também pelo que despertaram nos pesquisadores e técnicos acerca dos encaminhamentos recebidos, em alguns casos, de êxito, em outros, evidentemente desastrosos, assim como pelos encaminhamentos que chegaram tarde devido ao descaso prévio por parte dos agentes políticos, do Estado.

11.1 CASO 1 - JOÃO: A INVENÇÃO DE UM NOME E DE UM LUGAR

No momento da pesquisa, o jovem João, de 19 anos, se encontrava em situação de acolhimento institucional, contexto que vivenciava desde sua adolescência. Ele se apresenta sendo *otaku*, *nerd*, metaleiro; além disso, afirma que tem uma banda de *rock*, toca guitarra, está namorando e realiza curso técnico na área de gastronomia. João nos contou que é pernambucano e que, ainda muito jovem, foi morar em São Paulo com a família para tentar uma vida melhor. Aos sete anos de idade, teve que fugir do pai juntamente com os irmãos e a mãe, que era agredida pelo marido, o qual chegou a tentar assassiná-la. Quando ele tinha 14 anos, sua mãe se envolveu com um homem que era vinculado a um grupo organizado de tráfico de drogas. Nesse período, ele diz ter “visto muita criminalidade e mortes”. Com 15 anos, João foi dopado e levado para Belo Horizonte, sendo entregue a uma pessoa que não conhecia. João conseguiu fugir desse local e dessa situação, procurando uma delegacia para ser atendido. Ao chegar lá, João foi encaminhado ao Conselho Tutelar e, posteriormente, ao acolhimento institucional, onde permanece até hoje.

João se identifica como um “sobrevivente”, pois vivenciou muitas situações de violência e abandono familiar durante sua vida, tendo chegado ao “abrigo” devido a esse contexto. Apesar de ser muito jovem, é alguém que demonstra muita maturidade ao lidar com as questões da vida real, pois “o mundo” lhe ensinou muito. Conheceu muitos lugares do país, pois viveu por um tempo como cigano, mas disse que também se mudava por necessidade e por questão de sobrevivência. João relata que ficou profundamente adoecido, situação que o fez tentar o autoextermínio algumas vezes.

A vida de João, como a de muitos jovens brasileiros, é marcada por vulnerabilidades e violações de diversos direitos e com grande intensidade, como é o caso da maioria daqueles jovens que se encontram em situação de acolhimento institucional. Essa realidade, além de complexa, é também muito ambivalente para alguns, pois o abrigo representa ao mesmo tempo um espaço que protege e que também priva. Falar sobre esse tipo de experiência pode ser, para muitos, sinônimo de vergonha, de constrangimento, mas, para outros, como no caso desse jovem, pode ser também uma forma de se colocar no mundo:

E é difícil para quando alguém sai do abrigo, começar do zero. Vamos dizer que o abrigo é como se fosse um abraço. Ele te abraça e te segura. E te solta só quando você faz 18 anos, só que a mentalidade é o que? Te dá tudo na mão, te protege, te priva de tudo que é do mundo. Aí, quando você completa os 18 anos, no caso tipo, você coloca assim, um mês antes, ele fala assim: tá, agora você tem que sair daqui, morar sozinho, você tem que sair pra uma casa com emprego, tudo isso e aquilo.

O rapaz demonstra pleno entendimento de sua situação e reflete sobre o que lhe aguarda na vida fora da situação de abrigo, destacando a importância de sua passagem pela instituição na preservação de sua vida:

Eu, atualmente, eu não tenho lugar pra ir. Não tenho pai, mãe, tio, pra pagar em nada. Antes, a república não existia. Tem 4 anos que ela existe. E eu tô no abrigo desde quando eu me conheço por gente. Então, o que aconteceu com esses meninos? Muitos estavam mortos. Eu acho isso. Deve ser mais pensado isso. Vamos poder estudar 3 anos depois que você sair do abrigo. É do zero. Nossa, bota zero... A gente tem sorte. A gente tem sorte. Nós fomos escolhidos. Querendo ou não, só existe uma república igual a essa.

João também faz considerações sobre o preconceito social em torno dos adolescentes e jovens que passaram por essa experiência de serem abrigados:

Mas vamos dizer que, sobre ser do abrigo, vamos dizer que eu tenho essa frieza de esconder isso. Não realmente esconder, mas simplesmente não precisar revelar pra todo mundo. Pois eu já vi como a população lá fora enxerga isso aqui dentro. É como se a gente fosse presidiário. Então, tipo, assim, hoje em dia eu não escondo. Eu falo como um sobrevivente. Não sou um coitadinho que passa coisa ruim, não. Eu sou sobrevivente com a mente fodida, só isso.

João é um jovem que, diante do desamparo que marca sua vida, encontra seu lugar no abrigo, esse espaço que, embora possa sufocar, pode, ao mesmo tempo, abraçar, acolher. Seu caso demonstra como o abrigo, apesar de sua faceta violenta, pode funcionar como uma borda, ou seja, por mais precário que seja, operar como um apoio para um jovem em situação de tão grande desamparo.

11.2 CASO 2 - A LUTA PELO DIREITO À MATERNIDADE DE UMA ADOLESCENTE PRETA E PERIFÉRICA

O presente relato foi encaminhado ao Janela da Escuta e traz o caso de uma adolescente de 16 anos que lidou com o acolhimento institucional de seu filho ainda no puerpério, momento em

que ela identificou que vivia uma depressão pós-parto, como é a realidade de muitas mulheres puérperas. Um olhar violento para essa situação de grande delicadeza levou uma profissional da saúde a denunciar a mãe ao Conselho Tutelar durante uma consulta, por entender que havia apatia no trato dela com a criança. A adolescente, mãe, periférica, negra, cujo companheiro também é um jovem negro e periférico, teve seu filho acolhido logo nos primeiros meses de vida, assim permanecendo durante cerca de um ano.

Embora não tenha ocorrido nenhuma violação grave de direitos contra o bebê para que essa medida de proteção tivesse sido ensejada – o que somente deveria ocorrer em caráter excepcional –, a institucionalização foi levada adiante, fundamentada no ideal de fortalecimento dos vínculos familiares que pudessem oferecer um suporte à adolescente no cuidado com o bebê. Constatamos, contudo, que esse trabalho poderia ser executado por outra política de fortalecimento de vínculos e a partir de outras medidas protetivas, favorecendo o direito à convivência familiar e evitando o prolongamento do sofrimento que a institucionalização promove.

A família era assídua nas visitas, incluindo familiares extensos, como avós e bisavós da criança, que também visitavam e manifestavam interesse na guardianship da criança, estando representados por respectivos defensores públicos.

O período de acompanhamento familiar foi compreendido pela equipe técnica da unidade como permeado de avanços e retrocessos, porém os retrocessos pareciam ter mais peso. Assim, a medida foi sendo estendida em nome de um ideal de relação intrafamiliar, que deveria se mostrar ílesa a todo conflito, performando uma harmonia ao olhar avaliador da equipe da instituição de acolhimento. A própria adolescente constata e se indigna: “querem uma família perfeita!”

Ao longo do tempo, esse discurso do ideal de família resvalou para o ponto de uma violência psicológica contra a adolescente, que passou a ouvir falas ditas corriqueiramente por alguns membros da equipe ampliada do abrigo, como: “você sabe que não tem a menor chance de seu filho voltar pra sua casa”; ou ainda: “seu filho já está aqui há muito tempo e só sai daqui a criança que tem uma família de verdade”.

A adolescente relatava se sentir abalada com tais colocações, nomeando que viveu uma “pressão psicológica”. Relatou que muitas vezes se sentia consumida por um sentimento de culpa, que confrontava sua esperança de conseguir recuperar a guarda do filho. Após os episódios de embates com a equipe, a adolescente costumava sentir-se fragilizada inclusive para estar presente nas visitas ao filho.

Entendemos que um mau manejo da equipe é capaz de acentuar vulnerabilidades e gerar resistências na família, o que prejudica a disponibilidade psíquica dos membros para avançarem na superação da condição de institucionalização da criança. Nesse contexto, antes que o primeiro ano de institucionalização se completasse, um parecer de colocação da criança em família substituta foi enviado ao Juiz pela equipe técnica da unidade de acolhimento.

A possibilidade de a própria mãe receber a guarda legal da criança foi desconsiderada pelo abrigo, principalmente por afirmarem que a jovem apresentava muita necessidade de ser cuidada por sua mãe, a avó da criança. Além disso, alegavam que a família tinha dificuldades de acolhê-la, o que foi entendido por eles como uma impossibilidade da jovem conciliar os papéis de mãe e de filha, sendo, então, penalizada por sua condição de adolescente.

Como nos lembra Freud, a adolescência por ser comparada a um “túnel perfurado simultaneamente dos dois lados”, isto é, uma travessia que acessa, ao mesmo tempo, a infância e a adultez. Lembramos, ainda, que a mulher puérpera também necessita de cuidados especiais. Nesse contexto, os comportamentos típicos da adolescência, como ensinar uma separação discursiva em relação à sua família, não aceitar certos limites, ser provocativa com a própria mãe ou, ainda, tentar resgatar a relação com o companheiro em momentos de conflito, eram movimentos reconhecidos como traços incompatíveis com um ideal de maternidade.

O pai da criança, que assumiu os cuidados do bebê durante o período frágil de puerpério da mãe, tampouco teve sua função paterna fortalecida, e a família entendeu que houve discriminação pelo fato de ele ser negro e usar roupas típicas de jovens periféricos – bermudas, camisas de time e ter tatuagens. Desse modo, ao longo de um ano, não lhes foram propostas ações complementares que favorecessem a vinculação, tais como passeios com a criança aos finais de semana, acompanhamento nas consultas do filho, buscá-lo na escola, dentre outros.

Entendemos que os episódios de desrespeito e desencorajamento do papel de cuidado dos pais adolescentes e da família extensa, que ocorreram por parte da equipe do abrigo, são controversos à função dessa política pública, qual seja, a de fortalecimento dos vínculos e de ampliação das possibilidades de reintegração familiar. Podemos considerar, portanto, a ocorrência de uma violência institucional com consequências praticamente incontornáveis, que contribui para a retirada arbitrária de bebês de suas mães – especialmente das pretas e pobres – e, nesse caso, das adolescentes.

11.3 CASO 3 - PEDRO, SEUS CAMINHOS E DESCAMINHOS

O caso⁶ a seguir foi encaminhado ao Janela da Escuta por trabalhadores da política de Assistência Social, que nos enviaram seu relato, por nós aqui reelaborado. Embora seja um caso mais externo à pesquisa, merece destaque em função de sua importância no cruzamento de múltiplas violações de direito, apesar de sua interrupção precoce. Além disso, é emblemático também pelo fato de envolver, da parte dos técnicos, um processo de luto pelo óbito do jovem atendido, sendo uma situação que traz uma memória viva, testemunho do engajamento desses técnicos da política de Assistência.

Portanto, o que aqui apresentamos, trata-se de uma elaboração nossa a partir do breve relato que nos chegou sobre o acompanhamento desse jovem de 21 anos pelas técnicas e técnico do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos (SPSPD), ligado ao serviço da Assistência Social, na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte.

⁶ Caso atendido pela psicóloga Carolina Silveira Flecha, pela estudante de psicologia na PUC Minas, Sofia Sampaio Moreira, respectivamente, técnica e estagiária do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e Idosos (SPSPD), e pelo educador social lúdico William Jorge Nascimento Rosa, do Programa Mala de Recursos Lúdicos.

O jovem, nomeado Pedro, foi encaminhado por uma escola especial que solicitou seu acompanhamento após a informação de que ele não saía de casa e, por isso, estava impedido de estudar. Embora portador de uma deficiência física e usuário de cadeira de rodas, Pedro morava em um local onde havia uma escadaria com duzentos e oitenta degraus na porta de casa, o que constituía uma barreira física difícil de ultrapassar. Num momento posterior, compreendemos que a deficiência física de Pedro era decorrente de um grave quadro de saúde: a Síndrome da Distrofia Muscular de Duchenne.

Pedro residia na periferia e enfrentava, além das desigualdades e preconceitos advindos de sua condição física, uma série de efeitos da desigualdade social, que podem ser traduzidos pela falta de acesso aos direitos mais básicos: serviços de saúde, cultura, lazer, educação e renda.

Nas primeiras visitas, Pedro mostrou-se muito silencioso e apenas sorria para nós. Era bem comum que seus familiares, geralmente a madrastra, respondessem as perguntas a ele endereçadas pelos técnicos que relatam: “diante dessa situação, sentimo-nos atingidas pela solidão de Pedro, ao percebê-lo num canto da varanda de sua casa: a escadaria sufocava, obstruindo acessos à vida lá fora”. Portador de insuficiência cardíaca, o pai de Pedro era quem o carregava nas costas até a rua nas poucas vezes que ele saía de casa, subindo os 280 degraus com o filho nos braços. “Incomodava-nos a total ausência de serviços públicos no cuidado com Pedro e com sua família, apesar de estarmos diante de uma situação tão opressora, o que tornava esta família invisível para o Estado.”

Segundo as técnicas, a aposta de seu trabalho vinha no sentido de uma produção de vida, visando criar conexões e alianças, valorizando as potencialidades do jovem para além do diagnóstico de sua doença, sobre a qual pairava o temor de ficar acamado e de morrer ainda bem jovem. Nesse sentido, foi aberto um espaço para que ele pudesse falar sobre seus medos.

Também nos encontros com a família e na articulação com a rede, as técnicas se orientaram por essa ideia de produção de vida: “nas reuniões com a rede, refletimos sobre o cuidado com Pedro, buscando mobilizar a rede para uma presença mais efetiva nesse cuidado”. Assim, a equipe buscou novas possibilidades de abordagem:

Compartilhamos o caso com o educador William [Rosa], do Programa Mala Lúdica, apostando que, por meio de atividades lúdicas e da circulação pela cidade, Pedro pudesse dizer de seus desejos e anseios, experimentando escutar sua voz, suas próprias palavras, além das descobertas envolvidas nos passeios por novos espaços da cidade e na criação de novas relações. Na relação com o educador, Pedro falou sobre seus sonhos e de seu desejo de ser tatuador. Também circulou por vários espaços da cidade, como o Centro Cultural Banco do Brasil e a Praça do Papa, experimentando novas possibilidades de espaço, antes inacessíveis.

Na sequência, transcrevemos o relato do educador social William Rosa sobre seu contato com Pedro:

Ao longo de minha experiência como educador social lúdico, tive o privilégio de acompanhar a jornada de Pedro, que apesar das adversidades impostas por uma doença que o confinou a uma cadeira de rodas desde a infância, revelava um lado diferente do que eu testemunharia em nossas interações. Sua vontade de viver

destacava-se, apesar das limitações físicas. Em nossos encontros, Pedro compartilhava seus sonhos, especialmente o desejo de viver da sua arte como tatuador, algo que talvez ele não tenha revelado nem mesmo aos seus familiares. Suas palavras eram cheias de paixão, revelando um potencial criativo que desafiava as barreiras físicas que enfrentava. Pedro também expressava o anseio por conexões sociais. Suas histórias revelavam um desejo genuíno de se relacionar e ser aceito. Nessas conversas, vislumbrávamos a força de sua determinação em superar as barreiras sociais impostas pelo estigma da deficiência. Em uma visita à Praça da Liberdade, testemunhei Pedro irradiar felicidade. Seus olhos brilhavam ao falar sobre seus sonhos, e até mesmo conquistou um tchau afetuoso de uma jovem, evidenciando que, para além da doença, residia um espírito cativante.

Infelizmente, a jornada de Pedro foi interrompida por uma doença implacável. Sua partida deixou uma lacuna, mas sua essência vibrante e seu sorriso permanecerão como uma fonte de inspiração. Sua breve passagem teve um impacto profundo na vida dos que testemunharam sua jornada, lembrando-nos da importância de que sigamos trabalhando para eliminar as barreiras sociais e arquitetônicas, construindo uma sociedade mais inclusiva e compassiva. Seu legado nos recorda que, ao assegurar o básico, estamos construindo um mundo onde todos possam viver com dignidade e realizar seus sonhos, independentemente das adversidades que enfrentam.

As técnicas ressaltam que a presença do educador do Mala Lúdica foi fundamental nesse acompanhamento, sobretudo por garantir o deslocamento do jovem, juntamente com dois trabalhadores do apoio que efetivaram a saída de Pedro do isolamento de sua residência.

Após um tempo de escuta, nas visitas que realizamos, percebemos que Pedro demandava um espaço para falar de si e elaborar sua história de vida. Assim, articulamos o acolhimento do jovem pelo Janela da Escuta, que o inseriu no Arte na Espera, no Instituto Undió, propiciando sua convivência com outros jovens.

Entretanto, infelizmente, conforme relatam as técnicas, pouco tempo depois desse encaminhamento, Pedro foi hospitalizado, vindo a falecer em outubro de 2023.

Ainda estamos experienciando o processo de luto da partida de Pedro. Contudo, reafirmamos a importância e a delicadeza de um trabalho que, a cada dia, produz vida, laços, encontros e oportunidades, e que faça o contraponto à política de morte e de esquecimento.

Como vimos, se o primeiro caso traz uma situação exitosa da parte da política pública – e principalmente, em função de uma ação que possibilitou o resgate de um jovem da precariedade de sua história familiar – evidencia a potência do jovem; no segundo se reflete uma situação de grande despreparo dos técnicos, que faz com que o serviço concorra para uma interpretação errônea, impregnada pelo racismo, em relação à jovem mãe, o que resulta numa intervenção desastrosa para toda uma família. Quanto ao terceiro caso, temos uma situação que, embora o jovem tenha conseguido ser atendido de forma digna pelo conjunto de técnicos que o alcançou, já se encontrava no final de sua vida, grande parte dela tendo sido em situação de segregação, o que demonstra o descaso por parte do Estado para lidar com casos tão singulares e graves.

Considerações finais

12

As adolescências e as juventudes são múltiplas, marcadas pela raça, gênero, orientação sexual, religião, território etc. Nossa escolha, ética e também pragmática, subordinada às exigências e às limitações de um edital, foi a de ouvir os adolescentes via de regra menos escutados, mais invisibilizados. Nossa premissa ética de trabalho, de considerar o adolescente como o especialista de si, foi mais uma vez comprovada, tendo este estudo evidenciado a potência dos adolescentes e dos jovens, que fizeram uma leitura precisa da cidade, da efetivação ou da violação dos seus direitos, dos impasses e das possibilidades das políticas públicas, e elaboraram excelentes propostas.

A pesquisa evidenciou também a importância de uma metodologia aberta às construções provocadas pelos adolescentes e pelos jovens. Podemos inferir a pertinência da aplicabilidade de metodologias inventivas nas políticas públicas, permitindo a desconstrução da queixa de não adesão dos adolescentes e uma escuta qualificada das suas demandas e propostas.

O racismo foi um eixo que atravessou as narrativas, embora muitas vezes apareça de uma forma velada sob o termo genérico do *bullying*. A homofobia, a transfobia e outras violências foram também evidenciadas no estudo. Pensamos que uma reflexão sobre essas violências deve ser elaborada de forma intersetorial, com a construção de diretrizes antirracistas e antissegregativas, que possam abranger uma formação continuada sobre o tema, com a participação dos adolescentes e dos jovens. A questão das mães órfãs foi discutida no presente estudo com a apresentação de um caso complexo e deve ser amplamente discutida como uma grave violação de direitos e mercantilização da infância.

Visitando escolas e escutando os jovens sobre suas propostas para esse espaço, pudemos concluir que a educação é um dos campos mais oportunos para a promoção dos direitos dos adolescentes. Advogamos não apenas por uma educação de qualidade, com infraestrutura, competência cultural, que fomente reflexões políticas e que dê lugar para o saber do adolescente; mas também por uma escola que promova o direito à saúde, o direito à cultura, ao esporte e ao lazer, o direito à cidade, à liberdade, entre outros. Em nossa perspectiva, as políticas de educação têm que andar lado a lado com as políticas antirracistas e de combate à violência, de forma interseccional. Os adolescentes demandam uma escola com espaços de acolhimento, onde possam ser escutados e não estigmatizados por suas condições ou condutas.

A convivência familiar e comunitária deve ser garantida, juntamente com o direito à comunicação e o direito à participação política, que atravessam de forma transversal esta pesquisa. Somos favoráveis à ampliação de projetos, como a Câmara Mirim, e à extensão do acesso a esses projetos para adolescentes invisibilizados devido aos marcadores sociais de violência e exclusão. Além disso, propomos que os serviços de acolhimento institucional e o Conselho Tutelar disponham de formações continuadas e sejam amparados por uma rede transdisciplinar de políticas públicas com representação dos adolescentes, que possa funcionar sob medida para cada caso.

Em se tratando do direito à cidade, é imprescindível reconhecer que as desigualdades econômicas e sociais são reiteradas pela disposição geopolítica do território de Belo Horizonte. É desse impasse que devem partir as ações para a promoção de moradia digna e de mobilidade para todos os adolescentes. Os programas de auxílio moradia e de moradia assistida devem ter seu acesso desburocratizado, sem a exigência de condições incompatíveis com a realidade dos adolescentes. Devem ainda ser ampliados, por exemplo, com enfoque nas populações de adolescentes assistidos no campo da saúde mental. Recomendamos também o incentivo ao envolvimento de adolescentes nas políticas de urbanismo, além da facilitação da mobilidade urbana por meio da gratuidade do transporte público.

A cidade também deve promover espaços e ações culturais, artísticas, de esporte e de lazer, pensados de forma plural, abrangendo as diversas manifestações culturais de interesse dos adolescentes e dos jovens, e não apenas as formas de arte valorizadas pela elite intelectual. Recomendamos que o poder público empreenda um mapeamento cultural, artístico, de esporte e de lazer em Belo Horizonte, enfatizando a participação ativa dos adolescentes, e que tal mapeamento seja traduzido em ações de fomento financeiro e de infraestrutura para essas manifestações.

Houve lacunas metodológicas, como o campo da saúde, no qual não foi possível a realização do diagnóstico no prazo estabelecido para a realização da pesquisa. No entanto, outras pesquisas vieram contribuir com o presente estudo e foi possível também recolher a percepção e as propostas dos adolescentes relacionadas à saúde, nos diversos grupos inventivos realizados. Observamos que há uma valorização do SUS, não sem a percepção da necessidade de um fortalecimento da política de saúde. Há uma demanda expressiva de uma escuta digna e qualificada do sofrimento, do mal-estar. Alguns adolescentes desejam a presença do psicólogo na escola para facilitar o acesso a essa escuta. Os adolescentes relataram que às vezes não são acolhidos nos centros de saúde e que a presença dos responsáveis é exigida, dificultando um atendimento marcado pelo sigilo e pela confidencialidade. Evidentemente, é fundamental um acolhimento também dos familiares, sendo essa uma solicitação de muitos adolescentes. Há uma crítica referente à medicalização generalizada, que muitas vezes exclui a dimensão da escuta do mal-estar. Há uma demanda pelo acesso à alimentação de qualidade. Houve uma queixa grave sobre a oferta de comida deteriorada em unidades de privação de liberdade. Um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa gostaria de ser acolhido no centro de saúde com “menos desrespeito e menos indiferença”. Essa fala evidencia a lacuna na saúde do adolescente, a presença do racismo e da segregação e nos adverte sobre a necessidade da construção de uma política de saúde do adolescente digna e respeitosa. O enfrentamento do genocídio da juventude negra deve ser uma urgência na pauta da saúde, com a retomada da Rede de Cuidado e outras ações que possam ir na direção oposta ao silenciamento, ao encarceramento, à segregação e à morte dos adolescentes e dos jovens negros.

Ainda nesse sentido, o direito à proteção social, à segurança e ao acesso à justiça deve ser garantido com atenção especial ao combate às violências institucionais e territoriais contra adolescentes e jovens negros. Durante esta pesquisa, percebemos que muitos direitos dos adolescentes só vêm a ser conhecidos no momento de sua violação. Assim, somos a favor de que uma rede de segurança seja pensada de forma transversal, promovendo ativamente os direitos à saúde, à cultura, à cidade, à comunicação, entre outros. O sistema policial deve se beneficiar de uma formação continuada que abranja os temas trabalhados no presente relatório. No nosso ponto de vista, em consonância com um adolescente privado de liberdade que propõe “menos cadeias e mais escolas”, a rede socioeducativa em meio fechado mostra-se inadequada em relação à garantia de direitos dos adolescentes e deve ser suplantada cada vez mais por políticas de educação e pela oferta de possibilidades para os jovens.

Incluímos nesta discussão o direito à profissionalização e à proteção ao trabalho, que pode ser uma resposta à constatação de uma crise do sistema socioeducativo. Propomos que as políticas públicas adotem a perspectiva segundo a qual o tráfico de drogas é uma das piores formas de exploração do trabalho de jovens; e, ao mesmo tempo, os adolescentes demandam oportunidades de profissionalização, emprego, reconhecimento, que devem ser fomentadas por essas políticas, especialmente pela assistência social e pela educação.

Ressaltamos algumas lacunas do presente estudo, no intuito de propor a realização do diagnóstico no campo da saúde e também a realização de grupos inventivos com os adolescentes indígenas, quilombolas, migrantes de outras nacionalidades além da venezuelana e ciganos.

Pensamos que o diagnóstico das infâncias e das adolescências poderia ser contínuo, com a coleta e a análise dos dados quanti e qualitativos, gerando indicadores e ações em tempo hábil. Sugerimos que esse processo conte com a participação efetiva dos adolescentes. Sugerimos também o acompanhamento das propostas da Câmara Mirim e a criação e o fortalecimento de mais espaços de participação política dos adolescentes e dos jovens.

Gostaríamos de propor a elaboração de um aplicativo, que permitisse aos adolescentes ter informação e acesso aos diversos dispositivos das redes e da cidade, e também que eles pudessem participar da construção contínua desse mapeamento. Já temos um estudo preliminar e nos disponibilizamos a contribuir para a construção do referido aplicativo.

Por fim, como pesquisadores de uma universidade pública e comprometida com as políticas públicas e com a nossa trajetória de 18 anos de trabalho com os adolescentes no Programa de Extensão e Pesquisa Janela da Escuta nos disponibilizamos para seguir nessa construção de uma cidade digna para crianças, adolescentes, jovens e, conseqüentemente, para todos e para cada um.

ANEXO 1

Consolidado de locais de pesquisa Direitos de Crianças e Adolescentes: Diagnóstico do Município de Belo Horizonte, de 2023.

NOME DO EQUIPAMENTO	REGIONAL	NÚMERO DE GRUPOS	NÚMERO DE ADOLESCENTES
EM Ignácio de Andrade Melo (Brota)	Barreiro	1	4
Projeto Tênis Escola (Olhos D'Água)	Barreiro	1	7
		1	8
EM CIAC Lucas Monteiro Machado (Brota)	Barreiro	1	11
		1	5
		1	15
		1	4
CRAS Vila Cemig	Barreiro	1	16
		1	16
EM Paulo Mendes Campos (Santo Antônio)	Centro-Sul	1	6
EM Paulo Mendes Campos (Santo Antônio)	Centro-Sul	1	6
Centro Interdisciplinar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias (CICALT)	Centro-Sul	1	3
EM Dr. Júlio Soares (Granja de Freitas)	Leste	1	10
EM Dr. Júlio Soares (Granja de Freitas)	Leste	1	3
Centro Pop Miguilim	Leste	2	3
Centro de Internação Provisória São Benedito	Leste	1	6
Centro Socioeducativo São Jerônimo	Leste	1	4
Centro de Internação Provisória Santa Amélia	Nordeste	1	3
<i>Slam</i>	Nordeste	1	1
Casa das Poesias	Nordeste	1	4

NOME DO EQUIPAMENTO	REGIONAL	NÚMERO DE GRUPOS	NÚMERO DE ADOLESCENTES
CRAS Vila Coqueiral (Grupo de migrantes venezuelanos)	Nordeste	1	3
Unidade de Acolhimento República para jovens	Norte	1	4
CRAS Morro das Pedras	Ostes	1	6
Dandara	Pampulha	1	8
CRAS Vila Apolônia (Projovem)	Venda Nova	1	2
Casa Bem-te-vi (meninos TVR)	Venda Nova	1	4
Escola Daniel Alvarenga	Venda Nova	1	15
Emancipa	Todas as regionais	1	11
Centro de Referência da Juventude	Todas as regionais	1	8
Centro de Referência das Juventudes (CRJ) para a escuta das adolescências e juventudes participantes dos Duelos de MCs, Slams e movimentos de rua.	Todas as regionais	1	1
Ballet Jovem (CRJ)	Todas as regionais	6	30
		1	11
		1	11
		2	11
TOTAL		41	270

ANEXO 2

Aprovações do COEP e Termo de Anuência da Secretaria da Saúde a Prefeitura de Belo Horizonte de 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Janela da Escuta e a adolescência: a tessitura de uma rede de cuidado no Estado de Minas Gerais

Pesquisador: CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 55731021.3.0000.5149

Instituição Proponente: PRO REITORIA DE PESQUISA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.356.547

Apresentação do Projeto:

Recebi para novo parecer o projeto intitulado "Janela da Escuta e a adolescência: a tessitura de uma rede de cuidado no Estado de Minas Gerais" de autoria de CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO.

A adolescência é uma fase da vida marcada por profundas transformações no corpo e na mente dos indivíduos, porém que é única para cada um. Essas transformações se tornam ainda mais desafiadoras para aqueles jovens que estão à margem da sociedade (doenças crônicas, com laços familiares frágeis, usuários de drogas, trans, entre outros).

Apesar de existirem dispositivos sociais e legais para a sua proteção, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as políticas de atenção integral ao adolescente, há lacunas nesses processos devido a ausência de uma política nacional estruturada e sistematizada, inclusive com espaço para o monitoramento da saúde dos adolescentes.

O Ambulatório Janela da Escuta, localizado no Hospital das Clínicas, funciona como projeto de extensão universitária e clínica pública que desde 2005 e, ao contrário do que rege o movimento tecnicista, utiliza metodologias em que o profissional está como aprendiz, no campo da Saúde, da Psicanálise, da Arte e da Educação. Ou seja, o conhecimento parte do adolescente para o profissional e o lugar se torna um espaço de acolhimento, convívio, criação e fortalecimento de

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 5.356.547

vínculos.

O objetivo deste trabalho é “investigar a percepção dos adolescentes, considerados especialistas de si, sobre a rede de Saúde e a rede de cuidado em geral e, a partir dessa avaliação e das narrativas dos seus percursos pela rede, fomentar, com eles, a produção de metodologias vivas e originais que, a partir da universidade, possam reverberar para as redes territoriais”.

Para isso, está sendo proposta uma pesquisa-intervenção com a duração de 24 meses, na qual constam entrevistas narrativas com 20 adolescentes, sendo 10 deles considerados casos paradigmáticos. Além disso, propõe-se entrevistar 10 profissionais que atuaram no Ambulatório.

Objetivo da Pesquisa:

1. Fomentar e sistematizar a construção de metodologias para o trabalho com adolescentes e jovens;
2. Recolher os efeitos dessas metodologias numa clínica orientada pela escuta do adolescente como “especialista de si”;
3. Investigar a hipótese de uma lacuna na Saúde do Adolescente em Minas Gerais;
4. Contribuir para o fortalecimento das redes e políticas públicas voltadas para os adolescentes;
5. Investigar os efeitos formativos da orientação clínica pela escuta do adolescente como “especialista de si” na formação de profissionais que atuam no campo da Saúde do Adolescente;
6. Contribuir para a formação abrangente de profissionais do campo da Saúde do Adolescente;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos estão bem antecipados e descritos no documento anexado à Plataforma Brasil. Segundo os autores, “ Em primeiro lugar, deve-se reforçar que a participação dos sujeitos da pesquisa será voluntária e mediante consentimento informado por Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tanto pelos adolescentes quanto por seus responsáveis, no caso dos menores de 18 anos. Reserva-se ainda aos adolescentes a liberdade de interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento que assim desejarem. Além disso, o respeito à privacidade e ao sigilo é um

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar 2 Sala 2005 2 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 5.356.547

fundamento da pesquisa. Esse aspecto resvala no direito à confidencialidade, à preservação da identidade e à proteção. Assim, os sujeitos que desejarem participar da pesquisa terão a garantia de anonimato na análise dos dados e na publicação dos resultados”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Após a leitura e assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, serão realizadas entrevistas narrativas com 20 adolescentes, que serão entrevistados duas vezes: uma no início e outra vez ao final do processo. As entrevistas serão gravadas e transcritas

Segundo os pesquisadores, “10 casos considerados paradigmáticos serão submetidos a um estudo mais detalhado, por meio da construção do caso clínico. O critério para a escolha desses casos, que terão uma construção pormenorizada, levará em conta as populações mencionadas neste projeto como mais vulneráveis às lacunas no acesso às políticas públicas.: adolescentes que vivem com HIV/Aids, adolescentes com doenças graves, adolescentes com laços familiares frágeis, adolescentes com história de tentativa de autoextermínio,

adolescentes que praticam cortes ou automutilação, adolescentes que usam drogas, adolescentes trans, adolescentes em conflito com a lei, adolescentes marcados pelo dito fracasso escolar e adolescentes com trajetória de vida nas ruas. Cada um dos casos será analisado de forma isolada, em sua singularidade”.

Também serão recolhidos os materiais produzidos durante todo o percurso dos adolescentes pelo Ambulatório, inclusive os materiais artísticos. Também serão gravadas e transcritas as conversações clínicas nas quais a discussão do caso é feita pelos profissionais da equipe, convocando também os profissionais das redes territoriais.

Por fim, os participantes serão convidados a darem testemunho em vídeo de sua relação com o Janela da Escuta e esses vídeos serão produzidos no contexto das oficinas de arte que acontecem no Ambulatório.

Também serão entrevistados 10 profissionais que trabalham com adolescentes e que fizeram formação, especialmente pós-graduação, com passagem pelo Ambulatório Janela da Escuta. As entrevistas serão gravadas e transcritas e comparadas visando a produção de um relatório que

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar 2 Sala 2005 2 Campus Pampulha

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 5.356.547

servirá para o diagnóstico e aprimoramento desses espaços de formação.

Além de relatórios de pesquisa, os resultados serão divulgados por meio de um PITCH, ou seja, um produto audiovisual voltado para o público leigo, onde constarão imagens dos participantes após aceite dos Termos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A proposta se encontra muito bem planejada e estruturada, tendo recebido parecer positivo do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina e do GEPE (EBSERH/HC UFMG), constando, em anexo a essa submissão, ambos pareceres.

Os pesquisadores apresentaram um TCLE e um TALE nos quais constam todas as informações obrigatórias segundo a Resolução CNS 466/2012.

No meu primeiro parecer, de 1 de abril de 2022 (5.326.334), listei algumas questões éticas que precisavam ser analisadas e sanadas a fim de compactuar com a Resolução 466/2012.

Neste novo parecer, listo uma a uma se as considerações foram atendidas com base na Carta Resposta e nos novos documentos anexados a essa submissão.

1 - Sugerimos a adequação dos TALE e TCLE para a linguagem coloquial e sem jargões.

No primeiro parecer, havíamos notado a presença de frases complexas.

As mesmas foram substituídas por linguagem de fácil entendimento e apropriadas para o público participante da pesquisa.

2 - No TALE e TCLE, incluir que o jovem será entrevistado no mínimo 2 vezes, na entrada e saída do projeto.

A frase foi incluída. "A proposta é realizar pelo menos dois encontros, um no início da pesquisa e outro após um ano, mas podemos fazer mais encontros caso seja interessante para a pesquisa e o

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 5.356.547

seu(a) filho(a) esteja de acordo."

3 - Refletir sobre a garantia de privacidade e confidencialidade da identidade dos participantes já que haverá exposição do seu rosto e voz. Não seria melhor utilizar um programa de mudança de timbre de voz e não filmar o rosto?

A sugestão foi acatada pelos pesquisadores. Agora, lê-se: "Todos os cuidados serão observados para não revelar o nome do jovem pelo qual você é responsável, além disso, essas gravações não vão filmar o rosto dele(a) e a gravação de voz terá o timbre alterado para garantir total anonimato."

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo sido atendidas todas as solicitações em parecer anterior, somos s.m.j. favoráveis à aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1729758.pdf	08/04/2022 15:48:27		Aceito
Outros	Carta_Resposta_Plataforma_Brasil_Janela.pdf	08/04/2022 15:47:52	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA	Aceito

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 5.356.547

Outros	Carta_Resposta_Plataforma_Brasil_Janela.pdf	08/04/2022 15:47:52	GRILLO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEs_TALE_Janela.pdf	08/04/2022 15:46:42	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Janela_da_Escuta_PlatBR.pdf	08/04/2022 15:45:29	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO	Aceito
Outros	Parecer_Consubstanciado_Camara_Departamental_Janela_da_Escuta.pdf	10/02/2022 18:49:14	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Janela_da_Escuta.pdf	10/02/2022 18:47:28	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO	Aceito
Outros	Carta_Anuencia_GEP.pdf	10/02/2022 18:42:33	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO	Aceito
Outros	Parecer_Gepe_Janela.pdf	03/09/2021 17:37:57	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 18 de Abril de 2022

Assinado por:

Críssia Carem Paiva Fontainha
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º Andar Sala 2005 Campus Pampulha

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br



TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Declaramos conhecer o projeto de pesquisa 'ADOLESCÊNCIA, SAÚDE E ESCOLA: VÍNCULOS E RUPTURAS ANTES E DURANTE A PANDEMIA DO COVID 19 E PERSPECTIVAS FUTURAS', sob a responsabilidade da pesquisadora VALÉRIA BARBOSA DE ANDRADE E SILVA, CPF 001.491.616-97, cujo objetivo é 'investigar, através das redes de educação e saúde, quais fatores podem provocar o engajamento e/ou a ruptura entre adolescentes e estas redes' e autorizamos que este estudo seja executado nas Unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte – SMSA-BH.

Esta autorização foi subsidiada por uma apreciação institucional das gerências responsáveis pela temática da pesquisa e está condicionada ao cumprimento pelos (a/o) pesquisadores (a/o) dos requisitos das Resoluções 466/12, 510/16 e suas complementares.

A SMSA-BH deverá constar como coparticipante da pesquisa.

Solicitamos que, ao término da pesquisa, a data da apresentação do trabalho seja informada à Assessoria de Educação em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, assim como a referência do mesmo, em caso de publicação.

A utilização dos dados pessoais dos sujeitos da pesquisa se dará exclusivamente para os fins científicos propostos, mantendo o sigilo e garantindo a utilização das informações sem prejuízo das pessoas, grupos e ou comunidades.

Escolas:

Solicitamos que o pesquisador entre em contato com a Secretaria Municipal de Educação para a liberação da pesquisa. Contato: Mayrce Terezinha (tel 32778625 ou e-mail gecedi@pbh.gov.br).

O início do estudo dependerá de sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da SMSA.

Este Termo de Anuência terá validade de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de sua assinatura.

Belo Horizonte, 04 de abril de 2022


Edmundo Gustavo C. de Araújo
BM 106.972-X
Gerência de Integração do Cuidado à Saúde
DUAS/USAS/SMSA-PBH

Edmundo Gustavo Cipriano de Araújo
Gerência de Integração do Cuidado à Saúde
Secretaria Municipal de Saúde/SMSA


Cláudia Fidelis Barcaro BM 114310-5
Assessoria de Educação em Saúde
ASEUS-SA SMSA-BH
Cláudia Fidelis Barcaro
Assessoria de Educação em Saúde
Secretaria Municipal de Saúde/SMSA

Assessoria de Educação em Saúde/ASEDS-SA
Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte – SMSA/BH
Rua Frederico Bracher Júnior, nº103 - 3º andar - Padre Eustáquio - CEP 30 720-000 – Belo Horizonte/MG.
Telefone: (31) 3277 9281 / 8516 e Fax (31) 3277 8458 / e-mail: aseds@pbh.gov.br

ANEXO 3

Roteiro de entrevista utilizado em grupos inventivos com adolescentes e jovens

Somos da UFMG e estamos aqui para convidá-los a participarem da pesquisa Direitos de Crianças e Adolescentes: Diagnóstico no Município de Belo Horizonte. O objetivo é conhecer um pouco sobre o que vocês pensam das coisas da cidade, regional, bairro e que são voltadas para os adolescentes/jovens.

As coisas que vocês nos informarem darão origem a um material que será organizado juntamente com os de adolescentes das outras Regionais. Esse material será entregue aos representantes da Prefeitura de Belo Horizonte para que as ações voltadas pra vocês possam ser melhoradas ou mesmo criadas. Por exemplo, estamos trabalhando para criar um site, a construção de um aplicativo, vai para a universidade e também levaremos as lideranças da nossa cidade.

Com essa participação, será indicado que esse diagnóstico foi feito também pelos adolescentes/pesquisadores, ou seja, por cada um de vocês. Assim, quem participa da nossa pesquisa é considerado por nós também um pesquisador.

O seu responsável autorizou a sua participação nessa pesquisa, e vocês devem também ter assinado um termo concordando em participar. Como consta nos termos, suas identidades serão preservadas.

Temos algumas perguntas iniciais para esquentar a nossa conversa, mas outros pontos podem surgir por sugestão de vocês, adolescentes.

Temos também alguns materiais que podemos usar no encontro, e decidiremos com vocês qual a melhor forma.

É importante que a gente possa registrar nossas atividades com gravação, fotografias ou filmagens breves.

Após a nossa conversa em grupo, se alguém quiser ou tiver algo para nos dizer em particular pode nos procurar assim que terminarmos.

Contamos com vocês para, a partir dessa pesquisa, construirmos um diagnóstico original, bem a cara da juventude de Belo Horizonte, e que vocês possam, mesmo depois da pesquisa, continuar nesse movimento de construção de uma cidade mais a cara de vocês.

1. Onde você mora? O que tem de bom lá onde você mora? O que falta no lugar que você vive? O que você acha que seria importante mudar?
2. Com quem você vive? Como é sua relação com elas(es)?
3. O que é ser adolescente nesta cidade?
4. Você participa de algum grupo?

5. Para você o que é ter direitos? Que direitos você sabe que tem ou não tem?
6. Na sua percepção, quem são os responsáveis pela garantia dos seus direitos?
7. Em algum momento você não se sentiu bem indo a algum lugar na cidade por que achou que não seria bem tratado, acolhido ou que não iria conseguir resolver nada? Por quê?
8. Você ou seus amigos já sofreram racismo ou viram algum jovem sofrerem esse tipo de violência? Como você se sentiu ou reagiu?
9. Você tem algum lugar para refletir sobre questões como racismo, branquitude, machismo, gênero, transfobia, etc.?
10. Você já vivenciou situações de violência?
11. Você reconhece algum lugar que pode te ajudar quando se depara com possíveis violências?
12. O que você faz quando os seus direitos são violados? Onde, ou a quem você recorre quando seus direitos são violados?
13. Você já sentiu que algum serviço ou profissional que deveria ter te protegido deixou de fazer isso ou até te desrespeitou?
14. De quais formas você considera que as violências impactam na sua circulação pelo território e pela cidade?
15. Pra você, o que é uma cidade segura?
16. Você cuida da sua saúde? Como? (o que pensa do Centro de Saúde e de outros equipamentos de saúde?)
17. Há espaço para o diálogo sobre questões de gênero em algum lugar que você frequenta?
18. O que você acha da sua escola?
19. Perto da sua casa tem algum Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)?
20. Você segue alguma religião? Frequenta algum espaço religioso?
21. Você frequenta algum espaço de lazer? Faz esporte? Trabalha?
22. Qual é sua experiência/contato com a arte? O que é arte pra vocês? Como vocês avaliam os espaços de experimentação de arte na cidade? Como vocês percebem o acesso à arte e a cultura onde você vive e na cidade?
23. O que você faria se fosse prefeito, para concretizar o que foi dito aqui? O que vocês fariam para a saúde, a educação, o transporte, a cultura, o lazer, o esporte etc.?

ANEXO 4

Lista de termos-chave utilizados nos cartões trabalhados nos grupos inventivos

- Adolescência
- Saúde
- Violência
- Alimentação
- Religião
- Raça
- Gênero
- Comunicação
- Família
- Educação
- Cultura
- Arte
- Lazer
- Esporte
- Mobilidade
- Transporte
- Se eu fosse prefeita/prefeito...
- [Cartão em branco]

ANEXO 5

Projetos de lei elaborados pelos vereadores–mirins

PROJETO DE LEI Nº 1

Cria o Programa de Escuta para Adolescentes nas Unidades Básicas de Saúde.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º – Fica criado o Programa de Escuta para Adolescentes, nas Unidades Básicas de Saúde – UBS.

Parágrafo único – O Programa de Escuta para Adolescentes promoverá o atendimento 24h (vinte e quatro horas) nas UBS, para adolescentes que necessitam de acolhimento e acompanhamento psicológico.

Art. 2º – O Programa de Escuta para Adolescentes apresenta os seguintes objetivos:

I – incentivar, por meio de oficinas e encontros, os(as) adolescentes a compreenderem:

a) como são geradas suas emoções;

b) o que fazer caso apresentem determinados sintomas de transtornos mentais;

c) como lidar com possíveis transtornos mentais de amigos e familiares;

II – promover palestras e oficinas nas escolas, conscientizando os estudantes sobre a Saúde Mental;

III – promover campanhas para as famílias da comunidade no entorno das escolas, alertando para a gravidade de problemas de Saúde Mental e para a compreensão dos sintomas de transtornos mentais.

Art. 3º – O Programa de Escuta para Adolescentes será composto por equipe formada por psicólogo(a) e assistente social.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 6 de setembro de 2023

Vereadora Ana Beatriz

Vereadora Gabriela Silva

Vereadora Laura Moutinho

Justificativa

Este projeto de lei busca intervenções para promover a Saúde Mental dos adolescentes, por meio do fortalecimento dos fatores de proteção e da melhoria de alternativas aos comportamentos de risco.

A promoção da Saúde Mental e do bem-estar ajuda os(as) adolescentes a construir resiliência para que possam lidar com situações difíceis ou adversidades. Programas de promoção da Saúde Mental para todos(as) os(as) adolescentes, bem como programas de prevenção, exigem uma abordagem multinível com plataformas de distribuição variadas – por exemplo, mídias digitais, ambientes de saúde, assistência social, escolas e comunidade em geral.

Dessa forma, este projeto visa criar ou aprimorar atividades de promoção e prevenção, como as intervenções psicológicas individuais e presenciais, em grupo ou autoguiadas, nas Unidades Básicas de Saúde – UBS.

PROJETO DE LEI Nº 3

Cria o Programa de Atividades Culturais e Esportivas nas escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º – Fica criado o Programa de Atividades Culturais e Esportivas nas escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – RME-BH.

Art. 2º – As atividades de que trata o art. 1º constituem a prática e/ou o ensino de:

- I – instrumentos musicais;
- II – teatro;
- III – esportes (vôlei, futebol, basquete etc.);
- IV – circo;
- V – Libras;
- VI – clube do livro;
- VII – dança;
- VIII – reforço escolar.

§ 1º – As atividades de que tratam os incisos do caput do art. 2º poderão ocorrer 2 (duas) vezes por semana, durante 1h (uma hora), após as aulas regulares.

§ 2º – As inscrições para as atividades deverão ser realizadas pela coordenação das escolas da RME-BH.

Art. 3º – As vagas para o Programa de Atividades Culturais e Esportivas serão disponibilizadas apenas para os(as) estudantes que não frequentam a Escola Integrada.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 6 de setembro de 2023

Vereadora Alessandra Dias
Vereadora Manu Melo

Justificativa

Este projeto de lei pode contribuir para que os(as) estudantes tenham mais interesse pelo aprendizado, evitando, também, envolvimento em atividades ilícitas. O Programa de Atividades Culturais e Esportivas poderá atender os(as) estudantes que pretendem adquirir novas habilidades, e não têm interesse em participar da Escola Integrada, cuja duração abrange quase todo o período da tarde. Além disso, a Escola Integrada não disponibiliza vagas suficientes para a demanda de estudantes que desejam participar de suas atividades.

Este projeto propõe, então, atividades específicas e dinâmicas de acordo com a escolha pessoal dos(das) estudantes, visto que, na Escola Integrada, as atividades são obrigatórias e determinadas pela coordenação das escolas da Rede Municipal de Educação RME-BH.

Atividades culturais e esportivas tornam a escola mais interessante, possibilitando o envolvimento dos(das) estudantes no processo de ensino aprendizagem. O Programa de Atividades Culturais e Esportivas colabora, também, para a formação integral da cidadã e do cidadão, pois abrange diversas áreas, desde a intelectual até a emocional.

PROJETO DE LEI Nº 4

Estabelece a inclusão da Educação Profissional na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º – Fica incluída a Educação Profissional nas proposições curriculares do Terceiro Ciclo do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação – RME-BH.

§ 1º – A Educação Profissional consiste na preparação de estudantes do Terceiro Ciclo do Ensino Fundamental para o exercício das profissões, inserção e atuação no mercado do trabalho e na vida em sociedade.

§ 2º – Os cursos que compõem a Educação Profissional serão orientados a permitir que estudantes do 8º e do 9º anos do Ensino Fundamental adquiram conhecimentos sobre a importância do trabalho, deveres, direitos, áreas de formação e desenvolvimento interpessoal.

Art. 2º – São objetivos da Educação Profissional, nos termos do art. 1º:

- I – contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em que se localizam as escolas;
- II – promover a formação integral, visando ao preparo para uma cidadania ativa;
- III – combater a evasão escolar, de forma a:
 - a) tornar o ensino mais prático e conectado com o mundo;
 - b) tornar a educação mais significativa para os(as) estudantes;
- IV – estimular o empreendedorismo, desenvolvendo iniciativas e processos;
- V – proporcionar aos(às) estudantes a oportunidade de aquisição de experiências práticas;
- VI – atender à demanda por profissionais mais preparados no mercado de trabalho;
- VII – aprimorar a qualidade da educação ofertada em nosso Município.

Art. 3º – As disciplinas e os conteúdos da Educação Profissional serão ministrados no contraturno das escolas pertencentes à RME-BH.

Art. 4º – Para os fins desta lei, as escolas garantirão que todos(as) os(as) estudantes do 8º ao 9º ano estejam matriculados(as) no Programa Escola Integrada.

§ 1º – Caberá à secretaria escolar incluir o nome de todos(as) os(as) estudantes no Programa Escola Integrada.

§ 2º – Caso o responsável não garanta a presença do(a) estudante no Programa Escola Integrada, o Conselho Tutelar será acionado para averiguar a situação.

Art. 5º – Para a implementação do disposto nesta lei:

- I – serão contratados monitores específicos para a Educação Profissional;
- II – poderão ser firmadas parcerias com empresas que atuem no Município de Belo Horizonte;
- III – poderá ser criado programa de estágio voluntário.

Art. 6º – O processo de inclusão da Educação Profissional nas proposições curriculares da RME-BH, nos termos desta lei, passará por avaliação contínua.

Art. 7º – Esta lei será regulamentada em até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor no primeiro dia letivo do ano subsequente à publicação desta lei.

Belo Horizonte, 6 de setembro de 2023

Vereador Alan Viny
Vereadora Duda
Vereador L. Henrique Nonato

Justificativa

A Educação Profissional é o modelo de aprendizagem cujo foco reside no desenvolvimento de competências e habilidades técnicas para suprir a demanda do mercado de trabalho.

Os(as) estudantes, ao fazerem cursos voltados para a Educação Profissional, poderão adquirir mais oportunidades ao ingressar no Ensino Médio e na orientação para a escolha dos cursos técnicos. Tais cursos poderão preparar, ainda mais, os cidadãos de Belo Horizonte no sentido de orientar escolhas e facilitar processos de aprendizagem profissional. Afinal, preparar os(as) estudantes/cidadãos/cidadãs para o futuro é parte da função pedagógica e social das escolas públicas de nosso Município.

PROJETO DE LEI Nº 7

Cria aplicativo na rede de saúde do Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º – Fica criado aplicativo na rede de saúde do Município, que possibilite o acesso a:

- I – Unidades Básicas de Saúde – UBS – de Belo Horizonte;
- II – estoque de medicamento nas UBS;
- III – campanhas de vacinação;
- IV – Programa Saúde da Família – PSF.

Parágrafo único – Os instrumentos de que tratam os incisos do caput do art. 1º serão disponibilizados de acordo com a região de residência do usuário.

Art. 2º – O objetivo do aplicativo é a otimização da busca e do agendamento de consultas em centros de saúde específicos, executando todas as fases desses processos de maneira virtual.

Art. 3º – O aplicativo de que trata esta lei será constituído por ferramentas como:

- I – campo de pesquisa que direcione o usuário ao serviço;
- II – localização mais apropriada para o atendimento;
- III – seção dedicada ao agendamento de consultas;
- IV – manual direcionado ao público adolescente sobre educação sexual, que contenha informações sobre:
 - a) puberdade;
 - b) ciclo menstrual;
 - c) métodos contraceptivos;

- d) relações sexuais;
 - e) infecções sexualmente transmissíveis;
 - V – acompanhamento psicológico.
- Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 6 de setembro de 2023

Vereadora Clarinha
Vereador Pequeno Gigante
Vereadora Tatá de BH

Justificativa

Este projeto de lei pretende, por meio do aplicativo proposto, utilizar a tecnologia com a finalidade de preservar vidas, bem como promover informações de valor à nossa comunidade.

O aplicativo disponibilizará orientações sobre as medidas a serem tomadas em situações de emergência, tanto em cenários de catástrofes quanto em casos de acidentes. O aplicativo informará, ainda, sobre a disponibilidade do estoque de medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde – UBS.

No que diz respeito ao desenvolvimento do adolescente, o aplicativo oferecerá recursos que facultarão aos jovens aprofundar seu conhecimento sobre a puberdade e adotar precauções diante das ameaças do mundo. Além disso, o aplicativo incorporará conselhos de autocuidado para fomentar uma saúde mais robusta, realçando a importância do bem-estar entre os cidadãos.

PROJETO DE LEI Nº 8

Cria Campanha de Divulgação e Fortalecimento dos Serviços de Saúde Mental para adolescentes e jovens.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º – Fica criada a Campanha de Divulgação e Fortalecimento dos Serviços de Saúde Mental para adolescentes e jovens.

Art. 2º – A campanha de que trata o art. 1º será divulgada por meio de peças publicitárias e adesivos que contenham orientações sobre serviços e projetos como:

- I – Centro de Referência em Saúde Mental – Cersam;
- II – Centro de Valorização da Vida – CVV;
- III – projetos de universidades que apresentem como temática a Saúde Mental de adolescentes e jovens.

§ 1º – As peças publicitárias e os adesivos a que se refere o caput deste artigo serão fixados, em locais visíveis, nos terminais de transporte coletivo e no interior dos veículos de transporte coletivo do Município.

§ 2º – As peças publicitárias e os adesivos informarão os números de telefone dos serviços e dos projetos a que se referem os incisos do caput deste artigo.

Art. 3º – Para os fins desta lei, poderão ser distribuídos folhetos e cartilha explicativos para

a população, com as orientações dos serviços e dos projetos de que tratam os incisos do caput do art. 2º.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 6 de setembro de 2023

Vereadora Júlia Dornelas
Vereador Mateus da Silva
Vereador Sávio de Queiroz

Justificativa

Ao se criar maior sinergia, ampliar-se a visibilidade, a divulgação, a melhoria dos equipamentos e a valorização dos profissionais de saúde, promove-se o impacto nos efeitos da Saúde Mental. Enfatiza-se, ainda, o acolhimento mais eficiente e os processos de encaminhamentos, isto é, antecipa-se aos adoecimentos.

PROJETO DE LEI Nº 10

Cria Centro de Benefícios de Educação, na região do Barreiro.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º – Fica criado Centro de Benefícios de Educação, que atenderá à comunidade da região do Barreiro.

Art. 2º – O Centro de Benefícios de Educação apresentará os seguintes equipamentos:

I – quadras de basquete, que promovem a saúde e o bem-estar, indo além do entretenimento para a população;

II – biblioteca, que exerce um papel social determinante para a inclusão dos indivíduos na cultura da “era da informação”;

III – banheiros comuns e bebedouros, que são infraestruturas essenciais para garantir o direito ao saneamento em espaços públicos e o direito a cidades inclusivas e sustentáveis; além disso, os bebedouros fornecem acesso fácil à água potável, garantindo que as pessoas possam se manter hidratadas;

IV – rede de segurança nas quadras, uma vez que é essencial a segurança das pessoas que estão dentro e fora das quadras, o que evita acidentes.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 6 de setembro de 2023

Vereador Alerrandro Nunes
Vereadora Bruna Moreira
Vereador Samuel Saymon

Justificativa

Após pesquisa entre os alunos e a comunidade, percebemos uma carência de lugares para entretenimento na região do Barreiro.

PROJETO DE LEI Nº 11

Institui Política Municipal para Coleta Seletiva de Lixo Reciclável.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º – Fica instituída Política Municipal para Coleta Seletiva de Lixo Reciclável.

Art. 2º – Para a execução da política de que trata esta lei, fica criado aplicativo para coleta seletiva de lixo reciclável, que possibilite acesso a:

I – textos para conscientização da população sobre a importância da reciclagem para o meio ambiente;

II – tipos de materiais considerados recicláveis;

III – tutoriais que expliquem como os materiais recicláveis devem ser selecionados;

IV – indicação dos locais onde poderá ser entregue o lixo reciclável;

V – indicação da receita gerada pelos produtos entregues para reciclagem.

Parágrafo único – Para o cumprimento do disposto no inciso IV do caput deste artigo, o aplicativo poderá indicar a Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável – Asmare – e outras entidades regionais que atuem na reciclagem ou que venham a ser criadas para esse fim.

Art. 3º – Para a coleta de lixo reciclável, o Executivo poderá firmar parcerias com os seguintes estabelecimentos:

I – supermercados;

II – farmácias;

III – postos de saúde;

IV – escolas;

V – outras instituições semelhantes.

Art. 4º – As empresas, comércios e instituições sociais que atenderem ao disposto nesta lei poderão receber uma porcentagem, em dinheiro, sobre a receita apurada, sendo essa informação disponibilizada no aplicativo, na forma do inciso V do art. 2º.

Art. 5º – O cidadão poderá entregar o lixo reciclável nos estabelecimentos indicados nesta lei e, em contrapartida, receberá vouchers para obter bens culturais como:

I – meia-entrada em cinemas, teatros, shows, exposições, museus etc.;

II – meio passe em transportes urbanos.

Art. 6º – O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 6 de setembro de 2023

Vereadora Alyce Viana
Vereadora Letícia Pires
Vereador Nico

Justificativa

A destinação correta do lixo contribui para a preservação dos recursos naturais, principalmente, dos cursos de água de nosso Município, e, conseqüentemente, traz mais qualidade de vida e mais saúde a todos.

A proposta deste projeto de lei será uma ação vantajosa ao Município por evitar enchentes, danos às nascentes e outros malefícios aos recursos naturais, causados pelo descarte inadequado de materiais recicláveis. Além disso, ao envolver uma parcela maior da população na entrega de materiais recicláveis, são ampliadas as oportunidades de crescimento e de aumento de renda dos indivíduos que trabalham na reciclagem do lixo.

Haja vista o exposto, a adoção das medidas propostas propiciará maior conscientização da população para a responsabilidade ambiental.

PROJETO DE LEI Nº 12

Institui a Educação Antirracista nas escolas do Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Educação Antirracista nas escolas do Município.

Art. 2º – A Educação Antirracista será promovida por meio de:

- I – cartazes que divulguem conceitos antirracistas;
- II – roda de conversa;
- III – teatro organizado pelos alunos nas escolas.

§ 1º – Os cartazes de que trata o inciso I do caput promoverão a conscientização sobre o tema mediante perguntas e respostas.

§ 2º – A roda de conversa de que trata o inciso II do caput será realizada entre:

- I – vereadores-mirins;
- II – alunos;
- III – professores;
- IV – coordenadores;
- V – direção da escola;
- VI – pais de alunos;
- VII – mediadores.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 6 de setembro de 2023

Vereadora Aninha VL
Vereador Tomás Oliveira
Vereador Yuri Rodrigues

Justificativa

É necessário mudar este cenário preconceituoso, racista e banal no qual a sociedade se encontra em pleno século XXI. O retrocesso precisa ser contido; tem que virar a chave para a evolução da humanidade e, dessa forma, conseguir uma sociedade mais justa e solidária.

PROJETO DE LEI Nº 13

Institui medidas para a ampliação da segurança em espaços públicos do Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º – Ficam instituídas medidas de segurança em espaços públicos do Município.

Art. 2º – As medidas de segurança de que trata esta lei serão efetuadas por meio de:

- I – campanhas educativas;
- II – sinalização adequada nos espaços públicos municipais;
- III – ampliação do patrulhamento;
- IV – iluminação adequada.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 6 de setembro de 2023

Vereadora Catarina Maia
Vereadora Larissa Ferreira
Vereador Luiz Guilherme

Justificativa

É crucial, para garantir o bem-estar da população, prevenir incidentes, tornar os locais mais atraentes, prevenir crimes, promover o desenvolvimento social e melhorar a imagem da cidade.

ANEXO 6

Indicações elaboradas pelos vereadores–mirins

INDICAÇÃO Nº 1

Senhora Presidenta,

Apresentamos a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, esta Indicação para sugerir ao Executivo Municipal, por meio de seu órgão competente, que institua a Política Municipal para Formação de Acervo Literário nas bibliotecas da Rede Municipal de Educação – RME–BH, mediante consulta ao corpo discente das escolas.

A Política Municipal para Formação de Acervo Literário apresenta os seguintes objetivos: a) estimular a leitura na comunidade escolar por meio de acervo literário condizente com os interesses e a faixa etária dos(das) estudantes; b) oportunizar vivência democrática aos(às) estudantes da RME BH; c) estimular o respeito pelo que é público; d) aumentar o sentimento de pertencimento à escola e à comunidade na qual a escola se insere.

Para a implementação dessa política, os(as) estudantes poderão escolher as obras literárias que serão adquiridas pela escola. Cada escola se organizará, de maneira própria, para coletar as sugestões do corpo discente e realizar as votações para a escolha final das obras literárias a serem adquiridas.

Importante ressaltar que as despesas decorrentes dessa política serão retiradas de verba recebida pelas escolas para a formação do acervo literário. O que propomos é que sejam destinados, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos para aquisição de acervo das obras literárias escolhidas pelo corpo discente das escolas. Os recursos seriam distribuídos entre os ciclos do Ensino Fundamental da seguinte forma: a) 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) para cada ciclo nas escolas em que há os 3 (três) ciclos do Ensino Fundamental; b) 50% (cinquenta por cento) para cada ciclo nas escolas em que há os 2 (dois) ciclos do Ensino Fundamental.

Sugerimos, portanto, ao Executivo, que avalie a possibilidade de acolhimento de nossa Indicação e analise a viabilidade de implantação da Política Municipal para Formação de Acervo Literário, pois a participação ativa dos estudantes na escolha das obras que farão parte do acervo das bibliotecas escolares da RME–BH é um passo crucial para promover o interesse pela biblioteca. Quando os estudantes têm voz na seleção de livros, revistas e materiais didáticos, eles se sentem mais conectados com o espaço da biblioteca e mais motivados a utilizá-lo. Isso contribui para a formação de leitores ávidos, que reconhecem o valor da biblioteca como uma extensão de sua educação.

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2023

Vereadora Brenda Souza
Vereador Filipe de Jesus
Vereadora Gabi Ferreira
Excelentíssima Senhora

Vereadora–Mirim Laura Moutinho Neves
Presidenta da Câmara Mirim de Belo Horizonte

INDICAÇÃO Nº 2

Senhora Presidenta,

Apresentamos a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, esta Indicação para sugerir ao Executivo Municipal que, por meio de seu órgão competente, institua a Política Municipal da Saúde Mental e Relacional. Esta se refere ao estado de equilíbrio mental, emocional e psicológico de um indivíduo, bem como à qualidade de suas relações interpessoais e familiares.

A Política Municipal da Saúde Mental e Relacional apresenta os seguintes objetivos: a) buscar o bem-estar geral mediante o controle de estresse, a qualidade de vida e a busca de ajuda, quando necessário; b) promover o lazer, visando à melhoria da qualidade de vida, com atividades físicas e prática de esporte, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e os postos de saúde; c) oferecer palestras, campanhas informativas e programas de educação, que tragam conscientização sobre a Saúde Mental e Relacional; d) fazer avaliações e processos de triagem para identificar possíveis problemas futuros e evitá-los de forma preventiva; e) aumentar o fluxo de psicólogos nas Unidades Básicas de Saúde – UBS.

As palestras e as campanhas informativas poderiam ser realizadas por profissionais da área de Saúde Mental, nas UBS. Já as avaliações e os processos de triagem seriam realizados por profissionais da área de Saúde Mental, nas escolas de Belo Horizonte. Para a execução da Política Municipal da Saúde Mental e Relacional, poderá ser firmada parceria com as UBS do Município.

A divulgação da política de que trata esta lei seria efetuada mediante campanhas de conscientização e discussão sobre a Saúde Mental e Relacional nas escolas e nas UBS do Município.

Sugerimos, portanto, ao Executivo, que avalie a possibilidade de acolhimento de nossa Indicação e analise a viabilidade de implantação da Política Municipal da Saúde Mental e Relacional.

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2023

Vereador Bololô Almeida
Vereador Carvalho Cauã
Vereador Leonardo Sanches
Excelentíssima Senhora
Vereadora–Mirim Laura Moutinho Neves
Presidenta da Câmara Mirim de Belo Horizonte

INDICAÇÃO Nº 3

Senhora Presidenta,

Apresentamos a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, esta Indicação

para sugerir ao Executivo Municipal, por meio de seu órgão competente, as seguintes medidas para a solução de problemas que afetam a circulação de pedestres e veículos no entorno das escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – RME-BH: a) sinalização adequada (placas, faixas, semáforos); b) área propícia para estacionar e estocar veículos de transporte escolar.

Sugerimos, portanto, ao Executivo, que avalie a possibilidade de acolhimento de nossa Indicação e analise a viabilidade de implantação dessas medidas de segurança no entorno das escolas municipais de Belo Horizonte, onde haja ruas estreitas, estacionamento em filas duplas, ausência de área para estocar os veículos do transporte escolar e sinalização inadequada.

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2023

Vereador Carlos Eduardo
Vereadora Raquel Vitória
Vereadora Thalyta Souza
Excelentíssima Senhora
Vereadora-Mirim Laura Moutinho Neves
Presidenta da Câmara Mirim de Belo Horizonte

INDICAÇÃO Nº 4

Senhora Presidenta,

Apresentamos a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, esta Indicação para sugerir ao Executivo Municipal que, por meio de seu órgão competente, institua a Política Municipal de Acompanhamento Psicológico e Social nas escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – RME-BH, tendo como público-alvo educandos, educadores e demais profissionais da educação da RME-BH.

A Política Municipal de Acompanhamento Psicológico e Social apresenta os seguintes objetivos: a) inserir profissionais de Saúde Mental no espaço escolar; b) ampliar a articulação entre as escolas e as Unidades Básicas de Saúde – UBS, localizadas nas proximidades das escolas; c) criar um calendário escolar que trate dos temas da Saúde Mental, com campanhas e divulgação que promovam a Saúde.

A Política Municipal de Acompanhamento Psicológico e Social poderá ser efetivada por meio de concurso público para profissionais de Saúde Mental. Assim, teríamos a atuação de equipe diversificada e multidisciplinar composta por psicólogo(a) escolar, psicólogo(a) clínico(a), psicopedagogo(a) e assistente social, em um ambiente previamente definido na escola para atendimento, que contenha: a) sala de recursos; b) sala de respiro; c) sala de descanso.

Propomos, ainda, que seja firmada parceria com o Conselho Tutelar que promoverá: acompanhamento concomitante das famílias; avaliação do contexto de vulnerabilidade das famílias; reuniões familiares para maior assistência e combate ao abandono intelectual; ações para a melhoria das interações entre a comunidade escolar e a escola, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

Sugerimos, portanto, ao Executivo, que avalie a possibilidade de acolhimento de nossa Indicação e analise a viabilidade de implantação da Política Municipal de Acompanhamento Psicológico e Social.

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2023

Vereadora Duda Gomes

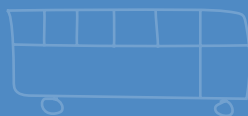
Vereador Fiorini

Vereador Julin Relíquia

Excelentíssima Senhora

Vereadora-Mirim Laura Moutinho Neves

Presidenta da Câmara Mirim de Belo Horizonte



REALIZAÇÃO:



FINANCIAMENTO:

